GUILHERME CARDOSO SANCHEZ

SENTENÇAS PARCIAIS NO PROCESSO ARBITRAL

DISSERTAÇÃO - MESTRADO

ORIENTADOR: PROF. DR. CARLOS ALBERTO CARMONA

FACULDADE DE DIREITO DA USP

SÃO PAULO

2013

GUILHERME CARDOSO SANCHEZ

SENTENÇAS PARCIAIS NO PROCESSO ARBITRAL

Dissertação apresentada como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Direito, no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Dr. Carlos Alberto Carmona.

FACULDADE DE DIREITO DA USP

SÃO PAULO

2013

BANCA EXAMINADORA:

Orientador:

Professor Dr. Carlos Alberto Carmona

Professor Arguidor:_____

Professor Arguidor:_____

Aos meus pais, Cida e Marcos, verdadeiros exemplos de dedicação e amor incondicional, a quem espero poder honrar com uma vida digna e feliz.

À minha amada esposa Érica, que me faz sorrir no presente e sonhar com o futuro...

AGRADECIMENTOS

Ainda que pareça ser um trabalho puramente solitário, uma dissertação de mestrado é fruto da colaboração de muitas pessoas. É momento de fazer alguns agradecimentos especiais.

A Jesus Cristo, porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente!

À minha família, à minha esposa e aos meus amigos, de cujo agradável e indispensável convívio por tantas vezes tive de abdicar em prol dos estudos. Cada um deles, à sua própria maneira, foi fundamental na travessia do espinhoso – mas gratificante – caminho que me fez chegar até aqui.

Ao meu orientador, Professor Carlos Alberto Carmona, pela honra de ser seu discípulo desde o último ano do curso de graduação na Faculdade de Direito da USP, pela firmeza, seriedade e compreensão com que orientou a execução deste trabalho e pela confiança que sempre depositou em mim.

Aos Professores Flávio Luiz Yarshell e Cristiano de Sousa Zanetti, pelas valiosíssimas contribuições durante a banca de qualificação do trabalho. Aos Professores Cândido Rangel Dinamarco, José Roberto dos Santos Bedaque e Antônio Carlos Marcato, que ministraram aulas verdadeiramente inesquecíveis durante o curso de Pós-Graduação.

Ao Escritório Pinheiro Neto Advogados – minha segunda casa –, especialmente na pessoa do amigo e mentor Gilberto Giusti, pelo incondicional apoio a este projeto; e também aos formidáveis integrantes da equipe de arbitragem do Escritório, pelos instigantes e constantes debates sobre o tema, com especial menção aos amigos Renato Stephan Grion, Ricardo Dalmaso Marques e Jorge Vargas Neto, pelo dedicado apoio na revisão final deste trabalho.

Por fim, aos queridos colegas com quem compartilhei as agruras e as alegrias da vida acadêmica durante o curso de Pós-Graduação na Faculdade de Direito da USP, com especial destaque para Bruno Valentim Barbosa, Guilherme Setoguti J. Pereira, Mateus Aimoré Carreteiro e Thiago Saddi Tannous.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a sentença parcial no processo arbitral. Seu tema inicial é a demonstração da existência de um processo arbitral, de natureza jurisdicional, no curso do qual o julgamento do mérito pode ser fracionado em diferentes momentos, por meio da prolação de mais de uma sentença, sendo aquela proferida no ínterim --- e não pondo fim a toda a lide --- denominada sentença arbitral parcial. Conceituamos esse tipo de sentença como o ato pelo qual o árbitro define parcialmente a causa, com ou sem julgamento do mérito. A partir desse conceito, são analisadas diversas categorias de decisão, tais como as sentenças finais, decisões referentes à definição da jurisdição do árbitro, decisões interlocutórias, e decisões de caráter provisório.

Também são analisados os requisitos de admissibilidade das sentenças parciais, bem como as situações em que a cisão do julgamento do mérito é ou não é recomendável, tendo em vista critérios de efetividade do processo e de eficiência, em termos de tempo e recursos. Com base nesses critérios, são analisadas algumas hipóteses típicas de sentenças parciais.

Trata-se, ademais, da problemática envolvendo a execução e a invalidação das sentenças arbitrais parciais, com vistas às possíveis consequências da anulação de sentenças parciais e dos eventuais efeitos que a invalidação de sentenças finais pode provocar nas sentenças parciais --- e vice versa --- e em procedimentos arbitrais que estiverem em curso. Por fim, o trabalho versa a respeito das especificidades da homologação no Brasil das sentenças arbitrais parciais estrangeiras.

Palavras-chave: Arbitragem; Sentença parcial; Processo arbitral; Jurisdição arbitral; Execução e anulação de sentenças arbitrais parciais.

ABSTRACT

This paper addresses the partial award in the arbitration procedure. Its starting point consists of the existence of an arbitration procedure of jurisdictional nature, during which the judgment of the merits can be divided in different moments, by way of the rendering of more than one award, being the one rendered in the middle of the procedure --- and not concluding the entire conflict --- called partial arbitral awards. Such type of award can be defined as the act by which the arbitrator decides the dispute partially, with or without resolving the merits. Based on such concept, various categories of decisions will be examined such as final awards, awards on the arbitral jurisdiction, interlocutory awards and interim awards.

Additionally, the legal requirements for partial awards to be rendered will be examined, as well as the situations in which the parceling of the judgment of the merits is or is not recommended aiming at the effectiveness of the procedure and efficiency in terms of time and resources. Based on such criteria, this paper will analyze the most common cases in which partial awards are rendered.

Moreover, this paper deals with the problems involving the enforcement and the setting aside of partial arbitral awards aiming at analyzing the possible consequences of the nullification of partial awards and also the possible effects over partial awards that the voidance of final awards --- and vice versa --- may cause. Finally, the paper deals with the particulars of the recognition in Brazil of foreign partial arbitral awards.

Keywords: Arbitration; Partial award; Arbitration Procedure; Arbitral Jurisdiction; Enforcement and nullification of partial arbitral awards

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O PROCESSO ARBITRAL	15
2.1. Processo e procedimento: breves apontamentos	15
2.2. A caracterização de um verdadeiro processo arbitral. Autonomia em relação ao processo judicial	22
2.3. A estrutura do procedimento arbitral: da demanda à sentença	26
2.3.1. A convenção de arbitragem: gênese da jurisdição arbitral	26
2.3.2. A definição em concreto do objeto do processo arbitral: demanda, pretensão, pedido e mérito	29
2.3.3. O princípio da congruência: uma lógica fundamental à estrutura do processo	32
2.3.3.1. O princípio da congruência no processo civil	32
2.3.3.2. Princípio da congruência no processo arbitral	35
2.3.3.3. Flexibilidade do procedimento arbitral e atenuações ao princípio da congruência	38
2.4. A flexibilidade do procedimento arbitral	39
3. A SENTENÇA PARCIAL NO PROCESSO ARBITRAL	42
3.1. Conceito de sentença arbitral parcial	44
3.1.1. Por que conceituar sentença arbitral parcial?	44
3.1.2. Breve incursão no direito estrangeiro em busca do conceito de sentença arbitral	45
3.1.3. Retornando ao direito interno: o conceito de sentença parcial se projeta a partir da definição do conteúdo da sentença	51
3.1.4. Sentença parcial e capítulo de sentença	52
3.1.5. Proposição do conceito de sentença arbitral parcial	55
3.2. Sentenças parciais e outras modalidades de decisão	57
3.2.1. Sentença parcial e sentença final	59
3.2.2. Sentença parcial e as decisões quanto à jurisdição do tribunal arbitral	60
3.2.2.1. Decisão que confirma a jurisdição do tribunal arbitral (sentença positiva de jurisdição)	62
3.2.2.2. Decisão que rejeita a jurisdição do tribunal arbitral (sentença negativa de jurisdição)	67
3.2.3. Sentença parcial e decisão interlocutória	69
3.2.4. Sentença parcial e tutela de urgência	72
3.2.5. Reafirmando o conceito de sentença parcial no processo arbitral	77
3.3. Inexistência de óbices à admissibilidade da sentença parcial no processo arbitral	77
3.3.1. Autonomia do processo arbitral: as partes têm a faculdade de dispor sobre o procedimento	78

3.3.2. Breve exame da regra de unicidade da sentença à luz da experiência internacional.....	79
3.3.3. Mudança cultural inspirada pela alteração na definição legal de sentença prevista no art. 162 do CPC.....	82
3.3.4. A mitigação da regra de unicidade da sentença no processo arbitral	84
3.3.5. Sentenças parciais não são <i>infra petita</i>	88
3.4. Quanto à necessidade de autorização específica das partes para que o árbitro possa proferir sentença parcial.....	90
3.5. Conclusão: sistema favorável ao parcelamento do julgamento	97
4. CRITÉRIOS A SEREM OBSERVADOS PARA A PROLAÇÃO DAS SENTENÇAS PARCIAIS NO PROCESSO ARBITRAL	98
4.1. Critérios de legalidade que condicionam a prolação das sentenças parciais.....	98
4.1.1. Parcela da causa pronta para julgamento	98
4.1.2. Possibilidade de isolamento da matéria decidida	102
4.1.3. Cisão do julgamento e devido processo legal	103
4.1.4. A necessidade da obtenção de um provimento adiantado não é prerequisite para a sentença parcial	104
4.2. Efetividade e eficiência: critérios de justificação prática para as sentenças parciais.....	105
4.2.1. Efetividade e eficiência são o fundamento prático da sentença parcial	105
4.2.2. O parcelamento do procedimento arbitral: momento de aferição dos eventuais benefícios a serem proporcionados por uma sentença parcial.....	108
5. ANÁLISE DE ALGUMAS HIPÓTESES DE PROLAÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS PARCIAIS.....	115
5.1. Sentença parcial sobre a jurisdição do tribunal arbitral	115
5.2. Sentença parcial decidindo parcela do mérito que estiver pronta para julgamento	117
5.3. Parcelamento do julgamento do <i>an debeatur</i> e do <i>quantum debeatur</i>	119
5.3.1. Trata-se mesmo de uma sentença parcial?	119
5.3.2. Em que situações o árbitro estará autorizado a proferir sentença genérica?	123
5.3.3. O cabimento de pedidos genéricos no processo arbitral	123
5.3.4. A sentença parcial ilíquida	126
5.3.5. Jurisdição do árbitro para liquidar a sentença arbitral condenatória genérica.....	129
5.3.6. Sentença arbitral indevidamente ilíquida	133
5.3.7. Hipóteses excepcionais de cabimento da liquidação judicial de sentença arbitral.....	134
5.4. Conclusão.....	136
6. EXECUÇÃO E INVALIDAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL PARCIAL.....	137
6.1. Sentença arbitral parcial e coisa julgada	137
6.2. Execução da sentença arbitral parcial	138
6.3. Invalidação da sentença arbitral parcial	139

6.3.1. Nota introdutória: breve remissão ao regime de invalidação das sentenças arbitrais.....	139
6.3.2. O prazo para propor ação anulatória de sentença arbitral parcial.....	142
6.3.3. Efeitos da propositura de ação anulatória de sentença arbitral parcial.....	148
6.3.3.1. Inexistência de efeitos da anulação da sentença final sobre a sentença parcial.....	149
6.3.3.2. Efeitos da anulação da sentença arbitral parcial sobre o procedimento arbitral	153
6.3.3.3. Manutenção do mesmo tribunal arbitral?	156
6.4. Análise de casos especiais de anulação de sentenças arbitrais parciais	158
6.4.1. Sentença parcial proferida em desacordo com o procedimento estabelecido pelas partes.....	158
6.4.2. Sentença parcial proferida em inobservância aos princípios do artigo 21, §2º, da Lei de Arbitragem	161
6.4.3. Sentença proferida fora do prazo.....	162
6.5. Impugnação judicial da sentença parcial e seus potenciais efeitos sobre a execução da sentença impugnada e sobre o procedimento arbitral em curso.....	165
6.5.1. Suspensão da execução da sentença parcial	165
6.5.2. Suspensão do procedimento arbitral.....	166
 7. HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL PARCIAL ESTRANGEIRA	171
7.1. Tratamento idêntico a sentenças parciais e finais: Plena possibilidade de homologação das sentenças arbitrais parciais no Brasil	171
7.2. Homologação de outros tipos de decisão	173
7.3. Homologação de sentença estrangeira e ação anulatória	175
 8. CONCLUSÃO	176
 REFERÊNCIAS	181

1. INTRODUÇÃO

Dentre os maiores desafios da moderna ciência processual encontra-se a busca pelo equilíbrio entre segurança e celeridade, valores igualmente caros ao processo. Essa constatação, tipicamente aplicável ao processo judicial, não é menos verdadeira quando se trata do processo arbitral. Na verdade, a grande amplitude de possibilidades procedimentais que a flexibilidade da arbitragem oferece parece intrigar ainda mais os estudiosos.

Um dos temas mais palpitantes, nesse sentido, porque fruto das preocupações e aspirações acima apontadas, é o estudo das *sentenças parciais no processo arbitral*, propósito a que se destina esta dissertação.

Dessa maneira, a fim de dar a concretude e aprofundidade necessárias ao tema, trataremos de aspectos tais como a legalidade das sentenças arbitrais parciais, os seus requisitos de cabimento, as situações em que ela se mostra conveniente, assim como os eventuais problemas quando de sua execução e por conta de sua invalidação judicial. Esse exame será feito essencialmente à luz do direito brasileiro, com destaque para a Lei nº 9.307/96, que pode reger tanto procedimentos arbitrais domésticos como internacionais. Também por isso é inevitável, e até recomendável, fazer comparações com o direito estrangeiro e com a prática arbitral no contexto internacional, que costumam oferecer experiências muito ricas nessa seara.

Sem descuidar da nuance internacional que envolve o tema, procuraremos tratá-lo sob a ótica que nos parece mais apropriada: a do processo arbitral, desenvolvido sob os cânones dos princípios processuais (de natureza constitucional) que lhe garantem segurança e legitimidade frente ao Estado, mas, igualmente, pautado pela autonomia da vontade, que confere caráter único à arbitragem.

Assim, estudaremos, ainda que brevemente, algumas questões relacionadas à própria estrutura do processo, com vistas a compreender em profundidade as questões que envolvem a sentença arbitral. Essa estrutura, aparentemente rígida no processo judicial, comporta uma série de atenuações que, se já vêm se desenhando há algum tempo no processo judicial, são evidentes no processo arbitral. Trata-se, mais especificamente, do tema da flexibilidade do procedimento arbitral, que, justamente por vislumbrar soluções

procedimentais mais adaptáveis ao caso concreto, é pano de fundo para as discussões em torno da sentença parcial.

Feito esse exercício, partiremos para a busca do conceito de sentença arbitral parcial, tema bastante debatido tanto no Brasil como no exterior e que parece ter ganhado fôlego entre nós com as alterações introduzidas no sistema processual civil a partir da Lei nº 11.232/05. Nesse sentido, as principais discussões ficam por conta das fronteiras do próprio conceito de sentença, que não raro avançam sobre o terreno de decisões que concedem medidas cautelares ou antecipatórias, ou mesmo decisões que confirmam a existência de jurisdição do tribunal arbitral.

A ideia deste trabalho é aproximar, tanto quanto possível, os conceitos de sentença final e parcial.

A busca de um conceito preciso, na verdade, confunde-se com a tentativa de estabelecer as bases para o correto enquadramento da sentença arbitral parcial em nosso sistema. E, nesse sentido, há elementos sobejos para que se possa admitir uma interpretação de sentença que vá além da clássica ideia topológica que reinou no sistema processual civil até a reforma introduzida pela Lei nº 11.232/05.

Seja na doutrina internacional ou estrangeira, a matéria está muito longe de ser tranquila. Não obstante, é fundamental definir bem aquilo que se pode chamar de sentença, seja por conta dos requisitos formais específicos de validade, seja em razão da possibilidade de que sentenças sejam executadas e impugnadas judicialmente, para ficar somente em dois exemplos.

A partir das premissas adotadas inicialmente, buscar-se-á demonstrar que a solução mais adequada é a de um conceito abrangente de sentença, que classifique como sentença parcial todo ato jurisdicional de caráter final, que, antes do encerramento do procedimento, defina uma parcela do objeto do processo. Se assim é, os requisitos de validade da sentença parcial, em princípio, devem ser os mesmos da sentença final. Esse tipo de análise, a nosso ver, coloca o tema nos limites em que ele deve ser visto: o árbitro, ao proferir uma sentença parcial, está lidando com o *procedimento* – e não, como poderiam pensar alguns, inovando ou criando um novo tipo de sentença –, tal e qual já autoriza a Lei nº 9.307/96 (Lei de Arbitragem).

Falar em sentença arbitral parcial, por isso, é tratar da possibilidade e da conveniência de que o julgamento da causa seja cindido temporalmente – seja para definir, em momentos diferentes, o objeto da arbitragem, que pode incluir matérias relativas à validade, existência, eficácia e o alcance da cláusula compromissória, à arbitrabilidade objetiva e subjetiva, seja para julgar as pretensões de direito material das partes, entre outras hipóteses que são exploradas nos capítulos subsequentes.

Surgem, evidentemente, questionamentos e peculiaridades que devem ser respondidos. Em primeiro lugar, é a própria redação do artigo 29 da Lei de Arbitragem¹ que, em uma análise apressada, poderia tolher a possibilidade de cisão do julgamento. Há, ainda, a proibição à prolação de sentenças *citra petita*, que merece ser avaliada com cuidado.

Há, ainda, questões como a necessidade, ou não, de que a prolação de sentenças parciais esteja especificamente prevista, na convenção de arbitragem, no termo de arbitragem ou no regulamento aplicável à arbitragem. Trata-se, a bem da verdade, de tema bastante controvertido e que carece de uma análise sistemática, que permita uma solução que, a um só tempo, respeite a natureza consensual da arbitragem, sem deixar de prestigiar a necessidade de garantir a efetividade do processo arbitral.

Uma vez enfrentadas as questões relacionadas ao perfeito encaixe da figura da sentença parcial nas atuais normas que regem o processo arbitral, faz-se necessário um exame mais aprofundado das circunstâncias que devem ser consideradas na decisão de cindir, ou não, o julgamento da causa. Como se buscará demonstrar, trata-se de uma decisão essencialmente ligada aos deveres impostos ao árbitro para que empregue toda a sua competência e diligência na condução do caso.

Trata-se, pois, de um exercício motivado pela busca de um processo arbitral inspirado pela eficiência, efetividade e flexibilidade que dele se esperam. Após constatar que a sentença arbitral parcial é possível em tese, faz-se necessário entender concretamente se, e em que circunstâncias, ela é viável e útil. Nesse sentido, serão analisados, de modo concreto, as hipóteses mais frequentes em que as sentenças arbitrais parciais são utilizadas, tanto sob o ponto de vista de sua validade e seus requisitos de cabimento, como também

¹“Art. 29. Proferida a sentença arbitral, dá-se por finda a arbitragem, devendo o árbitro, ou o presidente do tribunal arbitral, enviar cópia da decisão às partes, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, ou, ainda, entregando-a diretamente às partes, mediante recibo.”

com a finalidade de verificar se esses seriam, de fato, exemplos positivos de cisão do julgamento.

Não faz sentido pensar na cisão do julgamento em dois ou mais momentos se tal medida não servir à instrumentalidade do processo e à garantia da efetividade da tutela jurisdicional. Do contrário, alertamos desde já, a sentença parcial pode provocar justamente o efeito inverso, trazendo morosidade e prejuízo às partes.

Assim, a busca pela efetividade e economia processual é o contraponto necessário à visão bastante permissiva à prolação de sentenças parciais que se buscará sustentar no presente trabalho. Isto é, mesmo que já se veja no sistema arbitral a possibilidade de prolação de sentenças arbitrais parciais (mesmo à míngua de previsão legal específica), essa possibilidade é informada por critérios de necessidade e de ocasião a serem definidos pelo Tribunal Arbitral, pautado pela efetividade que se espera da solução arbitral.

Partindo desses fundamentos, analisaremos a conveniência de cindir o procedimento em fases, quando houver algum tipo de disputa entre as partes com relação à jurisdição do tribunal arbitral, decorrente, por exemplo, de questões relativas à interpretação da cláusula compromissória.

Pode ser igualmente interessante cindir o julgamento do mérito, propriamente dito, em dois momentos distintos: o da definição do *an debeatur* e o da apuração do *quantum debeatur*. Há diversas questões que podem ser examinadas nesse particular, tais como a possibilidade de se proferir sentença genérica, diante de pedidos ilíquidos formulados pelas partes.

Por fim, diante da existência de múltiplos pedidos, pode ser oportuno considerar o “fatiamento” do julgamento, de modo a privilegiar a decisão daqueles pedidos que já estiverem suficientemente maduros para julgamento. Ainda que possa representar um desvio ao rumo procedimental natural do processo, tal solução se sustenta na constante busca por efetividade que orienta o processo.

A análise a ser desenvolvida tem outro desdobramento fundamental: o estudo da execução e da invalidação da sentença arbitral parcial. Se com relação à execução não devem surgir indagações muito diferentes daquelas que são comumente relacionadas à sentença unitária, há questões novas e bastante relevantes que podem surgir com relação à impugnação da sentença parcial, seja no âmbito do processo de execução, seja por meio de ação autônoma.

As principais questões que podem ser levantadas com relação a esse tema dizem respeito, principalmente: (i) ao momento exato em que se inicia o prazo decadencial para a propositura de ação anulatória; (ii) aos efeitos produzidos por ação anulatória proposta contra sentença parcial; e (iii) aos eventuais efeitos, endo e extraprocessuais, que uma ação anulatória ajuizada somente após o encerramento do procedimento arbitral pode causar sobre sentenças parciais não impugnadas.

Cumpra também tratar da possibilidade de concessão de tutela antecipada em ação anulatória intentada contra sentença arbitral parcial. Essa questão tem grande importância, pois se relaciona com a própria utilidade da técnica das sentenças parciais. Isto é, a possibilidade de concessão de liminares capazes de determinar o sobrestamento de procedimentos arbitrais é risco bastante sério à viabilidade da boa utilização da técnica das sentenças arbitrais parciais.

O último aspecto do tema que se mostra relevante é o do reconhecimento de sentenças arbitrais parciais estrangeiras. Partindo-se dos conceitos desenvolvidos no trabalho e da análise da legislação aplicável, buscar-se-á examinar o adequado tratamento ao tema.

O assunto, como se pode ver, é bastante amplo, razão pela qual o presente trabalho procurará debruçar-se sobre as questões aqui julgadas como as mais relevantes quanto à sentença arbitral parcial para a prática do processo arbitral, considerando desde a veia internacional da matéria como também, de outro lado, o potencial contato com a atuação do Poder Judiciário. É esse, pois, o desafio que aqui se propõe.

2. O PROCESSO ARBITRAL

A caracterização da arbitragem como processo é uma premissa fundamental deste trabalho. Isso porque a análise da sentença parcial depende da compreensão de que a arbitragem, embora autônoma em relação ao processo judicial, está inserida no plano mais amplo do direito processual constitucional.

Tomaremos como premissa, portanto, a caracterização da arbitragem como verdadeiro *instrumento* destinado à atuação do direito material, dentro das limitações próprias impostas pelo fato de o processo arbitral dirigir-se e limitar-se à tutela de direitos patrimoniais e disponíveis.²

2.1. Processo e procedimento: breves apontamentos

Em uma visão panorâmica, o processo é um método de trabalho, que se vale de uma técnica para se atingir um determinado resultado.³ E essa atividade se desenvolve mediante atos, logicamente encadeados, que constituem o procedimento.

FERNANDO GAJARDONI sintetiza a acepção doutrinária, fundada na acolhida da teoria da relação jurídica processual, de BÜLOW, de que processo é “o instrumento pelo qual o Estado exerce a Jurisdição, o autor o direito de ação e o réu o direito de defesa, havendo entre seus sujeitos (partes e juiz) uma relação jurídica autônoma e diversa da relação jurídica de direito material: a relação jurídica de direito processual”.⁴

²Artigo 1º da Lei de Arbitragem.

³Conforme CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, essa é uma das acepções aceitas do termo “processo” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2009. v. 2, p. 24). No mesmo sentido, para JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE, o processo jurisdicional “nada mais é, pois, que um método de trabalho desenvolvido pelo Estado para permitir a solução dos litígios” (BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros Ed., 2006. p. 36).

⁴GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Flexibilização procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual, de acordo com as recentes reformas do CPC*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 30. (Coleção Atlas de Processo Civil. Coordenação Carlos Alberto Carmona).

Mesmo nessa concepção mais técnica, o conceito de processo não se distancia de seu elemento teleológico,⁵ dado que este constitui instrumento que se dirige à específica finalidade de obtenção de um provimento jurisdicional.⁶

Há, por outro lado, quem entenda que o processo é o procedimento em contraditório, consistindo o contraditório na “participação ativa e necessária das partes na coleta e reconstrução dos pressupostos fáticos que motivarão o provimento final”.⁷

Assim, embora não haja um conceito uniforme quanto ao que seja o processo, as concepções mais aceitas, que o definem em torno da relação jurídica processual e do procedimento desenvolvido em contraditório, espelham, com toda força, sua natureza pública e o distanciamento de uma noção privatista.⁸ Antes, vem ganhando corpo na ciência processual uma noção verdadeiramente publicista e constitucional do processo.

O processo, sob tal perspectiva, é entendido como meio de atuação da jurisdição para a realização de justiça e não como mera forma de satisfação de interesses privados não espontaneamente satisfeitos.⁹ Mais que isso, o processo é o direito constitucional aplicado, eis que, para além de técnica e método de trabalho, é instrumento público indispensável para a realização de justiça e pacificação social.¹⁰

Este é, pois, o fundo e o propósito da noção verdadeiramente instrumental do processo e da qual partiremos para a caracterização do processo arbitral. Antes, porém, algumas palavras se fazem necessária quanto à noção de procedimento.

⁵MARCATO, Antônio Carlos. *Procedimentos especiais*. 12. ed. São Paulo, Atlas, 2006, p. 56. O mesmo critério parece ter inspirado ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, que conceitua o processo como “conjunto mesmo dos atos entre si encadeados e orientados no sentido da solução do litígio, ao passo que por *procedimento* se designam a forma, a ordem e a disposição dos mesmos na série, variáveis segundo as exigências da relação de direito material a ser tratada ou segundo outras necessidades e conveniências que ao legislador tenham impressionado” (FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. Justificação teórica dos procedimentos especiais. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 91, v. 330, p. 4, abr./jun. 1995).

⁶Cf. MARCATO, Antônio Carlos, *Procedimentos especiais*, cit., p. 56.

⁷Cf. MARCATO, Antônio Carlos. *Procedimentos especiais*, cit., p. 56.

⁸Conforme conclui JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE “deve ser veementemente repelida a tentativa de ressuscitar visão privatista do processo, com restrições à atividade do juiz na sua direção e condução. Processo não é coisa das partes. São múltiplos os interesses envolvidos em uma demanda judicial, ainda que seu objeto seja exclusivamente privado.” (BEDAQUE, José Roberto dos Santos, *Efetividade do processo e técnica processual*, cit., p. 69).

⁹CAMBI, Eduardo. Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo. In: DIDIER JR., Fredie (Org.). *Leituras complementares de processo civil*. 7. ed. Salvador: Juspodium, 2009, p. 224.

¹⁰OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie (Org.). *Leituras complementares de processo civil*. 7. ed. Salvador: Juspodium, 2009, p. 125. No mesmo sentido, JOEL DIAS FIGUEIRA JÚNIOR, afirma que o processo é “instrumento (via de acesso à Justiça e à ordem jurídica) de pacificação social, de conotação sociopolítica, servindo para resolver conflitos de interesses qualificados, insatisfeitos ou simples” (FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001. v. 4, t. 1, p. 51).

Procedimento é normalmente entendido como o modo pelo qual se concatenam os diferentes atos que constituem o processo, mediante os quais o juiz exerce a jurisdição e a parte a defesa de seus interesses,¹¹ representando a forma com que se exterioriza o processo.¹² Ou, ainda, conforme o ensinamento de CELSO NEVES, procedimento “é o complexo de atos e termos que refletem e condicionam, no processo civil, a atividade das partes, do juiz, dos órgãos auxiliares da Justiça e demais pessoas cuja atuação concorre para que, na relação jurídica de que constitui materialização, se efetive a tutela jurídica atinente à função precípua do Poder Judiciário”.¹³

O procedimento é elemento indispensável para constituir o conceito de processo, pois sem sua feição externa (o procedimento) o processo seria reduzido a uma ideia amorfa e inconsistente de relação jurídica processual.¹⁴ Como lembra FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI, a lei concretiza no procedimento os atos, as formas, posições subjetivas e prazos processuais, sem os quais o procedimento perderia toda a sua ossatura.¹⁵

O próprio FERNANDO GAJARDONI, elaborando metáfora inicialmente proposta por OVÍDIO A. BAPTISTA DA SILVA, fornece interessante explicação que auxilia na compreensão da distinção entre os dois conceitos:¹⁶

“Em síntese, tem-se que enquanto o processo é um instrumento de atuação da jurisdição, para o exercício do direito de ação e de defesa, composto, como regra, de inúmeros atos processuais que o levam do pedido inicial ao final provimento, o procedimento é o modo, a maneira como estes diversos atos processuais se combinam em contraditório (sua ordem, forma, prazo e tempo), algo que é determinado pela lei ou por circunstâncias ligadas às pessoas ou à causa. Metaforicamente, o processo seria um veículo (instrumento) de transporte de carga (Jurisdição, Ação, Defesa). O procedimento seria o caminho percorrido, ou, talvez até melhor, o tipo de veículo utilizado para o transporte desta carga, alguns mais rápidos, outros mais lentos, alguns que vão pelo ar, outros pelo mar, outros pelo chão, todos, entretanto, com o mesmo propósito: levar o veículo (processo) até o seu destino final (provimento jurisdicional)”

¹¹DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 454.

¹²CALMON DE PASSOS, J. J. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983. v. 3, p. 9. V. também SANTOS, Ernane Fidelis dos *Novíssimos perfis do processo civil brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 196.

¹³NEVES, Celso. *Estrutura fundamental do processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 257.

¹⁴WATANABE, Kazuo. *Da cognição no processo civil*. 2. ed. Campinas: Bookseller, 2000. p. 122-140.

¹⁵GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Flexibilização procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual*, de acordo com as recentes reformas do CPC, cit., p. 37.

¹⁶Cf. GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Flexibilização procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual*, de acordo com as recentes reformas do CPC, cit., p. 38.

Não à toa, o sistema processual é composto por uma enormidade de procedimentos destinados à obtenção de todo tipo de tutela, fato esse que não deixa de ser criticado por autorizada doutrina.¹⁷ A doutrina processualista do século XX sempre foi bastante refratária aos procedimentos especiais, tratando-os como figura anômala no processo, justamente porque tais procedimentos representariam a mescla que a ciência processual buscava evitar.¹⁸

De outro lado, porém, há também severas críticas ao prestígio conferido ao procedimento ordinário, em detrimento de procedimentos especiais, justamente em razão do prejuízo que isso poderia trazer à efetividade da tutela processual. De acordo com tal concepção, os procedimentos especiais seriam mais ajustados às peculiaridades das exigências das relações jurídicas neles deduzidas, tornando mais aparente a relação existente entre o *direito* e o *processo*.¹⁹

Nesse contexto, indispensável a menção ao estudo realizado por KAZUO WATANABE acerca da cognição no processo civil, verdadeira referência a respeito da matéria. O prestigiado autor parte do estudo das formas de cognição para examinar de que forma a sua variação, seja em termos de profundidade ou de amplitude, pode proporcionar uma tutela mais adequada a cada tipo de pretensão de direito material.²⁰

O autor, ainda, propõe que a cognição seja examinada em dois planos: horizontal e vertical. No plano horizontal, trata-se da *extensão* (ou *amplitude*) da cognição,

¹⁷Cabe, desde já, apontar a pertinente observação de E.D. MONIZ DE ARAGÃO, para quem a existência de dezenas de procedimentos especiais é uma das marcas do formalismo e burocratização de nossa legislação processual. Diz o autor que “imperam a burocracia e o formalismo, consagrados sem parcimônia na disciplina desses incontáveis procedimentos. O resultado, como é fácil de prever, é a preponderância de intrincadas questões formais em torno de nugas, próprias de um processo assaz burocratizado e formalista, o que pode ser observado na atuação diuturna dos juízos e tribunais, que, ao invés de se concentrarem no litígio, isto é, na questão substancial, vivem a enfrentar e a decidir – sem uniformidade (o que gera recursos e mais recursos) – quizilas procedimentais criadas pela interpretação e cumprimento das normas disciplinares de cada qual dessas muitas dezenas de procedimentos” (MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. Procedimento: formalismo e burocracia. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 358, p. 54-55, nov./dez. 2001).

¹⁸Posição essa que mereceu a crítica, dentre outros, de ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, que afirma que não se pode levar longe demais a ideia de autonomia, uma vez que os campos do direito interpenetram-se e mutuamente se influenciam. De acordo com o autor, “para sustentar-se a autonomia do Direito Processual não é necessário negar-lhe o caráter instrumental que todos lhe reconhecem.” (FABRICIO, Adroaldo Furtado. Justificação teórica dos procedimentos especiais, cit., p. 9).

¹⁹Cf. MARCATO, Antônio Carlos. *Procedimentos especiais*, cit., p. 59.

²⁰Segundo KAZUO WATANABE, “a cognição é prevalentemente um ato de inteligência, consistente em considerar, analisar e valorar as alegações e as provas produzidas pelas partes, vale dizer, as questões de fato e as de direito que são deduzidas no processo e cujo resultado é o alicerce, o fundamento do *judicium*, do julgamento do objeto litigioso do processo” (WATANABE, Kazuo. *Da cognição no processo civil*. 3. ed. São Paulo: Ed. Perfil, 2005. p. 267-268).

considerando a totalidade das questões que devem ser resolvidas pelo julgador. Assim, a cognição é parcial ou plena, conforme a quantidade de questões que são decididas.

Já no plano vertical, trata-se da *profundidade* da cognição, assim entendida em função da profundidade com que cada questão é explorada, podendo ser exauriente (completa) ou sumária (incompleta).

A definição dos procedimentos, sustenta KAZUO WATANABE, é estabelecida justamente em função da combinação desses quatro vetores, eis que a cognição pode ser (i) plena e exauriente; (ii) parcial e exauriente; (iii) plena e exauriente *secundum eventum probationis*; (iv) cognição eventual, plena ou parcial, e exauriente; e (v) cognição sumária.

Cada procedimento, no âmbito do processo judicial, é formatado de modo a dar ênfase a um tipo de cognição. Há, no entanto, na tradição processual brasileira, predomínio da ordinariedade do procedimento e da busca por soluções que privilegiem a cognição plena e exauriente. Os ideais liberais de liberdade e igualdade formal são apontados por LUIZ GUILHERME MARINONI e SÉRGIO CRUZ ARENHART como a principal justificativa filosófica à existência de um procedimento ordinário e único. Não se justificaria, sob o ponto de vista de um ideal de que todos os cidadãos têm o direito de receber da lei exatamente o mesmo tratamento, que determinadas pessoas ou situações viessem a receber qualquer tipo de tratamento privilegiado, ou “tutela jurisdicional diferenciada”, na expressão dos autores.²¹

Assim é que o tratamento procedimental diferenciado a determinadas situações, antes indesejado por ideais liberais de igualdade puramente formal, passou a ganhar enorme destaque.²² Provas disso são a diversificação das tutelas de urgência e de evidência, a valorização dos Juizados Especiais Cíveis como forma de facilitar o acesso à Justiça, a criação da ação monitória, dentre outros. Pouco a pouco, a estrita e cartesiana lógica do Código de Processo Civil de 1973 veio sendo sendo abrandada para dar lugar à efetividade e à instrumentalidade do processo – pois muito mais do que um processo

²¹Nas palavras de LUIZ GUILHERME MARINONI e SÉRGIO CRUZ ARENHART: “Se a igualdade formal inspira o ordenamento jurídico, apresentando-se como requisito para garantir a liberdade e o bom funcionamento do mercado, não há como pensar em tutela jurisdicional que tome em consideração determinados interesses socialmente relevantes ou em forma de “tutela jurisdicional diferenciada”, a revelar a necessidade de conferir “tratamento diferenciado” a situações e posições sociais distintas.” In (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Procedimentos especiais*, cit., p. 19).

²²Como bem pontuou FLÁVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI, a aproximação e o distanciamento da ordinarização do procedimento são historicamente cíclicas – e, contemporaneamente, vive-se momento em que ganham corpo as tutelas diferenciadas (ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli. Tendência de sumarização do processo civil e o procedimento ordinário como paradigma. Um modelo em vias de ser superado? *Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 9, n. 4, p. 64-65, jul./ago. 2008).

logicamente ordenado entre conhecimento e execução (sob o pálio de garantia máxima da certeza e da segurança), o jurisdicionado visa à efetividade e a presteza da resposta do Estado-juiz. Por outro lado, já não se vê mais a separação absoluta entre direito material e processo como um dogma a ser perseguido.²³

Para CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, a efetividade do processo constitui expressão resumida da ideia de que “o processo deve ser apto a cumprir integralmente toda a sua função sócio-político-jurídica, atingindo à plenitude todos os seus escopos institucionais”.²⁴ Tais escopos são aqueles já mencionados mais acima e que se destinam à pacificação social, à educação para direitos e obrigações, à participação dos indivíduos nos destinos da sociedade e da nação, à proteção à liberdade e à atuação concreta da lei.

Não é necessariamente uma tutela jurisdicional rápida, mas, na verdade, a *melhor* tutela que puder ser prestada dentro de um tempo razoável, combinando-se, pois, os critérios de *segurança e efetividade*.²⁵ A aplicação prática dessa diretiva de efetividade depende da adoção de um procedimento que permita que o ideal de um processo mais efetivo se concretize materialmente. Sem um procedimento afinado à natureza verdadeiramente *instrumental* do processo – e, como tal, veículo do direito material para alcançar os escopos da jurisdição –, não será possível atingir essa finalidade.

Por exemplo, a tutela específica das obrigações, pouco importante na Codificação de 1973, passou a ganhar um relevo que não fora cogitado pelo legislador de então. Inegável o aprofundamento da relação do direito material com o processo, eis que, para além de uma sentença logicamente perfeita, o que se busca é a efetiva satisfação do direito, mediante a atuação prática da tutela jurisdicional. A edição de uma norma individual concreta (a decisão judicial) passa a ser parte da solução da crise de direito material, cuja viabilização da satisfação é função precípua do Estado-juiz.

O procedimento, portanto, ocupa figura central nesse quadro, pois é por meio dele que se faz perceber e atuar a tutela jurisdicional. As pressões por maior eficiência no

²³Essa é também a percepção de JOEL DIAS FIGUEIRA JR. (*Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 4, t. 1, p. 60), para quem se vê claramente “que o *processo de cognição clássico* está mais do que em crise ou decadência. Ele atinge no direito contemporâneo a sua absoluta insubsistência à medida que se apresenta ineficaz para atingir os fins a que se destina diante da barreira abismal que separa a ameaça ou violação da norma no plano material do direito subjetivo do jurisdicionado e a satisfação perseguida para a composição do conflito”. (FIGUEIRA JR., Joel Dias. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 4, t. 1, p. 60)

²⁴DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 1993. p. 390.

²⁵Cf. BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*, cit., p. 49.

processo deságüam, necessariamente, sobre a formatação do procedimento, sempre para tentar modernizá-las ou ajustá-las às necessidades que o convívio social traz.

Nesse sentido, e adentrando apenas em caráter introdutório as discussões que serão travadas de modo mais aprofundado no desenvolvimento posterior deste trabalho, a admissibilidade, ou não, da sentença parcial é questão que costuma ser tratada em função do encaixe dessa figura dentro de um arranjo procedimental tradicionalmente escorado apenas na regra da *unicidade* da sentença.

Mais que isso, a simples ideia de se ter mais de uma sentença no processo – que poderia ser considerada um anátema num sistema onde a lógica procedimental e recursal impele à unicidade da sentença – somente passou a ser veiculada porque apoiada no pressuposto de ser uma inovação procedimental destinada a tutelar, de modo diferenciado, situações diferenciadas.²⁶

Considerando-se o conceito de tutelas jurisdicionais diferenciadas, abarcadas pelo processo mediante o estabelecimento de procedimentos favoráveis à sua concretização – ação monitória, juizados especiais cíveis, antecipação de tutela etc. – não seria, assim, possível encontrar um lugar para a sentença parcial?²⁷

Pode-se dizer que, no âmbito do processo judicial, vem sendo amalgamada a ideia adaptabilidade do procedimento. Fato é que um procedimento inflexível, no mais das vezes, não atende às expectativas das partes. No fundo, a questão se dirige a tornar o procedimento, qualquer que seja sua denominação formal, capaz de atender às demandas dos jurisdicionados de forma simples e com a elasticidade adequada a permitir soluções individualizadas, tudo isso em prol de tornar o processo um instrumento mais efetivo para a pacificação social.²⁸

²⁶Nesse sentido, EDUARDO DE ALBUQUERQUE PARENTE, que sustenta que “o procedimento arbitral é naturalmente destinado a oferecer a melhor decisão possível justamente por conta de especialidade do julgador, seja na questão de direito material, seja no *modus operandi* processual.” (PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 134).

²⁷Nessa linha, LUIZ ROBERTO AYOUB e ANTÔNIO PEDRO PELLEGRINO falam em legitimar, sob o pálio constitucional, da conduta judicial destinada a otimizar o processo e adiantar o julgamento da lide tanto quanto possível (AYOUB, Luiz Roberto; PELLEGRINO, Antônio Pedro. A sentença parcial. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 6, n. 22, p. 38, jul./set. 2009).

²⁸Isso aproxima os conceitos de legalidade e equidade. Para CARLOS ALBERTO ALVARO DE OLIVEIRA “o juízo de legalidade constata as características comuns, enquanto o juízo de equidade ocupa-se com a compreensão das características acidentais e particulares da hipótese individual verificada, mas sempre levando em conta o sistema em que inserido. Assim, legalidade e equidade apresentam-se como dois aspectos distintos, mas logicamente indissociáveis da linguagem jurídica e do significado dos signos nele empregados, de sorte que convivem numa relação necessária e inafastável, um não existindo sem o outro. No fundo, portanto, verifica-se uma falsa contraposição entre formalismo excessivo e informalismo

Essas ideias têm trânsito seguro no processo arbitral, conforme trataremos mais adiante. Para o presente ensejo, basta frisar que buscaremos rumar no sentido de que, na arbitragem, muitas das perplexidades relacionadas à adaptabilidade do procedimento podem ser superadas pelas características de flexibilidade e relativa informalidade que marcam esse aparato.

2.2. A caracterização de um verdadeiro processo arbitral. Autonomia em relação ao processo judicial

A doutrina tem, consistentemente, inserido o processo arbitral no âmbito do direito processual constitucional, eis que sobre a arbitragem incidem plenamente “os princípios e garantias constitucionais inerentes à tutela constitucional do processo”.²⁹ De outro lado, porém, essa aproximação sempre é vista com muito cuidado, justamente em razão da autonomia com que normalmente o direito arbitral se proclama e a necessidade de manutenção de uma certa distância de segurança em relação ao aparato estatal. Essa aparente dualidade deve ser examinada com um pouco mais de vagar.

A arbitragem possui caráter notadamente jurisdicional. Muito embora não admita expressamente tal caráter na arbitragem, CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO reconhece que há uma aproximação bastante forte com os escopos do processo apontados acima.³⁰ Todavia, a maior parte da doutrina, encabeçada por CARLOS ALBERTO CARMONA, é bastante mais enfática no sentido de reconhecer a arbitragem como jurisdição.³¹

arbitrário, já que todos os juízos são ou devem ser mais ou menos equitativos, ou iníquos, segundo o seu grau de compreensão das conotações específicas e diferenciadas da hipótese posta à apreciação do juiz”. Nesse sentido, para o autor, a aplicação da equidade em processo significa sobretudo não descuidar do fim material do processo – e que é a justificação maior ao formalismo – qual seja a realização de justiça material. (OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo*, cit., p. 134):

²⁹DINAMARCO, Cândido Rangel. Limites da sentença arbitral e de seu controle jurisdicional. In: _____. *Nova era do processo civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2007. p. 328.

³⁰CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO sustenta uma natureza parajurisdicional da arbitragem, eis que embora o árbitro não exerça sua função com o “escopo jurídico de atuar a vontade da lei, na convergência em torno do escopo social pacificador reside algo muito forte a aproximar a arbitragem da jurisdição estatal” (DINAMARCO, Cândido Rangel. Limites da sentença arbitral e de seu controle jurisdicional, cit., p. 327).

³¹Nesse sentido, THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 1, p. 39; FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Arbitragem, jurisdição e execução*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1999. p. 156-157; CARREIRA ALVIM, José Eduardo. *Direito arbitral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 46; TARTUCE, F. Arbitragem: algumas interações entre o direito material e o direito processual. Função social do contrato, ética na arbitragem e abuso processual. *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, ano 18, n. 70, p. 110, abr./jun. 2010; BRAGHETTA, Adriana. *A importância da*

No Brasil, antes da promulgação da Lei de Arbitragem – e, portanto, ainda sob o regime legal em que a eficácia da sentença arbitral dependia da homologação judicial³² –, já havia vozes dissonantes, tanto na jurisprudência,³³ como também na doutrina,³⁴ que sustentavam a jurisdiicionalidade da arbitragem.

A promulgação da atual Lei de Arbitragem, porém, acabou sendo um verdadeiro divisor de águas. E, nesse sentido, mesmo sem se aprofundar em toda a complexidade teórica que abarca o tema, não se pode perder de vista a realidade, que é precisamente o fato de que a lei determina que a sentença arbitral produzirá os mesmos efeitos da sentença judicial (artigo 31 da Lei de Arbitragem).³⁵ Na mesma linha, aliás, a Lei de Arbitragem prevê, em seu artigo 18,³⁶ que o árbitro é considerado juiz de fato e de direito, não ficando a sentença arbitral sujeita a homologação judicial.³⁷

Destaca-se, assim, a equivalência de funções entre o juiz e o árbitro,³⁸ que devem pautar sua atuação pelos ditames processuais que concretizam o devido processo legal, guiando um procedimento conduzido em contraditório até a prolação de uma sentença final, que, tanto em juízo como na arbitragem, resultará na solução definitiva da causa. Em ambos os casos, trata-se de processo jurisdicional.³⁹

sede na arbitragem: visão a partir do Brasil. Rio de Janeiro, Renovar, 2010. p. 5; WALD, Arnoldo. A recente evolução da arbitragem no direito brasileiro (1996-2001). In: MARTINS, Pedro A. Batista; GARCEZ, José Maria Rossani (Coords.). *Reflexões sobre arbitragem: in memoriam do Desembargador Cláudio Vianna de Lima*. São Paulo: LTr, 2002. p. 156. V. ainda, STJ, Conflito de Competência 113.260, 2ª Seção, Rel. p/ Acórdão Min. João Otávio de Noronha, j. 08/09/2010, DJe 07/04/2011 (especialmente no voto vencido da Min. Nancy Andrighi).

³²Cf. artigos 1098 e ss. do Código de Processo Civil de 1973, revogados por força do artigo 44 da Lei n. 9.307/96.

³³Cite-se, nesse sentido, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal no Agravo de Instrumento nº 52.181-GB (RTJ 68/393) em que se consignou que, o juízo arbitral “[constitui] uma jurisdição paralela à da Justiça ordinária e as suas decisões são equivalentes a dos juízes oficiais, fazem coisa julgada e são oponíveis, por isso mesmo, como exceção à renovação da lide perante aquelas justiças, devendo, por isso, valer independentemente de homologação”.

³⁴CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e jurisdição. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 15, n. 58, p. 33-40, abr./jun. 1990.

³⁵“Art. 31. A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo.”

³⁶“Art. 18. O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário.”

³⁷Nesse sentido, CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 26; CARREIRA ALVIM, José Eduardo. *Direito arbitral*, cit., p. 251: “Se o que se pretendeu foi revestir a atividade arbitral com o manto da jurisdição, à semelhança da atividade desenvolvida pelos juízes estatais, a dicção do artigo [art. 18 da Lei de Arbitragem] ajusta-se perfeitamente ao sistema”.

³⁸“Art. 17. Os árbitros, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, ficam equiparados aos funcionários públicos, para os efeitos da legislação penal.”

³⁹“Falar de processo arbitral, portanto, significa equivaler as esferas e arbitral como mecanismos jurisdicionais nos quais juiz e árbitro exercem as mesmas funções: serem julgadores de fato e de direito, dizerem o direito, em movimento alinhado com a própria natureza jurídica da arbitragem. Uma jurisdiicionalidade que advém dos próprios desígnios da Lei de Arbitragem, elaborada justamente para trazer um mecanismo que seja apto a resolver controvérsias com respaldo do Estado, pacificando situações, dizendo o direito exatamente como o processo judicial.” (PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 91).

Nesse sentido, parece infrutífero afastar da ideia de jurisdição a atividade que se desenvolve em conformidade com o devido processo legal e que resulta na prolação de uma decisão, por um terceiro imparcial e independente, que se reveste das mesmas características da sentença judicial.⁴⁰ Adotamos, por isso, a premissa de que estamos lidando com um processo de natureza verdadeiramente jurisdicional.

Arbitragem é processo. Cumpre lembrar, como faz EDUARDO DE ALBURQUERQUE PARENTE, que formas aparentemente distintas caracterizam-se como processo, tais como o processo legislativo e o processo administrativo, eis que em ambos podem ser identificados os escopos jurídico, social e político da jurisdição.⁴¹ Também a arbitragem, com efeito, inclui-se nesse rol.

Ao avançar até este ponto, porém, não queremos transmitir a impressão de que igualamos em tudo o processo arbitral ao processo judicial. Se a arbitragem é processo, como dito acima, *não é* o processo *judicial* e com ele não se confunde.

A ideia de autonomia do processo arbitral possui grande acolhida na doutrina, que, via de regra, vê a arbitragem como figura autônoma em relação à qual o direito processual civil não serve como supletivo de lacunas.⁴² Alguns, ainda, caracterizam a arbitragem como um “microssistema processual”.⁴³ Não se trata, portanto, de uma autonomia completa a ponto de isolar completamente a arbitragem da ciência processual.

⁴⁰CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 26.

⁴¹Para CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, o processo possui três escopos bem definidos: (i) o escopo social; (ii) o escopo político; e (iii) o escopo jurídico. O escopo social destina-se à pacificação social e à educação. Pacificar os conflitos da sociedade é, claramente, uma missão do Estado que, assumindo o controle dos meios coercitivos e proibindo a vingança privada, apresenta-se aos cidadãos como substituto à autotutela. Trata-se, pois, de um bem vinculado à própria segurança jurídica. No escopo social, como dito, também está incluída uma vertente destinada à educação, porque destinada à conscientização dos membros da sociedade no sentido de que a jurisdição é o meio substitutivo da força privada na solução dos conflitos. Quanto ao escopo político, este se relaciona com a estabilidade das instituições políticas, visando à garantia da própria estabilidade e autoridade do Estado, “na mesma medida em que este se enfraquece quando se generalize a transgressão aos preceitos que estabeleceu ao legislar de modo genérico e abstrato”. Por fim, o escopo jurídico, que é a atuação da vontade concreta da lei – isto é, revelando os direitos, existentes de modo abstrato na lei, em caráter concreto, diante de uma dada situação. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 1, p. 129-140).

⁴²Essa é a posição da maior parte da doutrina. Alguns autores, todavia, embora também reconheçam a autonomia da arbitragem, enxergam algum campo de influência entre os dois sistemas a ponto de se permitir o suprimento de determinadas lacunas no sistema arbitral a partir do sistema processual civil. Nesse sentido, ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 5, n. 18, p. 275 e 289, jul./set. 2007 e FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. Sentença parcial e cumprimento da sentença. Anotações em torno da Lei 11.232/2005. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 31, jul./set. 2007.

⁴³Conforme sustenta DONALDO ARMELIN, “a arbitragem, tal como disciplinada pela Lei 9.307/96 constitui um microssistema processual, que aspira a sua plenitude hermética, ou seja, ser em si bastante diante do macrossistema do processo civil, ambos direcionados à solução de conflitos de interesses e dotados da mesma estrutura – a efetivação desse escopo. Da mesma forma, a arbitragem, tal como sucede com o

O tema é intrigante e gera muitos debates. A doutrina tende a se posicionar pela defesa da autonomia da arbitragem frente ao processo judicial, sempre ciosa das características que informam o processo arbitral, tais como a celeridade e a informalidade,⁴⁴ e receosa dos males que a chamada “processualização” da arbitragem poderia ensejar.⁴⁵

Se é bem verdade que os princípios informativos do processo identificados por CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO⁴⁶ estão também presentes na arbitragem,⁴⁷ é igualmente verdadeiro que esses princípios têm prevalência compartilhada na arbitragem ao lado de outro princípio informativo: a autonomia da vontade.

Nesse sentido, é fundamental notar que o processo arbitral notabiliza-se pela flexibilidade procedimental. Sua verdadeira marca distintiva com relação ao processo judicial é o prestígio concedido, não só às partes, mas também aos árbitros, na formação do procedimento.⁴⁸

Consideramos que o balanço entre os dois pilares da arbitragem – a autonomia da vontade e o devido processo legal – é responsável por caracterizar o processo arbitral como um sistema relativamente autônomo, dotado de princípios que lhe são particulares – um

processo civil, enseja a eliminação de conflitos de forma definitiva e imutável consoante o que ocorre com a coisa julgada material no plano da jurisdição estatal. A atual disciplina jurídica da arbitragem é resultado de um processo de evolução dentro do sistema jurídico nacional, que lhe propiciou suficiente autonomia para, independentemente do regramento imposto pelo do [sic] direito na tela do processo civil, desempenhar a sua função de pacificação social.” (ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 289).

⁴⁴V. a esse respeito o entendimento de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, para quem celeridade, economia, conhecimento específico sobre a matéria, privacidade, maior informalidade e a definitividade da decisão sem possibilidade de recurso estão dentre as características fundamentais do instituto e, assim, são “as grandes molas desse meio alternativo de pacificação” e “devem ser levados em conta sempre que, agora no prisma da jurisdição estatal, se cuida de examinar a validade dos julgamentos ali produzidos” (DINAMARCO, Cândido Rangel. Limites da sentença arbitral e de seu controle jurisdicional, cit., p. 330).

⁴⁵CARMONA, Carlos Alberto. O processo arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 28, jan./abr. 2004; PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 72 e ss.

⁴⁶“Não se pode negar que todos eles estão presentes no processo arbitral. Há uma preocupação com o chamado *custo de oportunidade* na utilização do processo arbitral, se comparado com o estatal, preenchendo o primeiro princípio acima (econômico). Há toda uma construção de instrumentos internos que possibilitam a adequação do procedimento à necessidade do caso concreto, cumprindo o segundo (lógico). Há no processo arbitral a manutenção da igualdade das partes, até como matéria de ordem pública pela lei (art. 21, §2º), existindo busca pela compleição do direito material, seja no julgamento por direito, seja por equidade, nos termos do princípio terceiro *supra* (jurídico). Por fim, a estabilização dada pela lei à decisão arbitral final transfere ao processo arbitral o último princípio informativo do processo apontado (político), com a pacificação social” (PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 90).

⁴⁷V. artigo 21, §2º, da Lei de Arbitragem.

⁴⁸PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., pp. 50-51.

fechamento operacional –, ao mesmo tempo em que se comunica com outros sistemas por meio de sua abertura cognitiva.⁴⁹

Com isso, chegamos à conclusão de que o processo arbitral é, de fato, autônomo em relação ao processo judicial, sem que se possa, contudo, perder de vista que a arbitragem, dentro de sua lógica particular, comunica-se com o direito processual e dele extrai o conteúdo que a caracteriza como um instrumento verdadeiramente jurisdicional. É em função de tais pressupostos que lançaremos nossas considerações neste trabalho.

2.3. A estrutura do procedimento arbitral: da demanda à sentença

Já fizemos o cotejo entre processo judicial e processo arbitral, com o propósito de caracterizar as peculiaridades que diferem este último. Em preparação ao estudo da sentença arbitral parcial, também nos parece de todo relevante um rápido passar de olhos pela estrutura do *procedimento* arbitral. Adianta-se, desde já, que a Lei de Arbitragem é, intencionalmente, bastante sucinta e geral no que se refere a regras procedimentais. A despeito disso, com base nos ditames do devido processo legal, costuma-se identificar no processo arbitral uma estrutura procedimental, assim entendido o fio condutor que tem como ponto de partida a apresentação da demanda aos árbitros até a sua conclusão, por meio de uma sentença.

2.3.1. A convenção de arbitragem: gênese da jurisdição arbitral

A jurisdição arbitral tem sua origem e fundamento na convenção de arbitragem.⁵⁰ Ela é o negócio jurídico processual celebrado entre as partes para submeter potenciais litígios ou conflitos já existentes à apreciação e julgamento de um terceiro imparcial e

⁴⁹Não é pretensão deste trabalho demonstrar a autonomia do processo arbitral em relação ao processo judicial. Nesse sentido, por todos, cf. PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 40-138.

⁵⁰Como afirma CARLOS ALBERTO CARMONA, “a convenção de arbitragem tem um duplo caráter: como acordo de vontades, vincula as partes no que se refere a litígios atuais ou futuros, obrigando-as reciprocamente à submissão ao juízo arbitral; como pacto processual, seus objetivos são os de derrogar a jurisdição estatal, submetendo as partes à jurisdição dos árbitros.” (CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 79).

independente.⁵¹ É ela, a convenção de arbitragem, que constitui a base, a partir da qual as partes definirão, mediante a formulação de pedidos, os limites concretos do poder jurisdicional do árbitro.

Ao mesmo tempo em que cria os poderes jurisdicionais do árbitro, a convenção de arbitragem estabelece os limites objetivos e subjetivos a esse poder. Assim, é defeso ao árbitro conhecer de matéria que esteja fora do pacto que é a origem contratual de seu poder jurisdicional,⁵² de tal sorte que a Lei de Arbitragem, em seu artigo 32, inciso IV, possibilita a invalidação de sentença arbitral proferida fora dos limites da convenção de arbitragem.⁵³

Nos termos da Lei de Arbitragem, convenção de arbitragem é termo que abrange os conceitos de cláusula compromissória (estabelecida previamente à ocorrência do litígio) e de compromisso arbitral (firmado para submeter ao árbitro o julgamento de um determinado litígio já existente).⁵⁴ Essa distinção legal, como se percebe, tem como fundamento um *critério temporal* que tem como baliza o surgimento do litígio que se busca dirimir por intermédio do processo arbitral.⁵⁵

A *cláusula compromissória*, via de regra, não estabelece a definição do escopo do processo arbitral, justamente em função da dificuldade de se definir, de antemão, qual será a pretensão das partes diante de um litígio que ainda não se instaurou. Nesse caso, portanto, a definição do efetivo escopo da arbitragem fica para o momento em que as partes apresentam seus pedidos.

Embora não seja a prática mais comum, as partes contratantes podem estabelecer na cláusula compromissória determinadas limitações ao objeto de futura arbitragem.⁵⁶ Pode-se citar exemplo de cláusula de arbitragem em contrato que envolva a locação de máquinas

⁵¹Sobre o tema, v. GUERRERO, Luís Fernando. *Convenção de arbitragem e processo arbitral*. São Paulo: Atlas, 2009. Para o autor, a convenção de arbitragem é definida como “o acordo de vontades pelo qual as partes se vinculam à solução de litígios determinados ou determináveis, presentes ou futuros, por meio de juízo arbitral, sendo derogada, em relação aos mencionados litígios, a jurisdição estatal. (op. cit., p. 5).

⁵²Nesse sentido, CARLOS ALBERTO CARMONA afirma que “à semelhança do que ocorreu na França no início da década de 1980, a Lei 9.307/96 tratou, no mesmo capítulo, da cláusula compromissória e do compromisso arbitral, sob a denominação conjunta de convenção de arbitragem. Segundo a sistemática adotada, tanto a cláusula quanto o compromisso excluem a jurisdição estatal, efeito que até o advento da Lei 9.307/96 só era produzido pelo compromisso arbitral, *ex vi* do art. 301, IX, do Código de Processo Civil, em sua redação original. Tal efeito unificado da cláusula e do compromisso é condição *sine qua non* para o regular funcionamento da arbitragem.” (CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 17).

⁵³V. CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 405.

⁵⁴V. artigos 4º e 9º da Lei de Arbitragem.

⁵⁵Cf. GUERRERO, Luís Fernando. *Convenção de arbitragem e processo arbitral*, cit., p. 47.

⁵⁶Esse tipo de limitação a priori, aliás, é medida que tem sérios riscos, de modo que sua adoção deve ser tratada com cautela, de modo a não limitar demais a atuação do árbitro e, eventualmente, impedir que ele possa, de fato, solucionar a lide.

e a prestação de serviços de manutenção, em que a cláusula compromissória estabeleça que somente as questões relacionadas à prestação de serviços de manutenção serão objeto de arbitragem, excluindo expressamente as demais da jurisdição arbitral. Outro exemplo seria uma convenção de arbitragem que estabeleça que os árbitros possam conhecer dos aspectos contratuais de determinada controvérsia, mas vedando aos árbitros o julgamento de pedidos de danos morais.⁵⁷ Em ambos os exemplos, é óbvio que as partes não estão limitando o direito de ação – o que seria vedado em função do artigo 5º, XXXV, da Constituição –, mas estão apenas limitando objetivamente a jurisdição arbitral.

Mesmo não havendo, *a priori*, limitações ao objeto de futura arbitragem (isto é, no caso comum de cláusulas de arbitragem que prevejam que os árbitros possuem jurisdição para resolver toda e qualquer controvérsia relacionada a uma determinada relação jurídica de caráter patrimonial disponível), pode-se aventar a hipótese de um litígio complexo, que envolva pedidos com base em diversos contratos, alguns com cláusula de arbitragem e outros sem. Nesse caso, é de se entender que pedidos fundados em contratos não dotados de cláusula compromissória não possam ser resolvidos por arbitragem, ante a falta de previsão contratual.⁵⁸

O cenário seria um pouco diferente se estivéssemos tratando do compromisso arbitral, negócio jurídico processual que tem por objeto a resolução de um determinado litígio. Nesse caso, a Lei de Arbitragem, em seu artigo 10, III, estabelece que o compromisso deverá estabelecer a matéria que será “objeto da arbitragem”. Trata-se de uma definição bastante aberta, muito mais ampla do que as redações superadas do Código Civil de 1916 (art. 1.039) e do Código de Processo Civil (1.074, inc. III), que falavam em “objeto do litígio”.⁵⁹

Deve-se, portanto, ter presente que a convenção de arbitragem é, antes ou depois da formação do litígio, o quadro dentro do qual devem estar inseridas as pretensões das partes e fora do qual os árbitros não têm jurisdição.

⁵⁷Não se reconhece com isso que o árbitro não esteja sujeito ao princípio da proibição do *non liquet*. Na verdade, é a própria jurisdição do árbitro que encontra seus limites no acordo de vontade das partes. Nesse sentido, as partes podem, como afirmado, não atribuir ao árbitro jurisdição para conhecer de todo o litígio.

⁵⁸Desconsideram-se aqui possíveis especificidades que ocasionalmente venham a gerar extensão dos efeitos da cláusula compromissória aos demais contratos.

⁵⁹Conforme bem pontuado por CARLOS ALBERTO CARMONA, “não haverá necessidade de uma descrição exauriente e completa de todos os fatos que deverão ser submetidos ao árbitro, nem uma descrição completa do litígio que haverá de ser dirimido, mas sim uma indicação suficiente que sirva de baliza para os julgadores, tudo a evitar um laudo que fuja aos limites estabelecidos” (CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 203).

2.3.2. A definição em concreto do objeto do processo arbitral: demanda, pretensão, pedido e mérito

Como dito acima, o árbitro não exerce sua jurisdição no âmbito do processo arbitral de forma ilimitada. Essa jurisdição deve, antes, observar os limites próprios que são impostos pelo caráter convencional e dispositivo da arbitragem. São esses limites que determinam a missão jurisdicional outorgada ao árbitro, estabelecem o objeto do processo arbitral e, em último grau, balizam a sentença que por ele deve ser proferida.

A definição do objeto da arbitragem, no entanto, é dinâmica, pois parte da convenção de arbitragem para se consolidar nos pedidos formulados pelas partes no âmbito do processo arbitral. Vejamos.

Com o surgimento do litígio, duas situações podem ocorrer: (i) partes signatárias de contrato dotado de cláusula compromissória requerem a instauração do procedimento arbitral e formulam seus pedidos, cujo julgamento esperam do tribunal arbitral; ou (ii) as partes elaboram compromisso arbitral, dotado dos elementos previstos no artigo 10 da Lei de Arbitragem, o que inclui a “matéria que será objeto da arbitragem” (inc. III).

Não há, na Lei de Arbitragem, a determinação de um momento específico em que a parte deva especificar seus pedidos. A determinação desse momento do procedimento, assim, fica a cargo das partes e, supletivamente, dos árbitros. Nem por isso, contudo, a arbitragem deixa de estar estruturada segundo a lógica inspirada pelo princípio da congruência, de acordo com o qual os pedidos formulados pelas partes deverão constituir a moldura dos limites da sentença, sobre o qual voltaremos a falar.⁶⁰

Importante, aqui, que se tenha bastante claro os conceitos de *demand*a, *pretensão* e *pedido*, basilares para a teoria geral do processo e, bem por isso, também aplicáveis ao processo arbitral sempre que não conflitantes com alguma de suas premissas fundamentais.

Conforme ensina CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, a *demand*a é o “ato de vir a juízo pedindo tutela jurisdicional”, tendo por conteúdo uma pretensão.⁶¹ Esta, por sua vez, é a

⁶⁰Vale a menção a um julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, embora em sede de agravo de instrumento, trata da questão da estabilização da demanda na arbitragem (TJSP, Agravo de Instrumento nº 0293432-12.2011.8.26.0000, 35ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Manoel Justino Bezerra Filho, j. 13/02/2012).

⁶¹DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 106. Conforme lembra MILTON PAULO DE CARVALHO, a *demand*a se distingue da *ação* uma vez que o direito à ação está condicionado pela legitimidade, interesse e possibilidade jurídica, ao passo que o direito de demandar é incondicionado (CARVALHO, Milton Paulo de. *Do pedido no processo civil*. Porto Alegre: Ed. Fabris, 1992. p. 67).

“*exigência de subordinação de um interesse alheio ao interesse próprio*”, consistindo, pois, em um *fato*, na exteriorização de uma aspiração ou de uma vontade.⁶² Constituem a demanda três elementos: (i) partes; (ii) causa de pedir; e (iii) pedido.⁶³

Dentre esses, destacamos o pedido, ou pretensão. Como afirmou MILTON PAULO DE CARVALHO, ele “é a pretensão porque é o que se pede em juízo, não é a dedução da pretensão, mas a pretensão já deduzida, ou a *res in iudicium deducta*, na fórmula tradicional (dando-se a *res* o duplo sentido de provimento de determinada espécie e bem jurídico material)”.⁶⁴ No pedido, o autor especifica a espécie de provimento pretendido e o bem da vida a ser outorgado por meio desse provimento (o que a doutrina chama de caráter bifronte do pedido, ou objeto imediato e mediato).⁶⁵

O processo também admite o cúmulo de demandas. Sem adentrar, por ora, os requisitos para que isso ocorra (até porque eles são bastante relacionados à modalidade do procedimento que for adotada), vale apenas lembrar que seu fundamento é a economia processual gerada pela veiculação, em uma mesma base procedimental, de várias pretensões.

Tal cumulação pode ser simples, sucessiva, alternativa ou eventual. Cumulação simples é a soma de pedidos que não têm fundamento fático ou jurídico em comum (a identidade se restringe às partes). Consequentemente, por serem independentes, tais demandas poderiam comportar julgamento isolado, caso fossem propostas por meio de processos diferentes.

Já no cúmulo sucessivo, a apreciação do segundo pedido depende da procedência do primeiro, havendo uma relação de prejudicialidade entre eles. Exemplo típico é a demanda que visa à resolução de um contrato, cumulada com perdas e danos decorrentes dessa resolução (a segunda pretensão é cumulada sucessivamente).

O cúmulo alternativo apresenta dois ou mais pedidos com a manifestação de que apenas um deles seja acolhido. Por fim, no cúmulo eventual são formulados pedidos em

⁶²DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 106.

⁶³DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 112.

⁶⁴CARVALHO, Milton Paulo de. *Do pedido no processo civil*, cit., p. 73. Vale mencionar o posicionamento contrário, sustentado por CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, para quem pretensão e pedido são se confundem, pois a pretensão seria veiculada no pedido (DINAMARCO, Cândido Rangel. O conceito de mérito em processo civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 34, p. 22, abr./jun. 1984).

⁶⁵MILTON PAULO DE CARVALHO esclarece que “divisamos os elementos, ou componentes, do pedido, que são, conforme a carga de predominância, o *imediato*, ou de *força*, ou seja, a provisão jurisdicional de determinada espécie, e o *mediato*, ou *efeito*, que é o bem da vida exposto na pretensão processual.” (CARVALHO, Milton Paulo de. *Do pedido no processo civil*, cit., p. 78).

ordem consecutiva, com indicação de preferência entre eles, de tal sorte que a apreciação dos pedidos subsequentes é subordinada à rejeição dos pedidos anteriores.

Vale lembrar que é o pedido – e não a causa de pedir – que constitui verdadeiramente o *mérito* do processo, que se confunde com o seu objeto.⁶⁶ O juiz decide o pedido e é em função deste que a sentença, quando transitar em julgado, adquirirá a qualidade de não mais poder ser discutida ou alterada.

Assim, o objeto do processo é determinado pelo pedido, que, em arbitragem, deve estar contido nos limites impostos pela convenção de arbitragem. É desta forma que se determina concretamente o objeto da arbitragem e, conseqüentemente, o objeto da sentença arbitral.

A sentença arbitral deverá atender aos requisitos do artigo 26 da Lei de Arbitragem, que, em geral, não são diferentes dos requisitos da sentença judicial. Deverá, portanto, ser composta por relatório, motivação e dispositivo, além da data e o lugar em que a sentença foi proferida.

Trata-se, ademais, de ato destinado a produzir os *mesmos* efeitos gerados pela sentença emanada do juiz togado, a teor do artigo 31 da Lei de Arbitragem. Também no processo arbitral tem lugar a distinção entre sentenças *definitivas* e *terminativas*, sendo estas as sentenças que põem fim ao processo sem decidir o mérito, ao passo que aquelas contêm a resolução do mérito.⁶⁷ Trata-se, portanto, da resposta do árbitro à demanda instaurada pela parte. É essencialmente por meio da sentença que a tutela jurisdicional é concedida às partes.

Por fim, como regra, e isso consta do artigo 29 da Lei de Arbitragem, o procedimento arbitral se encerra com a sentença arbitral (ressalvada a possibilidade de apresentação do pedido de esclarecimentos, previsto no art. 30 da Lei nº 9.307/96). A regra, como neste trabalho buscaremos demonstrar, é excepcionada justamente pela figura

⁶⁶Cf. BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*, cit., p. 252-253; PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. t. 2, p. 380; CARVALHO, Milton Paulo de. *Do pedido no processo civil*, cit., p. 60-61; DINAMARCO, Cândido Rangel. Limites da sentença arbitral e de seu controle jurisdicional, cit., p. 332.

⁶⁷Vale notar que sentença definitiva, segundo a Enciclopédia Saraiva: “é o ato decisório pelo qual o juiz de primeira instância, respondendo ao pedido do autor, com observância do disposto nos arts. 128 e 460 do CPC, compõe a lide, solucionando o conflito de interesses evidenciado no processo.” (CRUZ E TUCCI, José Rogério, Sentença – I. In: LIMONGI FRANÇA, Rubens (Coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, São Paulo: Saraiva, 1977. v. 68, p. 3). Sentença terminativa, formal ou processual é aquela que não resolve o mérito da causa, cf. CRUZ E TUCCI, José Rogério, Sentença – II. In: LIMONGI FRANÇA, Rubens (Coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, cit., p. 40.

da **sentença parcial**, que define apenas em parte a causa, objeto das considerações feitas neste trabalho. Antes, porém, de tratar da figura da sentença parcial propriamente dita, cumpre notar a existência de um alinhamento principiológico entre o processo judicial e o processo arbitral no que se refere à estrutura do processo, pois ambos são orientados de acordo com o princípio da congruência.

2.3.3. O princípio da congruência: uma lógica fundamental à estrutura do processo

Em alguma medida, a ideia sentença parcial pode ser entendida como um certo desafio à lógica estrutural do processo, fundada, no mais das vezes, em um caminho linear que se inicia com a demanda e tem a sentença como ato final. Por conta disso, em preparação ao estudo das sentenças parciais, também parece útil compreender bem o princípio da congruência entre o pedido e a sentença.

2.3.3.1. O princípio da congruência no processo civil

JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA fornece-nos interessante alegoria, construída com base na conhecida obra de SHAKESPEARE – “O Mercador de Veneza” –, que serve como bom ponto de partida para ilustrar a importância do princípio da congruência para o direito processual. Por sua importância, vale a transcrição completa da lição:⁶⁸

“um dos personagens, Antonio, envolve-se com um usu[r]ário, Shylock, que é o personagem-título, e obriga-se, em garantia do pagamento de uma dívida, que nem era sua, mas de um amigo, a consentir que Shylock, se a dívida não lhe fosse honrada, lhe cortasse do corpo uma libra de carne. Chega o dia do vencimento; por circunstâncias que não vêm ao caso, Antonio não consegue solver o débito e, então, realiza-se um julgamento. Shylock pede em juízo a execução do contrato.

Não se podia negar que ele tivesse direito à prestação; o contrato era muito claro. Mas algumas advertências lhe são feitas por ocasião do julgamento. A primeira advertência é a de que o contrato estipulava a possibilidade de ser cortada uma libra: nem mais, nem menos do que uma libra. Ele poderia fazer o que o contrato previa, mas tinha de cingir-se precisamente à cláusula tal como redigida. A segunda é a de que o contrato falava em carne, mas não falava em sangue, de modo que ele só

⁶⁸ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Correlação entre o pedido e a sentença. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 21, n. 83, p. 207, jul./set. 1996.

poderia cortar a libra de carne do corpo de Antonio se, ao fazê-lo, não provocasse derramamento de sangue. Caso o fizesse, ultrapassaria, excederia o limite de seu direito e até cometeria crime. Shylock termina por desistir da execução *in natura* e contenta-se com perdas e danos, como diríamos hoje.”

A partir desse exemplo extraído da literatura, BARBOSA MOREIRA identificou a aplicação de três regras processuais fundamentais, que estão umbilicalmente ligadas: (i) o pedido deve ser certo e determinado (pois o pedido era uma libra de carne; nada mais, nada menos); (ii) o pedido deve ser interpretado restritivamente (foi pedida uma libra de carne, mas não se fez qualquer menção ao sangue); e (iii) a necessária correlação entre o pedido e a sentença (pois o Tribunal não poderia permitir, no caso de procedência, “senão que Shylock cortasse do corpo de Antonio uma libra de carne, nada mais”).⁶⁹

Todas essas regras têm como fundamento primeiro o chamado princípio dispositivo,⁷⁰ que é reflexo da aplicação, no processo, do princípio da autonomia da vontade. Isto é, cabe à parte interessada dispor de sua própria esfera de direitos. Não por outra razão, não é dado ao juiz proceder de ofício à instauração do processo.⁷¹ A jurisdição deve permanecer inerte, aguardando a provocação da parte interessada, que ocorre por meio da demanda.⁷²

Essas constatações, bastante elementares, são a base para que se entenda que, como não cabe ao julgador fazer as vezes da parte e tomar a iniciativa de demandar,⁷³ não se pode cogitar de que o juiz possa proferir julgamento fora dos limites estabelecidos pelo

⁶⁹Vale mencionar o necessário contraponto que é feito por IHERING, para quem a mesma passagem demonstra, na verdade, que a sentença do juiz é a própria antítese da luta pelo direito travada por Shylock, frustrada por julgado que “mediante sofisticado ardil lhe frustra o direito”. A despeito das críticas de IHERING, que contesta a validade jurídica do raciocínio que embasou tal sentença, entendemos que o exemplo não deixa de ser interessante como forma de chamar a atenção para os princípios processuais em questão, cf. IHERING, Ludwig von. *A luta pelo direito*, 5. ed. revista da tradução de J. Cretella JR. e Agnes Cretella. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008. p. 86 e ss., especialmente nota 11.

⁷⁰Nenhum ordenamento adota o princípio dispositivo em sua pureza, como já esclareceu, há muito, CHIOVENDA. Ainda assim, no ordenamento jurídico brasileiro, prevalece o princípio dispositivo, justamente em razão de normas como as do art. 128 do CPC, que compreende tanto o princípio da congruência (ou adstringência) e o da iniciativa da parte. Nesse sentido, DALL'AGNOL, Antonio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000. v. 2, p. 121.

⁷¹Artigos 2º e 262 do Código de Processo Civil.

⁷²Nas palavras de ALEXANDRE FREITAS CÂMARA “Demandar, pois, é provocar o exercício da jurisdição, pleiteando tutela jurisdicional. A demanda é o ato jurídico que se propõe, ou seja, que se *põe adiante* do Estado, a fim de que este exerça a função jurisdicional. Trata-se, portanto, do ato através do qual alguém (chamado *demandante*) pleiteia a função jurisdicional.” (CÂMARA, Alexandre Freitas. *Princípio da correlação entre demanda e sentença no direito processual civil*. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 44, p. 10, 2006.

⁷³A não ser em casos excepcionais, tais como o processo de inventário e partilha, que pode ser instaurado independentemente de demanda após o decurso do prazo de 30 dias da abertura da sucessão (cf. art. 989 do CPC).

demandante. A resposta jurisdicional deve se dar em exata e correspondente medida – nem menos, nem mais, nem em coisa distinta – à provocação causada pela demanda.

Na expressão de PONTES DE MIRANDA, é o pedido que “marca a largura de faixa em que se estende a relação jurídica processual, até que se profira a sentença, nem além, nem fora, nem alguém dessas linhas que o *petitum* traçou”.⁷⁴

O princípio da congruência visa, ademais, a preservar a garantia ao contraditório e à ampla defesa,⁷⁵ na medida em que estabelece os limites em que deve se dar a resposta jurisdicional ao exercício do direito de ação. O exercício do direito de defesa pressupõe conhecimento prévio da demanda, com o que o réu poderá avaliar suas chances de êxito, definir se e como irá se defender e, enfim, ter a oportunidade de exercer os atos destinados a influir no convencimento do julgador.

O réu, como bem lembra JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE,⁷⁶ não pode ser surpreendido com uma sentença que verse sobre matéria que não foi submetida ao debate, concedendo coisa diferente daquela que foi pedida, ou em quantidade maior do que aquela que foi objeto do pedido.⁷⁷ Ou ainda, nas palavras de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, o princípio em questão é a garantia de previsibilidade ao réu, que não correrá risco de “solução mais gravosa do que aquela anunciada no projeto, ou seja, na demanda”.⁷⁸

⁷⁴Cf. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., t. 2, p. 380.

⁷⁵V. ainda, Marcos Jorge Catalan, que acrescenta ainda que a necessidade de congruência ampara-se na ideia de segurança jurídica, pois evita que a parte seja pega de surpresa por um julgamento que escape aos limites do pedido (CATALAN, Marcos Jorge. O princípio da congruência e o acesso à ordem jurídica justa: reflexos sobre o tema na legalidade constitucional. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 147, p. 77, mai. 2007).

⁷⁶BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério; BEDAQUE, José Roberto dos Santos (Coords.). *Causa de pedir e pedido no processo civil: (questões polêmicas)*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002. p. 35.

⁷⁷Interessante notar a observação de RUI PORTANOVA, que lembra que a sentença não é síntese, mas sim o acolhimento da tese ou da antítese. Nas palavras do autor, “a sentença não é a síntese, é o acolhimento da tese ou da antítese. Na lei de Hegel, a ideia, o pensamento ou (forçando-se um pouco) o resultado, engendra seu contrário (a antítese) que, por sua vez, é negada novamente, surgindo a síntese. O processo só seria efetivamente dialético se a sentença, tal como a síntese, pudesse ser uma evolução no sentido de possuir elementos novos surgidos na negação (contestação) como também os elementos trazidos da tese (inicial). Enfim, a sentença, para um processo verdadeiramente dialético, deve conter qualidades novas, tanto do pedido da inicial como do pedido da contestação (como negação) e a sentença que não fosse nem a inicial nem a contestação, mas a síntese (a negação da negação).” (PORTANOVA, Rui. *Princípios do processo civil*. 3. ed. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 1999. p. 237).

⁷⁸DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do processo civil moderno*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2000. v. 1, p. 662.

Os artigos 128⁷⁹ e 460⁸⁰ do CPC são os que emolduram, de modo mais explícito, a aplicação do princípio da congruência no processo civil. Desses dispositivos pode-se extrair a exigência de que a sentença seja congruente tanto com a *causa de pedir* como com o *pedido* do autor, pois é a partir desses elementos que se determina quais são os limites da pretensão sobre a qual se espera uma decisão.

Sentenças que violam esses requisitos são classificadas como provimentos *infra* (ou *citra*), *ultra* ou *extra petita*, dependendo da forma com que se deixou de observar a necessidade de congruência entre a demanda e a sentença: (i) é *infra petita* a sentença que julga *menos* do que foi pedido; (ii) é *ultra petita* a sentença que concede mais do que se pediu; e (iii) é *extra petita* a sentença que dá coisa diferente do pedido (coisa que está fora do pedido).

Situação totalmente diversa, ressalte-se, é aquela em que o juiz decide a demanda por fundamentos jurídicos diversos daqueles que foram apresentados pelo autor, desde que permaneça adstrito aos fatos que foram narrados. A congruência, portanto, deve ser aferida com relação ao pedido formulado, e não aos fundamentos em que foi ancorado por quem o formula.

2.3.3.2. Princípio da congruência no processo arbitral

Não há na, Lei de Arbitragem, disposições semelhantes às dos artigos 128 e 460 do CPC, que cristalizam, na legislação processual civil, a adoção do princípio da congruência. Necessária, portanto, a indagação acerca da aplicabilidade de tal princípio à arbitragem.

A bem da verdade, a necessidade de que a sentença seja congruente com os limites do pedido é um tanto quanto evidente, na medida em que não seria minimamente razoável que o julgador pudesse, por sua própria vontade, alterar os limites da lide (assim entendida como definida em função dos pedidos formulados pelas partes).

⁷⁹“Art. 128. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte”.

⁸⁰“Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado. Parágrafo único. A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.” (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994).

Essa constatação óbvia é, como já aludido acima, decorrência das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa – aplicáveis a todo e qualquer procedimento arbitral sujeito à Lei de Arbitragem, conforme artigo 21, §2º, do referido diploma. Nesse sentido, o simples respeito por tais garantias processuais já basta para que se possa entender como plenamente aplicável, ao processo arbitral, o princípio da correlação entre a sentença e o pedido.⁸¹

A esse respeito, pode-se mencionar também o artigo 26, III, da Lei de Arbitragem, que estabelece que “são requisitos obrigatórios da sentença arbitral: (...) III - o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso”.

Ao contrário do que a doutrina costuma sustentar,⁸² não parece que se possa extrair a aplicação do princípio da congruência do artigo 32, IV, da Lei de Arbitragem.⁸³ A convenção de arbitragem é o substrato de validade para o pedido e para a jurisdição do árbitro, mas não se confunde com nenhum deles. E a regra da congruência é a da conformação da sentença com o pedido (e não com a convenção de arbitragem, portanto).⁸⁴

Um exemplo ilustra este raciocínio. Supondo que, em contrato, dotado de cláusula compromissória, que envolva a locação de uma máquina industrial e o fornecimento de matéria prima para o suprimento dessa máquina, a parte requerente formule um pedido de condenação da requerida a aceitar a devolução da mercadoria, cumulado com perdas e danos. Diante desse pedido, ainda que se constate, durante o procedimento, que a máquina é defeituosa, o árbitro não poderá incluir na sentença as perdas e danos referentes a esse defeito, em razão da limitação dos termos do pedido. Se o fizer, porém, não estará desrespeitando os limites da convenção de arbitragem, que lhe dá poderes para solucionar

⁸¹Esse é também o entendimento de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, para quem “entre as regras fundamentais de direito processual, de indiscutível aplicação à arbitragem, é a da correlação entre o pedido e o concedido, expressa em termos negativos no veto às sentenças *extra vel ultra petita partium*. O juiz decidirá nos limites subjetivos e objetivos da demanda proposta, sendo-lhe vedado conceder ao autor mais que o pedido ou coisa diversa da pedida (CPC, arts. 128 e 460). (...) A tutela jurisdicional possível, em cada caso, tem por dimensão máxima a dimensão da pretensão posta como objeto do processo” (DINAMARCO, Cândido Rangel. Limites da sentença arbitral e de seu controle jurisdicional. In: MARTINS, Pedro A. Batista; GARCEZ, José Maria Rossani (Coords.). *Reflexões sobre arbitragem*: in memoriam do Desembargador Cláudio Vianna de. Lima. São Paulo: LTr, 2002. p. 331).

⁸²Cf. CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 406.

⁸³“é nula a sentença arbitral se for proferida fora dos limites da convenção de arbitragem”.

⁸⁴Nesse ponto, parece ser de melhor técnica a Lei de Arbitragem da Espanha, que estabelece, em seu artigo 39.1 (c), a possibilidade de que as partes solicitem ao tribunal arbitral “...el complemento del laudo respecto de peticiones formuladas y no resueltas en él...” e, em seu artigo 41(c) estabelece como motivo de anulação do laudo “...que los árbitros hayan resuelto sobre cuestiones no sometidas a su decisión...”. V. nesse sentido CREMADES, Bernardo M. El arbitraje en la doctrina constitucional española. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 3, n. 8, p. 143, jan/mar. 2006.

todas as controvérsias oriundas daquele contrato, mas sim estará violando os limites do pedido. A pretensão de anulação da sentença arbitral, por esta razão, não poderá se basear no inciso IV do artigo 32 da Lei de Arbitragem, mas terá seu supedâneo na violação aos limites dos pedidos e na violação ao contraditório (artigo 32, III e VIII, da Lei de Arbitragem).⁸⁵

Vale ressaltar, porém, que o mesmo não ocorre com a sentença *infra petita*, pois o fundamento para a sua invalidação está expressamente previsto no artigo 32, V, da Lei de Arbitragem.⁸⁶

É, portanto, a conjunção entre os limites da convenção de arbitragem e do pedido que define os poderes concretos dos árbitros para o julgamento do pedido (e, reversamente, os limites de seu dever de proferir sentença). Nesse sentido, e com as ressalvas feitas acima acerca de nosso entendimento, vale a menção ao ensinamento de CARLOS ALBERTO CARMONA, para quem “será anulável o laudo arbitral que ultrapassar as balizas firmemente fincadas pelas partes quanto à matéria atribuída à cognição dos árbitros”.⁸⁷

Mais uma vez pode ser útil o recurso ao exemplo: havendo dois pedidos condenatórios, a sentença não poderá julgar somente um deles. Ou, ainda, não poderá ser proferida sentença final genérica quando as partes tenham formulado pedido certo e determinado. Em nenhum desses casos observa-se a indispensável congruência entre pedido e sentença.

Conforme leciona CARLOS ALBERTO CARMONA, tanto a sentença *extra petita* como a sentença *ultra petita* são anuláveis, com a diferença de que esta última pode ser apenas parcialmente anulada (na parte que houver excedido o pedido).⁸⁸ Por outro lado, a sentença que deixar de julgar todo o litígio também é passível de anulação, para que outra sentença, desta vez julgando todo o litígio, seja proferida em seu lugar.

⁸⁵V. no mesmo sentido, BERMUDEZ, Sergio. Juízo arbitral. Ação arbitral meramente declaratória. Adstrição da jurisdição arbitral ao pedido da parte, conforme art. 26, III, da lei específica. Nulidade da sentença violadora desse princípio. Inadmissibilidade de provimento arbitral de ofício, ou condicional. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 356, p. 245-251, jul./ago. 2001.

⁸⁶“É nula a sentença arbitral se não decidir todo o litígio submetido à arbitragem”.

⁸⁷CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 405.

⁸⁸Trata-se da mesma solução aplicável em caso de nulidade de sentença proferida no processo civil. Exemplificativamente, V. THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 510.

2.3.3.3. Flexibilidade do procedimento arbitral e atenuações ao princípio da congruência

O caráter reconhecidamente mais flexível da arbitragem favorece um entendimento mais brando do princípio da congruência. Na verdade, a bem da precisão, o que a flexibilidade do procedimento arbitral permite é o estabelecimento de um arranjo procedimental que permita uma maior mobilidade do momento de estabilização da demanda do que no processo judicial, onde a força preclusiva da marcha procedimental faz com que os limites da demanda sejam desde logo definidos, sendo bastante reduzidas as possibilidades de alteração.

Então, como bem lembra MARCOS ANDRÉ FRANCO MONTORO em seu estudo acerca da flexibilidade do procedimento arbitral, podem as partes estabelecer regras que permitam, em maior ou menor grau, adiar o momento da estabilização da demanda. Os árbitros, por seu turno, também podem agir de sorte a adaptar as regras estabelecidas pelas partes, sempre, contudo, pautados pelo respeito ao contraditório.⁸⁹

Não se cogita, todavia, abdicar do princípio da congruência, quer na arbitragem ou no processo judicial. Como visto, tal princípio está inserido no conjunto de garantias processuais mínimas, que incorporam a autonomia da vontade, a segurança jurídica e o devido processo legal.

Assim, se faz parte da estrutura do processo que ele se inicie com a demanda, por meio da qual se veiculará um pedido (*meritum causae*), e termine com uma sentença, que decidirá o mérito, qual o lugar de uma sentença parcial, que não corresponda a uma resposta, nos exatos limites do pedido?

Antes de responder definitivamente essa questão, parece ser interessante avançar a um novo campo que, em nosso sentir, é fundamental ao entendimento da sentença arbitral parcial: a flexibilidade do procedimento. É sobre o que discorreremos adiante.

⁸⁹MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*. 2010. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 285.

2.4. A flexibilidade do procedimento arbitral

Alguns dos principais argumentos que se costuma utilizar em favor da arbitragem em relação ao processo judicial são suas características de informalidade e celeridade, responsáveis por propiciar um julgamento consideravelmente mais ágil do que no Poder Judiciário. Aliadas a outras características – como o sigilo, a especialidade dos árbitros e a inexistência de recursos –, a celeridade e informalidade da arbitragem, de fato, aparentam estar dentre os maiores atrativos dessa solução jurisdicional.

A prática de procedimentos arbitrais, no entanto, mostra que nem sempre a solução dos procedimentos ocorre dentro do prazo de seis meses estabelecido na Lei de Arbitragem. A despeito da aparente escassez de estatísticas a respeito, ousamos dizer, respaldados na experiência prática e em alguns registros doutrinários já feitos a respeito,⁹⁰ que esse prazo comumente não é alcançado. Arbitragens, principalmente as mais complexas, frequentemente levam de 12 a 24 meses para serem concluídas.

Além da questão do tempo, também não se pode desprezar a problemática dos custos, que, entre verbas destinadas às custas de administração do procedimento, honorários de árbitros e honorários advocatícios, muitas vezes alcançam cifras bastante altas.

Nesse cenário – da arbitragem vista sob o ponto de vista prático –, vem ganhando força a discussão da adoção de diferentes técnicas destinadas a abreviar e racionalizar o procedimento, buscando, de um lado, a tutela mais adequada às partes, assim como visando ao emprego racional dos recursos – tempo e dinheiro – disponíveis.

Quanto maior for a complexidade dos fatos e da causa trazida à arbitragem, maior sofisticação procedimental será necessária, sob pena de não se poder responder pronta e adequadamente às necessidades do caso concreto.⁹¹ O tema vem recebendo atenção da

⁹⁰LUCY GREENWOOD identificou uma média de cerca de três anos de duração de procedimentos administrados pelo International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID). Cf. GREENWOOD, Lucy. Does bifurcation really promotes efficiency? *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, v. 28, n. 2, p. 107, 2011.

⁹¹Como lembra MARCOS ANDRÉ FRANCO MONTORO, “o procedimento arbitral pode ser, em cada caso concreto, criado ou adaptado à luz do direito material controvertido. Podem ser evitadas regras ou praxes que, apesar de usuais nos procedimentos judiciais estatais, não contribuem para o adequado desenvolvimento do procedimento arbitral. E como o procedimento arbitral não precisa obrigatoriamente observar as regras processuais estatais, em especial do Código de Processo Civil (ver item 6.16 *infra*), é possível evitar discussões processuais e concentrar-se na apreciação do direito material (ver item 5.4 *infra*). Por isso, é possível apontar, desde logo, que a flexibilidade do procedimento arbitral apóia-se também

doutrina especializada, que, consistentemente, enxerga no procedimento arbitral esse ar de flexibilidade que, por vezes, falta ao procedimento típico do processo judicial.⁹² De fato, a ideia de um processo “built to suit”, destinado a oferecer a melhor decisão, em razão da especialidade do julgador, pode ser tida como um verdadeiro diferencial do processo arbitral.⁹³ Naturalmente, contudo, o poder normativo do árbitro deverá ser exercido com parcimônia, sem que a flexibilidade possa servir de margem para soluções que, sendo demasiado “criativas”, tornem-se estrambólicas.⁹⁴

Fala-se em duas vertentes principais da flexibilidade do procedimento: a criação e a adaptação.⁹⁵ Na arbitragem, ao contrário do processo judicial, as partes gozam de ampla liberdade para *criar* o procedimento (fazendo-o elas próprias ou escolhendo regras preexistentes). Não se trata, porém, de um poder absoluto, eis que há balizas a serem observadas, principalmente no que diz respeito aos princípios constitucionais que regem o processo. Ademais, não são só as partes quem criam regras, mas os próprios árbitros podem fazê-lo ante a expressa previsão do artigo 21, §1º, da Lei de Arbitragem.

De outro lado, mesmo diante de regras procedimentais já formuladas, as partes e os árbitros podem ainda *adaptar* tais preceitos, considerando as circunstâncias do caso concreto e tendo em vista os deveres legais cometidos ao árbitro (art. 13, §6º, da Lei de Arbitragem), bem como situações que justifiquem uma flexibilização do procedimento previamente estabelecido.

Todavia, conforme anota MARCOS ANDRÉ FRANCO MONTORO, há quatro agrupamentos de limites à criação e adaptação do procedimento na arbitragem. São eles: “(i) bons costumes e ordem pública (art. 2º, § 1º, da Lei 9.307/96); (ii) princípios do contraditório, da igualdade, da imparcialidade e do livre convencimento (art. 21, § 2º, da

sobre a idéia de que qualquer procedimento deve sempre ser útil para resolver as questões de direito material controvertidas. E se para os procedimentos estatais judiciais ainda há muito o que fazer para obter-se maior aproximação entre direito material e processo, essa tarefa já está bem mais adiantada na arbitragem, cujo procedimento pode ser sempre moldado à luz do direito substancial controvertido.” (MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*. 2010. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 22).

⁹²“A **flexibilidade** do procedimento, todavia, não significa anarquia, “com partes e árbitros organizando o procedimento de acordo com regras exotéricas, alheias à realidade”, mas sim uma suavização necessária das técnicas típicas do processo judicial, técnicas essas criadas para garantir, em outro ambiente, os direitos dos litigantes”. (CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 292).

⁹³PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 132.

⁹⁴Nesse sentido, v. BAPTISTA, Luiz Olavo. Arbitragem: aspectos práticos. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, n. esp. de lançamento, p. 218, jul./set. 2003

⁹⁵MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 69 e ss.

Lei 9.307/96); (iii) preceitos cogentes da Lei 9.307/96; e (iv) princípios processuais constitucionais”.⁹⁶

O estudo da sentença parcial – objeto deste trabalho – está inserido nesse contexto de busca por soluções mais efetivas e eficientes no trato das demandas formuladas pelas partes, tanto no processo arbitral como no processo judicial. Permitir a solução, em definitivo, de parte da demanda como forma de tornar mais racional, célere e menos custosa a solução da demanda é, afinal, a ideia prática central do conceito de sentença parcial.⁹⁷

É, pois, navegando dentro dos limites da flexibilidade procedimental da arbitragem que se deve estabelecer o estudo da sentença parcial no processo arbitral. Assim, guiados por essas balizas, procuraremos, a partir de agora, tratar mais detalhadamente da figura da sentença arbitral parcial, propriamente dita.

⁹⁶MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 358.

⁹⁷AYOUB, Luiz Roberto; PELLEGRINO, Antônio Pedro. A sentença parcial. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 6, n. 22, p. 38-41, jul./set. 2009.

3. A SENTENÇA PARCIAL NO PROCESSO ARBITRAL

Até este momento, procuramos situar a base sobre a qual pretendemos situar o estudo da sentença parcial. Essa base, sem sombra de dúvida, é o processo arbitral, cuja natureza, fundada tanto na autonomia da vontade quanto no devido processo legal, permite o manejo, com propriedade única, da noção de flexibilidade e adaptabilidade do procedimento, tudo com vistas à preocupação de garantir e estimular a efetividade do processo. Nesse sentido, também a cisão do julgamento em momentos distintos pode significar a concretização dessa diretiva constitucional, provendo os jurisdicionados com decisões definitivas em tempo mais abreviado e com menor custo.

A despeito da inexistência de dispositivos legais tratando expressa e especificamente da figura da sentença parcial no direito pátrio, a doutrina, principalmente após as reformas introduzidas no início deste século na legislação processual, começa a esboçar o acolhimento à ideia de que a cisão do julgamento em mais de um momento é um expediente válido, e até mesmo recomendável, em determinadas ocasiões.⁹⁸

Ainda que timidamente, inicia-se um caminho para a aceitação de que a sentença não é, necessariamente, o ato que põe fim ao processo e, conseqüentemente, para admitir-se a ideia da sentença parcial, enxergando-se nessa figura um mecanismo útil à consecução dos objetivos constitucionais de um julgamento mais justo e célere.

Mais especificamente em relação ao processo arbitral – centro e propósito das considerações deste trabalho – também já se demonstrou anteriormente que ele está inserido no âmbito do *direito processual constitucional*, e, nesse sentido, sujeito aos princípios e garantias constitucionais estabelecidos para possibilitar a realização de um processo justo, pautado pelo contraditório, pela isonomia de tratamento às partes, pela

⁹⁸ A respeito da sentença parcial no processo judicial, citem-se, exemplificativamente, os seguintes trabalhos: AYOUB, Luiz Roberto; PELLEGRINO, Antônio Pedro. A sentença parcial, cit., p. 33-53; DALL'ALBA, Camilo. Sentenças parciais de mérito: sua aplicação na praxe forense brasileira. *Revista Ajuris*, Porto Alegre, ano 32, n. 99, p. 368, set. 2005; DIDIER JR., Fredie. Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito. *Revista de Processo*, v. 28, n. 110, p. 225, abr./jun. 2003; MONTEIRO, André Luís. Primeiras linhas sobre a sentença parcial no processo judicial. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 84, p. 9-22, mar. 2010; REDONDO, Bruno Garcia. Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 33 n. 160, p. 142-156, jun. 2008; SANT'ANNA, Paulo Afonso de Souza. *Sentença parcial*. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 151, p. 150-184, set. 2007 e SCARPARO, Eduardo Kochenborger. Sentenças parciais? Considerações a partir da reforma do art. 162, § 1.º, do CPC. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 148, p. 153-168, jun. 2007; e BARBOSA, Bruno Valentim. *Julgamentos parciais de mérito no processo civil individual brasileiro*. 2013. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

imparcialidade do julgador e por seu livre convencimento (art. 5º, *caput* e incisos LIV e LV da Constituição e art. 21, §2º da Lei nº 9.307/96). Na mesma toada, o processo arbitral deve andar em linha com a diretiva constitucional de garantir a todos a “razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.⁹⁹

A doutrina, nos planos nacional e internacional, também tem se posicionado favoravelmente ao manejo da sentença parcial, seja em razão da abertura concedida às partes para formatar o procedimento arbitral, seja em decorrência da efetividade que a cisão do julgamento pode promover, ou ainda, diante da informalidade e celeridade que são próprias aos procedimentos arbitrais.

Especificamente na doutrina nacional, é notório o destaque que o tema vem ganhando.¹⁰⁰ Tudo isso, vale ressaltar, a despeito da inexistência de previsão legal específica acerca dessa figura na Lei de Arbitragem e sem prejuízo da redação do art. 29 da Lei de Arbitragem.¹⁰¹

Assim, a esta altura, não é propriamente a existência de divergência doutrinária quanto à acolhida da sentença parcial que motiva e justifica o estudo da matéria, muito embora persistam uma série de debates importantes e dignos de serem enfrentados, como, por exemplo, a necessidade, ou não, de autorização específica das partes para que o árbitro possa proferir sentença arbitral.

⁹⁹Constituição Federal, art. 5º, inc. LXXVIII.

¹⁰⁰Entre outros, destaque-se os seguintes artigos: ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit.; AYOUB, Luiz Roberto; PELLEGRINO, Antônio Pedro. A sentença parcial, cit., p. 33-53; BAPTISTA, Luiz Olavo. Sentença parcial em arbitragem. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 173-195, abr./jun. 2008; BARBOSA, Flávio Spaccaquerche. A sentença arbitral parcial e o seu controle judicial. In: PINTO, Ana Luíza; SKITNEVSKY, Karin (Coords.). *Arbitragem nacional e internacional*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012; CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 33, n. 165, p. 9-28, nov. 2008; FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem. In: _____; _____. *Temas de arbitragem*: primeira série. Rio de Janeiro, Renovar, 2010. p. 149-188; e FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. Sentença parcial e cumprimento da sentença. Anotações em torno da Lei 11.232/2005, cit.; GIUSTI, Gilberto; DALMASO MARQUES, Ricardo. Sentenças arbitrais parciais: uma análise prática. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 7, n. 26, jul./set. 2010; MARTINS, Pedro Antonio Batista. A arbitragem e o mito da sentença parcial. In: LEMES, Selma Ferreira; CARMONA, Carlos Alberto; MARTINS, Pedro Batista (Coords.). *Arbitragem: estudos em homenagem ao Prof. Guido Fernando da Silva*. São Paulo: Atlas, 2007; NEHRING, Carlos. Sentenças parciais. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 23-43, abr./jun. 2007; WALD, Arnoldo. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens submetidas ao regime da CCI. *Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem*, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 329-341, jul./set. 2002.

¹⁰¹“Art. 29. Proferida a sentença arbitral, dá-se por finda a arbitragem, devendo o árbitro, ou o presidente do tribunal arbitral, enviar cópia da decisão às partes, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, ou, ainda, entregando-a diretamente às partes, mediante recibo.”

Constitui escopo central deste trabalho, assim, delinear um tratamento coerente e organizado do tema, buscando estimular o uso adequado e racional da sentença parcial, apresentando essa ferramenta não como anomalia sistêmica ou como o resultado de uma modificação das normas cogentes aplicáveis ao processo arbitral, mas tão somente em função do que ela realmente é: um pronunciamento jurisdicional, emanado do árbitro, por meio do qual uma parte da causa é julgada.

Propomos, portanto, que se estude a figura da sentença parcial sob essa ótica, de analisá-la por aquilo que ela é – uma verdadeira *sentença* – e assim compreender sua colocação no âmbito do processo arbitral e a justificativa de sua existência como espécie válida do gênero a que pertence.

3.1. Conceito de sentença arbitral parcial

3.1.1. Por que conceituar sentença arbitral parcial?

Para além da pretensão científica de entender e classificar bem o objeto do estudo, há também razões de ordem prática para que se busque compreender e conceituar aquilo que se pode entender por sentença arbitral parcial.

Uma vez que o sistema processual atribui diferentes efeitos aos diversos tipos de decisão, distinguir, por exemplo, se uma decisão que acolhe ou rejeita a alegação de prescrição em relação a parte dos pedidos é uma decisão interlocutória ou uma sentença parcial, longe de ser trabalho de mero academismo, parece ser questão de suma importância.¹⁰² Ademais, sentenças estão sujeitas a requisitos formais específicos, além de

¹⁰²V. a respeito os comentários de MARKUS SCHIFFERL sobre caso julgado pela Suprema Corte austríaca em que se discutia se uma decisão do tribunal arbitral determinando a uma das partes que restituísse à outra parte as custas que esta adiantou em seu nome para permitir que o procedimento arbitral progredisse. Tal decisão foi denominada pelo tribunal arbitral como uma “sentença parcial”, natureza essa que acabou sendo objeto de debates perante o Poder Judiciário austríaco. Em última instância, a Suprema Corte acabou entendendo que se tratava de mera decisão interlocutória e, por conta disso, não sujeita a impugnação específica (SCHIFFERL, Markus. The Courts: a selection of recent decisions of the Austrian Supreme Court on Arbitral matters. In: KLAUSEGGER, Christian et al. (Eds.). *Austrian Arbitration Yearbook 2008*. München: C.H. Beck; Bern: Stämpfli Verlag, 2008. p. 453-456).

serem passíveis tanto de execução, anulação e homologação (quando se tratar de ato originado no estrangeiro).¹⁰³

Tendo em vista que uma das premissas das considerações aqui realizadas é justamente que a sentença parcial não é um conceito novo em relação ao seu gênero – premissa essa que se procurará demonstrar e reafirmar mais adiante –, parece inafastável a procura de um conceito razoavelmente seguro daquilo que se possa entender por sentença arbitral.

3.1.2. Breve incursão no direito estrangeiro em busca do conceito de sentença arbitral

Antes de adentrar a análise das questões aqui tratadas, principalmente à luz do direito interno, julgamos conveniente realizar breve comparação com outros ordenamentos, com o propósito de aferir a dimensão do problema relacionado à conceituação da sentença arbitral e sondar possíveis caminhos e soluções. Conforme já afirmou CARLOS ALBERTO CARMONA, referindo-se especificamente ao tema da sentença arbitral parcial no ordenamento jurídico brasileiro, “a experiência estrangeira, como visto, é rica e pode ajudar os estudiosos brasileiros a interpretar corretamente os fenômenos que ocorrem em nosso ordenamento positivo”.¹⁰⁴

A definição daquilo que corresponda ao conteúdo de sentença arbitral não é tranquila na doutrina internacional. Há infundáveis discussões sobre a real extensão daquilo que se possa chamar de sentença arbitral.¹⁰⁵

Tudo gira em torno de um problema fundamental – de resolução complexa – relacionado à análise do conteúdo dos diversos pronunciamentos do julgador ao longo da marcha procedimental até culminar com o seu ato final, comumente chamado de sentença. Absolutamente trivial dizer que a complexidade dos litígios costuma exigir que diversos

¹⁰³ REDFERN, Alan; HUNTER, Martin et. al. *Redfern and Hunter on international arbitration*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 515; No mesmo sentido, PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion. In: KLAUSEGGER, Christian et al. (Eds.). *Austrian Arbitration Yearbook 2010*. München: C.H. Beck; Bern: Stämpfli Verlag, 2010. p. 164-165.

¹⁰⁴ CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 23.

¹⁰⁵ V. nesse sentido a alusão, no INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). Final Report on Interim and Partial Awards. *ICC International Court of Arbitration Bulletin*, v. 1, n. 2, Dec. 1990. Disponível em: <<http://www.iccdri.com>> sobre a falta de consenso a respeito do conteúdo das decisões que devam ser denominadas sentenças parciais.

tipos de decisão sejam proferidos, tanto para direcionar o procedimento ou a produção da prova, como também em termos de pronunciamento do julgador sobre o mérito ou questões de mérito.¹⁰⁶

Acrescente-se a essa complexidade todo o contexto de cumulação objetiva e subjetiva de demandas destinadas à solução no mesmo processo e sobre a mesma base procedimental. Neste ponto, impende lembrar que demandas cumuladas podem vir a reunir condições de serem decididas em momentos distintos ao longo do *iter* procedimental.

A característica de a sentença ser ato final, assim entendido no sentido de colocar um fim à jurisdição do tribunal arbitral, tende a ser universalmente aceita. Trata-se da chamada doutrina do *functus officio*,¹⁰⁷ largamente aceita e aplicada no plano da arbitragem internacional. Ser o ato final do procedimento, portanto, é uma das acepções do conceito de sentença internacionalmente admitidas.¹⁰⁸

Contudo, essa é apenas uma acepção, dentre ao menos três, que o termo “final” pode ter. Além de ser vinculado ao ato que dispõe sobre todos os pedidos cumulados (ou todos os pedidos remanescentes) e encerra a jurisdição do tribunal, como no artigo 32 da

¹⁰⁶Segundo a definição de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO as questões de mérito não se confundem com este; antes são “antecedente lógico da conclusão por acolher ou rejeitar a pretensão do autor, ou seja, antecedente lógico da decisão de mérito, mas não são o *mérito*. O juiz lhes dá solução quando compõe a motivação da sentença, enquanto que a procedência ou improcedência da demanda reside no *decisum* (art. 458, inc. III)” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 191).

¹⁰⁷A título exemplificativo, citem-se J. LEW e L. MISTELIS, para quem uma das definições de sentença é justamente aquela estabelecida no artigo 32(1) da Lei Modelo da UNCITRAL (LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖLL, Stefan M. *Comparative International Commercial Arbitration*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2003. p. 632). No mesmo sentido, ainda, “*subject to certain exceptions, the delivery of a final award renders the arbitral tribunal functus officio*.” (REDFERN, Alan; HUNTER, Martin et. al. *Redfern and Hunter on international arbitration*. Cit., p. 520, trad. livre: sujeito a certas exceções, a prolação de uma sentença final torna *functus officio* o tribunal). Por fim, CECILIA M. DI CIO, para quem “*This doctrine [functus officio] asserts that, in principle, an arbitrator or an arbitration panel ceases to have power to act once it renders a final decision on submitted issues*.” (DI CIO, Cecilia M. *Dealing with mistakes contained in arbitral awards*. *The American Review of International Arbitration*, n. 12, p. 132, 2001). Trad. livre: esta doutrina [*functus officio*] sustenta que, em princípio, um árbitro ou um tribunal arbitral deixa de ter poderes para atuar quando profere uma decisão final sobre as questões submetidas.

¹⁰⁸A esse respeito, pode ser citado entendimento, fundado na Lei Federal de Arbitragem norte-americana (FAA), de acordo com o qual a sentença final deve ser completa e esgotar as questões submetidas à decisão dos árbitros. Confira-se: “*A “final” award means that arbitration must be “complete” and “not interlocutory,” which in turn means that the arbitrator must have already decided all issues presented, including both liability and damages*”. (trad. livre: sentença “final” significa que a arbitragem precisa estar “completa” e “não interlocutória”, que por sua vez significa que o árbitro já deve ter decidido todas as questões apresentadas, incluindo tanto a responsabilidade como os danos, RHODES, Jennifer M. *Judicial review of partial arbitral Awards under Section 10(a)(4) of the Federal Arbitration Act*. *University of Chicago Law Review*, v. 70, n. 2, p. 671-672, Mar. 2003). V. ainda PUHARIC, Kreso, *Interim and partial arbitral award*. *Croatian Arbitration Yearbook*, n. 13, p. 170, 2006. Por fim, para um apanhado da jurisprudência norteamericana sobre o tema, v. SHERWIN, Peter J. W.; RENNIE, Douglas C. *Interim relief under international arbitration rules and guidelines: a comparative analysis*. *The American Review of International Arbitration*, n. 20, p. 325-329, 2009.

Lei Modelo da UNCITRAL,¹⁰⁹ o termo “final” ainda é utilizado para definir o ato que adquiriu tal grau de estabilização que não está mais sujeito a impugnação ou anulação no local da arbitragem. Por fim, de modo mais geral, toda sentença é final, na medida em que ela decide definitivamente, com efeito preclusivo, um determinado pedido ou questão.¹¹⁰

Por essa lógica, também poderiam ser chamadas de “finais” as decisões que, com efeito vinculante às partes e ao próprio tribunal, definem *apenas parte* da causa, podendo ser executadas – e até mesmo impugnadas – antes que o procedimento arbitral, como um todo, tenha chegado a um fim.¹¹¹ Tem-se, já aqui, uma noção rudimentar da sentença parcial e da complexidade que sua admissão traz à ideia simples de sentença como o ato que marca o fim do procedimento.

Diante dessa realidade complexa, multiplicam-se as tentativas de dar à sentença uma concepção capaz de capturar seu verdadeiro conteúdo. Conforme apontam YVES DERAIS e ERIC A. SCHWARTZ, há uma série de vertentes sobre a matéria, desde conceitos mais restritivos, essencialmente vinculando sentença à ideia de resolução final do mérito (com grande aceitação nos tribunais suíços),¹¹² até conceitos mais amplos, sustentados principalmente em julgados franceses, que consideraram como sentenças, por exemplo, atos que contenham simplesmente a determinação de suspensão da arbitragem.¹¹³ Discute-se, nessa linha, se atos puramente processuais,¹¹⁴ tais como essas decisões que determinem

¹⁰⁹ Art. 32(1) da Lei Modelo de Arbitragem da UNCITRAL: “Artigo 32º - Encerramento do procedimento. (1) O procedimento arbitral termina quando for proferida a sentença final ou quando for ordenado o encerramento do procedimento pelo tribunal arbitral nos termos do parágrafo 2.º do presente artigo.”

¹¹⁰ BORN, Gary. *International commercial arbitration*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009. p. 2428-2429.

¹¹¹ LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖLL, Stefan M. *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 632.

¹¹² Ainda no direito suíço, é intensa a discussão entre aqueles que entendem que decisões de natureza processual (assim entendidas decisões relacionadas às condições da ação e dos requisitos de admissibilidade da tutela arbitral) estariam incluídas no conceito de sentença e aqueles que entendem que não. V. PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 146. Para um panorama da evolução jurisprudencial da possibilidade de impugnação judicial de sentenças parciais no direito suíço, vide o caso A. B.V. v. B., Bundesgericht, I. Zivilabteilung, 4P.117/2004 (ATF 130 III 755), 6 de outubro de 2004, ASA Bulletin, (Kluwer Law International 2005 Volume 23 Issue 2) pp. 290-299.

¹¹³ DERAIS, Yves; SCHWARTZ, Eric A. *Guide to the ICC Rules of Arbitration*. 2. ed. The Netherlands: Kluwer Law International, 2005, pp. 29-31.

¹¹⁴ Rejeitando a possibilidade de inclusão de decisões de natureza processual como sentença, citem-se: BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2356 e PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 156, entre outros. No âmbito da Câmara de Comércio Internacional, o Grupo de Trabalho constituído para tratar das Sentenças Parciais e Interlocutórias chegou à conclusão de que questões meramente procedimentais não devem constituir sentenças (INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). Final Report on Interim and Partial Awards, cit., itens 15 e 27).

a suspensão da arbitragem, ou que determinem às partes determinadas condutas em relação à produção de prova, poderiam ser caracterizadas como sentenças.¹¹⁵

Também na doutrina norteamericana podem ser encontrados alguns entendimentos de caráter mais restritivo, que vislumbra no artigo 10(a)(4) do *Federal Arbitration Act* (FAA)¹¹⁶ uma limitação a determinadas modalidades de sentenças parciais. De acordo com esse entendimento, a característica de definitividade (tradução livre do termo “*finalty*”, em inglês) da sentença arbitral não seria compatível com decisões que meramente estabeleçam uma condenação, mas sem quantificá-la.¹¹⁷ Tais decisões seriam chamadas intermediárias ou interlocutórias, mas não sentenças, *stricto sensu*.¹¹⁸ Nessa mesma linha, tinha-se o posicionamento predominante no direito austríaco antes da última alteração introduzida ao CPC daquele país, em 2006, que excluía decisões de caráter provisório ou interlocutório do conceito de sentença.¹¹⁹

Apenas um pequeno número de textos normativos em legislações nacionais mundo afora chega a estabelecer uma conceituação de sentença, conforme apontam PHILIPP

¹¹⁵EMMANUEL GAILLARD et. al., fornecem o exemplo de julgado de uma corte francesa que reconheceu que uma decisão proferida pelo tribunal arbitral no sentido de suspender a arbitragem teria, nas circunstâncias daquele caso concreto em específico, natureza de uma sentença arbitral, apta a ser objeto de uma ação anulatória (GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*. The Netherlands: Kluwer Law International, 1999. p. 1355).

¹¹⁶“Section 10. Award of arbitrators; vacation; grounds; rehearing. (a) In any of the following cases the United States court in and for the district wherein the award was made may make an order vacating the award upon the application of any party to the arbitration. (...) (4) Where the arbitrators exceeded their powers, or so imperfectly executed them that a mutual, final, and definite award upon the subject matter submitted was not made.” (trad. Livre: Artigo 10. Sentença dos árbitros; anulação; fundamentos; reapreciação. (a) Em qualquer dos seguintes casos a corte dos Estados Unidos no e pelo distrito em que a sentença foi proferida pode proferir uma decisão anulando a sentença mediante requerimento de qualquer parte na arbitragem (...) (4) Quando os árbitros excederam seus poderes, ou os tiverem executado imperfeitamente de sorte que não houver sido proferida uma mútua, final e definitiva sentença sobre o objeto da arbitragem)

¹¹⁷RHODES, Jennifer M. Judicial review of partial arbitral Awards under Section 10(a)(4) of the Federal Arbitration Act., cit., p. 670-672.

¹¹⁸A respeito, v. BLANKLEY, Kristen M. Current developments in alternative dispute resolution: did the arbitrator “Sneeze”?--Do Federal Courts have jurisdiction over “Interlocutory” awards in class action arbitrations? *Vermont Law Review*, n. 34, p. 493-527, 2010, p. 509.

¹¹⁹“According to the Supreme Court, the following “preliminary or interim decisions” do not fall under the definition of arbitral awards that may be challenged under section 595 Old Law: decisions on liability in principle or the existence of certain rights and legal relationships; a partial award ordering the defaulting respondent to pay the claimant the portion of the deposit paid on its behalf; and interim awards granting or denying jurisdiction.” PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 144 (trad. livre: de acordo com a Suprema Corte, as seguintes “decisões preliminares ou provisórias” não se enquadram na definição de sentenças arbitrais que possam ser impugnadas sob o artigo 595 da Lei Antiga: decisões sobre o princípio da responsabilidade ou a existência de certos direitos e relações jurídicas; uma sentença parcial condenando o réu inadimplente a pagar ao autor a parte do depósito paga em seu nome; e sentenças provisórias concedendo ou negando jurisdição).

PETERS e CHRISTIAN KOLLER.¹²⁰ Nesse restrito universo, porém, a tônica é sempre de definir sentença como o pronunciamento em que o árbitro decide o mérito (este entendido como a *pretensão* de cada uma das partes).

Mesmo em meio a tantos posicionamentos distintos, pode-se identificar, na doutrina mais tradicional no âmbito da arbitragem internacional, um certo campo de consenso sobre a matéria. Nesse sentido, há significativa concordância no sentido de que sentença é ato escrito e assinado, emanado do(s) árbitro(s), em que se estabelece uma decisão final acerca de *totalidade* ou de *parte* dos pedidos apresentados pelas partes.¹²¹ É nessa linha que se posicionam alguns dos principais autores sobre a matéria.¹²² Cite-se também o entendimento da *Cour d'appel* de Paris.¹²³

Nesse mesmo esforço de alcançar o conceito de sentença, os supracitados PHILIPP PETERS e CHRISTIAN KOLLER identificam aquelas que são, em seu entendimento, as linhas

¹²⁰“Art 2 (1) no. 8 of the Croatian arbitration law defines the term as “a decision on the merits of the dispute” (...); “Art 2 of the New Zealand Arbitration Act 1996 stipulates that “ ‘[a]ward’ means a decision of the arbitral tribunal on the substance of the dispute and includes any interim, interlocutory or partial award” (...) “Also section 2 of the Singapore International Arbitration Act defines an award to mean “a decision of the arbitral tribunal on the substance of the dispute and includes any interim, interlocutory or partial award.” In addition, the arbitration statutes of British Columbia (Canada) and Malaysia stipulate that only a decision on the substance of the dispute constitutes an award.” (PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 150-151). Trad. livre: Art. 2(1) nº 8 da Lei de arbitragem croata define o termo como “uma decisão sobre o mérito da disputa” (...); “Art. 2 da Lei de Arbitragem da Nova Zelândia de 1996 estabelece que “‘sentença’ significa uma decisão do tribunal arbitral sobre o mérito da disputa e inclui qualquer sentença provisória, interlocutória ou parcial” (...) “Também o artigo 2 da Lei de Arbitragem Internacional de Singapura define sentença como “uma decisão do tribunal arbitral sobre o mérito da disputa e inclui qualquer sentença provisória, interlocutória ou parcial”. Adicionalmente, os estatutos de arbitragem da Colúmbia Britânica (Canadá) e Malásia estabelecem que somente uma decisão no mérito da disputa constitui uma sentença.

¹²¹GARY BORN, aludindo a vasta bibliografia, que inclui o posicionamento de L. MISTELIS e S. KROLL; E. GAILLARD e J. SAVAGE; A. REDFERN e M. HUNTER, assim como vasta jurisprudência da Cour d'appel de Paris, relata que a maior parte da doutrina concordaria que uma sentença arbitral é um instrumento escrito, redigido e assinado pelos árbitros, estabelecendo a decisão final do árbitro sobre determinados pedidos ou questões (BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2355).

¹²²GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration, cit., p. 736; e LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖLL, Stefan M. *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 633-636.

¹²³Conforme registra JARROSSON, Charles. Note - Cour d'appel de Paris (1re Ch. C) 25 mars 1994 - Société Sardisud et autre v. société Technip et autre. *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, n. 2, p. 394-396, 1994. Referido órgão do poder judiciário francês já decidiu que as verdadeiras sentenças arbitrais são “actes des arbitres qui tranchent de manière définitive, en tout ou en partie, le litige qui leur est soumis, que ce soit sur le fond, sur la compétence ou sur un moyen de procédure qui les conduit à mettre fin à l'instance” (trad. livre: atos dos árbitros que decidem, de maneira definitiva, no todo ou em parte, o litígio que lhes é submetido, seja sobre o mérito, sobre a competência ou sobre uma forma procedimental que os conduza a pôr um fim à instância)

mestras para a determinação dos pronunciamentos que devem ser caracterizados como sentenças arbitrais:¹²⁴

- a. *Órgão decisor*: um árbitro ou Tribunal Arbitral, não alcançando, portanto, decisões tomadas por órgãos de caráter administrativo e não investidos de poder jurisdicional.
- b. *Definitividade* (“*finalty*”): somente decisões que consistirem em provimentos definitivos, não sujeitos a posterior modificação ou revisão e, portanto, vinculantes não só às partes mas também ao Tribunal Arbitral devem ser classificadas como sentenças;
- c. *Objeto da decisão*: Decisões que meramente disponham sobre matéria procedimental não são sentenças. De outro lado, decisões dispondo sobre o mérito da controvérsia são sentenças. Há um campo cinzento, relacionado às decisões que disponham sobre a jurisdição do tribunal; e
- d. *Denominação da decisão*: Ainda que não seja um fator determinante – pela menor relevância, diante do conteúdo, do *nomen iuris* que se dê ao ato – a denominação dada pelo tribunal à decisão é um dos elementos que podem ser utilizados de forma a dirimir eventuais dúvidas interpretativas.

Com base nesses critérios, referidos autores sugerem a seguinte definição de sentença arbitral: “*uma sentença é a decisão final e vinculante proferida por um tribunal arbitral, decidindo uma, algumas ou todas as questões a ele submetidas, incluindo decisões acerca de pressupostos processuais, mas, nesse último caso, apenas se o descumprimento desses pressupostos levar à extinção da arbitragem*”.¹²⁵

Sem prejuízo de uma análise mais detalhada do assunto, que será feita mais adiante, é de se reconhecer que esse esforço de conceituação da sentença arbitral aponta para conceitos que já contêm, em seus termos, a figura da sentença parcial. Ainda que preliminar, todavia, esta análise já confirma o ponto que procuraremos demonstrar: a sentença parcial, a não ser por sua extensão – que, aliás, qualifica-a como parcial e não como global – *é verdadeira sentença e deve como tal ser tratada*.

¹²⁴PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 154-157.

¹²⁵Tradução livre de “An award is an arbitral tribunal's final and binding decision disposing of one, several, or all issues submitted to it, including decisions on procedural requirements, but, in the latter case, only, if their non-fulfillment would lead to the termination of the arbitration” (PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 158).

3.1.3. Retornando ao direito interno: o conceito de sentença parcial se projeta a partir da definição do conteúdo da sentença

O mesmo raciocínio exposto até aqui pode ser refletido no campo do direito processual interno, pois também nessa seara, ainda que sem o mesmo vigor e aceitação da doutrina, pode-se encontrar elementos para afirmar que o conceito de sentença parcial se projeta a partir do próprio conceito de sentença.

Ato decisório por excelência,¹²⁶ a sentença, na acepção de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, é o “ato com o qual o juiz define a causa com ou sem julgamento de mérito” – entendendo-se o termo “causa” como o conteúdo do processo, isto é, o seu objeto, a pretensão deduzida em juízo, ou, mais simplesmente, o mérito.¹²⁷ “Definir a causa” segundo o próprio DINAMARCO “é emitir a solução final referente ao litígio posto em juízo, dissolvendo seu objeto porque a respeito deste é então dada toda a resposta que naquele grau de jurisdição poderia ser dada”.¹²⁸ Já para VICENTE GRECO FILHO, importa apenas reconhecer que a sentença é o ato terminativo que decide a lide ou não.¹²⁹ TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, por fim, prefere simplesmente classificar como sentença todo ato que contiver o *conteúdo* de algum dos incisos dos artigos 267 e 269 do CPC.¹³⁰

OVÍDIO A. BAPTISTA DA SILVA, em lição de meridiana clareza, que vale a pena ser transcrita, confirma a ligação que se buscou demonstrar pouco acima: a sentença parcial não difere da natureza da sentença final, a não ser por sua extensão.¹³¹

¹²⁶CRUZ E TUCCI, José Rogério, Sentença – II in LIMONGI FRANÇA, Rubens (coord.), Enciclopédia Saraiva do Direito, cit., p. 2.

¹²⁷DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 507-508.

¹²⁸DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 508.

¹²⁹GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 2, p. 241.

¹³⁰WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, *Nulidades do processo e da sentença*. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004, p. 30.

¹³¹Cf. SILVA, Ovídio Baptista da. *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 20-21. O mesmo autor esclarece que: “(...) mesmo na perspectiva do Direito medieval, em que se busca aproximar conceitualmente as interlocutórias das sentenças, permanece suficientemente demarcada a linha de competência de cada uma destas duas classes de ato jurisdicional: a sentença tem por objeto a definição da questão principal, ou seja, a resolução da questão de mérito; as interlocutórias não decidem sobre o principal, mas apenas sobre questões incidentes.” (op. cit., p. 6) “Chiovenda foi claro: sentença definitiva não é apenas a que define, mas aquela que, além de definir (pronunciar-se sobre a “questão principal”, o faz para encerrar, “nessa parte”, a controvérsia sobre o que fora decidido, seja pela extinção da relação processual, seja pela definitividade do julgamento sobre uma das ações cumuladas, ou sobre uma porção de uma delas.” (op. cit., p. 9).

“Para a doutrina estabelecida, somente haverá verdadeira sentença quando o juiz pronunciar-se sobre o mérito da causa, acolhendo ou rejeitando o pedido. Chiovenda: sentença definitiva é a sentença que se pronuncia sobre a demanda judicial, acolhendo-a ou rejeitando-a”. O contrário de sentença definitiva não seria “sentença provisória”, e sim sentença parcial que, como vimos, é uma sentença idêntica à anterior, através da qual o juiz igualmente se pronuncia sobre uma porção da demanda judicial, acolhendo-a, nessa parte, embora sem encerrar inteiramente o procedimento.

Como a sentença definitiva, esta a que se dá o nome de sentença parcial também produz coisa julgada e apenas da primeira se distingue por não encerrar inteiramente o procedimento. Tanto na sentença definitiva quanto na sentença parcial o juiz pronuncia-se sobre o *meritum causae* de tal modo que o ponto decidido não mais poderá ser controvertido pelas partes naquela relação processual e nem o julgador poderá sobre ele emitir um julgamento divergente, nas fases posteriores do procedimento”.

Outros autores, ainda tratando especificamente do tema das sentenças parciais no processo civil, também admitem o conceito de sentença parcial como uma espécie de sentença, na qualidade de pronunciamento judicial de caráter definitivo.¹³²

Conquanto breves, esses elementos permitem a percepção de que, seja em sede de arbitragem internacional, seja mesmo no âmbito do processo civil estatal, estamos diante de realidade com contornos semelhantes. Ainda sem cogitar dos problemas que podem surgir a partir da existência de um dogma de unicidade da sentença, tem-se que a sentença parcial é figura que nosso ordenamento jurídico não repele, pelo simples e suficiente motivo de que essa espécie de decisão é o que é: uma sentença que define porção da causa submetida à apreciação do árbitro, tanto e quanto a sentença que, de uma só vez, define a causa toda.

3.1.4. Sentença parcial e capítulo de sentença

Ainda como forma de auxiliar a compreensão do conceito de sentença parcial, parece interessante reconhecer o serviço prestado pela doutrina, no estudo dos chamados “capítulos da sentença”, à evolução da teoria relacionada à figura da sentença parcial.

¹³²Cf. por exemplo, “o critério encampado pelo legislador de 1973 para classificação das decisões jurisdicionais é o critério da definitividade do pronunciamento judicial, constatação esta que nos possibilita cogitar de sentenças completas e sentenças parciais” (MITIDIERO, Daniel. Sentenças parciais de mérito e resolução definitiva: fracionada da causa (lendo um ensaio de Fredie Didier Júnior). *Revista de Ajuris*, Porto Alegre, ano 31, n. 94, p. 47, jun. 2004).

No direito italiano, o conceito de capítulo de sentença foi originariamente desenvolvido por CHIOVENDA, para quem os capítulos de sentença corresponderiam aos itens do pedido. Em oposição, CARNELUTTI sustentava que capítulo de sentença seria o conteúdo mínimo da sentença, mas não necessariamente decorrente diretamente do pedido, como é o caso da condenação em verba honorária, por exemplo.¹³³ Para ele, o capítulo de sentença se forma se essa questão resolvida puder *constituir, sozinha, o conteúdo de uma sentença*. LIEBMAN não discorda, mas prefere relacionar o capítulo às decisões sobre o mérito, deixando de lado a necessidade de que o capítulo possa constituir, autonomamente, uma sentença.¹³⁴

Entre nós, o tema foi primeiramente tratado por JOSÉ FREDERICO MARQUES, para quem “todas as questões, julgadas, suscitadas ou discutidas no processo, e cada um dos pedidos cumulados em *simultaneus processus*, denominam-se ‘capítulos de sentença’”.¹³⁵

O tema, contudo, somente ganhou tratamento mais sistemático no direito brasileiro com a obra de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, que demonstrou, entre outras coisas, que o tema não serve somente à disciplina dos recursos (muito embora tenha neles uma de suas utilidades principais), mas, serve também à conceituação de sentença.¹³⁶

Capítulo de sentença pode ser entendido como “unidade autônoma do decisório da sentença”.¹³⁷ Isto é, todo segmento da parte decisória da sentença que puder ser isolado será considerado um capítulo autônomo da sentença, inclusive, por exemplo, o capítulo do decisório que rejeitar preliminares arguidas pelo réu. Nesse último caso, tal capítulo constitui em unidade autônoma da sentença, muito embora não seja capaz de constituir

¹³³V. nesse sentido BONÍCIO, Marcelo Magalhães. *Capítulos de sentença e efeitos dos recursos*. São Paulo: RCS Ed., 2006. p. 36.

¹³⁴Cf. BONÍCIO, Marcelo Magalhães. *Capítulos de sentença e efeitos dos recursos*, cit., p. 38.

¹³⁵Cf. BONÍCIO, Marcelo Magalhães. *Capítulos de sentença e efeitos dos recursos*, cit., p. 35.

¹³⁶“O papel importantíssimo que a teoria dos capítulos de sentença desempenha para a solução de muitos e importantes pontos referentes à teoria dos recursos abre caminho para um desvio de perspectiva que, além de subtrair o tema a sua sede natural, tem levado a doutrina a desconsiderar a influência que eles podem exercer também sobre outras áreas do direito processual. Muitos dos estudos conhecidos sobre o tema limitam-se a examinar as consequências da divisão da sentença sobre a teoria dos recursos – especialmente quando examinam os limites destes, o tema da reformatio in pejus e o do recursos adesivo – sem se empenharem na determinação de outras áreas de influência. Mas, como a seu tempo se exporá em pormenor, a consciência dos capítulos de sentença exerce influência também sobre os temas (a) da nulidade parcial da sentença (art. 248), (b) do custo financeiro do processo (despesas, honorários de perito e de advogado etc. – CPC, esp. art. 21), (c), da ação rescisória, (d) do cumprimento da sentença e da execução por título judicial, (e) da liquidação de sentença e outros” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos de sentença*. 4. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2009. p. 15).

¹³⁷DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos de sentença*, cit., p. 35.

uma unidade independente.¹³⁸ Assim, estão incluídas no conceito de capítulos de sentença todas as unidades autônomas portadoras de preceitos imperativos sobre a causa e sobre o processo, e, ao mesmo tempo, excluídas as soluções dadas, na motivação sentencial, às questões de fato e de direito.

Essa conceituação abre verdadeira avenida para o estudo da sentença parcial. Isto é, se é possível identificar unidades autônomas dentro de uma única sentença (os seus capítulos), o próximo passo é a admissão de que esses capítulos podem ser desagrupados, de modo a formarem, sozinhos, sentenças autônomas.

Essa, aliás, é a ideia original de CHIOVENDA ao conceituar o capítulo de sentença e que, no caso das sentenças parciais, aplica-se com maior propriedade do que a mais ampla teoria advogada por CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, eis que, no caso das sentenças parciais, parece ser imprescindível que apenas capítulos *independentes* e não meramente autônomos possam ser objeto de tais sentenças.

É verdade que não se pode dizer que a aceitação da teoria dos capítulos de sentença levaria automática e diretamente à possibilidade de cisão do julgamento, por iniciativa do julgador ou das partes. Isso, a propósito, é veementemente rejeitado pelo próprio CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, que não enxerga possibilidade da sentença parcial no processo civil.^{139 / 140}

Parece-nos, contudo, que tal objeção tem fundamento na regra da unicidade da sentença, não sendo, contudo, uma oposição verdadeiramente ideológica à sentença parcial. Nesse sentido, ainda no campo teórico, é inegável que a teoria dos capítulos de sentença serve ao fundamental propósito de permitir a identificação das unidades

¹³⁸ Sobre a distinção entre a autonomia e a independência dos capítulos, v. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos de sentença*, cit., p. 34 e ss.

¹³⁹ “No sistema de direito processual positivo brasileiro, antecipar o pronunciamento sobre essa causa extintiva, fazendo-o mediante uma decisão interlocutória e postergando o exame das demais questões de mérito e conclusão pela procedência ou improcedência, significa romper a unidade sentencial, afrontar o princípio da concentração da sentença e transgredir o disposto nos artigos 458 e 459 do Código de Processo Civil. Todas as questões de mérito devem ser julgadas de uma vez só, e sempre na sentença.” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Nova era do processo civil*. 3. ed., rev., atual. e aum. São Paulo: Malheiros Ed., 2009. p. 286).

¹⁴⁰ Vale, ademais, lembrar que em função da reforma introduzida pela Lei nº 11.232/05, o próprio DINAMARCO já reconheceu que a unidade do conceito de sentença foi desfeita, sem incluir, aí, contudo, a admissão à sentença parcial. Afirma o mestre que “a nova conceituação proposta pelo vigente art. 162, §1º, do Código de Processo Civil rompe a unidade do conceito de sentença, porque não tem aplicação ao processo executivo. Pelo disposto no art. 795 a extinção desse processo é sempre produzida por uma sentença (*infra*, n. 1849) – o que autoriza a conceituação desse ato judicial como ato que põe fim ao processo ou fase executiva. Obviamente jamais será uma sentença *de mérito*, porque não julga e não pode julgar a pretensão do exequente” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 508-509).

autônomas e independentes na sentença que permitem separação em unidades menores, as sentenças parciais.

Outros casos mais complexos – além da hipótese, relativamente simples, de desmembramento de cumulação simples de pedidos (pedidos de danos materiais e danos morais como capítulos distintos, por exemplo) – são abarcados pela teoria dos capítulos de sentença, tais como a separação ideológica do pedido condenatório, entre suas cargas declaratória e condenatória.¹⁴¹

Toda essa conceituação será bastante útil ao exame da matéria, principalmente no que diz respeito às consequências da impugnação judicial de sentenças parciais – cujo exame tem enorme paralelo na discussão que gira em torno do trânsito em julgado de capítulos da sentença em momentos diferentes.

3.1.5. Proposição do conceito de sentença arbitral parcial

Ao tratar do tema específico da sentença parcial no processo arbitral, a doutrina especializada já se encarregou de transpor para a definição de sentença parcial o raciocínio até aqui exposto, no que tange à conceituação da sentença final. Aponta-se a inexistência de distinção de natureza entre a sentença final (em sua acepção de julgamento global da causa) e a sentença parcial. A distinção entre elas relaciona-se à sua extensão, pois em ambas as modalidades temos o efeito extintivo da causa ou de parte dela.¹⁴²

Conforme afirmado anteriormente, a doutrina estrangeira vem conceituando sentença parcial sobre essas bases,¹⁴³ sempre tratando tal figura, em termos conceituais, da

¹⁴¹“Dá-se também a decomposição do objeto do processo pela dissolução analítica do provimento pedido, sempre que o autor tenha postulado um provimento condenatório e, sobre o mesmo bem da vida, o juiz vier a emitir *mera declaração*. (...) é lícito ao juiz, sem qualquer perigo de decidir *extra petita*, conceder somente a declaração, mesmo quando o pedido houver sido de condenação. Isso sucederá sempre que faltar ao autor o legítimo interesse à condenação (especialmente por falta do requisito da exigibilidade), quando então um dos capítulos da sentença pronunciará a carência de ação quanto à pretensão ao título executivo mas outro disporá sobre a existência ou inexistência do direito afirmado” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos de sentença*, cit., p. 74).

¹⁴²ARMELIN, Donald. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 293. Na mesma toada, ARNOLDO WALD lembra que “entende-se por sentença parcial toda decisão que verse sobre uma parte do litígio e atenda aos mesmos requisitos formais das sentenças finais, porém não resolva a totalidade do litígio, apesar de definitiva” (WALD, Arnaldo. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens submetidas ao regime da CCI, cit., p. 330).

¹⁴³BEND, Bommel van der; LEIJTEN, Marnix; YNZONIDES, Marc (Eds.). *A Guide to the NAI Arbitration Rule: including a commentary on Dutch Arbitration Law*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009. p. 218); BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2430; PINNA, Andrea. L'annulation d'une sentence arbitrale partielle. *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, n. 4, p. 617, 2008).

mesma forma que a sentença final. A diferença entre ambas é de extensão, eis que, sendo possível a cisão do julgamento em mais de um momento, tem-se aí a possibilidade de que uma sentença parcial seja proferida.¹⁴⁴

Em recente trabalho sobre o tema, JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER e ANDRÉ LUIS MONTEIRO sustentam que a definição de sentença arbitral parcial precisa estar de acordo com dois parâmetros básicos: (i) respeitar a dicotomia processual que enquadra no conceito de sentença os julgamentos de caráter definitivo e terminativo; e (ii) permitir a possibilidade de fatiamento do julgamento de mérito. Assim, os autores definem sentença arbitral como “o pronunciamento do árbitro que, examinando ou não o mérito, resolve total ou parcialmente a causa em definitivo, seja com fundamento na existência ou inexistência do direito material alegado pelas partes, seja com fundamento na ausência dos pressupostos de admissibilidade da tutela jurisdicional arbitral pleiteada. A sentença arbitral, assim, pode ser de mérito ou terminativa, bem como global ou parcial”.¹⁴⁵ O conceito parece-nos bastante apropriado.¹⁴⁶

Todavia, em nome da simplicidade que deve orientar a definição dos conceitos, permitimo-nos sugerir que se adote a mesma linha sugerida por CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO,¹⁴⁷ no sentido de conceituar sentença como o ato do juiz que “define a causa”, para assim também conceituar a sentença parcial, fazendo, portanto, o devido ajuste para

¹⁴⁴ Também nesse sentido o conceito apresentado por JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES, para quem “[o laudo] parcial consiste em decisão definitiva sobre parte das controvérsias objeto do processo arbitral, produzindo consequências imediatas para as partes, que ficam obrigadas a cumpri-lo. Assim, a sentença é parcial em relação ao conjunto de controvérsias objeto da arbitragem, mas é final relativamente à matéria por ela decidida, devendo, por isso, preencher os mesmos requisitos da sentença final.” (MAGALHÃES, José Carlos de. Sentença arbitral estrangeira. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, n. 1, jan. /abr. 2004, p.169-170. Prosseguindo nessa linha, DONALDO ARMELIN leciona que “a sentença parcial é um fenômeno que, para existir, exige a presença de pedidos cumulados objetivamente ou subjetivamente, ou, ainda, um pedido único integrado por vários segmentos autônomos” (ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 278).

¹⁴⁵ FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 158.

¹⁴⁶ Nesse sentido, tendo em vista a natureza da sentença arbitral, não concordamos com aqueles que sustentam que a sentença parcial deva ser confirmada pelo tribunal arbitral na sentença final. (v. NEHRING NETTO, Carlos. National Report for Brazil (2002). In: PAULSSON, Jan (Ed.). *International Handbook on Commercial Arbitration*. Kluwer Law International, Supl, n. 35, p. 19, Aug. 2002.

¹⁴⁷ Segundo afirma CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, “o vigente § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil não emite um verdadeiro conceito de sentença. Nem isso constitui missão do legislador, ao qual compete somente enunciar a previsão de situações que podem ocorrer editar normas que as regerão” (...) “Nesse quadro de atenções voltadas aos efeitos projetados sobre o objeto do processo e não sobre o processo em si mesmo, sentença é o ato com o qual o juiz define a causa com ou sem julgamento do mérito. Definir a causa é emitir solução final referente ao litígio posto em juízo, dissolvendo seu objeto porque a respeito deste é então dada toda a resposta que naquele grau de jurisdição poderia ser dada.” Logo em seguida, o ilustre professor esclarece que “o vocábulo *causa* é aqui empregado em um dos sentidos com os quais veio da tradição romana, a saber, no sentido de *lide deduzida em juízo* (Emilio Betti); é, em outras palavras, a pretensão insatisfeita que constitui o objeto do processo.” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 507-508).

estabelecer que a sentença é o ato que *define total ou parcialmente a causa, com ou sem julgamento do mérito*.

Importante que se esclareça desde já: o amplo conceito de *definir a causa* abrange tanto as sentenças de caráter definitivo quanto as sentenças de caráter terminativo, isto é, aquelas em que o processo é extinto em razão da ocorrência da falta de pressupostos processuais ou condições da ação.¹⁴⁸ Ao assim proceder, o julgador está definindo a causa, ainda que com solução que, por frustrar o escopo da jurisdição, deve ser evitada sempre que possível.¹⁴⁹

Apontada a excepcionalidade da sentença parcial terminativa, contudo, a regra é a sentença parcial de mérito, em que se decidem as pretensões das partes.¹⁵⁰

Portanto, é por meio desses parâmetros que propomos seja conceituada a sentença arbitral parcial: *definir a causa, com ou sem julgamento do mérito*. Essencial para a caracterização da sentença parcial, portanto, é que ela defina a *causa*, assim entendidas as pretensões apresentadas pelas partes em relação às quais se busque uma decisão.

3.2. Sentenças parciais e outras modalidades de decisão

Partindo-se da linha conceitual definida acima, pode-se ter um critério razoavelmente seguro para que estabeleça uma distinção conceitual entre a sentença parcial e outros tipos de decisão. Cumpre advertir, todavia, que a questão está longe de ser pacífica.

Possivelmente em razão de uma análise pouco aprofundada sobre o conceito de sentença parcial – em tudo dependente e vinculado ao conceito de sentença final –, não há qualquer uniformidade na utilização de termos como sentença parcial, sentença preliminar, sentença interlocutória, entre outros, principalmente no direito estrangeiro.

¹⁴⁸DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 508.

¹⁴⁹PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 273.

¹⁵⁰Vale frisar a diferenciação entre mérito e questão de mérito. Esse critério distintivo do objeto da sentença parcial também tem acolhida na doutrina internacional. Nesse sentido, GARY BORN, *International commercial arbitration*, cit., p. 2430, que lembra que diversas legislações nacionais acolhem essa diferença, no sentido de que a sentença parcial dispõe de maneira final sobre um determinado pedido, ao passo que a decisão interlocutória decide uma questão, relevante para a decisão de um pedido, mas sem caracterizar a decisão final do pedido.

O fruto dessa indistinção é a verdadeira pletora de denominações e classificações que o termo “award” (normalmente traduzido como “laudo” ou “sentença” arbitral¹⁵¹) costuma receber. Sem pretender ser exaustivo, pode-se apontar, apenas nos textos escritos em língua inglesa,¹⁵² os seguintes termos, cuja tradução, pelo risco de trair o real sentido do termo, abstenho-nos de sugerir neste ponto: “final award”, “partial award”, “partial final award”,¹⁵³ “interim award”,¹⁵⁴ “interlocutory award”,¹⁵⁵ “preliminary award”,¹⁵⁶ “provisional award”.¹⁵⁷

Como bem pontuado por ARNOLDO WALD,¹⁵⁸ a existência de um “problema linguístico” envolvendo esses termos poderia explicar mais facilmente alguns falsos problemas jurídicos.¹⁵⁹ No entanto, a complexidade do assunto é clara e vai além da semântica. A fim de dirimir as principais dúvidas que têm sido suscitadas a esse respeito,

¹⁵¹ A preferência pelo uso do termo sentença deve-se sobretudo à redação da Lei 9.307/96, que equipara a sentença arbitral à sentença judicial.

¹⁵² Em língua francesa, são frequentes as expressões “intérimaire”, “partielle” e “interlocutoire” (INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). Final Report on Interim and Partial Awards, cit.).

¹⁵³ BEND, Bommel van der; LEIJTEN, Marnix; YNZONIDES, Marc (Eds.). *A Guide to the NAI Arbitration Rule: including a commentary on Dutch Arbitration Law*, cit., p. 218; DI CIO, Cecilia M. Dealing with mistakes contained in arbitral awards, cit., p. 14-15; GAITIS, James M. The Federal Arbitration Act: risks and incongruities relating to the issuance of interim and partial awards in domestic and international arbitrations. *The American Review of International Arbitration*, n. 16, p. 1-130, 2005; LY, Filip de; SHEPPARD, Audley. ILA Interim Report on *Res Judicata* and Arbitration. *Arbitration International*, Kluwer Law International, v. 25, n. 1, p. 37, 2009.

¹⁵⁴ ZUBERBÜHLER, Tobias; MÜLLER, Klaus; Habegger, Philipp (Eds.). *Swiss rules of international arbitration: commentary*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2005. p. 286; BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2434; TRITTMANN, Rolf. When should arbitrators issue interim or partial awards and or procedural orders? *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, v. 20, n. 3, p. 259, 2003.

¹⁵⁵ PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 145; LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖLL, Stefan M. *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 634; GAITIS, James M., The Federal Arbitration Act: risks and incongruities relating to the issuance of interim and partial awards in domestic and international arbitrations, cit., p. 66; BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2431; KAUFMANN-KOHLER, Gabrielle; STUCKI, Blaise. *International arbitration in Switzerland: a handbook for practitioners*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2004. p. 143; RHODES, Jennifer M. Judicial review of partial arbitral Awards under Section 10(a)(4) of the Federal Arbitration Act., cit., p. 671-672.

¹⁵⁶ PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 145 e 160; GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 740.

¹⁵⁷ GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 717; LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖLL, Stefan M. *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 634; Lei de Arbitragem Inglesa, nos artigos 47(1) e 39.

¹⁵⁸ WALD, Arnoldo. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens submetidas ao regime da CCI, cit., p. 341.

¹⁵⁹ Conforme aponta a doutrina, não há uso internacional consistente dos termos “partial award”, “interim award”, “preliminary award” e “interlocutory award”. Tais termos são usados indistintamente (TRITTMANN, Rolf. When should arbitrators issue interim or partial awards and or procedural orders?, cit., p. 258).

procuraremos, adiante, examinar uma série de tipos diferentes de decisão, com o fito de discernir, de modo prático e mais apurado, o conceito de sentença parcial.

Para tanto, reforçaremos nossa opção pelo termo “sentença final” em oposição a sentença parcial (1); examinaremos a natureza das decisões quanto à jurisdição do tribunal arbitral (2); faremos a necessária distinção entre sentença parcial e decisão interlocutória (3); da mesma forma, estabeleceremos a diferença entre sentença parcial e tutelas de urgência (4), para, ao final, reafirmarmos nosso conceito sobre sentença parcial (5).

3.2.1. Sentença parcial e sentença final

A dicotomia entre sentença final e sentença parcial, tradicional na doutrina,¹⁶⁰ não é isenta de críticas. Há quem sustente que ambas as espécies de sentença são finais no que diz respeito ao seu conteúdo e que, por isso mesmo, poder-se-ia estabelecer uma denominação mais técnica entre sentença *global* – como sendo a sentença que, de uma só vez, define a causa – e sentença parcial.¹⁶¹

Há também quem prefira utilizar a expressão sentença “una” ou “unitária”,¹⁶² no mesmo sentido atribuído à sentença global, em oposição à sentença parcial.

Não obstante as críticas lançadas ao uso do termo “sentença final”, pensamos não haver razão para desencorajar seu uso, seja doutrinariamente, seja na prática. Entendemos que a única distinção relevante nesse sentido é, de fato, entre sentença final e sentença parcial, eis que, nesta última, o objeto do processo não se esgota, sendo interessante a menção ao termo “parcial” a fim de se evitar eventual caracterização da sentença parcial como *infra petita*.

De outro lado, ainda que não vejamos justificativa prática para encorajar o uso de termos como “una”, “unitária” ou “global”, a utilização de tais termos pode ser útil, ao menos

¹⁶⁰A título exemplificativo, cite-se CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 337; PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 159; BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2428 e ss.; LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖLL, Stefan M. *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 632, DERAIS, Yves; SCHWARTZ, Eric A. *Guide to the ICC Rules of Arbitration*. 2. ed. The Netherlands: Kluwer Law International, 2005. p. 29.

¹⁶¹GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 741; PINNA, Andrea. L'annulation d'une sentence arbitrale partielle, cit., p. 617; FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 158.

¹⁶²ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 293.

em termos didáticos, a fim de distinguir o *único* do *último* ato do julgamento, não obstante tanto um como outro tenham o mesmo efeito: encerrar a jurisdição do tribunal arbitral.

Por essa razão, adota-se aqui, como regra, os termos “final” e “parcial”. O emprego dos outros termos acima indicados para denominar a sentença arbitral, no entanto, poderá ocorrer para fins didáticos, em situações em que se mostre útil a especificidade dos termos una, global ou unitária.

3.2.2. Sentença parcial e as decisões quanto à jurisdição do tribunal arbitral

As chamadas sentenças de jurisdição do tribunal arbitral talvez sejam o tema mais polêmico envolvendo os limites do conceito de sentenças parciais. Não raro, tribunais arbitrais deparam-se com objeções apresentadas por uma das partes, no processo arbitral, fundadas na alegação de inexistência de jurisdição daquele tribunal arbitral para o julgamento de determinada controvérsia ou parte dela, seja em caráter subjetivo (porque a parte não estaria sujeita à convenção de arbitragem), seja em caráter objetivo (dado que a matéria em questão não poderia ser objeto da arbitragem). Trata-se, portanto, de um tema relacionado à arbitrabilidade.¹⁶³

Definimos como decisões sobre a *jurisdição* do árbitro todo tipo de decisão que tenha por conteúdo a definição (*rectius*, declaração) da validade, existência, eficácia da convenção de arbitragem, bem como a definição do alcance da convenção de arbitragem. Talvez seja aí, no campo da definição do que se entende por uma questão de jurisdição, que se concentre o verdadeiro nó a ser desatado.

A matéria provoca fortes focos de divergência em âmbito internacional,¹⁶⁴ assim como também não alcança unanimidade entre nós.

¹⁶³Sobre o tema, V. MISTELIS, Loukas A.; BREKOULAKIS, Stavros L. (Eds.). *Arbitrability: international and comparative perspectives*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009. p. 5-7.

¹⁶⁴Na legislação inglesa, por exemplo, a decisão sobre a jurisdição pode consistir uma sentença autônoma ou integrar a sentença que decida as demais questões. Nesse sentido, BOO, Lawrence G. S. Ruling on arbitral jurisdiction — is that an award? *Asian International Arbitration Journal*, Kluwer Law International, v. 3, n. 2, p. 135, 2007. Referindo-se parte da doutrina suíça, E. GAILLARD et al. afirmam que, de acordo com tal entendimento, decisões sobre questões de mérito tais como a validade do contrato principal, a definição do “an debeatur” não constituiriam verdadeiras sentenças arbitrais, mas tão somente decisões de caráter preparatório e, portanto, inaptas a ensejar ação anulatória. Os autores, contudo, discordam de tal entendimento, sustentando que ele se baseia em uma interpretação demasiadamente restrita do conceito de pedido (GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 739).

Como ponto de partida para nossa análise, classificaremos os pronunciamentos sobre jurisdição em duas categorias distintas: decisões de caráter positivo e negativo.¹⁶⁵ Isto é, decisões que confirmem a existência, validade, eficácia da convenção de arbitragem, bem como seu alcance sobre determinada pessoa ou matéria (decisão positiva) ou que, ao revés, reconheçam a inexistência de jurisdição do árbitro sobre uma ou mais partes ou sobre a matéria em questão.

Parece ser pacífico o entendimento de que constituem *sentenças* as decisões que reconheçam a inexistência completa de jurisdição do tribunal arbitral.¹⁶⁶ São decisões de natureza geralmente terminativa e que põem fim à arbitragem.¹⁶⁷ Indiscutível, pois, tratar-se de sentença – de caráter final – sempre que a causa for definida por completo pela solução que afasta a jurisdição dos árbitros.¹⁶⁸

De outro lado, aí em cenário muito mais debatido, está a decisão de caráter positivo, que confirma a jurisdição do tribunal arbitral para o julgamento do objeto do processo arbitral. Tratar-se-ia, pois, de decisão interlocutória ou de sentença?

Esta é questão de grande relevância, eis que a indicação de um ou de outro caminho é que apontará para consequências fundamentais, tais como a caracterização de coisa julgada e a faculdade de impugnação no prazo legal por meio da ação anulatória prevista no artigo 33 da Lei nº 9.307/96.

Seguindo a linha metodológica já indicada anteriormente, analisaremos ambos os tipos de decisão (afirmando ou negando a jurisdição do tribunal arbitral).

¹⁶⁵ Registre-se que utilizamos a mesma metodologia aplicada por DONALDO ARMELIN para a análise do assunto (ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 294), muito embora não compartilhemos das mesmas opiniões.

¹⁶⁶ O tema parece ser pacífico no âmbito da arbitragem. Vale registrar, todavia, a existência de controvérsia na doutrina a respeito da natureza de decisão que determina a exclusão de um litisconsorte. Pela metodologia que adotamos, uma decisão como essa seria uma sentença arbitral parcial, mas, no campo do processo civil, há respeitável entendimento no sentido de que esse tipo de decisão não consistiria em sentença, pois o efeito extintivo que a caracterizaria somente se operaria com a extinção de todo o processo. Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 3, p. 192-194.

¹⁶⁷ FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 158. DONALDO ARMELIN lembra que não se pode confundir uma decisão terminativa com uma sentença parcial. A sentença terminativa é plena no âmbito de sua abrangência, não se podendo classificar como parcial (ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 281 e 294).

¹⁶⁸ Vale registrar, todavia, a existência de discussões sobre a manutenção da jurisdição do tribunal arbitral, mesmo após proferida uma sentença dessa natureza, para proferir uma decisão adicional acerca dos custos da arbitragem. Essa discussão é travada principalmente no âmbito da Corte Internacional de Arbitragem da CCI.

3.2.2.1. Decisão que confirma a jurisdição do tribunal arbitral (sentença positiva de jurisdição)

Entre nós, DONALDO ARMELIN sustenta que decisões que confirmem a via arbitral têm natureza de decisão interlocutória, não podendo ser caracterizadas como sentenças, justamente por não provocarem a extinção da arbitragem e não versarem sobre o mérito.¹⁶⁹

Soluções das mais diversas têm sido aventadas mundo afora, tais como estabelecer uma definição legal de sentença arbitral exclusivamente em torno de um conceito mais estreito de mérito,¹⁷⁰ ou, então, no sentido de estabelecer expressamente que a decisão sobre jurisdição, se não for tomada juntamente com a sentença final, seja proferida na forma de uma decisão preliminar e não de uma sentença.¹⁷¹ Nesse último caso, pode-se citar a própria Lei Modelo de Arbitragem da UNCITRAL, que permite que a decisão seja tomada na forma de uma “questão prévia” (art. 16 (2) e (3)).

O que parece existir por trás dessas práticas é justamente a intenção de evitar que decisões que definam a jurisdição do tribunal arbitral possam estar desde logo sujeitas à impugnação em juízo.¹⁷² De plano, pode-se afirmar que há algum mérito nisso, pois não é

¹⁶⁹“Estas decisões, embora tenham como objeto o mesmo daquelas sentenças terminativas, por apresentarem resultado diverso daquele que ensejaria uma sentença dessa natureza, não correspondem a uma sentença parcial, por versarem sobre matéria alheia ao mérito da arbitragem. São, ao revés, provimentos que reconhecem a implementação das condições indispensáveis à prolação de sentença de mérito” (ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 294).

¹⁷⁰PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 151, fornecem os exemplos da Lei Croata de Arbitragem (art. 2(1)), da Lei de Arbitragem da Nova Zelândia de 1996 (art. 2), da Lei de Arbitragem Internacional de Singapura (art. 2) e, ainda, das Leis de Arbitragem da Colúmbia Britânica (Canadá) e da Malásia. Em todos esses casos, tem-se entendido que a lei estabelece que somente decisões quanto ao mérito do litígio, propriamente dito, constituem sentenças.

¹⁷¹LAWRENCE BOO, comentando a Lei Modelo de Arbitragem da UNCITRAL, sustenta que a decisão sobre jurisdição não se confunde com o mérito e, nesse sentido, não é a forma de sentença que faz com que o ato tenha conteúdo de sentença (BOO, Lawrence. Ruling on arbitral jurisdiction — is that an award?, cit., p. 135). Não concordamos com a posição sustentada pelo autor, por entendermos que se trata de uma concepção demasiadamente restritiva do conceito de mérito, conforme se passará a expor no curso deste capítulo. Da mesma forma, o ICSID também tem reiteradamente manifestado entendimento no sentido de que as decisões que reconheçam a jurisdição do Tribunal Arbitral não são sentenças e, por isso, não estão sujeitas a imediata anulação. A respeito, cf. GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 739.

¹⁷²Nesse ponto, de acordo com o que informa ROLF TRITTMANN, a respeito do direito alemão, a solução lá adotada teria sido reconhecer a natureza de sentença da decisão que reconheça a jurisdição do tribunal arbitral, mas não permitir sua impugnação imediata. Se o tribunal arbitral entender que tem jurisdição ele profere uma sentença parcial que não pode ser sujeita a impugnação (ZPO § 1040(3)). Se o tribunal arbitral decidir que não tem jurisdição, ele profere uma sentença final, que pode ser sujeita a revisão, com base no artigo 1059 do ZPO. (Cf. TRITTMANN, Rolf. When should arbitrators issue interim or partial awards and or procedural orders?, cit., p. 260-261). Todavia, examinando a tradução para a língua inglesa da legislação em questão, disponibilizada em PAULSSON, Jan (ed). *International Handbook on Commercial Arbitration*, Kluwer Law International, Supl., n. 55, p. 1-14, Jun. 2009, não parece que se possa extrair tal

difícil perceber os problemas que podem ser originados ao procedimento arbitral por uma ação de anulação de sentença arbitral intentada antes do desfecho completo do procedimento, independentemente de o autor da ação ter ou não ter razão. Trataremos dessa matéria no item 6.5.2 desta dissertação.

Ainda assim, não compartilhamos desse mesmo posicionamento. Na verdade, nossa discordância fundamental é justamente com o estabelecimento demasiadamente estreito daquilo que se possa entender como o mérito do processo arbitral. E, nesse entendimento, decidir favoravelmente à existência de jurisdição do tribunal arbitral pode, sim, caracterizar uma decisão de parcela do mérito.

Não é incomum, no direito estrangeiro, que se considere a decisão sobre a jurisdição do tribunal arbitral como verdadeira sentença. A título exemplificativo, podemos apontar o direito inglês,¹⁷³ o direito espanhol,¹⁷⁴ o direito francês,¹⁷⁵ o direito alemão¹⁷⁶ e o direito peruano.¹⁷⁷ Igualmente, essa parece ser a posição predominante no âmbito da arbitragem internacional.¹⁷⁸

interpretação da literalidade desses dispositivos. Outras fontes doutrinárias, por fim, revelam que a questão da possibilidade, ou não, de impugnação dessas decisões em caráter separado é controvertida cf. BÖCKSTIEGEL, Karl-Heinz; KRÖLL, Stefan Michael; NACIMIENTO, Patricia (Eds.). *Arbitration in Germany: the model law in practice*, cit., p. 450.

¹⁷³Lei de Arbitragem Inglesa de 1996 (Arbitration Act of 1996), art. 32(6).

¹⁷⁴Ley 60, de 23.12.2003, art. 22.3. V. nesse sentido, entre outros, MANTILLA-SERRANO, Fernando. The new Spanish Arbitration Act. *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, v. 21, n. 4, p. 375, 2004; HIERRO HERNÁNDEZ-MORA, Antonio; HINOJOSA SEGOVIA, Rafael. Comentario al artículo 37 Ley de Arbitraje. In: GONZÁLEZ DORIA, Juli (Coord.). *Comentarios a la nueva Ley de Arbitraje* 60/2003, de 23 de diciembre. Actualizado conforme a la Ley 11/2011, de 20 de mayo, de reforma de la Ley ... del Estado. Navarra: Editorial Aranzadi, 2004. p. 510-512. (Grandes Tratados). . FRANCO, Oscar. Partial awards remain in limbo, ___, v. 3, n. 4; CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 20.

¹⁷⁵No direito francês, conforme retrata JEAN-BAPTISTE RACINE, o árbitro pode decidir a questão sobre sua competência em uma sentença autônoma ou em uma sentença final, tratando em conjunto com o mérito. Já sentenças de incompetência não podem avançar para o mérito, de modo que sempre que o árbitro reconhece sua incompetência a sentença é final. O autor lembra também, contudo, a possibilidade de que o árbitro se declare parcialmente incompetente (RACINE, Jean-Baptiste. La sentence d'incompétence. *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, n. 4, p. 746-747, 2010).

¹⁷⁶ZPO § 1040(3). Cf. KRÖLL, Stefan Michael Recourse against negative decisions on jurisdiction. *Arbitration International*, Kluwer Law International, v. 20, n. 1, p. 62, 2004.

¹⁷⁷Conforme afirmam ALBERTO MOLERO RENTERIA e JUAN JOSÉ PERES ROSAS PONS, a decisão sobre matéria de jurisdição do tribunal arbitral tem natureza de sentença arbitral e tem força de coisa julgada. “Toda decisión de los árbitros que pone fin a una controversia, aunque no se pronuncien sobre el fondo de la misma, constituye un laudo, y por tanto es considerado cosa juzgada.” (MOLERO RENTERÍA, Alberto; PÉREZ-ROSAS PONS, Juan José. *¿Lo anulamos o no lo anulamos?* Reflexiones acerca de la anulación de un laudo parcial. Disponível em: <www.aryme.com/docs/adr/2-4-43/>. Acesso em: 24 set. 2012).

¹⁷⁸V. GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 739). No mesmo sentido, GARY BORN lembra que é correntemente aceito que decisões positivas e negativas de jurisdição são consideradas sentenças, sujeitas à ação anulatória, homologação e efeitos preclusivos (BORN, Gary, *International commercial arbitration*, cit., p. 2359). V. ainda, JENKINS, Jane; STEBBINGS, James. *International construction arbitration law*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2006. p. 280. (Arbitration in Context Series, v. 1).

Há, também, casos de legislações estrangeiras e regulamentos arbitrais que, de certo modo, incentivam o parcelamento da decisão do mérito ao longo do procedimento, permitindo, dessa forma, a solução destacada das questões de mérito e aquelas chamadas “jurisdicionais”.¹⁷⁹

Sob o ângulo do processo civil, não discutimos que a decisão em que o juiz afirme sua competência, em vista da arguição da matéria pelo réu ou mesmo fazendo-o de ofício, tenha o caráter de decisão interlocutória, eis que tal decisão lida com questão incidente que não deve ser confundida com qualquer aspecto da pretensão das partes. Não há uma pretensão da parte a que determinado juízo seja declarado competente.

Na arbitragem, porém, a ideia de mérito merece avaliação um pouco mais detida. A parte, assim como ocorreria no Judiciário, pode buscar uma tutela destinada à satisfação de uma pretensão que não foi espontaneamente satisfeita pela parte contrária. Daí a necessidade de tutelas condenatórias, constitutivas ou meramente declaratórias.¹⁸⁰ É justamente em função dos pedidos formulados que se delineia o mérito, conforme já lembrado em diversas passagens até aqui.

Não parece equivocado, nesse sentido, sustentar que o mérito da arbitragem pode também abranger a declaração de que o tribunal arbitral está a exercer jurisdição sobre as partes – e, em caso positivo, dentro de que limites isso ocorre.¹⁸¹ Isso, naturalmente, quando a decisão contiver pronunciamento acerca da existência, validade ou eficácia da convenção de arbitragem, assim como a definição de seu alcance.

Fala mais alto a feição contratual da arbitragem e o prestígio que a lei confere à autonomia da vontade. A convenção de arbitragem é, antes de tudo, fruto da vontade das partes contratantes, sendo seu direito pedir a declaração relativa à existência, validade e

¹⁷⁹V. nesse sentido LUCY GREENWOOD, que cita alguns regulamentos de instituições arbitrais internacionais, bem como algumas leis nacionais que estabelecem procedimentos destinados à “bifurcação” do julgamento de questões de mérito e jurisdicionais, tais como a Lei Modelo de Arbitragem da UNCITRAL (versão de 2010) e o artigo 186 (3) do “Swiss Private International Law Act” (GREENWOOD, Lucy, Does bifurcation really promotes efficiency?, cit., p. 108).

¹⁸⁰Além de executivas lato senso e mandamentais, para completar a concepção quinária dos tipos de tutela.

¹⁸¹A esse respeito, destaca-se o posicionamento de RAFAEL FRANCISCO ALVES, que dedica um capítulo de sua monografia sobre a inadmissibilidade das medidas antiarbitragem no direito brasileiro justamente para demonstrar que as decisões sobre a competência dos árbitros podem compor o mérito da arbitragem, na medida em que constituírem parte do *pedido* formulado pelas partes (ALVES, Rafael Francisco. *Inadmissibilidade das medidas antiarbitragem no direito brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 159-170).

eficácia dessa convenção, bem como exigir que a outra parte contratante se sujeite a essa convenção, em seus exatos limites.¹⁸²

Se assim é, há razão bastante para sustentar que uma das partes pode, sim, ter a pretensão a que sua contraparte se sujeite aos termos da convenção de arbitragem, o que, em última instância, significa sujeitar-se à decisão arbitral – desde que preservadas todas as garantias do devido processo legal. De outro lado, a parte que entende não estar vinculada à convenção de arbitragem pode manifestar a *pretensão de não se sujeitar* à jurisdição arbitral.

Ora, no mais das vezes, se ambas as partes estão de acordo com os limites da jurisdição atribuída aos árbitros, não manifestam qualquer oposição. Se, pelo contrário, têm algo a opor – seja porque entendem não estar pessoalmente sujeitas aos efeitos da convenção de arbitragem (arbitrabilidade subjetiva), seja porque não concordam que determinada pretensão deva ser dirimida pelos árbitros (arbitrabilidade objetiva) –, estamos diante de uma verdadeira pretensão que deve ser julgada pelo tribunal arbitral. Pretensão essa que, repita-se, tem por objeto a própria declaração do alcance da convenção de arbitragem ou então de sua inexistência, invalidade ou ineficácia.

Sempre que, diante da resistência de uma das partes, instaurar-se situação na qual se requeira a declaração de um desses aspectos da convenção de arbitragem (existência, validade ou eficácia) – com efeitos quanto à jurisdição do tribunal arbitral sobre as partes e/ou a controvérsia em questão –, estar-se-á tratando de decisão *de mérito*.¹⁸³

Contra a caracterização desse tipo de decisão como sentença, também tem sido levantado o argumento de que, por não serem autônomas em relação ao objeto da arbitragem, as decisões que apenas confirmem a jurisdição do tribunal não poderiam ser

¹⁸²V. nesse sentido RAFAEL FRANCISCO ALVES, *Inadmissibilidade das medidas antiarbitragem no direito brasileiro*, cit., p. 163: “uma das partes pode formular um pedido expresso para que os árbitros decidam a respeito de sua própria competência de forma definitiva, desde que a convenção assim permita e desde que o faça na primeira oportunidade que tiver para se manifestar, nos termos do artigo 20, *caput* e parágrafos, da Lei 9.307/96. Integrando o objeto do processo, a decisão dos árbitros a respeito da regularidade da convenção de arbitragem será um dos capítulos constantes do dispositivo da sentença arbitral e estará sujeita à autoridade da coisa julgada”.

¹⁸³Nesse sentido, o posicionamento de EDIN KARAKAS: “(...) question of arbitral jurisdiction is issue of merits. Furthermore, even though it may be to [sic] daring to say that this represents substance of dispute, the parties could have perfectly legitimate interests for question of jurisdiction to be discussed and finally settled.” (KARAKAS, Edin. Croatian arbitration law: concept of arbitral award under Croatian and comparative law. *Croatian Arbitration Yearbook*, n. 13, p. 56, 2006). Trad. Livre: a questão de jurisdição arbitral é matéria de mérito. Ademais, muito embora talvez possa ser ousado dizer que ele representa o mérito da disputa, as partes podem perfeitamente ter legítimo interesse em que a questão de jurisdição seja discutida e finalmente decidida.

caracterizadas como verdadeiras sentenças, mas, na verdade, apenas como decisões referentes a questões de natureza incidental.¹⁸⁴ Esse argumento, todavia, não parece ser convincente.

Em primeiro lugar, com base na autonomia da vontade, a parte pode pleitear uma declaração relacionada à existência, validade ou eficácia da convenção de arbitragem. Trata-se de interesse declaratório absolutamente legítimo e que, se incluído dentre as pretensões da parte, integrará o objeto do processo.¹⁸⁵

Não é apenas a pretensão de direito material propriamente dita que constitui os capítulos de sentença. Também integra o conceito a decisão acerca dos requisitos de admissibilidade do julgamento do mérito.¹⁸⁶ Em suma, a decisão a respeito da jurisdição do tribunal, em nosso entendimento, é plenamente passível de integrar o mérito e, bem por isso, ser objeto de uma sentença arbitral parcial. Pode-se, nesse sentido, instaurar uma arbitragem que tenha por objeto somente a declaração de validade da convenção de arbitragem, em razão dessa questão consistir em capítulo independente dos demais. Se é um pedido destacável e independente dos demais – como de fato é –, constitui capítulo de sentença.

¹⁸⁴ O argumento é reproduzido por EDIN KARAKAS: “in reality the parties do not initiate arbitration proceedings only to find out which language should be the language of arbitration proceedings or to challenge an arbitrator, and even not to establish whether their arbitration agreement is valid or not. Substance of the dispute between the parties is a claim which the claimant claims in the statement of claim, and which the respondent opposes.” (KARAKAS, Edin. Croatian arbitration law: concept of arbitral award under Croatian and comparative law, cit., p. 34). Trad. livre: na verdade as partes não iniciam um procedimento arbitral somente para determinar qual idioma deve ser o idioma do procedimento arbitral ou para impugnar um árbitro, e mesmo para determinar se a convenção de arbitragem é válida ou não. O mérito da disputa entre as partes é um pedido que o autor formula em sua petição e em relação ao qual o réu se opõe.

¹⁸⁵ ALVES, Rafael Francisco. Inadmissibilidade das medidas antiarbitragem no direito brasileiro, cit., p. 173.

¹⁸⁶ Nesse sentido, RAFAEL FRANCISCO Alves, para quem “conforme a vontade destas [partes], a decisão sobre a convenção de arbitragem pode constituir (i) apenas um dos requisitos de admissibilidade do mérito, (ii) uma parte deste mérito ou ainda (iii) o mérito da arbitragem como um todo. Na segunda hipótese, trata-se de um capítulo autônomo (e de mérito) da sentença arbitral. Sendo um capítulo autônomo, nada impediria que a análise da existência, da validade e da eficácia da convenção de arbitragem fosse objeto de uma sentença arbitral própria. Se essa análise constitui apenas parte do mérito e é constatado que a convenção de fato existe, é válida e eficaz, então poderia haver uma sentença arbitral parcial.” (ALVES, Rafael Francisco, *Inadmissibilidade das medidas antiarbitragem no direito brasileiro*, cit., p. 174).

3.2.2.2. Decisão que rejeita a jurisdição do tribunal arbitral (sentença negativa de jurisdição)

Em relação à decisão negativa, já adiantamos nosso posicionamento, no sentido de nos filarmos à doutrina majoritária – senão unânime – que considera esse pronunciamento do árbitro como uma sentença. Uma decisão que encerra o processo arbitral é, sem sombra de dúvida, uma sentença, em razão de sua “vocação extintiva”.¹⁸⁷

Igualmente, pelos motivos apontados acima, se a sentença define apenas parcialmente a causa, considerando que a convenção de arbitragem não alcança determinada questão ou pessoa (incluindo aí sua inexistência, invalidade ou ineficácia), tem-se aí uma verdadeira sentença parcial, posto que consiste em definição parcial da causa.

Não adotamos, neste ponto, o posicionamento de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, que sustenta que, no âmbito do processo judicial, quando causas extintivas não produzem a extinção do processo como um todo (no caso da exclusão de apenas um dos litisconsortes, por ilegitimidade, por exemplo), não configuram sentença.¹⁸⁸ Antes, desvinculando-nos de uma concepção arraigada à unicidade da sentença, mormente no processo arbitral – sobre o que se tratará mais adiante –, tem-se que a decisão que fixa limites mais estreitos à arbitragem do que aqueles que foram inicialmente indicados pelo autor tem natureza de *sentença*, posto que define a causa em relação às matérias ou pessoas que dela foram excluídas.

A questão que ainda não resta pacificada reside justamente no conteúdo dessas sentenças que, total ou parcialmente, provocam a extinção do processo. Para alguns, trata-se de sentença de conteúdo terminativo,¹⁸⁹ ao passo que, para outra parte da doutrina,

¹⁸⁷V. nesse sentido, tudo o quanto já foi dito acima a respeito da doutrina do *functus officio*. V. ainda WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*, cit., pp. 28 e ss, que também alude à expressão “vocação extintiva” ao se referir à sentença.

¹⁸⁸Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 3, p. 192. O próprio DINAMARCO, porém, reconhece que a posição dominante na doutrina de que esse tipo de decisão é, de fato, uma sentença, porque “ainda que parcialmente, a causa está sendo definida (Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes) – contendo tal julgamento, como está no direito positivo, uma das decisões indicadas no art. 269 do Código de Processo Civil (ao qual faz expressa remissão o § 1º do art. 162)”.

¹⁸⁹DONALDO ARMELIN, com quem não concordamos no tocante à sentença positiva de jurisdição, posiciona-se de forma bastante clara nesse sentido de que esse tipo de sentença teria natureza terminativa (ARMELIN, Donaldo. *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, cit., p. 281-282).

tratar-se-ia de sentença definitiva, apta ao trânsito em julgado.¹⁹⁰ Um exemplo ajudará a ilustrar o assunto.

“A” instaura arbitragem requerendo a condenação de “B” ao pagamento de determinado valor pactuado entre ambos para a realização de determinado serviço. “B” apresenta impugnação à jurisdição do tribunal arbitral, requerendo a invalidação da cláusula compromissória, eis que a celebração do contrato, e da própria cláusula compromissória por conseguinte, teria sido fruto de coação por parte de “A”. O tribunal arbitral, analisando a prova, entende ter ocorrido coação, a validar a impugnação formulada por B, decidindo, assim, extinguir o processo por ausência de convenção arbitral e, consequentemente, de jurisdição do tribunal arbitral.

Colocam-se, ao menos, duas questões: (i) qual é a natureza dessa decisão? e (ii) quais são os seus efeitos em relação às partes?

Tal sentença contém uma declaração de inexistência de jurisdição do tribunal arbitral. Seria essa uma sentença de caráter verdadeiramente terminativo – isto é, de sentença que não julga o mérito?¹⁹¹ Ao decretarem, na sentença, a invalidade da relação jurídica existente entre as partes, no que diz respeito à adoção da convenção de arbitragem, os árbitros efetivamente manifestaram posicionamento sobre a relação de direito material sujeito a transitar em julgado, eis que a nenhuma das partes será dado rediscutir em juízo ou em arbitragem, a validade dessa cláusula compromissória.

Não parece ser o caso de classificar tal sentença como terminativa, ou puramente jurisdicional como definem alguns,¹⁹² eis que contém carga declaratória sobre um aspecto da pretensão de mérito. Na esteira do que já afirmou RAFAEL FRANCISCO ALVES, se a análise da existência, validade ou eficácia da convenção de arbitragem faz parte do objeto da demanda, nesse caso, qualquer decisão – positiva ou negativa – disporá sobre o mérito e, nesse sentido, terá o efeito de produzir coisa julgada. Não será, pois, mera decisão terminativa.¹⁹³

¹⁹⁰Nessa linha é a opinião de RAFAEL FRANCISCO ALVES, conforme se trata adiante.

¹⁹¹Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 3, p. 684.

¹⁹²Para PETER AEBERLI, comentando em relação à Lei Inglesa de arbitragem, a natureza dependerá do conteúdo da decisão. Se o tribunal entender que não tem jurisdição, a natureza é puramente jurisdicional (*LG Caltex Gas Co. Ltd v. China National Petroleum Corp.* [2001] 2 All ER (Comm.) 97 (CA).); se, pelo contrário, entender que tem jurisdição, o tribunal estará julgando uma parcela do mérito (AEBERLI, Peter. Jurisdictional disputes under the Arbitration Act 1996: a procedural route map. *Arbitration International*, Kluwer Law International, v. 21, n. 3, p. 266, 2005).

¹⁹³“Analisada a regularidade da convenção de arbitragem apenas como uma questão preliminar, a sentença dos árbitros tem caráter meramente terminativo, não estando coberta pela autoridade da coisa julgada. O

Isso não significa, porém, a inexistência de sentenças terminativas na arbitragem. A sentença que decretar a extinção da arbitragem por não estarem presentes as condições da ação, por exemplo, será claramente terminativa.

A segunda questão que se coloca neste ponto diz respeito aos efeitos que a sentença negativa de jurisdição produzirá. Partindo-se da classificação acima apresentada, pode-se afirmar que as sentenças que contiverem uma decisão de mérito, tais quais as sentenças judiciais, produzirão coisa julgada material, ao passo que as sentenças meramente terminativas não terão esse efeito.

Pode até causar alguma espécie a ideia de que um tribunal arbitral que reconhece não ter jurisdição possa ter sua decisão protegida pelo manto da coisa julgada. No entanto, como bem esclareceu RAFAEL FRANCISCO ALVES em conclusão com a qual concordamos, a autoridade dessa decisão é constituída pela própria Lei de Arbitragem, em seu artigo 8º, de tal forma que o árbitro adquire essa condição “*ex vi legis* apenas e tão-somente para o fim de decretar a inexistência, invalidade e ineficácia da convenção de arbitragem”.¹⁹⁴

3.2.3. Sentença parcial e decisão interlocutória

A Lei de Arbitragem não conceitua sentença e tampouco decisão interlocutória. Da mesma forma como se fez com o conceito de sentença, também nesta seara trata-se de buscar, na ciência processual (respeitadas as características da arbitragem), um entendimento daquilo que se possa caracterizar como decisão interlocutória.

A confusão terminológica também é bastante comum no campo da arbitragem internacional, havendo tanto quem entenda que os conceitos são distintos,¹⁹⁵ quanto o contrário.¹⁹⁶ Os critérios de distinção, por outro lado, são os mais diversos, criando ainda

árbitro simplesmente declara que não é competente para analisar os pedidos formulados pelas partes e as remete ao Poder Judiciário. Por outro lado, se a análise da existência, da validade e da eficácia da convenção de arbitragem for, ela mesma, um dos pedidos formulados pelas partes, então a sentença arbitral será definitiva neste ponto, não podendo ser revista pelo Poder Judiciário após o seu trânsito em julgado” (ALVES, Rafael Francisco. *Inadmissibilidade das medidas antiarbitragem no direito brasileiro*, cit., p. 164).

¹⁹⁴ ALVES, Rafael Francisco. *Inadmissibilidade das medidas antiarbitragem no direito brasileiro*, cit., p. 167.

¹⁹⁵ TRITTMANN, Rolf. When should arbitrators issue interim or partial awards and or procedural orders?, cit. p. 257-259.

¹⁹⁶ RAU, Alan Scott. Provisional relief in arbitration: how things stand in the United States. *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, v. 22, n. 1, p. 55, 2005.

mais confusão.¹⁹⁷ Nada que surpreenda, afinal, atos cuja natureza é de sentença parcial por vezes são tratados por leis nacionais¹⁹⁸ ou por regulamentos arbitrais¹⁹⁹ como se decisão interlocutória fossem.

Entre nós, a realidade é a mesma, com o mesmo tipo de confusão conceitual, aparentemente ocasionada pelo apego de nossa tradição processual à ideia de unicidade de sentença e ao seu conceito finalístico.²⁰⁰ Por essa lógica rasa, não raro se denomina interlocutória, ou ainda de ordem processual, toda decisão proferida antes da sentença, sem que se proceda a um exame mais atento sobre sua natureza.

Decisão interlocutória, como classicamente conceituada, é aquela que resolve a chamada *questão incidente* no processo e não propriamente o mérito. No dizer de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, são “os provimentos com que o juiz, no curso do processo e sem definir a causa, decide sobre matéria de interesse do processo e sobre certos pedidos e requerimentos das partes”.²⁰¹ Entendemos que esse raciocínio é aplicável ao processo arbitral, com a vantagem de permitir estabelecer uma distinção bastante clara entre sentença e decisão interlocutória.

Novamente, em linha com a metodologia aqui desenvolvida, tudo aquilo que for objeto do pedido, em forma de pretensão a ser submetida à resolução dos árbitros, constituirá o objeto do processo arbitral (e, por congruência, da sentença arbitral). Os

¹⁹⁷ Ainda sobre o tema, vale a referência ao artigo de KRESO PUHARIC, que analisa a distinção entre os dois conceitos à luz das legislações da Croácia, Macedônia, Eslovênia, Sérvia, Áustria e Suíça, além dos regulamentos de uma série de instituições arbitrais do leste europeu, concluindo que, a despeito de ser relativamente comum a referência a termos como sentença parcial ou interlocutória, raramente se pode encontrar algum tipo de distinção conceitual que permita dividir bem o alcance de cada uma dessas duas figuras (PUHARIC, Kreso. Interim and partial arbitral award, cit., p. 167 e ss.).

¹⁹⁸ Essa distinção parece ser inexistente, por exemplo, no direito austríaco, conforme relata WOLFGANG JELINEK, para quem as decisões proferidas anteriormente à sentença final seriam classificadas como interlocutórias (JELINEK, Wolfgang, The Award and the Courts - the Austrian Supreme Court and the precedent - Setting Interim Award: OGH 7 Ob 545/92 and the consequences. In: KLAUSEGGER, Christian et al. (Eds.). *Austrian Arbitration Yearbook 2010*. München: C.H. Beck; Bern: Stämpfli Verlag, 2010. p. 209-217).

¹⁹⁹ Cite-se, nesse sentido, a curiosa redação do art. 13.1. do Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem da AmCham, que prevê a possibilidade de emissão de “decisões parciais”, mas estabelece a necessidade de que tais decisões sejam ratificadas na sentença final.

²⁰⁰ Nesse sentido, RODRIGO GARCIA DA FONSECA lembra que “embora chamadas frequentemente de decisões interlocutórias, as sentenças parciais já existem na prática do direito processual brasileiro, há muito. Afinal de contas, voltando à definição do ato jurídico pela sua natureza intrínseca, e não pelos seus efeitos externos ou secundários, o que é a decisão interlocutória que exclui um réu por ilegitimidade e determina o prosseguimento da ação contra o outro réu, se não uma sentença parcial? Ou a decisão interlocutória que acolhe a prescrição quanto a parte do pedido e determina a realização de perícia para verificação e/ou quantificação da parte remanescente?” (FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. Sentença parcial e cumprimento da sentença. Anotações em torno da Lei 11.232/2005, cit., p. 35).

²⁰¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, v. 2, p. 509 (n. 652).

demais provimentos, sobre outras questões, ainda que relacionadas ao mérito e preparatórias à sua decisão, consistirão em decisões interlocutórias, mas sem o caráter de sentença. Essa distinção não tem acolhida somente no Brasil,²⁰² mas também por importantes doutrinadores que dissertam sobre a arbitragem internacional.²⁰³

Ademais, o simples fato de a questão ser controvertida não basta para que ela possa ser considerada como parte do objeto da sentença arbitral.²⁰⁴ Na verdade, a existência de uma controvérsia é irrelevante, pois é evidente que o pedido pode ser incontroverso e, nem por isso ele deixa de integrar o *mérito*. O inverso também é verdadeiro, pois o fato de as *questões de mérito* serem controvertidas não as transforma em parte do mérito.

Também não vemos, por essa razão, qualquer possibilidade de que decisões referentes a questões procedimentais possam ser consideradas como sentenças arbitrais. Podemos incluir nessa categoria decisões que, por exemplo, versem sobre a produção de provas, sobre prazos processuais, sobre a organização e curso do procedimento.²⁰⁵

Há, todavia, alguns tipos de questões que se colocam em um espaço que se pode chamar como limítrofe entre as decisões interlocutórias e as sentenças, tais como decisões versando sobre algum aspecto da convenção de arbitragem, tais como a lei aplicável, a

²⁰² LEMES, Selma Ferreira. Sentença arbitral estrangeira e sentença parcial: comentários ao Acórdão do TJESP - 25ª Câmara. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, n. 11, p. 222-230, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.selmalemes.com.br/artigos/artigo_juri12.pdf>. p. 229, “a sentença arbitral parcial consiste em decisão definitiva sobre partes das controvérsias objeto do processo arbitral, produzindo conseqüências imediatas e definitivas para as partes (diferente, portanto, de decisões provisórias ou interlocutórias)”. V. ainda BÖCKSTIEGEL, Karl-Heinz; KRÖLL, Stefan Michael; NACIMIENTO, Patricia (Eds.). *Arbitration in Germany: the model law in practice*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2007. p. 401.

²⁰³ ALAN REDFERN, MARTIN HUNTER et al. defendem a distinção entre sentença e ordens processuais. Estas últimas destinam-se ao procedimento da arbitragem e não tem conteúdo de sentença. Se uma parte for prejudicada por uma ordem processual, esse prejuízo deve se refletir de alguma forma na sentença e, então, ser objeto de impugnação (REDFERN, Alan; HUNTER, Martin et. al. *Redfern and Hunter on international arbitration*, cit., p. 519). Da mesma forma, K.H. BÖCKSTIEGEL e outros lembram que, de acordo com o ZPO Alemão, o termo “sentença” aplica-se a decisões que sejam finais com relação a pedidos ou parte de pedidos concedidos a uma parte. Nesse sentido, as ordens processuais e decisões “preliminares” não se enquadram dentro do conceito de sentença, pois não são finais (BÖCKSTIEGEL, Karl-Heinz; KRÖLL, Stefan Michael; NACIMIENTO, Patricia (Eds.). *Arbitration in Germany: the model law in practice*, cit., p. 397). V. ainda, PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. *The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion*, cit., p. 145.

²⁰⁴ Discordamos, portanto, da opinião do prestigiado GARY BORN, que sustenta que decisões interlocutórias acerca de matérias controvertidas devem geralmente ser consideradas como sentença, desde que elas estabeleçam uma tutela em favor de algumas das partes acerca da situação fática em questão. O autor sustenta, ainda, ser importante verificar se a legislação aplicável prevê alguma forma de execução desse tipo de decisão, o que, eventualmente, pode afastar a necessidade de classificar esses atos como sentença. (BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2357). O critério, em nosso entendimento, é sempre a *pretensão*. Tudo o que está dentro dela, constitui o mérito, seja controvertido ou não.

²⁰⁵ INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). *Final Report on Interim and Partial Awards*, cit., itens 27-28.

língua e local da arbitragem e até mesmo a responsabilidade pelo pagamento das custas e despesas da arbitragem²⁰⁶.

Não se nega que a parte possa, em alguma dessas hipóteses, ter a pretensão de que determinado aspecto da convenção de arbitragem seja expressamente declarado pelo tribunal arbitral. Se assim for, a decisão sobre esse determinado aspecto de forma isolada – a lei aplicável ao mérito da arbitragem, por exemplo – será uma sentença parcial. Aplica-se, aqui, a mesma ideia já explorada quando das discussões a respeito da natureza da sentença que verse sobre a jurisdição do tribunal arbitral.

A mesma discussão sobre a lei aplicável, porém, pode surgir de forma incidente, eis que cada uma das partes pode, para sustentar seus pedidos, alegar que seria aplicável a lei desta ou daquela jurisdição. Nessa hipótese, para decidir o mérito, o árbitro haverá de solucionar a questão lógica prévia, que é a lei aplicável. Nesse caso, por não constituir o mérito, a decisão sobre tal questão controvertida é, evidentemente, interlocutória.

Interessante frisar que, em termos práticos, isso pode fazer muita diferença. Decidir determinados assuntos na arbitragem em caráter prioritário – como a definição do direito aplicável, para ficar em um único exemplo – pode poupar das partes muito tempo e recursos, constituindo recomendável medida de administração eficiente do procedimento arbitral.

De toda forma, como se vê, a distinção entre esses dois tipos de provimento tem plena justificativa. É em função do pedido formulado entre as partes que se distinguem as demais questões, prejudiciais ou supervenientes, que devem ser solucionadas no curso do procedimento arbitral ou na sentença. Trata-se, sempre, de interpretar o pedido e, identificando seus limites, estabelecer o que é e o que não é mérito.

3.2.4. Sentença parcial e tutela de urgência

Dentre as decisões que são consideradas interlocutórias, chamam a atenção aquelas destinadas à tutela de urgência, notadamente decisões que concedam alguma medida

²⁰⁶V. exemplificativamente, PRICE, Charles; STANS, Yves. Using costs as a case management tool in international arbitration. *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, v. 25, n. 4, p. 715, 2007, BÜHLER, Michael. Note – Sentence Partielle du 1er juin 2004 dans l'affaire CCI No 12491/KGA/EC. *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, v. 24, n. 2, p. 290-301, 2006.

cautelar ou antecipação da tutela. Nesses casos, temos uma situação diferente daquela abordada acima, eis que, ao contrário das decisões interlocutórias propriamente ditas, aqui o julgador efetivamente profere uma decisão sobre uma pretensão e não sobre uma questão incidente. Se há alguma diferença entre as sentenças e esse tipo de decisão, certamente não seria em razão de seu objeto, pois claramente em ambos os casos o que está em jogo é a decisão do pedido.

A teor do art. 22, §4º, da Lei nº 9.307/96, os árbitros dispõem de poderes para determinar tutelas de caráter *provisório*, como, inclusive, vem sendo reiteradamente confirmado pela jurisprudência pátria.²⁰⁷ Pois é esse caráter *provisório* – e não definitivo – que estabelece a verdadeira divisão de águas entre as tutelas que devem, ou não, ser objeto de uma sentença parcial.

Cumprе lembrar, inicialmente, que, por ser a sentença parcial o escopo do presente trabalho, não nos ateremos às questões mais especificamente ligadas às tutelas de caráter provisório, de natureza cautelar ou antecipatória.²⁰⁸ A alusão a esse tipo de tutela é essencialmente destinada a embasar o estudo da sentença parcial.²⁰⁹

Ainda que, na prática judicial e arbitral, o conteúdo tenha prevalência sobre a denominação formal do ato,²¹⁰ parece-nos importante, ao menos em sede acadêmica, procurar utilizar a terminologia adequada para se definir o objeto do estudo. A busca de uma terminologia mais precisa destina-se a evitar os problemas que podem advir da confusão entre duas categorias de provimentos judiciais que são bastante distintas e que

²⁰⁷ STJ, REsp 1297976-RJ, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 12.6.2012.

²⁰⁸ A esse respeito, v. CARRETEIRO, Mateus Aimoré. *Tutelas de urgência e processo arbitral*. 2013. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

²⁰⁹ Vale, a propósito, a alusão aos comentários feitos por JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER E ANDRÉ LUIS MONTEIRO, para quem é da “conveniência do árbitro, a partir das circunstâncias concretas do caso específico, a escolha entre desincumbir-se do dever de julgar através da sentença parcial ou da antecipação de tutela. O norte de tal raciocínio sempre deverá ter como parâmetro a necessidade teórica de reversibilidade do objeto decidido à luz das provas a serem colhidas na arbitragem e da relação do objeto decidido com as *causas petendi* e os pedidos remanescentes” (FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luís. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 164).

²¹⁰ Nesse sentido, a doutrina refere-se ao famoso caso *Brasoil*, no qual a *Cour d'Appel* francesa estabeleceu que apesar de um ato do tribunal arbitral ter sido formalmente denominado “ordem”, ele tinha verdadeiro conteúdo de sentença, por resultar do exercício do poder jurisdicional, e poderia se sujeitar ao controle judicial. *Braspetro Oil Services Company v The Management and Implementation Authority of the Great Man-Made River Project*, Paris Cour d'Appel, 1º de julho de 1999, in BERG, Albert Jan van den (Ed.). *Yearbook Commercial Arbitration 1999*. The Netherlands: Kluwer Law International, 1999. v. 24, p. 296-302. Vide, ainda, REDFERN, Alan; HUNTER, Martin et. al. *Redfern and Hunter on international arbitration*, cit., p. 517; BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2355-2356, especialmente nota 151; PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 157.

têm características próprias: as tutelas provisórias e as tutelas definitivas – estas últimas objeto de nosso estudo.

Na prática arbitral, ao conceder esse tipo de tutela de caráter provisório, os árbitros normalmente valem-se de ordens processuais, de decisões interlocutórias, ou mesmo de sentenças, comumente chamadas provisórias, intermediárias ou preliminares.²¹¹ A profusão de termos, a que já se aludiu anteriormente, é enorme nessa seara, principalmente em arbitragens internacionais, em que termos como “preliminary award”, “interlocutory award”, “interim award” são indistintamente utilizados para caracterizar tutelas de natureza provisória e definitiva.²¹² Da mesma forma, tutelas de caráter definitivo, como sentenças que confirmem a jurisdição do tribunal arbitral²¹³ e sentenças que estabeleçam condenação de caráter genérico pendente de liquidação,²¹⁴ a despeito de possuírem plenas características de sentenças parciais, não raro são designadas como decisões interlocutórias ou intermediárias.

Entendemos, juntamente com abalizada doutrina,²¹⁵ que termos como os mencionados acima devem permanecer circunscritos à denominação de decisões que contenham as tutelas de caráter *provisório*.²¹⁶

²¹¹ Nesse sentido, vale a referência ao INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). Final Report on Interim and Partial Awards, cit.

²¹² Apontando o uso indistinto, em legislações e regulamentos estrangeiros, de termos como sentença parcial (partial award) e interim award (sentença provisória), citem-se os seguintes autores: LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖLL, Stefan M. *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 634-635; GAITIS, James M. The Federal Arbitration Act: risks and incongruities relating to the issuance of interim and partial awards in domestic and international arbitrations, cit., p. 66 (“Some commentators thus perceive critical distinctions between the varied forms of awards, and others just as vigorously deny that such distinctions exist”); TRITTMANN, Rolf. When should arbitrators issue interim or partial awards and or procedural orders?, cit., p. 260-264; KONRAD, Christian W.; SCHWARZ, Franz T. *The Vienna Rules: a commentary on international arbitration in Austria*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009. p. 660-661.

²¹³ Cf. LY, Filip de; SHEPPARD, Audley. ILA Interim Report on *Res Judicata* and Arbitration, cit., p. 37.

²¹⁴ KARAKAS, Edin. Croatian arbitration law: concept of arbitral award under Croatian and comparative law, cit., p. 37 (v. ainda, KARAKAS, Edin. Origin of arbitral awards and its impact on applicable enforcement regime. *Croatian Arbitration Yearbook*, n. 11, p. 37, 2004), sustenta a existência de distinção entre sentença parcial, interlocutória e final, mas classifica como decisão interlocutória a sentença condenatória genérica (isto é, a sentença que contenha o elemento *an debeatur*, mas que não disponha sobre o *quantum*). Segundo entendemos, contudo, trata-se aí de sentença parcial e não de decisão interlocutória.

²¹⁵ LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖLL, Stefan M. *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 634-635 (“For reasons of clarity the term interim award should be limited to those awards which do not settle a separate part of the proceedings finally”. Trad. Livre: por razões de clareza, o termo sentença provisória deve ser limitado àquelas sentenças que não definem, de modo final, uma determinada parcela do procedimento). Também K.H. BÖCKSTIEGEL et al. lembram que a grande diferença para uma sentença interlocutória ou provisória é o fato de que a sentença parcial contém a característica de definitividade, algo que esses outros tipos de provimento não possuem (BÖCKSTIEGEL, Karl-Heinz; KRÖLL, Stefan Michael; NACIMIENTO, Patricia (Eds.). *Arbitration in Germany: the model law in practice*, cit., p. 401).

²¹⁶ Daí porque não concordamos com a aproximação realizada por ARNOLDO WALD, para quem “talvez se possa simplesmente resolver o problema da validade da sentença parcial em nossa legislação esclarecendo que, na sua melhor tradução, em nossa terminologia jurídica, ela tem uma grande analogia com a concessão de tutela antecipada parcial” (WALD, Arnoldo. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens

Por essas razões, preferimos reservar o termo “sentença parcial” para os provimentos que contenham a definição de parte da causa (no sentido do que se procurou demonstrar no item 3.1.5 deste trabalho).²¹⁷ Os demais termos, tais como preliminar, interlocutória ou provisória, com preferência para o último, devem ficar reservados às tutelas de caráter provisório, que não fazem coisa julgada, podem estar sujeitas a posterior revisão, por parte dos árbitros e, mais importante, não estão sujeitas à impugnação judicial e homologação (se forem estrangeiras) – enquanto provisórias.

O critério fundamental de distinção, como se vê, gira em torno da definitividade ou não do provimento. Se o provimento tem caráter final – no sentido de ser definitivo – ele tem natureza de sentença (seja final ou parcial).²¹⁸

No curso do procedimento arbitral, porém, o árbitro poderá ter de enfrentar a decisão, nem sempre fácil, de proferir uma decisão definitiva ou provisória, cada qual com suas vantagens e desvantagens.

A decisão entre um ou outro tipo de decisão, naturalmente, dependerá do nível de cognição adequado à situação que se busca tutelar. Fazemos, novamente, menção aos ensinamentos de KAZUO WATANABE,²¹⁹ que lembra que o procedimento é formatado no sentido de propiciar uma tutela combinando os diversos níveis de cognição, seja em termos de profundidade, seja em termos de extensão.

A sentença parcial, por ser definitiva, é própria para as circunstâncias que desaguem em uma profundidade tal que enseje um exame exauriente da prova sobre aquela porção específica do mérito, que dará segurança ao árbitro para decidir a questão de modo definitivo.²²⁰

submetidas ao regime da CCI, cit., p. 341). Em nosso sentir, essa aproximação não se justifica, justamente pelo caráter provisório da tutela antecipada, em contraposição ao caráter definitivo da sentença parcial.

²¹⁷Concordamos, portanto, com JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER E ANDRÉ LUIS MONTEIRO, que enumeram as diferenças da sentença parcial para a tutela antecipada, tendo em conta que esta é provisória, a cognição não é exauriente e o conteúdo da decisão não é acobertado pela coisa julgada. (FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 163).

²¹⁸Concorda-se com SELMA FERREIRA LEMES, que sustenta que “a sentença arbitral parcial consiste em decisão definitiva sobre partes das controvérsias objeto do processo arbitral, produzindo consequências imediatas e definitivas para as partes (diferente, portanto, de decisões provisórias ou interlocutórias)” (LEMES, Selma Ferreira. Sentença arbitral estrangeira e sentença parcial: comentários ao Acórdão do TJESP - 25ª Câmara, cit., p. 229)

²¹⁹WATANABE, Kazuo. *Da cognição no processo civil*, cit. p. 127 e ss.

²²⁰V. nesse sentido os itens 16 e 30 do INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). Final Report on Interim and Partial Awards, cit., que exemplificam situações em que pode ser benéfico (em termo de tempo e custos) decidir determinadas questões de forma definitiva, com efeito preclusivo, tais como questões envolvendo a jurisdição do tribunal, a lei aplicável, bem como a determinação da responsabilidade antes da aferição do *quantum*.

A questão, todavia, pode adquirir ares muito mais complexos, relacionados aos limites, por vezes tênues, entre a definitividade ou provisoriedade das decisões sobre o mérito.²²¹ Há que se observar, assim, em cada caso concreto o nível de definitividade que se pretende emprestar a cada tipo de decisão.

Cumpre ressaltar que não advogamos a sobrevalorização da forma. Qualquer que seja a denominação dada à decisão, é seu conteúdo que deve determinar sua classificação, para fins de determinar se se trata de uma decisão de caráter provisório ou definitivo.²²²

Vale frisar que diversos regulamentos internacionais de arbitragem estabelecem que os árbitros gozam de certa liberdade para denominar suas decisões. Esse tipo de abertura tende a ser interessante, principalmente em casos nos quais a efetividade da decisão dependa, de forma mais direta, de sua denominação formal.²²³

Assim, sem prejuízo do zelo com relação à precisão técnica, não se pode desprezar peculiaridades de legislações que eventualmente possam dar maior relevo à forma da decisão, em termos de lhe conferir eficácia. Basta imaginar que, em determinado ordenamento jurídico, apenas atos formalmente caracterizados como sentenças sejam exequíveis ou passíveis de homologação. Nesse sentido, a utilização do termo sentença se justificaria pela necessidade de se dar efetividade à tutela jurisdicional.

²²¹DONALDO ARMELIN fornece o seguinte exemplo: “Assim, v.g., em ação de rescisão contratual cumulada com ação de reintegração de posse, o acolhimento do primeiro pedido vincula a decisão do segundo, de modo que a segunda sentença parcial restará adstrita ao resultado da primeira. Isso ocorrendo, pode-se reconhecer na primeira sentença parcial a presença de imutabilidade inerente à coisa julgada formal no concernente à coisa julgada material. Se o contrário puder acontecer, ou seja, a concessão da reintegração na posse antes de decidida a rescisão contratual, essa primeira decisão somente pode ser concebida como uma sentença provisória, submetida ao crivo da segunda sentença na qual se decidirá o pedido de rescisão contratual. Se assim não for, de um lado, a sentença parcial terá sua eficácia esgarçada pela ausência de estabilidade no processo e fora dele, tornando-se dependente de confirmação. De outro, transformar-se-á a sentença parcial em mero instrumento de antecipação de tutela, cuja atuação no processo arbitral não encontra dúvidas” (ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 298).

²²²FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 173; PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 157; BOO, Lawrence G. S. Ruling on arbitral jurisdiction — is that an award?, cit., p. 135; REDFERN, Alan; HUNTER, Martin et. al. *Redfern and Hunter on international arbitration*, cit., p. 517-519. V. por fim, a menção ao caso *Brasoil*, na jurisprudência francesa, feita pouco acima.

²²³Cf. TRITTMANN, Rolf. When should arbitrators issue interim or partial awards and or procedural orders?, cit., p. 263-264. O autor lembra que a doutrina não costuma apresentar diretrizes para que os árbitros decidam qual forma de decisão seria apropriada para determinados casos. O autor, então, estabelece os critérios que, em seu entendimento, devem ser adotados pelos árbitros para decidir o tipo de decisão a ser proferida: (i) a vontade das partes; (ii) a necessidade ou conveniência, a fim de limitar as questões em discussão; (iii) a possibilidade de agilizar a conclusão do processo; (iv) se é desejável que as questões decididas sejam ou não sujeitas a revisão antes que a sentença final seja proferida. A respeito, v. também YESILIRMAK, Ali. *Provisional measures in international commercial arbitration*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2005, p. 265.

3.2.5. Reafirmando o conceito de sentença parcial no processo arbitral

Ante o exposto, as questões trazidas acima auxiliam na delimitação e reafirmação do conceito de sentença parcial no processo arbitral. A sentença *parcial*, longe de ser uma figura nova no direito, é elemento que se extrai do próprio conceito de sentença. Sendo cindível a sentença dita “final”, porque decomponível o objeto do processo, tem-se aí abertura certa para a figura da sentença parcial.

Reafirma-se, portanto, o conceito que se alcançou após os estudos aqui apresentados: sentença arbitral parcial é o tipo de sentença arbitral em que o árbitro define uma parte da causa, com ou sem julgamento do mérito, deixando a parte remanescente para ser definida em momento posterior.

Portanto, após demonstrar que a sentença parcial tem seu devido lugar no processo arbitral, pelo simples e suficiente fato de que é uma *sentença*, pretendemos demonstrar a seguir que não há qualquer razão para que ela seja rejeitada pelo fato de ser *parcial*.

3.3. Inexistência de óbices à admissibilidade da sentença parcial no processo arbitral

Neste passo, a questão a ser esclarecida é justamente se existe, ou não, um dever de que o árbitro profira o julgamento em um único e derradeiro momento na arbitragem e se esse eventual dever impediria de alguma forma a cisão do julgamento do mérito em mais de um momento, no curso do procedimento.

Essa análise, vale lembrar, é feita em torno dos dispositivos da Lei de Arbitragem, mas sem descuidar de incursões, seja no campo do direito processual interno, seja, igualmente, de comparações com o direito estrangeiro, sempre que assim se fizer oportuno.

Nesse sentido, propomos que o método para enfrentar a questão é enxergar o procedimento, na arbitragem, como expressão da autonomia da vontade e da flexibilidade que a lei concede às partes para estabelecer o seu procedimento.

3.3.1. Autonomia do processo arbitral: as partes têm a faculdade de dispor sobre o procedimento

Já se tratou, mais acima, da classificação do processo arbitral como sistema, com características e princípios próprios, que o distinguem do sistema processual judicial e lhe conferem autonomia a ponto de permitir a utilização do conceito de sistema arbitral.

Esse sistema, rememorando, é pautado por duas diretrizes fundamentais. De um lado, a autonomia da vontade,²²⁴ que é o fundamento último da arbitragem como resultado de um ajuste de natureza contratual e como produto da vontade das partes. São elas quem decidem *se e como* querem sujeitar a um terceiro a resolução de determinado litígio que possa entre elas existir, de forma potencial ou concreta.

De outro lado, para que o Estado possa conferir a esse meio extrajudicial de solução de conflitos um caráter verdadeiramente jurisdicional, a autonomia da vontade das partes está sujeita a determinados limites, relacionados justamente às garantias do devido processo legal, sem as quais jamais se poderia chancelar a decisão dos árbitros sob o manto da coisa julgada. Até onde autorizarem os limites do devido processo legal, portanto, as partes são livres para adotarem o procedimento que melhor lhes aprouver.

No exercício dessa autonomia, as partes podem, por exemplo, adotar um regulamento de arbitragem,²²⁵ dentre vários que são disponibilizados por instituições arbitrais nacionais²²⁶ e internacionais,²²⁷ que preveja a possibilidade de que os árbitros venham a proferir sentenças parciais.²²⁸

²²⁴Na expressão de CARLOS ALBERTO CARMONA, a “coluna mestra da arbitragem” (CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 18).

²²⁵Artigo 21 da Lei de Arbitragem

²²⁶Exemplificativamente, citem-se os regulamentos de arbitragem do Centro de Arbitragem da AmCham, art. 13.1; do Conselho Arbitral do Estado de São Paulo – CAESP, arts. 65 e 66; da Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, art. 7.3; da Câmara de Arbitragem Empresarial – CAMARB, art. 10.9; do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá – CCBC (versão 2012), art. 10.2; da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem, art. 54; e do Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil – São Paulo, art. 10.7.

²²⁷Também exemplificativamente, mencionamos o Regulamento “International Dispute Resolution Procedures” da American Arbitration Association (AAA), Art. 27(7); o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), versão de 2012, Art. 2(v); o Regulamento de Arbitragem da London Court of International Arbitration (LCIA), Art. 26(7); Art. 34 do Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL (versão 2010); o Regulamento do CPR Institute for Dispute Resolution, art. 14.1; e o JAMS International Arbitration Rules, art. 30.3.

²²⁸Ainda, LUIZ OLAVO BAPTISTA, que sustenta que a opção das partes pelo regulamento de arbitragem da CCI atestaria a validade da sentença parcial para fins de homologação no Brasil, cf. BAPTISTA, Luiz Olavo. Sentença parcial em arbitragem, cit., p. 193.

Ainda que não o façam, contudo, e como exploraremos mais adiante em item apropriado, a cisão do julgamento é medida essencialmente ligada à condução do procedimento pelo árbitro, não havendo qualquer disposição que vede a iniciativa de definir o mérito em momentos distintos, privilegiando a efetividade da tutela jurisdicional e o devido processo legal.

Propomos, assim, que se análise a admissibilidade da sentença parcial dentro de nosso ordenamento jurídico conjugando os princípios da autonomia da vontade e do devido processo legal. Inexistindo uma vedação que emane da própria noção de devido processo legal, cumpre dar primazia à autonomia das partes. Isto é – e agora aplicando o raciocínio teórico ao ponto específico –, se a sentença parcial não é figura estranha ao direito, nem ofende a ordem pública, é instintivo e natural, diante das balizas que guiam o processo arbitral, apontar para o seu perfeito cabimento.²²⁹

3.3.2. Breve exame da regra de unicidade da sentença à luz da experiência internacional

Utilizando a mesma metologia adotada por ocasião do esforço de conceituação da sentença parcial, faremos um breve apanhado da experiência internacional para, logo em seguida, retornar ao direito interno.

Seria trabalho inglório e provavelmente infrutífero procurar estabelecer, com base em cada jurisdição mundo afora, se existe, ou não, de um princípio universal no sentido de que a sentença arbitral seja una. A despeito disso, em rápida passagem por algumas das legislações mais tradicionais do mundo ocidental em termos de arbitragem²³⁰ podemos constatar uma aparente predominância da possibilidade de que o julgamento do mérito seja cindido em mais de um momento no curso do processo.

²²⁹ Conforme já lembrou ARNOLDO WALD, a liberdade de dispor sobre o procedimento, respeitados os dispositivos de ordem pública, é o fundamento primeiro da possibilidade de sentenças parciais. Não há lacuna na lei nacional. (WALD, Arnoldo. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens submetidas ao regime da CCI, cit., p. 331).

²³⁰ Adotamos como fonte a as legislações dos países com maior número de arbitragens na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI). De acordo com essa classificação, os países que tiveram o maior número de arbitragens CCI em 2010 foram, nessa ordem, Estados Unidos, Alemanha, França, Turquia, Brasil, Itália, Índia, Reino Unido, Espanha, México, Emirados Árabes Unidos, China e Suíça (INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). 2010 Statistical Report. *ICC International Court of Arbitration Bulletin*, v. 22, n. 1, p. 9, 2011).

Tanto assim que a sentença arbitral parcial é reconhecida expressamente em diversas legislações, tais como a inglesa,²³¹ a norte-americana,²³² a espanhola,²³³ a suíça,²³⁴ a turca,²³⁵ e a italiana,²³⁶ e diversos regulamentos internacionais, como já aludido acima. Por fim, vale apontar algumas legislações que prevêm a hipótese de sentenças parciais no âmbito do processo judicial.²³⁷

Vale notar que mesmo em países cuja legislação não trata especificamente da sentença parcial,²³⁸ ou naqueles em que se estabelecia um conceito bastante arraigado à ideia de sentença como o último ato do processo – hipótese essa que se examina aqui como suposta vedação à existência da sentença parcial –, a ideia de fracionamento do julgamento do mérito foi e vem sendo amalgamada pela jurisprudência como absolutamente

²³¹ Lei de Arbitragem Inglesa de 1996, seção 47: “(1) Unless otherwise agreed by the parties, the tribunal may make more than one award at different times on different aspects of the matters to be determined. (2) The tribunal may, in particular, make an award relating— (a) to an issue affecting the whole claim, or (b) to a part only of the claims or cross-claims submitted to it for decision. (3) If the tribunal does so, it shall specify in its award the issue, or the claim or part of a claim, which is the subject matter of the award.” Tradução livre: (1) salvo disposição em contrário das partes, o tribunal pode proferir mais de uma sentença em diferentes momentos, sobre diferentes aspectos dos assuntos a serem decididos. (2) O tribunal pode, em especial, proferir uma sentença relativamente (a) a uma questão que afete todo o pedido, ou (b) a somente uma parte dos pedidos que lhe forem submetidos para decisão. (3) Se o Tribunal assim o fizer, deverá especificar na sentença a questão, ou o pedido ou a parte do pedido, que será objeto da sentença.

²³² Federal Arbitration Act, art. 16(a)(1)(D). “Section 16. Appeals. (a) An appeal may be taken from: 1. an order - (...) D. confirming or denying confirmation of an award or partial award (...)”. Trad. livre: “Art. 16. Apelações. (a) Uma apelação pode ser interposta contra: 1. Uma ordem - (...) D. Confirmando ou negando confirmação de uma sentença ou sentença parcial (...)”.

²³³ Ley 60/2003 (23.12.2003) “Artículo 37. Plazo, forma, contenido y notificación del laudo. 1. Salvo acuerdo en contrario de las partes, los árbitros decidirán la controversia en un solo laudo o en tantos laudos parciales como estimen necesarios.”

²³⁴ Art. 188 da lei de direito internacional privado suíça (PILA), cf. ZUBERBÜHLER, Tobias; MÜLLER, Klaus et al. *Swiss rules of international arbitration: commentary*, cit., p. 395.

²³⁵ Art. 14, “A” da Lei de Arbitragem Internacional da Turquia (Lei n. 4686, de 21 de Junho de 2001), cf. PAULSSON, Jan (Ed.). *International Handbook on Commercial Arbitration*. Kluwer Law International, Supl., n. 43, p. 1-14, Mar. 2005.

²³⁶ Código de Processo Civil Italiano, art. 827. Ainda, conforme apontou CARLOS ALBERTO CARMONA, o direito italiano foi sendo forjado ao longo dos anos no sentido de reconhecer a admissibilidade da sentença arbitral parcial, justamente em razão da flexibilidade do processo arbitral em relação ao processo judicial (CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 22).

²³⁷ Na Itália, a menção é feita à *sentenza non-definitiva*, por se tratar da sentença que não esgota a função jurisdicional (SOUZA JUNIOR, Sidney Pereira. *Sentenças parciais no processo civil: consequências no âmbito recursal*. São Paulo: Método, 2009. p. 36. (Col. Prof. Arruda, n. 11). O CPC Português, no artigo 510 (5) também contém previsão no sentido de acolher a sentença parcial, cf. *Sentenças parciais no processo civil: consequências no âmbito recursal*, cit., p. 38.

²³⁸ Cita-se o exemplo do ordenamento jurídico da França, em que, a despeito da inexistência de previsão legal da sentença parcial, essa figura é tradicionalmente reconhecida pela doutrina e jurisprudência daquele país. Cite-se também o direito alemão, cf. PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion, cit., p. 144-145.

compatível com legislações que não previam a figura da sentença parcial²³⁹ ou que estabeleciam um conceito legal de sentença vinculado ao ato final do procedimento.²⁴⁰

A admissão da sentença parcial, em contextos como esses, decorre tanto da aceitação de que a sentença parcial não destoa do conceito de sentença final – eis que ambas consistem em julgamentos definitivos quanto à matéria decidida –, como também decorre do reconhecimento de que, na arbitragem, as partes são livres para estabelecer o procedimento que bem entenderem, respeitados, evidentemente, os cânones do devido processo legal.

A um julgamento necessariamente unificado ao final do procedimento, portanto e via de regra, não prevalece nos exemplos coletados. Especialmente no processo arbitral, se há um dogma, esse é o de que a flexibilidade do procedimento permite soluções alternativas ao arranjo tradicional.

Como já tivemos oportunidade de demonstrar acima, a noção de sentença parcial se extrai do próprio conceito de sentença. Na maior parte das definições que logramos localizar, essa ideia de fracionamento do julgamento está imbricada na definição daquilo que constitua sentença parcial.

Assim, pode-se afirmar que, ao menos em uma análise ligeira de alguns ordenamentos estrangeiros onde a prática arbitral já é consagrada, não se verifica, em regra, a existência de um postulado inafastável em prol do julgamento uno e incindível. Pelo contrário, a admissão e incorporação da figura da sentença parcial em leis de arbitragem e regulamentos arbitrais é corrente.

²³⁹No direito francês apesar da inexistência de previsão legal, a sentença parcial era amplamente aceita, cf. WALD, Arnaldo. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens submetidas ao regime da CCI, cit., p. 338.

²⁴⁰Talvez os Estados Unidos sejam o melhor exemplo, pois lá já se admitia a sentença parcial mesmo antes da inclusão, no Federal Arbitration Act, de uma menção expressa à sentença parcial. Nesse sentido, vide os julgados que conduziram a tal entendimento citados por GAITIS, James M. *The Federal Arbitration Act: risks and incongruities relating to the issuance of interim and partial awards in domestic and international arbitrations*, cit., p. 8 e ss.

3.3.3. Mudança cultural inspirada pela alteração na definição legal de sentença prevista no art. 162 do CPC

A flexibilidade que caracteriza a arbitragem, somada ao fato de que as sentenças parciais não são figura estranha ao conceito de sentença, já bastariam para confirmar a viabilidade da sentença arbitral em nosso ordenamento jurídico. Trata-se, portanto, de uma conclusão que independe completamente do tratamento da matéria no âmbito do processo civil.

Não obstante, migrando o foco da análise para o direito processual interno, a exemplo daquilo que já se fez mais acima, pode-se perceber uma mudança bastante importante no que se refere à questão da unicidade do julgamento, que tem funcionado como verdadeira mola propulsora para as discussões sobre a validade da sentença parcial, não somente no âmbito do processo judicial, mas também no processo arbitral.

Nesse sentido, principalmente após a reforma legal trazida pela Lei nº 11.232/05, vem perdendo força o argumento de que nosso sistema processual não recepcionaria as sentenças parciais.

Em indispensável artigo intitulado “A arbitragem e o mito da sentença parcial”, PEDRO A. BATISTA MARTINS procurou demonstrar a existência de um mito em volta do dogma da sentença como ato único e final que punha fim ao processo, tal qual estabelecido no artigo 162, §1º do CPC, antes de ser reformado pela Lei 11.232/2005.²⁴¹

É comum na doutrina a admissão de que o chamado “conceito legal” de sentença, de conceito não tinha nada.²⁴² Tal disposição, definindo sentença de modo tautológico, tinha uma função clara: disciplinar o regime dos recursos, a fim de uniformizar a utilização do recurso de apelação e evitar as dificuldades decorrentes do regime do CPC de 1939. Não é preciso ir longe para perceber que diversos pronunciamentos judiciais, com evidente

²⁴¹ A redação anterior à reforma do artigo 162, §1º, era a seguinte: “sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.”. Vale notar que a alteração da disposição em questão também foi largamente criticada pela doutrina. A propósito, J.C. BARBOSA MOREIRA conclui que “A nova definição de sentença nem é tecnicamente correta, nem clara, nem - menos que tudo - elegante.” (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A nova definição de sentença. In: _____. *Temas de direito processual*: nona série. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 58).

²⁴² CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 12.

natureza de sentença, ficaram de fora desse “conceito” por uma questão eminentemente prática.²⁴³

Entre tantos exemplos que podem ser citados, há o caso do indeferimento da inicial quanto a apenas um pedido, a extinção terminativa da reconvenção e a hipótese de execução de capítulo líquido simultânea à liquidação do capítulo remanescente (art. 475-I, § 2º, do CPC). Na mesma linha, a apelação parcial, que deixa transitar em um julgado algum dos capítulos, tem também o efeito de bifurcar o procedimento.

Em suma, além de o processo não terminar, necessariamente, no momento da prolação da sentença, em diversos casos o mesmo processo poderia comportar a existência de outras sentenças – ainda que diversamente denominadas – em momentos anteriores ao ato que, formalmente, esgotava a função jurisdicional do juiz sobre a causa. Tal construção se sustentava, a despeito de tratar artificialmente a figura da sentença, principalmente diante dos propalados benefícios gerados ao sistema recursal.

O fato, contudo, é que a Lei nº 11.232/2005, como forma de acomodar a ideia de sincretismo entre as fases de conhecimento e execução, acabou alterando a conceituação legal de sentença e abrindo caminho para uma constatação que estava latente: a sentença não se qualifica apenas por encerrar o processo. A partir de então, formou-se uma ampla divergência na doutrina, separando aqueles que entendem que o sistema do processo não sofreu tal alteração em decorrência da aludida reforma,²⁴⁴ daqueles que entendem que o nosso sistema processual agora admite a sentença parcial.²⁴⁵ Isso a ponto de permitir que se

²⁴³Nesse sentido SERGIO BERMUDEZ lembra que “muitas vezes, o juiz profere, no curso do procedimento ordinário, como ao longo de qualquer outra modalidade procedimental, um pronunciamento que constitui sentença, mas sem extinguir o que, formalmente, é o processo”, cf. BERMUDEZ, Sergio. *Direito processual civil: estudos e pareceres*: 2ª série. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 73.

²⁴⁴MARCOS ANDRÉ FRANCO MONTORO fez um abrangente levantamento doutrinário sobre a matéria, apontando 22 autores em uma corrente a favor da unicidade da sentença, corrente à qual o aludido autor também se filia, cf. MONTORO, Marcos André Franco, *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 342. Dentre eles, destacamos THEODORO JÚNIOR, Humberto. *As novas reformas do Código de Processo Civil*. São Paulo: Forense, 2006. n. 1.2.2, p. 3-7; NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*. 9. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006. notas 7-12 ao art. 162 do CPC, p. 427-429; YARSHELL, Flávio Luiz; BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Execução civil: novos perfis*. São Paulo: RCS Ed., 2006. p. 16-19; LUCON, Paulo Henrique dos Santos. O novo regime do agravo: Lei nº 11.187/2005. *Revista do Advogado*, São Paulo, ano 26, n. 85, p. 160-161, maio 2006; BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva 2006. v. 1, p. 3-21, e *Curso sistematizado de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 2, t. 1, p. 325-328, e *Curso sistematizado de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 5, p. 23; DALL'AGNOL, Antonio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007. v. 2, p. 266-272; DIDIER JR., Fredie. Novas regras sobre a sentença. In: ABELHA RODRIGUES, Marcelo; JORGE, Flávio Cheim; DIDIER JR., Fredie. *A terceira etapa da reforma processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 68-71.

²⁴⁵Segundo o levantamento de MARCOS ANDRÉ FRANCO MONTORO, a que se referiu acima, haveria 13 autores apoiando a tese de validade das sentenças parciais no direito processual interno (*Flexibilidade do*

caracterize verdadeira dúvida objetiva (para fins de cabimento de recursos de agravo ou de apelação) sobre a existência da sentença parcial em nosso processo judicial.

A verdade é que os maiores argumentos contrários à sentença parcial no processo judicial normalmente não são voltados à sua natureza, mas sim às dificuldades de lidar com ela no plano recursal.²⁴⁶ A despeito dessa dificuldade, bastante compreensível, principalmente diante da necessidade de se manter um sistema recursal seguro e previsível, não se pode fechar os olhos para uma realidade que se apresenta bastante nítida: o entendimento de sentença enquanto ato final do procedimento já deu lugar a uma visão muito mais ampla do conceito de sentença.

3.3.4. A mitigação da regra de unicidade da sentença no processo arbitral

Seja como for, sobleva notar que o questionamento à regra da unicidade da sentença também atingiu a esfera do processo arbitral. Como apontou CARLOS ALBERTO CARMONA,²⁴⁷ a Lei de Arbitragem simplesmente reproduziu, em seu artigo 29, o sistema processual anterior à reforma introduzida em 2005, de modo a estabelecer que a sentença é o ato que marca o fim do processo arbitral.²⁴⁸ Aliás, conforme bem lembrou o autor, com muito mais sucesso nessa sede, dado que, ao menos na arbitragem, a sentença final

procedimento arbitral, cit., p. 343), como, por exemplo, CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 7-12; SICA, Heitor Vitor Mendonça. Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a Lei no 11.232/2005. In: CARMONA, Carlos Alberto (Coord.). *Reflexões sobre a reforma do Código de Processo Civil: estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover, Cândido R. Dinamarco e Kazuo Watanabe*. São Paulo: Atlas, 2007. n. II, p. 186-209; APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *A apelação e seus efeitos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 16-20; OLIVEIRA, Bruno Silveira de. Um novo conceito de sentença? *Revista de Processo*. São Paulo, v. 32, n. 149, p. 120-137, jul. 2007; MARTINS, Pedro Antonio Batista. A arbitragem e o mito da sentença parcial, cit., p. 267 ss; PINTO, Rodrigo Strobel. A 3ª etapa da reforma processual civil e a nova sistemática recursal. *Revista de Processo*. São Paulo, v. 31, n. 137, p. 100-108, jul. 2006; MILMAN, Fabio. O novo conceito legal de sentença e suas repercussões recursais: primeiras experiências com a apelação por instrumento. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 150, p. 160-174, ago. 2007; SCARPARO, Eduardo Kochenborger. Sentenças parciais? Considerações a partir da reforma do art. 162, § 1.º, do CPC, cit., p. 153-168; REDONDO, Bruno Garcia. Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares, cit., p. 142 e ss.; DIAS, Jean Carlos A reforma do CPC e o fim da teoria da unidade da sentence: Lei n. 11.232/05. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 40, jul. p. 79 e ss., 2006. Pode-se acrescentar a esses, ainda, PINTO, José Emilio Nunes. Anotações práticas sobre a produção de prova na arbitragem. *Revista brasileira de arbitragem*, v. 06, n. 25, p. 7-28, jan./mar. 2010.

²⁴⁶ Cf. FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 168.

²⁴⁷ CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 15.

²⁴⁸ “Art. 29. Proferida a sentença arbitral, dá-se por finda a arbitragem, devendo o árbitro, ou o presidente do tribunal arbitral, enviar cópia da decisão às partes, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, ou, ainda, entregando-a diretamente às partes, mediante recibo.”

efetivamente demarca o fim do processo.²⁴⁹ Trata-se, aqui, de aplicação pura da doutrina do *functus officio*, no sentido de que o ato de proferir a sentença final faz esgotar a jurisdição do tribunal arbitral.

Em um contexto de aparente coincidência conceitual entre o processo judicial e o processo arbitral, respeitável posicionamento doutrinário se estabelecia contrariamente à possibilidade de sentenças arbitrais parciais, tendo em vista a definição, aparentemente fechada, daquilo que se admitiria como sentença em nosso sistema processual.²⁵⁰

Outra corrente sustentava que sentenças parciais não seriam incompatíveis com a adoção, em procedimentos sujeitos à nossa Lei de Arbitragem, do critério de definição topológica do conceito de sentença.²⁵¹

Dúvida não resta de que o ato que põe fim ao processo é, de fato, uma sentença, justamente por sua eficácia extintiva, destinada a *definir a causa*, como já se explorou pouco antes. Todavia, como procuramos demonstrar, o conceito de sentença não se resume à acepção puramente finalística, que indica a sentença como o último ato do processo. Há que se admitir que os atos que definam parcialmente a causa também assim sejam conceituados como sentenças.

Também realizando esse cotejo com o processo civil, JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER e ANDRÉ LUÍS MONTEIRO ressaltam não haver incompatibilidade da sentença parcial na arbitragem com o sistema processual brasileiro. Tais autores defendem que o problema da sentença parcial, no sistema judicial, decorre principalmente do sistema recursal, mas que não haveria uma incompatibilidade intrínseca no fatiamento do julgamento. Com base

²⁴⁹CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 15.

²⁵⁰Cf. CARLOS ALBERTO CARMONA, o regime vigente antes da reforma introduzida pela Lei nº 11.232/2005, seria em tudo consonante ao sistema do processo civil, no que toca à disciplina da unicidade da sentença. Não caberia a alteração do regime de unicidade da sentença, no processo arbitral, sob pena se atingir frontalmente “um cânone do devido processo legal, infringindo ademais claramente um dispositivo expresso (art. 29 da Lei de Arbitragem) que preconizava uma única sentença a ser proferida pelos árbitros.” (CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 18).

²⁵¹Cf. WALD, Arnoldo. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens submetidas ao regime da CCI, cit., p. 341, que se manifestou a favor da legalidade da sentença parcial, primordialmente com base na liberdade que as partes têm de estabelecer um procedimento com as regras que melhor se adaptem aos seus interesses, inclusive no que diz respeito à possibilidade de adoção de sentenças parciais – como é o caso do regulamento de arbitragem da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI).

nisso, tendo em vista que não existem, em regra, recursos na arbitragem, referidos autores entendem que não há qualquer impedimento a que sejam proferidas sentenças parciais.²⁵²

De maneira bastante incisiva, RODRIGO GARCIA DA FONSECA afirma que “a unicidade absoluta e inafastável da sentença é um equívoco conceitual, um fetichismo processualístico. A sentença – seja judicial ou arbitral – é composta de tantos capítulos quantos são os temas a serem resolvidos, e em certas situações os capítulos podem ser destacados uns dos outros, ganhando vida própria e independente”.²⁵³

Ora, se nem mesmo no processo judicial tem fechado as portas para a sentença parcial, mais uma razão para que o processo arbitral, muito menos formalista e rígido, venha a abraçá-la.²⁵⁴

A redação do artigo 29 da Lei de Arbitragem não traz – como de fato não teria que trazer – uma definição fechada do conceito de sentença arbitral.²⁵⁵ Pelo contrário, tal dispositivo apenas aponta para uma de suas acepções, sem excluir as demais. Cabe, portanto, constatar se a sentença final de que trata o artigo 29 da Lei de Arbitragem, por suas características e especialmente pela redação do referido artigo, pode conviver com a sentença arbitral parcial. A resposta, parece-nos, é claramente positiva.²⁵⁶

De forma nenhuma a omissão da Lei de Arbitragem poderia significar que o árbitro não possa proferir sentença parcial. Nesse sentido, o entendimento de ARNOLDO WALD, para quem “não há lacuna na Lei de Arbitragem quanto à possibilidade de serem proferidas sentenças parciais. As partes, ou os árbitros, conforme o caso, são livres para adotar as normas procedimentais que lhes aprouverem”.²⁵⁷

²⁵²FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 167-168. A respeito da mitigação do princípio da unicidade da sentença, v. também AYOUB, Luiz Roberto; PELLEGRINO, Antônio Pedro. A sentença parcial, cit., p. 41.

²⁵³FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. Sentença parcial e cumprimento da sentença. Anotações em torno da Lei 11.232/2005, cit., p. 37.

²⁵⁴De forma coerente com seu posicionamento, CARLOS ALBERTO CARMONA sustenta alteração no “padrão do devido processo legal em que se espelhava a Lei de Arbitragem” a justificar a admissão da sentença parcial. Não obstante, sugere, igualmente que a alteração no conceito de sentença fez desaparecer “um fator – de ordem pública, quem sabe, *ou até mesmo de caráter cultural* – que impediria que as partes pudessem autorizar os árbitros a proferir sentenças parciais” (sem ênfase no original) (CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 18).

²⁵⁵Ousamos, portanto, discordar do entendimento de CARLOS ALBERTO CARMONA, já mencionado anteriormente (CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 18).

²⁵⁶V. PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 280.

²⁵⁷WALD, Arnoldo. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens submetidas ao regime da CCI, cit., p. 329-341. No mesmo sentido PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 279.

Avançando esse raciocínio, outros autores posteriormente enxergaram, não só na abertura que alegadamente foi trazida com a Lei nº 11.232/2005, mas também na própria Constituição, fundamento para a admissão da cisão do julgamento, tratando a regra de unicidade do julgamento como sujeita a atenuações decorrentes da natureza constitucional de que se reveste o processo e, bem por isso, da necessidade de se promover um processo justo e efetivo.²⁵⁸

Assim, uma análise fundada no princípio da celeridade e da resolução em tempo razoável do processo (art. 5º, inc. LXXVIII da Constituição) pode conduzir ao incentivo de técnicas aptas a oferecer uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva, o que, em certos casos, pode depender do desmembramento objetivo e/ou subjetivo da cumulação de demandas.

Analizando o artigo 29 da Lei de Arbitragem sob tal perspectiva, PEDRO A. BATISTA MARTINS não enxergou nele um verdadeiro princípio, incontornável, em torno da unicidade do julgamento arbitral, mas, em suas palavras, uma “regra legal”, que pode ser afastada para permitir a prolação de sentenças parciais em determinados casos.²⁵⁹

No mesmo sentido, DONALDO ARMELIN argumenta que a regra do artigo 29 refere-se à sentença *una*, não possuindo tal norma qualquer conteúdo que permita uma afirmação segura de que o direito pátrio vedaria as sentenças parciais. O mesmo autor lembra ainda que tal interpretação restritiva não condiz com a redação do artigo, que não tem caráter de proibição. E assim, de uma forma geral, a doutrina vem adotando o entendimento de que nosso sistema não é incompatível com a figura da sentença parcial.²⁶⁰

Mesmo não compartilhando a visão de CARLOS ALBERTO CARMONA no sentido de que a sentença parcial passou a ser admitida no regime da Lei nº 9.307/96 a partir das

²⁵⁸No mesmo sentido, FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. Sentença parcial e cumprimento da sentença. Anotações em torno da Lei 11.232/2005, cit., p. 38; e MARTINS, Pedro Antonio Batista. A arbitragem e o mito da sentença parcial, cit., p. 273-274.

²⁵⁹PEDRO A. BATISTA MARTINS interpreta os artigos 459 e 458, II, do CPC, no sentido de que tais dispositivos determinam que todos os pedidos devem ser julgados, mas não que a sentença não possa ser proferida em momentos diferentes no tempo. Trata, assim, a unicidade da sentença como uma “regra legal”, mas não como princípio processual. (MARTINS, Pedro Antonio Batista. A arbitragem e o mito da sentença parcial, cit., p. 273-274). Em sentido diverso, DONALDO ARMELIN sustenta que esses mesmos dispositivos são utilizados pela doutrina para sustentar a falta de cabimento da sentença parcial no processo judicial. O autor todavia, argumenta que não existem, na Lei de Arbitragem, dispositivos equivalentes aos artigos mencionados acima (ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 290).

²⁶⁰V. entre outros, CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit.; MUNIZ, Joaquim Paiva; BASÍLIO, Ana Teresa. *Arbitration law of Brazil: practice and procedure*. Huntington, NY: Juris Publishing, 2006. p. 152; MARTINS, Pedro Antonio Batista. A arbitragem e o mito da sentença parcial, cit., p. 267-284.

modificações introduzidas no processo civil pela Lei 11.232/2005²⁶¹ –, pois, como já dito, nossa posição é a de que a sentença parcial não é vedada pela Lei de Arbitragem e pelo ordenamento processual –, não podemos deixar de reconhecer que as modificações introduzidas no Código de Processo Civil contribuíram, de forma decisiva, para se afastar da arbitragem o dogma da unicidade da sentença.²⁶²

Para o que concerne à investigação objeto deste item, pensamos não ser possível afirmar, principalmente após as mais recentes alterações no sistema processual, que a Lei de Arbitragem conteria dispositivo hábil a impedir a definição parcelada do objeto de um processo arbitral.

3.3.5. Sentenças parciais não são *infra petita*

Outra questão a ser analisada, ainda no contexto de analisar os possíveis argumentos que poderiam ser utilizados para vedar a prolação de sentenças arbitrais parciais é a possibilidade, ou não, desse tipo de sentença ser caracterizada como *infra* (ou *citra*) *petita*, sendo sujeita, por conta disso, à ação de anulação prevista no artigo 33 da Lei

²⁶¹“Antes da reforma imposta ao Código de Processo Civil pela Lei 11.232/05 afirmei, na edição anterior destes Comentários, que as sentenças arbitrais deveriam **obrigatoriamente** ser líquidas e certas, sendo inadmissível que os árbitros prolatassem decisão a ser liquidada no âmbito do Poder Judiciário. Esta constatação decorria do modelo processual vigente à época em que foi editada a Lei de Arbitragem: tanto no Código de Processo Civil quanto na Lei 9.307/96 a sentença era vista como ato monolítico, final, conclusivo. Com a sentença, tanto o juiz como o árbitro encerravam sua função: esta formulação relativamente tranquila e estável, na qual se fundava tanto a Lei de Arbitragem como o Código de Processo, tanto no que diz respeito ao conceito de sentença quanto no que toca a ação de liquidação de sentença, transformada em mero procedimento. Alterou-se, portanto, o padrão do devido processo legal em que se espelhava a Lei de Arbitragem. Como resultado, abriram-se importantes brechas que podem (e devem) ser aproveitadas pelos operadores, com amparo na autonomia da vontade, coluna mestra da arbitragem. Desaparece, em última instância, um fator – de ordem pública, quem sabe, ou até mesmo de caráter cultural – que impediria que as partes pudessem autorizar os árbitros a proferir sentenças parciais. Doravante, o emprego da técnica do julgamento gradual e parcelado da lide servirá tanto para economizar tempo e dinheiro das partes, como também para evitar situações em que os árbitros, por absoluta impossibilidade material, não conseguiriam proferir sentenças líquidas.” (CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 394).

²⁶²Há que se reconhecer o acerto de EDUARDO TALAMINI e FELIPE SCRIPES WLADECK, para quem o novo conceito de sentença constante do CPC (art. 162, com redação determinada pela Lei) seria ainda um outro argumento que confirma a possibilidade de se proferir sentença parcial. Isto é, se, a despeito da antiga redação do artigo 162, § 1º, do CPC, já se mostrava possível a prolação de uma sentença parcial – ao menos no que diz respeito à sentença genérica sujeita a liquidação –, com muito maior razão tal providência é possível diante da nova redação do dispositivo legal em comento, que indica o abandono à concepção anterior segundo a qual a sentença punha fim ao processo (TALAMINI, Eduardo; WLADECK, Felipe Sripes. *Liquidação da sentença arbitral*. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.). *Grandes temas da atualidade: mediação, arbitragem e conciliação*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 7, p. 149 V. também GIUSTI, Gilberto; DALMASO MARQUES, Dalmaso. *Sentenças arbitrais parciais: uma análise prática*, cit., p. 50, que parecem se inclinar ao mesmo entendimento.

de Arbitragem. Pensamos não ter fundamento a caracterização da sentença parcial como *infra petita*.

A redação do artigo 32, V, da Lei de Arbitragem, que abre margem à anulação das sentenças arbitrais que deixarem de decidir completamente o litígio, não é impeditivo a que se admita a validade das sentenças arbitrais parciais. Não é difícil perceber que o dispositivo em questão fulmina de nulidade as sentenças que, a pretexto de julgar todo o litígio, acabam deixando de fazê-lo. A sentença parcial – muito ao contrário – tem como central a ideia de não ser o único provimento a solucionar de forma integral a lide, mas, sim, a de solucionar, de modo definitivo, uma parcela das pretensões submetidas pelas partes à apreciação e decisão do árbitro.²⁶³

Não se pode afirmar, nesse sentido, que a sentença parcial conflite com o princípio da congruência entre o pedido e a sentença. Isso porque não se está julgando menos que o pedido, mas apenas fracionando o julgamento do mérito em momentos diferentes.²⁶⁴ Cabe, porém, adiantar a observação de DONALDO ARMELIN para o fato de que o princípio da congruência impõe o respeito à relação existente entre os pedidos cumulados. Isto é, o princípio em questão determinaria o respeito à eventual prejudicialidade ou dependência entre os pedidos, como já visto anteriormente.²⁶⁵

Há quem considere, contudo, que a sentença parcial proferida sem a autorização das partes – conferida mediante a escolha de um regulamento que a preveja ou por meio da autorização concreta no caso – caracterizaria a sentença arbitral como *infra petita*.²⁶⁶ Não pensamos assim.

²⁶³ MUNIZ, Joaquim Paiva; BASÍLIO, Ana Teresa. *Arbitration law of Brazil: practice and procedure*, cit., p. 152.

²⁶⁴ Ainda sobre o tema, RODRIGO GARCIA DA FONSECA afirma que “a sentença parcial é deliberadamente parcial, e não dá fim ao feito (arbitral ou judicial). A sentença *infra petita*, ao contrário, encerra o caso, mas ao fazê-lo, deixa em aberto questões que deveriam ter sido decididas. As hipóteses são bem diversas” (FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. Sentença parcial e cumprimento da sentença. Anotações em torno da Lei 11.232/2005, cit., p. 35). Destaque-se, também, o entendimento no mesmo sentido manifestado por JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER e ANDRÉ LUÍS MONTEIRO, inclusive com apoio na jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça (FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luís. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 160-162). Por fim, MARCOS ANDRÉ FRANCO MONTORO, *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 346, que afirma que se as partes “autorizaram o fracionamento do julgamento do mérito, não podem alegar que existiria sentença *infra petita*” (MONTORO, Marcos André Franco, *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 346).

²⁶⁵ ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 274. Mais adiante o autor prossegue com o raciocínio para sustentar que a falta de julgamento de um dos pedidos em uma única sentença importa em uma sentença *infra petita*, mas a cisão do julgamento de todos os pedidos em mais de uma sentença não pode ser censurada por tal vício (Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 279).

²⁶⁶ MONTORO, Marcos André Franco, *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 348.

Taxar de *infra petita* uma sentença parcial é desconsiderar sua característica marcante e que a distingue da sentença final. Não custa frisar: ao proferir uma sentença parcial o árbitro não tem a intenção de esgotar, de uma só vez, o mérito. E, em sendo assim, não profere sentença incompleta. Se há algum motivo para que ela seja questionada não é por sua incompletude. A sentença é completa dentro daquilo que se propõe a ser.

Trata-se de caso bastante diferente da sentença final equivocadamente incompleta. Nesse caso, se a omissão não for suprida após o manejo do pedido de esclarecimentos (art. 30 da Lei de Arbitragem),²⁶⁷ a parte prejudicada terá à sua disposição a ação anulatória, calcada na hipótese do art. 32, V, da Lei de Arbitragem.

3.4. Quanto à necessidade de autorização específica das partes para que o árbitro possa proferir sentença parcial

Se a Lei de Arbitragem não proíbe a sentença parcial, como visto acima, também não contém qualquer previsão expressa autorizando tal expediente procedimental. Há a esse respeito importante divergência no campo doutrinário entre aqueles que, diante do caráter omissivo da lei, entendem que a existência de uma autorização das partes seria prerequisite para a sentença parcial e aqueles que entendem que tal autorização seria desnecessária.

Trata-se, vale adiantar, de tema importantíssimo, porque propenso a gerar consequências que, em último grau, podem até vir a ser utilizadas em sede de um pleito anulatório de sentença arbitral, fulcrado no argumento de desrespeito do procedimento acordado entre as partes por árbitro que tenha proferido sentença parcial sem a autorização de ambas as partes.

Para uma parte da doutrina,²⁶⁸ sendo a Lei de Arbitragem omissa quanto à sentença parcial, o árbitro depende de autorização das partes, que pode advir da adoção de

²⁶⁷Vale a menção ao entendimento doutrinário de que, nessa hipótese, a apresentação do pedido de esclarecimentos é condição necessária para a ação anulatória, cf. YARSHELL, Flávio Luiz. Caráter subsidiário da ação anulatória de sentença arbitral, cit., p. 19.

²⁶⁸Destacam-se, nesse sentido, CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 21; ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 291; MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 348; GIUSTI, Gilberto; DALMASO MARQUES, Ricardo, Sentenças arbitrais parciais: uma abordagem prática, cit., p. 53, que afirmam ser recomendável a autorização; REDFERN, Alan; HUNTER, Martin et. al. *Redfern and Hunter on international arbitration*, cit., p. 522 (“if there is no express or implied provision for an arbitral tribunal to

regulamento arbitral que preveja a sentença parcial, ou a autorização em concreto, lavrada na convenção de arbitragem, no termo de arbitragem ou no curso do procedimento.

Outra corrente doutrinária²⁶⁹ entende que mesmo inexistindo autorização expressa – em lei ou na convenção de arbitragem – para a prolação de sentenças arbitrais, os árbitros ainda assim estão autorizados a fazê-lo, com base no princípio de que, salvo estipulação em contrário das partes, os árbitros estão autorizados a estabelecer as regras aplicáveis ao procedimento, bem como suprir eventuais omissões nas regras previamente definidas pelas partes (artigo 21, §1º, da Lei de Arbitragem).²⁷⁰

Importante destacar que as partes podem, no exercício de sua autonomia, tanto prever que os árbitros estão autorizados a proferir sentença parcial quanto, da mesma forma, excluir ou limitar essa possibilidade.²⁷¹

Bem por isso, a questão da autorização somente se coloca nos casos em que as partes não tenham adotado um regulamento que preveja a aplicação de sentenças parciais ou que tenham deixado de fazer constar tal possibilidade no compromisso arbitral ou no termo de arbitragem que venham a celebrar já após a concretização do litígio.²⁷²

Sem deixar de manifestar o devido respeito às abalizadas opiniões em contrário, alinhamo-nos com a segunda corrente acima referida, no sentido de considerar desnecessária a existência de autorização expressa das partes como um prerequisite para a prolação de sentenças arbitrais parciais. Alguns argumentos, que enumeraremos abaixo, reforçam essa conclusão.

Em primeiro lugar, consoante o posicionamento adotado neste trabalho, entendemos que a sentença parcial deve ser em tudo alinhada à sentença final, eis que elas

make a partial or interim award, either in the arbitration agreement, the applicable arbitration rules, or the applicable law, it is doubtful that the tribunal has the power to do so.”). Trad. livre: se não há disposição expressa ou implícita autorizando o tribunal arbitral a proferir sentença parcial ou provisória, seja na convenção de arbitragem, nas regras aplicáveis à arbitragem ou na lei aplicável, é discutível que o tribunal tenha poder para fazê-lo.

²⁶⁹V. PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 281. FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 170; BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2431, entre outros.

²⁷⁰A respeito da possibilidade de adoção de regras institucionais, como o Regulamento de Arbitragem da CCI, em perfeita compatibilidade com a Lei de Arbitragem, v. GRION, Renato Stephan; ROOS, Cristián Conejero. Arbitration in Brazil: the ICC experience, *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 114 e ss., jul./set. 2006.

²⁷¹Cf. BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2432. O autor lembra que na prática, as partes geralmente não excluem a possibilidade de sentenças parciais. Nos raros casos em que tal situação se verifica, trata-se de uma medida em um contexto de se estabelecer um procedimento “sumário” (*fast track*). V. ainda MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 347-348.

²⁷²Cf. ARMELIN, Donaldo, Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 291.

não diferem em natureza e em profundidade, mas somente em extensão, considerada a abrangência do pedido.

Posto isso, ao proferir uma sentença parcial, o árbitro está dando cumprimento ao dever que as partes lhe atribuíram, que é o de julgar a causa, ainda que não faça isso de uma só vez. Nesse sentido, não se verifica qualquer tipo de proibição legal a tal prática.

Antes, a decisão de cindir o julgamento em mais de um momento do procedimento tem fundamento no poder geral que o árbitro tem para dispor sobre o procedimento quando da ausência de disposição feita pelas próprias partes, previsto, em nossa Lei de Arbitragem, no artigo 21, §1º.²⁷³

É justamente fundada nesse princípio que parte da doutrina brasileira tem se posicionado no sentido de que a autorização para proferir sentença parcial já encontra guarida na autoridade que o árbitro possui para estabelecer o procedimento a ser seguido, na ausência de regras específicas acordadas entre as partes.²⁷⁴

No direito norte-americano, por exemplo, a possibilidade de serem proferidas sentenças parciais, mesmo quando não havia disposição expressa nesse sentido, é produto de longa construção jurisprudencial, fundada nesse poder geral conferido aos árbitros.^{275/276} O mesmo se verifica no direito francês e em arbitragens internacionais.²⁷⁷

²⁷³Referido dispositivo estabelece o seguinte: “Art. 21. A arbitragem obedecerá ao procedimento estabelecido pelas partes na convenção de arbitragem, que poderá reportar-se às regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada, facultando-se, ainda, às partes delegar ao próprio árbitro, ou ao tribunal arbitral, regular o procedimento. **§ 1º Não havendo estipulação acerca do procedimento, caberá ao árbitro ou ao tribunal arbitral discipliná-lo. (...)**” (sem ênfase no original).

²⁷⁴No sentido de considerar desnecessária a autorização específica das partes, posicionam-se FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 170; PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 277 (“se de um lado as partes querem, autorizam o árbitro a julgar parcialmente, o que inclusive pode ser feito já no termo quanto à possibilidade da sentença parcial. Mas, mesmo que não autorizem, ou que se omitam, não vemos problema para que os árbitros também assim deliberem. “Livre disposição do procedimento pelas partes, com possibilidade interativa pelos árbitros na omissão (art. 21, §1º), sem infração a nenhuma regra ou princípio arbitral”).

²⁷⁵Cf. GAITIS, James M. The Federal Arbitration Act: risks and incongruities relating to the issuance of interim and partial awards in domestic and international arbitrations, cit., p. 9.

²⁷⁶Pode-se mencionar os seguintes casos na jurisprudência norte-americana, que dão sustentação ao cabimento dessa modalidade de sentença naquele país: *Trade & Transport, Inc. v. Natural Petroleum Charterers, Inc.*, 931 F.2d 191, 195 (2d Cir. 1991); *Legion Ins. Co. v. VCW, Inc.*, 198 F.3d 718 (8th Cir. 1999); *Publicis Communication v. True North Communications Inc.*, 206 F.3d 725, 730 (7th Cir. 2000); *Hart Surgical Inc. v. UltraCision Inc.*, 244 F.3d 231 (1st Cir. 2001).

²⁷⁷Essa é a opinião de GARY BORN, para quem, mesmo sem autorização específica prevendo sentenças parciais, um tribunal arbitral pode proferir esse tipo de sentença, baseado na autoridade inerente ao mandato para resolver a controvérsia entre as partes. Somente diante de clara e inequívoca proibição das partes é que a prolação desse tipo de sentença estaria vedada. (BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2431). No mesmo sentido, James Gaitis, The Federal Arbitration Act: risks and incongruities relating to the issuance of interim and partial awards in domestic and international arbitrations, cit., p. 9; Cf. GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 742; GREENWOOD, Lucy. Does bifurcation really promotes efficiency?, cit., p. 108.

Pautado pelo poder que a lei lhe confere (dentro das limitações decorrentes da autonomia da vontade das partes), assim como nas balizas do devido processo legal, o árbitro pode tomar uma decisão relacionada ao procedimento, destinada a cindir a definição da causa em dois ou mais momentos.

Vale lembrar, ainda, que noção de devido processo legal, que depende de dispositivos expressos para que possa ganhar concretude, é integrada, no plano constitucional, por dispositivos que garantem não só o tratamento equânime às partes, o processo em contraditório, a imparcialidade do julgador, como também o direito dos jurisdicionados a um julgamento célere e efetivo (art. 5º, inc. LXXVIII, da Constituição). A própria adoção consensual da arbitragem, cuja informalidade e celeridade são peculiares, é forte indicativo de que este último elemento é fator determinante para as partes.

Assim, no desempenho de sua função, o árbitro está sujeito aos mandamentos constitucionais que integram o devido processo constitucional, que funciona não só como garantia da Lei contra o arbítrio, mas também como instrumento de indução à justa composição da lide.

Condicionar a possibilidade de bifurcação do procedimento ao acordo prévio e específico das partes é medida que corre sério risco de permitir que uma das partes, com interesses compreensíveis dentro de um ambiente litigioso, venha a frustrar a possibilidade de que a parte contrária possa ter seu direito reconhecido de modo mais efetivo. Conquanto legítima, tal resistência não confere à parte o direito de ditar, sozinha, as regras do procedimento.

Essa é, por óbvio, situação bastante distinta daquela em que ambas as partes, de antemão, vedam a cisão do julgamento em sentenças parciais. Nesse último caso, ainda que o árbitro acredite possuir proposta de arranjo procedimental mais efetivo do que aquela que foi engendrada pelas partes, poderá, no máximo, consultá-las sobre a possibilidade de alterar a regra que veda as sentenças parciais, mas não nos parece que poderá impor a ambas as partes uma sentença parcial contra a sua vontade.

Pensamos haver no posicionamento daqueles que sustentam a necessidade de haver acordo prévio das partes quanto à possibilidade de serem proferidas sentenças parciais um certo exagero no trato do formalismo procedimental, cuja consequência acaba indo além de seu objetivo, que é evitar o arbítrio. O formalismo não pode ser exagerado, sob pena de

colocar em risco a “saúde” daquele que se vale desse remédio.²⁷⁸ O desejável equilíbrio somente pode ser alcançado mediante a conjugação, de um lado, dos ideais de justiça e pacificação social por meio da jurisdição – que são ideais do próprio Estado Democrático – e, de outro lado, da segurança jurídica que a formalidade do procedimento visa a resguardar.

Há limites para a vontade das partes na flexibilidade da arbitragem, dentre os quais o devido processo legal. Desde já vale frisar, como fez PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON, que qualquer conceituação do devido processo legal é bastante difícil, pois é princípio bastante imbricado a diversos outros, inserido no contexto da garantia à igualdade, da legalidade, e da supremacia da Constituição.²⁷⁹ Mais do que isso, é também princípio que está em constante mutação: basta lembrar que originalmente, a garantia do devido processo legal se resumia a um processo ordenado – isto é: o respeito ao procedimento pré-estabelecido.²⁸⁰

A evolução do conceito, porém, elevou o campo de considerações que ultrapassam a estrita observância das exigências de ordem formalista – estabelecidas, reconheça-se, com o intuito de conferir a previsibilidade e a segurança que são desejáveis ao processo.²⁸¹ O chamado devido processo legal processual e substancial representa o núcleo central da “**integração do binômio direito e processo** e procura dar o máximo de eficácia às normas constitucionais para a efetivação do controle dos atos de poder e da igualdade substancial das partes no processo”.²⁸²

²⁷⁸ Também E.D. MONIZ DE ARAGÃO lembra que o formalismo não é algo intrinsecamente negativo, pois “seria impensável o processo sem determinada ordem de atos e paralela distribuição de poderes entre seus sujeitos”. O autor compara a dosagem certa do formalismo no processo a uma receita de alimento ou de medicamento, pois os ingredientes precisam ser adequadamente dosados, sob pena de não se atingir o fim pretendido (MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Procedimento: formalismo e burocracia*, cit., p. 52).

²⁷⁹ LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Devido processo legal substancial. In: DIDIER JR., Fredie (Org.). *Leituras complementares de processo civil*. 7. ed. Salvador: Juspodium, 2009. p. 380-381.

²⁸⁰ Modernamente, esclarece PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON “concebe-se o devido processo legal substancial como uma garantia que estabelece uma legítima limitação ao poder estatal, de modo a censurar a própria legislação e declarar a ilegitimidade de leis que violem as grandes colunas ou os *landmarks* do regime democrático” (LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Devido processo legal substancial, cit., p. 382).

²⁸¹ O valor segurança é essencialmente ligado ao princípio fundamental de garantir o cidadão contra o arbítrio estatal. Daí o conjunto de garantias constitucionais que constituem o devido processo legal (art. 5º, inciso LIV, da CF), como o princípio do juiz natural (art. 5º, incisos XXXVII e LIII), a igualdade (art. 5º, *caput*), contraditório e ampla defesa (art. 5º, inciso LV), cf. OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo, cit., p. 127).

²⁸² LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Devido processo legal substancial, cit., p. 384.

O moderno conceito de devido processo legal conjuga as garantias mínimas de *meios* (procedimento) e *resultados* (a obtenção do resultado de direito material) como forma de fazer cumprir o objetivo do processo, que é o acesso à ordem jurídica justa.²⁸³

Agora com o apoio doutrinário alinhado acima, voltamos ao nosso ponto: a menos que ambas as partes estejam de acordo em limitar o poder do árbitro de lidar com o procedimento – neste caso, tolhendo-lhe a autoridade para fracionar a resolução do conflito em mais de um momento –, os árbitros estão autorizados, por lei, a decidir pela cisão do julgamento, como forma de dispor acerca do procedimento e entregar às partes a prestação jurisdicional célere e adequada, conforme se espera e se exige do árbitro.

Portanto, sempre que possível e desde que tenha identificado que o procedimento, em sua acepção ordinária (assim entendido o curso procedimental que levaria a uma sentença unitária), não atenderia plenamente o caráter instrumental do processo, o árbitro deverá tomar a rédea do procedimento e adaptá-lo à necessidade concreta do caso. Ressalte-se, no entanto, que deverá fazê-lo sem prejuízo ao resguardo de todas as garantias das partes, principalmente o contraditório e a ampla defesa.

A sentença parcial, nesse sentido, pode ser uma ferramenta para permitir que, com maior presteza, se tenha o julgamento de certas porções do litígio antes de outras, sem qualquer comprometimento das garantias constitucionais de um processo desenvolvido em paridade de armas e à luz do contraditório. Ela se justifica, também no plano constitucional e dos princípios positivados no artigo 21, §2º, da Lei de Arbitragem, pelo incremento à efetividade do processo que ela pode trazer.²⁸⁴

Em reforço, julgamos pertinente a observação realizada por MARCOS ANDRÉ FRANCO MONTORO – cuja posição acerca da necessidade de autorização das partes é contrária à que se defende aqui – no sentido de que cindir o julgamento do mérito, em completa surpresa às partes, com violação do contraditório, caracterizaria má utilização da

²⁸³ LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Devido processo legal substancial, cit., p. 385. Nesse sentido, afirma “é possível quebrar a clássica dicotomia entre direito e processo (substance-procedure), passando-se a falar em instrumentalidade do processo e em técnicas processuais”, CAMBI, Eduardo. Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo, cit., p. 224.

²⁸⁴ Nesse sentido, MARTINS, Pedro Antonio Batista. A arbitragem e o mito da sentença parcial, cit., p. 271; FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 170, para os quais a questão gira em torno de uma interpretação do artigo 29 da Lei de Arbitragem. Sustenta que a sentença parcial se sustenta na obrigação do julgador de cumprir sua missão com celeridade e eficiência. Uma interpretação literal do dispositivo (art. 29) seria contrária a esses princípios. Assim, se o regulamento escolhido pelas partes silenciar sobre a possibilidade de se proferir sentença parcial, os árbitros estão autorizados a fazê-lo.

flexibilidade do procedimento arbitral. O mesmo autor pontua, ainda, que, à falta de autorização das partes tal sentença poderia ser considerada como *infra petita*.²⁸⁵

A necessidade de resguardar o contraditório e evitar a surpresa procedimental são diretivas que não se aplicam somente à sentença arbitral, mas ao procedimento como um todo. Para ficar apenas em um exemplo, também não parece adequado, em termos procedimentais, por exemplo, deixar de apreciar, ainda no curso do procedimento, um requerimento de inversão do ônus da prova para somente fazê-lo na sentença.

Especificamente em relação à sentença parcial, parece-nos fundamental que o procedimento seja, de fato, conduzido de modo a conferir previsibilidade às partes no que diz respeito à utilização, ou não, da sentença arbitral. E isso vale também para os casos em que não haja dúvida quanto à autorização das partes para proferir esse tipo de sentença. Trataremos mais desse ponto nos Capítulos 4 e 5.

Além de abrir a oportunidade para o exercício do contraditório, o árbitro não poderá desconsiderar a eventual oposição de uma das partes à proposta de se proferir uma sentença parcial, inclusive tomando em conta a chance de que tal oposição venha a se desdobrar posteriormente em outras medidas, como, por exemplo, uma eventual ação de invalidação da futura sentença parcial.²⁸⁶

Assim, deverá o árbitro sopesar o benefício que poderia advir do destacamento imediato de determinado capítulo, em uma sentença parcial, assim como a economia de recursos e tempo decorrente de eventual bifurcação do procedimento em fases destinadas à apuração do *an debeatur* e do *quantum debeatur*, por exemplo. Mesmo podendo proferir a sentença parcial, pela autoridade supletiva de reger o procedimento estabelecida no art. 21, §1º, da Lei de Arbitragem, o árbitro deve, portanto, incluir nessa equação o eventual risco de que uma sentença parcial possa vir a ser impugnada judicialmente pela parte insatisfeita, com eventual prejuízo à efetividade da solução global da lide.²⁸⁷

Essa particularidade ilustra o fato de que a decisão pela prolação de uma sentença parcial envolve, sempre, uma análise destinada ao ganho que as partes poderão ter com a

²⁸⁵MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 348. Não concordamos com essa posição, pelas razões expostas quando da distinção entre sentença parcial e sentença *infra petita*.

²⁸⁶INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). Final Report on Interim and Partial Awards, cit., item 34.

²⁸⁷Conforme narra OSCAR FRANCO, Partial awards remain in limbo, cit., a respeito da lei de arbitragem da Espanha, mesmo diante da existência de previsão legal expressa, os árbitros tendem a ser bastante cautelosos e buscar proferir sentenças parciais apenas nos casos em que houver concordância das partes nesse sentido.

cisão do julgamento. Não se trata de uma decisão conveniente ao árbitro, mas às partes, como se buscará tratar mais adiante.

Para o que diz respeito às considerações feitas nesta seção, é importante que fique bem entendido que, com os argumentos acima, não advogamos que, na arbitragem, assim como no processo judicial, tenha-se deixado de prever a sentença final e líquida como regra, ou então que tenha afastado o princípio de que a sentença arbitral põe fim ao processo arbitral. O que se busca demonstrar é a possibilidade, de *lege lata*, que a sentença final seja precedida por sentenças parciais, sem que, para tanto, os árbitros tenham de estar expressamente autorizados pelas partes.

3.5. Conclusão: sistema favorável ao parcelamento do julgamento

Ante o exposto, após termos demonstrado que a sentença parcial tem seu lugar em nosso sistema, procuramos demonstrar que não existe uma proibição legal a que árbitros profiram sentenças parciais em procedimentos arbitrais regidos pela Lei nº 9.307/96. Pelo contrário, a Lei de Arbitragem contém abertura suficiente para que as partes elejam regras que contenham previsão de que os árbitros profiram sentença parcial, sem que tal escolha represente qualquer ofensa a dispositivo de ordem pública de nossa Lei de Arbitragem.

A redação do artigo 29 da Lei nº 9.307/96 não caracteriza um impedimento legal a que mais de uma sentença seja proferida no curso do procedimento arbitral. Se é verdade que a sentença é ato que representa o fim do procedimento arbitral – o que não se discute – é igualmente verdadeiro que o procedimento comporta a prolação das sentenças parciais, cujo conceito não deixa de refletir a natureza da sentença final.

Pelo caráter omissivo da Lei de Arbitragem, o caminho mais simples para a viabilidade da sentença parcial é a previsão em regras previamente acordadas entre as partes. Todavia, não deixa de ser permitido ao árbitro proferir sentenças parciais, mesmo sem previsão expressa dessa figura ou contra a vontade de uma das partes. Principalmente nessa hipótese, no entanto, é fundamental prestigiar o devido processo legal e o contraditório, concedendo franca oportunidade para que as partes se manifestem previamente a respeito de seu interesse na prolação de sentenças parciais.

4. CRITÉRIOS A SEREM OBSERVADOS PARA A PROLAÇÃO DAS SENTENÇAS PARCIAIS NO PROCESSO ARBITRAL

Até aqui, vêm sendo apresentados argumentos a favor da admissibilidade das sentenças parciais sob o regime da Lei de Arbitragem, seja porque elas são sentenças definitivas quanto às matérias por elas decididas, seja porque não há proibição na Lei de Arbitragem a que o julgamento seja cindido em mais de um momento, seja, por fim, porque tais sentenças constituem ferramentas úteis para que o árbitro possa reger o procedimento dentro da abertura que a Lei de Arbitragem concede. Resta, pois, respondida afirmativamente a questão do “se”. Resta, agora, tratarmos do “quando”.

Há, nesse sentido, uma série de fatores que devem ser levados em consideração pelo tribunal arbitral, seja a fim de resguardar o respeito à legalidade da decisão de parcelar o julgamento em mais de um momento procedimental **(1)**; seja simplesmente para potencializar a efetividade e eficiência de tal escolha **(2)**.

4.1. Critérios de legalidade que condicionam a prolação das sentenças parciais

Alguns *critérios mínimos* devem ser observados pelo árbitro ao se deparar sobre a possibilidade de proferir sentenças parciais. Deve o árbitro, essencialmente, responder a duas perguntas: (1) se a parcela do mérito a ser decidida já está pronta para julgamento; e (b) se é viável o desmembramento do objeto do processo sem que isso possa causar prejuízo ao devido processo legal. Por fim, não nos parece relevante a essa análise a identificação da urgência, conforme procuraremos apontar mais abaixo.

4.1.1. Parcela da causa pronta para julgamento

Não havendo fato controvertido pendente de instrução probatória, se a matéria de fato for incontroversa, ou, ainda, sendo a questão apenas de direito, a causa estará madura para julgamento.²⁸⁸ Afirmar que uma causa está pronta para julgamento é, assim, dizer que

²⁸⁸V. a respeito do tema ROSSI, Júlio César; ROSSI, Maria Paula Cassone. Teoria da causa madura: a evolução da técnica estabelecida no Artigo 515, Parágrafo 3º, do Código de Processo Civil. *Revista Dialética de Direito Processual*, v. 104, p. 49, 2011.

o árbitro, destinatário da prova, está satisfeito com o conjunto probatório existente e apto a proferir sentença.²⁸⁹

Na análise dessas questões, buscamos apoio na doutrina que já se formou, no estudo do direito processual, em torno de algumas questões que, tradicionalmente, dão azo à possibilidade de julgamentos parciais antecipados, como é o caso do artigo 273, §6º, do CPC, o qual, embora não seja diretamente aplicável ao procedimento arbitral,²⁹⁰ fornece interessante material para o estudo da sentença parcial.

Conquanto ainda se debata muito sobre a natureza do provimento que conceda esse tipo de tutela prevista no ordenamento processual – se definitivo ou provisório, se sentença ou decisão interlocutória –, entendemos que esse debate pouco acrescenta ao tema específico abordado nesta dissertação.

Assim, sem nos prendermos às amarras do direito processual civil, mas com inspiração em suas lições, apontaremos alguns casos em que se pode identificar com sucesso a desaccumulação do pedido, como forma de se preservar a *efetividade* que se espera do processo arbitral.

O primeiro exemplo que podemos listar é o *pedido incontroverso* como uma hipótese já constante do ordenamento processual civil e que bem pode servir de base às considerações aqui realizadas. Trata-se justamente da hipótese do art. 273, §6º, do CPC, que permite ao juiz conceder a antecipação de tutela “quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso”.²⁹¹

A despeito de o dispositivo em questão formalmente referir-se a tutelas de natureza provisória, parece-nos que a falta de controvérsia em relação a determinado pedido já seria elemento a permitir que a tutela fosse revestida de definitividade. Não parece útil, contudo, avançar à discussão sobre a natureza desse tipo de medida no processo civil, eis que se trata de discussão com propósitos específicos e alheios à finalidade deste trabalho, que é estudar a sentença arbitral parcial. Vale apenas lembrar que a mesma discussão se coloca também no plano internacional, merecendo destaque a posição de GARY BORN, para quem

²⁸⁹ Conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do processo civil “A aplicação da Teoria da Causa Madura trazida a lume pelo novel § 4º, do art. 515, do CPC, pressupõe prévia cognição exauriente, de sorte que a pretensão do retorno dos autos a instância a quo revela notória inutilidade” (STJ, Primeira Turma, REsp nº 1.051.728/ES, Min. Luiz Fux, DJ de 17.11.2009).

²⁹⁰ A não ser que as partes, excepcionalmente, assim o queiram.

²⁹¹ Cf. BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2008. O autor esclarece que alguns autores vêem no artigo 39 da Lei de Arbitragem Inglesa (1996) substrato para que o árbitro profira sentença parcial dispondo sobre a parte incontroversa do pedido.

esse tipo de tutela tem natureza claramente definitiva e não pode ser considerada como medida provisória.²⁹²

Nesta seara, a principal pergunta que o julgador deve se fazer é se há, ou não, elementos de prova suficientes para conceder tutela definitiva em caráter adiantado (uma sentença parcial) à parte, na situação de inexistência de controvérsia quanto ao pedido. Se a resposta for positiva, não parece haver razão para se cogitar de uma tutela de natureza provisória.

Da mesma forma, o *reconhecimento do pedido* pelo demandado é citado pela doutrina como mais uma situação que justificaria a cisão do julgamento do mérito.²⁹³ Da mesma forma, a hipótese contrária, a renúncia ao direito sobre o qual se funda uma parte dos pedidos, ou o reconhecimento da improcedência de um pedido por parte do demandante, são circunstâncias que podem ensejar a concessão antecipada de tutela em favor da parte demandada.

Outro caso interessante é o da objeção de prescrição e/ou decadência que venha a ser apresentada pela parte demandada.²⁹⁴ Uma vez impugnada a pretensão da parte requerente nessas bases, pode ser que haja interesse em solucionar, primeiro, essa questão para, ao depois, se prosseguir com o julgamento do restante do mérito.

Naturalmente, diante da constatação de prescrição ou decadência, a parte demandada receberá tutela de modo muito mais pronto com uma sentença parcial do que se tivesse de permanecer discutindo a questão ao longo de todo o curso do procedimento. Cumpre precisar, no entanto, que a decisão que *reconhecer* a existência de prescrição ou decadência e, por conta disso, julgar improcedente parte dos pedidos será uma sentença, pois, de fato, terá definido o mérito. A hipótese contrária, de decisão que afasta a prescrição ou a decadência, é diversa: trata-se, de decisão interlocutória, versando sobre uma questão e não propriamente sobre o mérito, pois, segundo já tratamos no Capítulo 3 deste trabalho, essa decisão não chega a julgar qualquer dos pedidos formulados pelas partes.

Outra baliza interessante é a regra contida no artigo 330 do CPC, a que fazemos menção aqui como forma de exemplificar o método de avaliação que pode ser utilizado pelo árbitro para atestar se causa está madura. Assim, a técnica de julgamento antecipado, prevista no artigo 330 daquele diploma, permite que o juiz julgue a causa desde logo

²⁹²Cf. BORN, Gary. International commercial arbitration, cit., p. 2008.

²⁹³ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 280, lembra que a solução pode não ser a mesma se houver litisconsórcio unitário.

²⁹⁴Cf. ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 279.

quando: (i) a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência; ou (ii) quando ocorrer a revelia.

Sabe-se, contudo, que, por expressa opção legislativa, o processo arbitral não admite que a revelia produza os mesmos efeitos que no processo civil (art. 22, §3º, da Lei de Arbitragem), de modo que, a despeito da possibilidade de o demandado ser revel, ainda caberá ao demandante a prova dos fatos constitutivos de seu direito.²⁹⁵

De todo modo, sendo a questão de direito, ou não exigindo produção de prova em audiência, poderá comportar julgamento imediato. Mais precisamente, dentro do tema que aqui tratamos: julgamento *parcial* imediato.

Essas são algumas dentre várias possibilidades de que a causa atinja o ponto de poder ser julgada, em parte, por meio de sentença parcial. Isso porque mesmo um pedido que seja objeto de controvérsia no processo pode não depender de provas constituídas e estar pronto para julgamento tão logo as partes concluem suas alegações.²⁹⁶

Exatamente nesse sentido é o exemplo fornecido por CAMILO DALL'ALBA,²⁹⁷ que sustenta que “em não se julgando de imediato o pedido A, que se encontrava maduro, teríamos de esperar até o fim do processo, colhendo-se inclusive as provas do pedido B, para quem sabe naquele momento não acolher o pedido A. Então, desde logo há o julgamento do primeiro pedido, julgando-se o pedido restante com os atores processuais já sabendo em parte seu destino. Com isso, o processo racionaliza-se, evitando-se atos inúteis”.

Bem se vê que o cerne da discussão é o caminho para a descoberta da verdade, que pode ser abreviado com confissão do pedido, o reconhecimento de fatos, ou alongado com a instrução probatória.

Vale ressaltar que não se busca aqui esgotar a complexidade do tema do exame da prova e da formação do convencimento do árbitro. Esse é tema para outros debates.²⁹⁸ O que importa, para o propósito de uma análise da figura da sentença parcial, é que o árbitro,

²⁹⁵Cf. CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 330 e ss.

²⁹⁶A esse respeito, vale a menção ao artigo 27(1) do Regulamento de Arbitragem da CCI, que estabelece que antes de proferir a sentença o tribunal arbitral deverá declarar que a instrução está encerrada quanto às questões a serem decididas na sentença.

²⁹⁷DALL'ALBA, Camilo. Sentenças parciais de mérito: sua aplicação na praxe forense brasileira, cit., p. 368.

²⁹⁸A título meramente exemplificativo, v. FARIA, Marcela Kohlbach de. A produção de prova no procedimento arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 9, n. 32, p. 207-225, jan./mar. 2012; PINTO, José Emílio Nunes. Anotações práticas sobre a produção de prova na arbitragem. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, v. 6, n. 25, p. 216, jan./mar. 2010; STRENGER, Irineu. Formação da prova no litígio arbitral. In: CASELLA, Paulo Borba (Coord.). *Arbitragem: lei brasileira e praxe internacional*. 2. ed. São Paulo: LTr, 1999; YARSHELL, Flávio Luiz. Brevíssimas notas a respeito da produção antecipada da prova na arbitragem. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 52-56, jul./set. 2007.

no curso da instrução probatória, chegue à conclusão que uma parte da causa – note-se, uma parte – já está pronta para julgamento e a julgue definitivamente.

4.1.2. Possibilidade de isolamento da matéria decidida

Além de identificar se a parte do mérito que se pretende julgar está, de fato, pronta para julgamento, é indispensável aferir em que medida ela poderá ser isolada das demais porções do mérito que ainda não estejam aptas ao julgamento. Necessário, para tanto, que se busque identificar a relação entre os pedidos que compõem o mérito e, via de consequência, a relação entre os potenciais capítulos de sentença.²⁹⁹

Por mais óbvio que pareça, não se pode deixar de mencionar que, na decisão sobre a possibilidade de isolamento de determinada matéria, é fundamental examinar qual a relação entre os pedidos formulados entre as partes – se há cumulação simples, eventual, sucessiva ou alternativa. Quanto mais distantes forem os elementos de conexão entre as demandas, mais evidente será a separação entre elas e, consequentemente, mais claros estarão os limites da sentença parcial.

A hipótese mais simples é, naturalmente, a da cumulação simples de demandas, que, ao menos em tese, poderiam ser destacadas sem maiores dificuldades em sentenças parciais.

Qualquer relação de prejudicialidade entre os pedidos, todavia, deve ser examinada com muito cuidado. Assim, questões efetivamente preliminares ao mérito, propriamente dito, poderão ser decididas separadamente em sentença com ganhos de segurança ao procedimento, como as questões relativas à jurisdição, à lei aplicável, entre outros.³⁰⁰

A separação de questões de mérito, por outro lado, é mais complexa, pois muitas vezes pode ser difícil realizar separações estanques entre os fatos e suas consequências jurídicas. Tal questão já foi enfrentada pela doutrina, por exemplo, no estudo da chamada “liquidação zero”, em que, no procedimento de liquidação destinado a apenas quantificar a

²⁹⁹Essa é também uma preocupação da doutrina internacional. P. Jolidon, “*Commentaire du Concordat suisse sur l'arbitrage*”, Staempfli, 1984, p. 461, apud MIRIMANOFF, Jean F. Objection to arbitrators following the annulment of a partial award: a potential jeopardy of arbitration in Switzerland? *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, v. 3, n. 2, p. 104, 1986, lembra que o árbitro deve evitar a sentença parcial sempre que o seu objeto seja indissociável de outras questões controvertidas.

³⁰⁰REDFERN, Alan; HUNTER, Martin et. al. *Redfern and Hunter on international arbitration*, cit., p. 521.

condenação anterior, chega-se à conclusão de que não há nenhuma prova da quantificação do dano.³⁰¹

A proximidade entre as matérias discutidas, no entanto, poderá dificultar – e muito – a prolação de sentenças parciais, justamente pela dificuldade de separar as questões julgadas e não julgadas. Além de riscos de comprometimento ao contraditório, pode-se pensar também na indesejável dúvida sobre os limites da coisa julgada, justamente em função da dificuldade de se estabelecer uma fronteira entre o que está e o que não está julgado.

De outro lado, a existência de cumulação sucessiva de demandas naturalmente enseja reconhecer e respeitar a existência de relação de prejudicialidade entre as demandas. A lógica obriga que se decida a demanda prejudicial em momento logicamente anterior. Se o contrário ocorrer, poderá haver elementos bastantes para que se alegue a existência de nulidade com prejuízo ao contraditório. Na cumulação eventual, por outro lado, esse raciocínio sequer é possível, eis que não é dado ao árbitro desprezar a ordem de preferência que originou a apresentação dos pedidos em caráter subsidiário.

Fácil perceber que a decisão por cindir o mérito em sentenças parciais deve ser precedida de profunda reflexão acerca do impacto dessa sentença sobre o todo do processo. A despeito das dificuldades que podem ser encontradas para estabelecer se determinada questão é ou não separável das demais, trata-se de um exercício indispensável, que deve ser feito sob pena de que a sentença parcial seja proferida em descon sideração a eventuais elementos de prova que poderiam influenciar no convencimento dos árbitros ou, o que é pior, em prejuízo da própria garantia do contraditório.

4.1.3. Cisão do julgamento e devido processo legal

Cabem ainda algumas observações em relação aos cuidados necessários para o resguardo do devido processo legal. Conforme sustentamos aqui, o desrespeito aos requisitos acima poderá ocasionar violação do devido processo legal, na medida em que o

³⁰¹Obter doutrina sobre liquidação zero Conforme aponta LUIZ RODRIGUES WAMBIER, a doutrina superou o aparente dilema causado pela situação da liquidação igual a zero, compatibilizando a possibilidade de apuração da existência da responsabilidade, mas da inexistência de danos (WAMBIER, Luiz Rodrigues, *Liquidação da sentença civil: individual e coletiva*, 4. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009. p. 138 ss).

juízo em separado de determinada matéria estaria sendo feito (i) sem que tal ela estivesse realmente pronta para julgamento e/ou sem que fosse possível seccionar o mérito sem prejudicar o contraditório.

Raramente o árbitro tomará a iniciativa de proferir sentença arbitral parcial visando a julgar, de imediato, a porção da demanda que, em seu entendimento, já estiver pronta para julgamento. Ao adotar tal caminho procedimental, aliás, corre sério risco de infringir alguma garantia processual inscrita no art. 21, §2º, da Lei de Arbitragem.

Pode ser que o árbitro, identificando que o assunto constitui um tema apartado e sem adiantar seu posicionamento, indague às partes se têm interesse na prolação de uma sentença parcial e conceda a elas a possibilidade de se manifestarem a respeito. Ainda nesse caso, porém, o limite é bastante tênue entre uma situação de pré-julgamento, eis que ao simplesmente suscitar o assunto, o árbitro poderá estar indicando sua inclinação.

O que deve ocorrer, na maior parte dos casos, é o requerimento, vindo da parte interessada, acompanhado das razões que demonstrem que determinada porção do mérito comporta julgamento imediato.

Caberá ao árbitro, em qualquer dos casos, conceder oportunidade para a parte contrária se manifestar e decidir a questão, assegurando-se de que: (a) a causa está pronta para o julgamento; (b) a cisão do julgamento não transgredirá o devido processo legal; e (c) ambas as partes tiveram ampla oportunidade para se manifestar sobre o requerimento de cisão do julgamento.

4.1.4. A necessidade da obtenção de um provimento adiantado não é prerequisite para a sentença parcial

Por fim, outra questão que se pode cogitar é da eventual necessidade da parte, em termos de adiantamento do julgamento, seja por um risco de dano, seja por algum perigo que a demora no julgamento enseje.

Não nos parece que o fator tempo (ou perigo da demora) seja determinante nessa seara. Tal fator, é bem verdade, representa um elemento essencial no caso das tutelas de urgência. No campo das tutelas definitivas, contudo, os valores certeza e segurança têm

prevalência, de modo que não é risco de dano a ser sofrido pela parte que deve motivar o árbitro a promover a cisão do julgamento.³⁰²

Uma vez constatada a existência de uma questão distinta que comporte julgamento imediato e sendo essa questão de interesse da parte que se diz titular do direito em questão, não se trata de avaliar se há ou não necessidade (ou premência) da parte em obter esse provimento, mas simplesmente considerar que esse é seu direito.

Evidentemente, a questão comporta algum temperamento. Se, a critério do árbitro, a cisão do julgamento, em vez de produzir um benefício, irá retardar o julgamento do caso ou ensejará algum risco desnecessário, a balança deverá pender para a sentença una, não obstante a eventual clareza da procedência de parte do pedido. Trataremos sobre esse ponto com mais detalhes nos itens subsequentes, que discutem o problema do parcelamento do procedimento arbitral em fases para o julgamento do *an debeatur* e do *quantum debeatur*.

4.2. Efetividade e eficiência: critérios de justificação prática para as sentenças parciais

Em paralelo aos critérios definidos acima, também é preciso atentar para os possíveis ganhos que a decisão por parcelar o julgamento em mais de um momento poderá representar em termos de efetividade e eficiência. É o que se propõe a seguir.

4.2.1. Efetividade e eficiência são o fundamento prático da sentença parcial

As partes, em sua autonomia, são as detentoras originárias da autoridade para estabelecer o procedimento arbitral, segundo as regras procedimentais que melhor convenham aos seus interesses. Não por outra razão, as partes têm uma ampla gama de possibilidades em termos de regulação do procedimento.³⁰³

Uma vez instaurada a arbitragem, com a aceitação pelo árbitro de seu encargo, o tribunal arbitral passa a assumir uma função de extrema relevância em termos de

³⁰²V. capítulo 3.2.4 *supra*.

³⁰³V. referências a esse tópico no item 3.4 *supra*.

estabelecimento das regras procedimentais, seja de forma principal (quando as partes tenham optado por atribuir ao árbitro esse poder), seja de forma suplementar, nos termos do artigo 21, §1º, da Lei de Arbitragem.³⁰⁴

Munido dessa autoridade para lidar com o procedimento, dentro de uma série de balizas – definidas principalmente em função da vontade das partes e das regras que compõem o devido processo legal –, o tribunal arbitral pode e deve tomar as providências necessárias para prover às partes as soluções que julgar mais adequadas, em termos procedimentais, visando ao objetivo final de solucionar o litígio que lhe foi confiado, sempre buscando fazê-lo da forma mais eficiente.³⁰⁵

A doutrina vem, nesse sentido, reforçando o entendimento de que o procedimento arbitral goza de uma grande flexibilidade, seja na forma de apresentação da demanda, seja na condução da produção da prova e, por fim, na própria conclusão do procedimento, com a prolação de sentença – tema esse objeto deste trabalho.³⁰⁶

Se a sentença parcial encontra fundamento teórico na autonomia da vontade e na flexibilidade do procedimento arbitral, sua justificação prática reside na *efetividade* e *eficiência* que podem ser promovidas em razão da adoção dessa técnica. Apesar da aparente proximidade, os dois conceitos não se confundem.

Vale lembrar a definição de JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE, para quem o processo *efetivo* é aquele que, “observado o equilíbrio entre os valores *segurança* e *celeridade*, proporciona às partes o resultado desejado pelo direito material”.³⁰⁷ Já o conceito de eficiência, por sua vez, relaciona-se ao uso racional dos meios disponíveis para se alcançar um objetivo predeterminado.³⁰⁸

³⁰⁴ Trata-se do poder normativo supletivo do árbitro, cf. MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 272.

³⁰⁵ Conforme sustenta MARCOS ANDRÉ FRANCO MONTORO, “a grande missão do árbitro é julgar o litígio que lhe foi apresentado, da forma mais barata e mais rápida que for possível (nos limites da lei e da Constituição Federal). Até porque o já mencionado § 6º do art. 13 da Lei de Arbitragem estabelece que: “No desempenho de sua função, o árbitro deverá proceder com imparcialidade, independência, competência, diligência e discricção”, cf. MONTORO, Marcos André Franco, *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 128.

³⁰⁶ CARMONA, Carlos Alberto. Flexibilização do procedimento arbitral. *Revista Brasileira de Arbitragem*, Curitiba, n. 24, p. 7-21, out./dez. 2009.

³⁰⁷ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*, cit., p. 49.

³⁰⁸ “a eficiência é o uso racional dos meios dos quais se dispõe para alcançar um objetivo previamente determinado. Trata-se da capacidade de alcançar os objetivos e as metas programadas com o mínimo de recursos disponíveis e tempo, conseguindo desta forma a sua otimização (CONCEITO de eficiência. Disponível em: <<http://conceito.de/eficiencia>>. Acesso em: 05 jan. 2013).

Somente faz algum sentido cogitar da sentença parcial se algum desses dois valores, ou ambos, forem privilegiados. Não por outra razão, os principais argumentos para que se admita a sentença parcial costumam ser justamente o impulso à *efetividade* do procedimento que ela é capaz de promover, tendo em vista a perspectiva de abreviamento da prestação jurisdicional, bem como o ganho de *eficiência* que dela adviria, em termos de redução de custos e no tempo destinados ao procedimento arbitral. Nesse sentido têm se manifestado tanto a doutrina internacional³⁰⁹ como a doutrina nacional.³¹⁰

Conforme já se aludiu acima, diante de uma cumulação simples de demandas, uma ou mais podem se tornar aptas para o julgamento antes das outras. Nesse caso, a sentença parcial serve como maneira de conceder à parte a tutela desejada sem que se tenha que aguardar até o final da instrução. Trata-se da chamada desacumulação de demandas que deve ser considerada pelo julgador sempre que a manutenção da cumulação já não mais representar ganhos para o demandante, em termos de efetividade.³¹¹

A ideia é a de que, em um procedimento sem as amarras do julgamento único, a mesma justificativa de economia processual que embasa a possibilidade do cúmulo de demandas pode ser utilizada para a sua desacumulação, nos casos em que parte das demandas já esteja madura para julgamento.³¹²

O que justifica a cisão do julgamento em mais de um momento, nessa hipótese, é a situação injusta de fazer com que a parte que tenha razão em ao menos uma demanda tenha de esperar o julgamento de todas as outras para receber a tutela jurisdicional. Trata-se, pois, de uma medida destinada sobretudo a produzir *efetividade* na tutela dos direitos. Há, aí, também um componente de eficiência, na medida em que, com a solução definitiva de uma porção da demanda, restará às partes discutir apenas o quinhão restante, sem mais empregar tempo e recursos na matéria que já foi decidida.

³⁰⁹ REDFERN, Alan; HUNTER, Martin et. al. *Redfern and Hunter on international arbitration*, cit., p. 520; BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2432; Cf. GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 743-744, PUHARIC, Kreso. Interim and partial arbitral award, cit., p. 171.

³¹⁰ FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. Sentença parcial e cumprimento da sentença. Anotações em torno da Lei 11.232/2005, cit., p. 34; FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 159; PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 277; ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 295).

³¹¹ O termo é utilizado por DONALDO ARMELIN (ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 280).

³¹² ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 280. V. também MARTINS, Pedro Antonio Batista. A arbitragem e o mito da sentença parcial, cit., p. 276.

A ideia de *eficiência*, por sua vez, costuma prevalecer nas decisões de repartição do procedimento arbitral em fases destinadas à solução individualizada da(s) demanda(s) apresentada(s) pelas partes. Assim, pode ocorrer que além da discussão da questão de fundo propriamente dita, as partes debatam sobre a jurisdição do tribunal arbitral, ambas formulando pedidos nesse sentido. Nesse caso, como forma de racionalizar o julgamento, pode-se instaurar duas fases sucessivas (uma “jurisdicional” e outra de “mérito”), ambas encerradas por sentenças.

A doutrina costuma chamar esse expediente de *bifurcação*. A rigor, todavia, o termo “bifurcação” alude à divisão de uma “linha tronco” em duas linhas que passam a correr em separado. A sentença parcial, contudo, nem sempre é decorrente do ato de “bifurcar” o procedimento, pois bem pode ocorrer de nunca haver procedimentos em separado, mas, simplesmente, o mesmo procedimento dividido em fases estanques, concluídas por sentenças que julgam a porção correspondente dos pedidos. O procedimento, então, é compartimentado e dividido. É o que ocorre quando o tribunal arbitral separa uma única demanda em duas fases, para a apuração do *an debeat* e do *quantum debeat*, situação bastante comum em arbitragens domésticas e internacionais.

Não vemos necessidade, todavia, de abolir o termo “bifurcação”, porque seu entendimento já é bastante consolidado na doutrina. Sempre que possível, no entanto, procuraremos utilizar a expressão “parcelar” como forma de representar a decisão por meio da qual o tribunal arbitral estabelece que irá dividir o procedimento em partes ou fases distintas.

É nesse momento, portanto, a decisão de parcelar o procedimento, que se mostra crucial identificar a presença dos valores eficiência e efetividade. Trataremos dessa prática a seguir.

4.2.2. O parcelamento do procedimento arbitral: momento de aferição dos eventuais benefícios a serem proporcionados por uma sentença parcial

A flexibilidade do procedimento arbitral permite a adoção de diferentes caminhos para que se chegue à solução final da causa. A critério das partes, mas também do árbitro, pode-se dividir o procedimento em duas ou mais fases, destinadas à definição de assuntos distintos e que possam ser decididos de forma isolada, como já apontado acima.

Esse parcelamento pode decorrer, primeiramente, em razão de uma circunstância accidental, como o fato de determinada fração do objeto do processo tornar-se apta a ser julgada antes das demais, decorrente, por exemplo, do reconhecimento do pedido por uma das partes. Também pode, todavia, ocorrer como fruto da intenção e planejamento das partes e do tribunal arbitral, que preventivamente bifurcam o procedimento com o intuito de lidar de forma mais *eficiente* (com o dispêndio mais racional dos recursos) com o procedimento.

Parece intuitivo, por exemplo, sustentar que a racionalização do julgamento pode ser benéfica, principalmente na hipótese de se identificar que o tribunal arbitral não possui jurisdição, no todo ou em parte, sobre o litígio em questão, ou em caso de decisão sobre a lei aplicável.

O parcelamento do procedimento também é bastante comum na hipótese de uma única demanda – condenatória, por exemplo – em que se estabeleça uma fase para o julgamento do *an debeatur* e outra para a quantificação da condenação. Aqui, o desmembramento é mais profundo, pois dissecar o pedido formulado de modo unitário.

Nos casos citados, o desmembramento do procedimento deve decorrer de uma decisão do árbitro pautada justamente pelos valores *efetividade* e *eficiência*, eis que árbitros e partes estão visando a estabelecer uma forma de resolução do conflito que, a final de contas, visa a poupar tempo e dinheiro.³¹³

Fala-se, ainda, que dividir o procedimento em fases – mormente quando resulta em uma sentença que reconheça a existência da obrigação, mas ainda sem quantificá-la – pode incentivar as partes a comporem o litígio.³¹⁴

É bem verdade que alguns estudos recentes, ainda que de abrangência limitada, colocam algumas dúvidas sobre os reais efeitos da chamada bifurcação do procedimento arbitral em termos de eficiência. Destaca-se, nesse sentido, o estudo empírico realizado por

³¹³ Como já asseverou CARLOS ALBERTO CARMONA, “doravante, o emprego da técnica do julgamento gradual e parcelado da lide servirá tanto para economizar tempo e dinheiro das partes, como também para evitar situações em que os árbitros, por absoluta impossibilidade material, não conseguiriam proferir sentenças líquidas (como acontecia com as hipóteses lembradas das decisões sobre rescisão de contratos de franquia e respectivas indenizações).” (CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 18). No mesmo sentido, v. PINTO, José Emilio Nunes. Anotações práticas sobre a produção de provas na arbitragem, cit., p. 14.

³¹⁴ Destaque-se, nesse sentido, um estudo no campo econômico que indica que o parcelamento do procedimento em fases encerradas por sentenças pode, em determinadas circunstâncias, servir como estímulo à autocomposição do litígio, de autoria de LANDES, William M. *Sequential versus unitary trials: an economic analysis*. Chicago, John M. Olin Law & Economics Working Paper No. 8 (2d Series). Disponível em: <http://www.law.uchicago.edu/files/files/08.WML_.Sequential.pdf>.

LUCY GREENWOOD, mediante a análise de procedimentos sob a administração do *International Centre for Settlement of Investment Disputes* (ICSID).³¹⁵

A base de tal estudo são 174 casos concluídos pelo ICSID, dentre os quais 129 não contaram com qualquer tipo de parcelamento do julgamento. Dentre as 45 arbitragens em que ocorreu a “bifurcação”, 43 casos foram de divisão entre fases de jurisdição e mérito, ao passo que nas duas arbitragens remanescentes a divisão ocorreu para a decisão de assuntos de outra natureza. Esses 45 casos em que houve divisão do procedimento em fases, foram decididos em um tempo médio de 3,62 anos, ao passo que os casos em que isso não ocorreu foram resolvidos em um tempo médio de 3,04 anos.³¹⁶

Conquanto a comparação entre procedimentos arbitrais seja sempre muito difícil, em razão das peculiaridades que podem existir em cada caso (há múltiplas razões, além do parcelamento do procedimento em fases, que podem influenciar no tempo necessário à solução do caso), somadas à pequena massa de informações disponíveis em razão do caráter normalmente sigiloso desse tipo de procedimento, o estudo em comento fornece-nos elementos interessantes para questionar se são mesmo reais os efeitos benéficos que se poderia esperar com a decisão de “fatiar” o julgamento da causa.

Ainda que não se possa tomar as médias e conclusões desse estudo em caráter absoluto, ainda mais considerando as especificidades dos procedimentos arbitrais no âmbito do ICSID, elas naturalmente servem como um alerta à concepção geralmente aceita de que a divisão do procedimento em mais de uma fase traria consigo inegáveis ganhos em termos de eficiência. O raciocínio, de fato, não parece ser assim tão simples.

A Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), no passado, já manifestou certa preocupação com a questão, sugerindo que a utilização de sentenças parciais ficasse, em geral, restrita à hipótese de discussão de jurisdição do Tribunal Arbitral.³¹⁷ Mesmo que essa posição atualmente não seja prevalente no âmbito da

³¹⁵ GREENWOOD, Lucy. Does bifurcation really promotes efficiency?, cit., p. 105-111. Outros autores atestam um considerável número de casos em que decidiu pela “bifurcação” do procedimento, como WEBSTER, Thomas H. Efficiency in investment arbitration: recent decisions on preliminary and costs issues. *Arbitration International*, Kluwer Law International, v. 25, n. 4, p. 492, 2009.

³¹⁶ GREENWOOD, Lucy. Does bifurcation really promotes efficiency?, cit., p. 107. A autora faz a ressalva de que incluiu, dentre os casos de bifurcação, aqueles procedimentos que foram concluídos em acordo e de que excluiu, nos casos em que não houve bifurcação, os casos que não chegaram à sentença final.

³¹⁷ Cf. TRITTMANN, Rolf. When should arbitrators issue interim or partial awards and or procedural orders?, cit., p. 264-265. O autor alude à posição manifestada pela CCI no “Arbitration Bulletin 26 (1990)”, no sentido de que a sentença parcial não seria recomendável, a não ser quando estivesse em jogo questão envolvendo a competência do tribunal, pois a necessidade do escrutínio tornaria o procedimento mais moroso. A posição do autor, contudo, é que esse entendimento já estaria superado, uma vez que esse tipo

CCI,³¹⁸ o assunto tem despertado o interesse da doutrina, no sentido de identificar quais os possíveis critérios a serem adotados para a avaliação da conveniência de se adotar um procedimento bifurcado.³¹⁹

Parece, pois, de todo acertada a opinião de PEDRO A. BATISTA MARTINS, no sentido de que “o julgador deve agir como *bom gestor* no trato da prestação jurisdicional, de forma segura, ágil e diligente”.³²⁰ É precisamente essa ideia de gestão do caso – ou do chamado *case management* – que precede uma decisão acerca do rumo a ser dado à condução do procedimento.

Além de sua original acolhida no direito inglês,³²¹ o termo *case management* também é muito utilizado, principalmente em arbitragens internacionais, em referência às medidas adotadas pelo árbitro para a boa administração do caso, considerando fatores como tempo e custo.³²² Nesse sentido, há uma série de técnicas de que o árbitro pode se valer, tais como: (i) a realização de uma audiência procedimental, no momento inicial do caso ou ainda no momento da celebração do termo de arbitragem; (ii) a apresentação de ordens processuais em consenso com as partes, quando possível; (iii) a definição dos pontos controvertidos; (iv) a divisão do procedimento em fases distintas, quando cabível, etc.

de decisão, na verdade, pode agilizar o procedimento, tornando-o mais racional. Para o autor, a questão da eficiência é a linha condutora da decisão de utilizar uma sentença parcial ou uma decisão interlocutória.

³¹⁸ Cf. Regulamento de Arbitragem da CCI (versão de 2012), Apêndice IV (Case Management Techniques), item “a”, em que se aponta a bifurcação do procedimento como uma das técnicas que podem ser utilizadas como forma de gerir o caso de modo mais eficiente. Nesse sentido, aliás, é de se notar a grande quantidade de sentenças parciais que tem sido proferidas no âmbito de procedimentos regidos pelo Regulamento de Arbitragem da CCI. Das 479 sentenças aprovadas pela Corte Internacional de Arbitragem da CCI, 130 eram sentenças parciais, perfazendo um percentual de por volta de 27%. Cf. 2010 Statistical Report, ICC International Court of Arbitration Bulletin, Vol. 22, n.1, p. 15. 2011.

³¹⁹ PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 277. De acordo com o autor, a decisão de cindir o julgamento tem de ser precedida de uma análise em termos de **segurança e eficiência** dessa cisão para o processo.

³²⁰ MARTINS, Pedro Antonio Batista. A arbitragem e o mito da sentença parcial, cit., p. 275. A respeito do tema v. também KOMATSU, Roque. Notas em torno dos deveres processuais dos juízes. In: SALLES, Carlos Alberto de (Coord.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 700 e ss.

³²¹ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Uma novidade: o Código de Processo Civil inglês. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 25, n. 99, p. 78, jul./set. 2000. V. nesse sentido, ainda, GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Flexibilização procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual*, de acordo com as recentes reformas do CPC, cit., p. 112 e SILVA, Paulo Eduardo Alves. Gerenciamento de processos e cultura de litigância – a experiência do “case management” inglês. In: SALLES, Carlos Alberto de (Coord.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 652.

³²² STIPPL, Christoph; PICKL, Gunna. Chapter II: The arbitrator and the arbitration procedure - limiting costs in arbitration. In: KLAUSEGGER, Christian et al. (Eds). *Austrian Arbitration Yearbook 2009*. München: C.H. Beck; Bern: Stämpfli Verlag, 2009. p. 231.

Um exemplo interessante fornecido pela doutrina é o caso *Aminoil*³²³, em que, dentre outras medidas, o tribunal arbitral estabeleceu, após o final da fase postulatória, as sete questões sobre as quais as partes deveriam produzir prova, organizando, dessa forma, a audiência de instrução em torno dessas questões. A medida, inegavelmente, parece-se em muito com a fixação dos pontos controvertidos, há muito presente em nosso ordenamento processual, mas pouco utilizada. De outro lado, contudo, o uso consciente e organizado dessa ferramenta acabou aumentando muito a eficiência do procedimento em questão, com economia de tempo e dinheiro, ao mesmo tempo em que ensejou a prolação de uma sentença arbitral que ambas as partes acabaram considerada adequada.³²⁴

Para PAULO EDUARDO ALVES SILVA, tratando da matéria sob o enfoque do processo judicial, “o ‘gerenciamento de processos’ pode ser compreendido como o planejamento da condução de demandas judiciais para a mais adequada resolução dos conflitos com o menor dispêndio de tempo e recursos. Ele está baseado no controle judicial da condução dos feitos e organização da unidade judiciária, e opera basicamente pelo envolvimento imediato do juízo com as questões da lide, estímulo às tentativas de composição amigável das partes, planejamento do fluxo procedimental e organização de estrutura necessária”.³²⁵

Essas preocupações não são aplicáveis somente ao processo judicial, mas também ao processo arbitral. Em ambas as plataformas, o tempo e os custos de um processo são um dado relevante não somente para as partes em litígio, mas também para toda a estrutura envolvida. Há valiosos recursos humanos e materiais que são investidos para a solução de cada processo.

Nesse sentido, não seria um equívoco afirmar que, assim como é dever do juiz atentar para o adequado e eficiente gerenciamento do processo,³²⁶ também o árbitro não

³²³Cf. Sentença Arbitral no caso Governo do Estado do Kuwait v. The American Independent Oil Company (AMINOIL), 24 de maio de 1982, in SANDERS, Pieter (Ed.). *Yearbook Commercial Arbitration 1984*. The Netherlands: Kluwer Law International, 1984. v. 9, p. 71-96.

³²⁴Cf. REDFERN, Alan; HUNTER, Martin et. al. *Redfern and Hunter on international arbitration*, cit., p. 377.

³²⁵SILVA, Paulo Eduardo Alves. Gerenciamento de processos e cultura de litigância – a experiência do “case management” inglês, cit., p. 636.

³²⁶Sobre os deveres do juiz quanto à gestão do processo, v. GOZAÍNI, Osvaldo Alfredo. El principio de congruencia frente al principio dispositivo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 152, p. 128-130, out. 2007, citando MONTERO AROCA, *Proceso Civil e ideología*, Valencia, Tirant lo Blanch, 2006, p. 308, para quem “en la actualidad y en la mayor parte de las regulaciones positivas se ha atribuido al juez la dirección formal del proceso. El juez se ha convertido en todos los ordenamientos civiles en quien dirige el proceso, bien entendido que esa dirección se refiere a las que antes hemos llamado facultades procesales, bien en lo atinente al control de la falta de los presupuestos procesales de los que depende, si no la existencia del proceso, si la validez del mismo, bien en lo que atiende a hacerlo avanzar de una fase a otra en la dirección que conduce a la sentencia. En este sentido no hay oposición a que el juez controle los presupuestos procesales, en cuanto de la concurrencia de los mismos depende la validez del proceso y la posibilidad de

pode descurar dessa diretiva.³²⁷ Esses deveres de gerenciamento do processo, contemplam ao menos três aspectos: **(i)** o envolvimento imediato do julgador com questões da lide; **(ii)** o estímulo à composição amigável; e **(iii)** o planejamento do fluxo procedimental.³²⁸ Na verdade, considerando o dever de diligência que é imposto ao árbitro,³²⁹ assim como a própria razão da arbitragem, tais deveres se aplicam ao árbitro com ainda mais intensidade.

No exercício dessa competência de verdadeiro gerente do caso, cabe ao árbitro, especialmente no que diz respeito ao tema do parcelamento do julgamento, atentar para os seguintes tópicos, que devem ser considerados quando o árbitro estiver diante da necessidade/oportunidade de decidir sobre a questão, conforme apontou LUCY GREENWOOD:³³⁰

- (i) o volume e o tipo de prova necessária para cada fase do procedimento;
- (ii) o impacto da decisão de bifurcar sobre a prova já produzida e a prova a ser produzida no procedimento;
- (iii) a existência, ou não, de uma economia de recursos com a decisão pela divisão do procedimento em fases;
- (iv) aferir se uma segunda fase do procedimento demandaria produção de volumosa e complexa prova;
- (v) aferir se a bifurcação de alguma forma poderá resultar em prejuízo ou vantagem indevida para alguma das partes;
- (vi) aferir se a bifurcação ocasionará maior conveniência às testemunhas, às partes e/ou ao tribunal; e

que, una vez iniciado el proceso por el actor, el procedimiento como cauce formal de la serie de actos se desarrolle por los pasos previstos en la norma; más aún, nada se opondría a que sea también el juez siempre con las partes, el que controle la realización de los actos conforme al principio de legalidad” (...) “Lo anterior no significa que el juez gestione el proceso, por lo menos si la palabra gestionar se entiende como sinónima de administrar una empresa, una iniciativa o una actividad influyendo de modo determinante en su desarrollo. Se trata sólo de ejercer unas facultades de dirección formal, sin influir en el que pueda ser el resultado del proceso”.

³²⁷CARMONA, Carlos Alberto, lembra que o dever de diligência do árbitro desdobra-se em duas vertentes: a primeira a determinar que o árbitro não aceite sua nomeação caso não tenha tempo suficiente para dedicar-se ao caso; noutra vertente, impõe-se ao árbitro o dever de velar pela eficiência da arbitragem, a fim de que as partes tenham de empregar o mínimo necessário de recursos para o deslinde da controvérsia (CARMONA, Carlos Alberto, *Arbitragem e processo*, cit., p. 245)

³²⁸SILVA, Paulo Eduardo Alves. Gerenciamento de processos e cultura de litigância – a experiência do “case management” inglês, cit., p. 636.

³²⁹Lei 9.307/96, artigo 13, §6º.

³³⁰Cf. GREENWOOD, Lucy. Does bifurcation really promotes efficiency?, cit., p.109.

(vii) aferir se a bifurcação terá o efeito de acelerar o procedimento ou auxiliar na economia de recursos.

Como se percebe, a decisão pela divisão do procedimento em mais de uma fase, cada qual concluída por uma sentença, deve ser precedida de um estudo das condições específicas de cada caso, sendo muito difícil estabelecer *a priori* os casos em que o fatiamento do mérito resultará em ganho e os casos em que resultará em perdas.

Destarte, concluindo este Capítulo, pode afirmar, com razoável grau de certeza, é que o parcelamento do julgamento é um instrumento que pode ser útil – mas nem sempre – e que sua utilidade é potencializada pela realização no momento inicial do caso, com a possibilidade de revisões periódicas em outros momentos do procedimento, por iniciativa das partes ou do próprio tribunal arbitral, visando à solução mais eficaz – em termos de custos e tempo – do objeto do processo arbitral.

5. ANÁLISE DE ALGUMAS HIPÓTESES DE PROLAÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS PARCIAIS

A prática reiterada das sentenças parciais haverá de demonstrar com mais precisão as situações em que o emprego de tal técnica se mostra mais conveniente, tendo em vista os critérios de eficiência e efetividade a que se aludiu acima. Neste momento, muito embora ainda haja fontes relativamente escassas de pesquisa, já se pode identificar algumas hipóteses – que podem ser tidas como as principais – de aplicação prática das sentenças parciais.

Aqui destacamos: (i) a sentença parcial sobre a jurisdição; (ii) a sentença parcial decidindo a parcela madura do mérito; e (iii) a sentença parcial estabelecendo a repartição em fases diferentes do julgamento do *an* e do *quantum debeatur*.³³¹ Debruçando-nos sobre tais hipóteses procuraremos aplicar as balizas teóricas acima propostas e enfrentar algumas das questões mais específicas que já têm surgido acerca do tema.

5.1. Sentença parcial sobre a jurisdição do tribunal arbitral

Já tratamos, no item 3.2.2 *supra*, da natureza da sentença arbitral parcial que disponha sobre a jurisdição do tribunal arbitral. Sempre que a declaração do alcance da convenção de arbitragem estiver em jogo, assim como a declaração de sua existência, validade e eficácia, com evidentes efeitos para a constatação da jurisdição do tribunal arbitral, estaremos diante de uma sentença arbitral, posto que temos aí provimento que *define* uma parcela da *causa* antes das demais.

Normalmente, a doutrina enxerga aí um campo muito interessante para o parcelamento do julgamento do mérito.³³² Essa, aliás, é uma das hipóteses em que se

³³¹Cf. GIUSTI, Gilberto; DALMASO MARQUES, Ricardo, *Sentenças parciais: uma abordagem prática*, cit., p. 51.

³³²A doutrina costuma indicar esse tipo de divisão do procedimento como uma maneira de administrar os custos da arbitragem, evitando-se, quando for o caso, que o procedimento se desenvolva completamente para, ao depois, ser encerrado por uma decisão de falta de jurisdição. Isso, por outro lado, guia a produção de provas nesse sentido, cf. AEBERLI, Peter. Jurisdictional disputes under the Arbitration Act 1996: a procedural route map, cit., p. 264.

costuma incentivar a divisão do procedimento em fases, justamente em função dos benefícios que podem ser percebidos.³³³

Nessa categoria, devemos incluir as sentenças que tratem do problema da arbitralidade objetiva e subjetiva, isto é, se determinada matéria ou pessoa está sujeita à convenção de arbitragem. Dentre essas questões, podemos destacar as seguintes discussões: (i) a capacidade de entes estatais (administração pública direta e indireta) submeterem-se à arbitragem; (ii) a admissibilidade de arbitragens envolvendo direitos trabalhistas; (iii) a admissibilidade de arbitragens envolvendo contratos de adesão; (iv) arbitragens envolvendo grupos de sociedades ou de contratos; (v) eventuais limites da cláusula compromissória em relação a acionistas de uma sociedade; (vi) cláusulas patológicas, dentre outras.³³⁴

O maior desafio, nesse campo, é evitar o prejulgamento dos demais aspectos do mérito que, em caso de confirmação da jurisdição arbitral, vierem a ser decididos. Aproveitando exemplo já fornecido anteriormente, no caso de um pedido de anulação da convenção de arbitragem lastreado na alegação de coação para a celebração do contrato, se o tribunal arbitral, em uma sentença parcial que confirme a sua jurisdição, chegar à conclusão de que não houve coação para a celebração do contrato, parece claro que, no prosseguimento das discussões em torno do mérito, este ponto já poderá estar superado, muito embora ainda não formando propriamente coisa julgada, eis que o mérito não chegaria a ser decidido.

De outro lado, porém, se a coação fosse a única defesa do requerido contra a demanda do autor, não haveria sentido que o tema fosse dividido entre sentença parcial e final. Bastaria uma única sentença para decidir toda a questão.

É natural que questões complexas, como essa, tenham consequências que possam atingir diversos aspectos do pedido. Nada impede sua resolução por meio de sentença parcial, desde que tenha sido garantida à parte ampla oportunidade para defesa e que, como visto, seja possível separar, com razoável clareza e preferencialmente com ciência das partes, a matéria que será tratada em cada fase.

³³³INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). Final Report on Interim and Partial Awards, cit., item. 17.

³³⁴Para um panorama completo das questões envolvendo os limites da convenção de arbitragem, v. GUERRERO, Luís Fernando. *Convenção de arbitragem e processo arbitral*, cit.

5.2. Sentença parcial decidindo parcela do mérito que estiver pronta para julgamento

Tratamos aqui das hipóteses em que o procedimento arbitral se encaminha, seja acidentalmente, seja a requerimento de uma das partes ou por direção do tribunal arbitral, para situação em que uma ou mais parcelas das demandas cumuladas em um processo arbitral já se encontrem prontas para julgamento antes das demais.

Não custa lembrar que o objeto do processo, que é determinado pelo pedido, pode ser simples ou composto. O objeto é simples quando a pretensão é única e composto quando há mais de uma pretensão, seja porque envolve mais de um bem da vida, seja porque envolve mais de um provimento jurisdicional.³³⁵ O cúmulo de demandas tanto pode ser objetivo (em referência à multiplicidade de pedidos) ou subjetivo (em referência à multiplicidade de partes).

A cumulação de demandas é tradicionalmente classificada em simples, sucessiva, eventual ou alternativa.³³⁶ Somente as três primeiras, contudo, podem ocasionar o proferimento de sentenças parciais, dado que, na cumulação alternativa, o acolhimento de qualquer das alternativas levará à procedência total do pedido, e não meramente parcial.

A doutrina identifica a possibilidade de serem proferidas sentenças parciais tendo em vista o cúmulo subjetivo³³⁷ ou objetivo³³⁸ de demandas. O mesmo ocorre no caso de decomposição do objeto da demanda, como ocorre no caso da procedência parcial do pedido.³³⁹ Em todos esses casos, tem-se a oportunidade, impulsionada pela aceitação da sentença parcial em nosso sistema, de um julgamento antecipado de parte dos pedidos.

³³⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 196.

³³⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 169 e ss.

³³⁷ ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 295. Cf. também SYDNEI PEREIRA SOUZA JUNIOR, para quem “presente, portanto, a cumulação subjetiva de demandas, desde que não se trate de litisconsórcio unitário (onde não há referida cumulação, *supra*), e havendo, em relação a um dos litisconsortes, pronunciamento judicial que trate em seu bojo de uma das hipóteses dos arts. 267 e 269, do CPC, estaremos diante de uma *sentença parcial*” (SOUZA JUNIOR, Sidney Pereira. *Sentenças parciais no processo civil: consequências no âmbito recursal*, cit., p. 75).

³³⁸ “A *cumulação objetiva* poderá ser *inicial*, na hipótese de apresentação de duas causas de pedir ou mesmo dois pedidos pelo autor, ou ainda *superveniente*, na hipótese da oposição, reconvenção, ação declaratória incidental ou denúncia da lide” (...) Sempre que houver, portanto, um pronunciamento judicial que decida sobre uma das demandas cumuladas objetivamente no processo e, desde que, trate em seu bojo de uma das hipóteses dos arts. 267 e 269, do CPC, estaremos diante de uma *sentença parcial*.” (SOUZA JUNIOR, Sidney Pereira. *Sentenças parciais no processo civil: consequências no âmbito recursal*, cit., p. 89 e 93).

³³⁹ SOUZA JUNIOR, Sidney Pereira. *Sentenças parciais no processo civil: consequências no âmbito recursal*, cit., p. 111.

Também se insere nessa ideia a separação entre o julgamento do *an debeatur* e do *quantum debeatur*, quando o primeiro já se achar demonstrado nos autos, ao passo que este ainda depender da produção de prova. Abordaremos esse assunto mais detalhadamente no item 5.3 *infra*.

Conforme apontado acima, não seria um exagero afirmar que a oportunidade para se proferir sentença parcial em tais casos surge de forma praticamente acidental no curso do procedimento. Com isso, queremos dizer que o procedimento não é, em regra, formatado para que uma das partes, em dado momento, reconheça parte dos pedidos formulados por seu oponente, assim como, em regra, a causa torna-se apta ao julgamento de uma só vez para o julgamento, culminando com a prolação de uma só sentença que julgará todos os pedidos cumulados de uma só vez.

A regra, porém, é excepcionada por situações em que o árbitro pode se deparar com a formação de um consenso entre as partes em relação a determinada porção do mérito que, eventualmente, possa permitir um julgamento parcial imediato. A esse respeito, aliás, se as partes estiverem de acordo com relação a parte do pedido, nada impede que solicitem ao árbitro que proceda à homologação desse acordo com uma sentença parcial, a fim de que o ato seja revestido das características de título executivo judicial.

A ausência de um consenso, contudo, não impede outras situações nas quais se possa vislumbrar a prolação de uma sentença parcial. Assim, digamos que, em uma demanda condenatória, o demandado não se defenda com relação a uma parcela do pedido, ou mesmo, de modo ainda mais claro, ele reconheça ser devedor de uma parte daquilo que o demandante lhe pede. Já teríamos, então, circunstâncias aparentemente propícias para que o árbitro, em nome da efetividade que se espera da solução arbitral, profira sentença parcial concedendo a tutela devida a quem de direito. Da mesma forma, a tutela pode vir antecipadamente em favor do demandado, na hipótese em que o demandante desista do pedido ou reconheça sua improcedência.

Como já demonstrado até aqui, há elementos sobejos que devem estimular o árbitro a prover à parte interessada uma tutela mais efetiva, consistente em uma sentença parcial, mormente se for constatado que a solução da parcela remanescente levará um tempo considerável para ocorrer.

Vale frisar que o foco, aqui, não é primordialmente estimular a eficiência da solução arbitral. Trata-se, antes de tudo, do atendimento ao anseio de uma das partes que,

confiante que parcela da demanda já tem condições de ser resolvida de imediato, busca resposta pronta por parte do árbitro. Este, por sua vez, tem sobre si o dever de cumprir a missão jurisdicional que lhe foi atribuída e tutelar a situação de crise, da forma mais breve que se mostrar possível.

A doutrina costuma suscitar o argumento – bastante convincente – no sentido de que não faria sentido que a lei permitisse a cumulação de pedidos como forma de prestigiar a economia processual e não possibilitar que o pedido que esteja maduro seja julgado de imediato.³⁴⁰

Cumpra ao árbitro, portanto, dar efeito a esse mandamento de índole constitucional e, sempre que isso for possível, conceder a tutela no tempo mais abreviado possível.

5.3. Parcelamento do julgamento do *an debeatur* e do *quantum debeatur*

Outra hipótese bastante comum de sentença parcial é aquela que normalmente aparece como resultado da divisão do procedimento em duas fases distintas, a primeira para a apuração do *an debeatur* e a seguinte para a quantificação da obrigação reconhecida na sentença parcial anterior.

As principais questões que buscaremos enfrentar adiante podem ser assim enumeradas: (i) a decisão que estabeleça uma condenação genérica é mesmo uma sentença parcial? (ii) em que situações o árbitro está autorizado a proferir sentença parcial genérica? e (iii) como deve se desenvolver a fase subsequente de liquidação da sentença?

5.3.1. Trata-se mesmo de uma sentença parcial?

Há, principalmente na doutrina estrangeira, uma discussão sobre a caracterização desse tipo de sentença dentro do conceito de sentença parcial. Afirma-se, por vezes, que, por não consistir em um provimento de caráter final sobre determinado pedido, essa seria

³⁴⁰MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela antecipatória e julgamento antecipado*: parte incontroversa da demanda. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002. p. 141.

uma sentença preliminar ou intermediária, mas não uma sentença equiparável à sentença final.³⁴¹

Discordamos desse entendimento, pelas razões que nos motivam a conceituar a sentença parcial como o pronunciamento do árbitro que define parcialmente a causa. A sentença arbitral que resolve a crise de incerteza instaurada entre as partes no que diz respeito ao *an debeatur*, estabelecendo a existência de uma obrigação de uma parte a outra, ou mesmo estabelecendo uma condenação genérica, não tem outra natureza senão a de sentença.

ARAKEN DE ASSIS afirma que o “problema da cisão entre o *an debeatur* e o *quantum debeatur* (liquidez) é universal. Ele não surge na hipótese de o pedido do autor, conforme autoriza o art. 4º, parágrafo único, limitar-se a declaração (*an debeatur*) e no seu valor (*quantum debeatur*)”. Prossegue ainda o autor lembrando que os ordenamentos italiano e alemão também admitem aquilo que se designa de “condenação genérica”.³⁴²

E cada uma dessas fases cognitivas é encerrada por um provimento definitivo de mérito, sujeito à coisa julgada material.³⁴³ Nesse sentido, vale a menção aos ensinamentos de ENRICO TULLIO LIEBMAN,³⁴⁴ JOSÉ FREDERICO MARQUES³⁴⁵ e ATHOS GUSMÃO CARNEIRO,³⁴⁶ para quem o provimento que julga a liquidação tem caráter de sentença, integrando a sentença genérica e lhe conferindo liquidez.

³⁴¹Para um retrato da dissensão doutrinária nesse ponto, v. GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 739.

³⁴²ASSIS, Araken de. *Cumprimento de sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 99.

³⁴³A esse respeito, confira-se a esclarecedora lição de HUMBERTO THEODORO JÚNIOR: “A reforma implementada pela Lei 11.232, de 22.12.2005, ao extinguir a *actio judicati*, aboliu, também, a liquidação como ação contenciosa cognitiva entre o encerramento do processo principal e a abertura cognitiva entre o encerramento do processo principal e a abertura do processo de execução. Assim como os próprios atos de cumprimento de sentença deixaram de ser objeto de ação separada (*actio judicati*), também os atos de liquidação de sentença passaram à condição de simples incidente complementar da sentença condenatória genérica. Não há mais uma nova sentença de mérito. A definição de *quantum debeatur* transmudou-se em simples decisão interlocutória de caráter complementar e com função integrativa. Tal como se fora um embargo de declaração, o decisório de liquidação a ser pago em função do débito já reconhecido no julgado ilíquido. Isso não quer dizer que o julgamento do incidente não decida sobre o mérito da causa. Embora sob a forma de decisão interlocutória (art. 475-G), o tema enfrentado integra questão genuinamente de mérito por versar sobre um dos elementos da lide. Não deixará, portanto, de produzir a coisa julgada material.” (THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 2, p. 103).

³⁴⁴Para LIEBMAN a condenação genérica e a apuração do *quantum* “são decididas em momentos diferentes e através de duas sentenças consecutivas que, em conjunto, constituirão a decisão da causa” (LIEBMAN, Enrico Tulio. *Manual de direito processual civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 1984. v. 1, p. 185).

³⁴⁵JOSÉ FREDERICO MARQUES falava em desdobramento do processo de conhecimento em duas relações processuais, sendo que a primeira decidira sobre a obrigação do réu e a seguinte sobre o *quantum debeatur* (*Manual de direito processual civil*, 3. ed., São Paulo, Saraiva, 1977, v. 2, p. 50 *apud* SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Liquidação de sentença*. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Aspectos polêmicos da nova execução*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008. v. 4, p. 226).

³⁴⁶CARNEIRO, Athos Gusmão. *Cumprimento da sentença civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 40.

No direito italiano, conceituou-se a chamada *sentenza non-definitiva* como “*La sentenza che non definisce il giudizio, cosiché il processo debba continuare dopo la sua pronuncia (cfr. Art. 279, secondo comma, n. 4); con essa il giudice decide una parte della materia controversa, che può riguardare tanto il merito, quanto le questioni preliminari*”.³⁴⁷

LUIZ GUILHERME MARINONI faz alusão ao entendimento, prevalente em parte da doutrina, de que a chamada “*condanna generica*” prevista no artigo 278 do CPC italiano está incluída dentre as sentenças que julgam apenas a parte do litígio que já está madura para julgamento (hipótese do artigo 277 do CPC daquele país).³⁴⁸ Nesse sentido, a sentença genérica (aqui entendida como aquela que reconhece o *an debeatur*) também está inserida no mais amplo conceito de “sentença parcial” do direito italiano.³⁴⁹

Forçoso reconhecer, nessa perspectiva, que a sentença genérica – e que enseja, portanto, o procedimento de liquidação – é fruto da aplicação da técnica de sentenças parciais.

No mesmo passo, o procedimento de liquidação de sentença (no processo judicial) pode ser considerado como uma técnica, prevista em lei, de que se pode valer o julgador, no desenvolver de sua atividade cognitiva no processo de conhecimento, a fim de atingir, da maneira mais eficiente possível, o resultado final da jurisdição, que é o julgamento do mérito dos pedidos que lhe foram submetidos.

³⁴⁷LIEBMAN, Enrico Tulio. *Manuale di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1984. v. 1, v. 1, p. 217. Tradução livre: “a sentença que não define o julgamento, assim o processo deve continuar depois de sua pronúncia (cf. art. 279, segundo parágrafo, n. 4); com ela, o juiz decide uma parte da matéria controvertida, que pode concernir tanto ao mérito, quanto a questões preliminares.”. HEITOR VITOR MENDONÇA SICA esclarece que a ideia de que “a sentença ilíquida ou genérica resolve apenas um “fragmento” da situação jurídica trazida a julgamento é comum na doutrina italiana (SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Liquidação de sentença*, cit., v. 4, p. 235).

³⁴⁸MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela antecipatória e julgamento antecipado: parte incontroversa da demanda*, cit., p. 142.

³⁴⁹Cf. C. CONSOLO, *Spiegazioni di diritto processuale civile*, Bologna, Cisalpino, 2001, v.2, p. 242, apud SCARPARO, Eduardo Kochenborger. *Sentenças parciais? Considerações a partir da reforma do art. 162, § 1.º, do CPC*, cit., p. 157. V. também LIEBMAN, Enrico Tulio. *Manuale di diritto processuale civile*, cit., v. 1, p. 239 “Presupposto per la pronuncia della condanna generica è, oltre alla domanda di parte, che sia già accertata la sussistenza del diritto, anche se sia ancora controversa la sua quantità. Si tratta dunque di una sentenza non definitiva, perchè non definisce il giudizio e decide soltanto una parte delle questioni controverse in causa, ma, nell’ambito di tali questioni, e decisione piena, non sommatoria o provvisoria.” Trad. livre: Pré-requisito para a prolação da sentença genérica é, para além do pedido, que se estabeleça a existência do direito, mesmo que a sua quantidade ainda seja controversa. Portanto, não é uma decisão final, porque não define o processo e decide apenas algumas das questões envolvidas, mas nestas questões, é decisão completa, não sumária ou provisória.

É também o que ocorre no processo arbitral, razão pela qual alinhamo-nos, assim, ao entendimento de CARLOS ALBERTO CARMONA,³⁵⁰ que descreve como parcial, dentre outras, a sentença que reconheça o *an debeat* e deixe a quantificação do débito para momento posterior.³⁵¹ A técnica aí aplicável é o chamado “fatiamento” do julgamento do mérito, em que se posterga a apreciação de uma parcela do mérito. Essa parcela do mérito, pode se referir tanto a um, dentre os vários pedidos que tenham sido cumulados, como também se pode referir ao julgamento fracionado entre o *an* e o *quantum debeat*.³⁵²

Entendemos ser necessário precisar, todavia, que sua caracterização como parcial depende de uma avaliação um pouco mais detida do conceito de pedido. Se o pedido é meramente declaratório, por exemplo, da existência de responsabilidade do demandado por dano causado ao demandante, a sentença que reconhecer a existência da responsabilidade – o *an debeat* – será final e não parcial. Nessa hipótese, a liquidação da sentença dependerá da instauração de outro procedimento arbitral, caso as partes não acordem em fazê-lo perante o mesmo tribunal arbitral.³⁵³

Se, todavia, o pedido for condenatório, nesse caso a sentença genérica é apenas parcial. A sentença arbitral parcial, nesse sentido, é uma técnica de racionalização e abreviamento do procedimento.³⁵⁴ Isso porque, a despeito de subdividir o momento da

³⁵⁰ Ainda no mesmo sentido, WALD, Arnaldo. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens submetidas ao regime da CCI, cit., p. 335; ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 295; FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. Sentença parcial e cumprimento da sentença. Anotações em torno da Lei 11.232/2005, cit., p. 34; FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 184.

³⁵¹ CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 395.

³⁵² Em âmbito internacional, reconhece-se como sentenças parciais uma série de decisões, tais como as que versem sobre jurisdição, lei aplicável, validade do contrato, existência de responsabilidade contratual. Tais decisões, a respeito de não decidirem toda a lide e não constituírem um título que contenha todos os elementos da condenação. Nesse sentido, GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 739. Os próprios autores, no entanto, reconhecem que esse entendimento não é unânime, citando como exemplo o entendimento de autores suíços que entendem que para ser sentença, parcial ou final, o provimento tem de por fim à totalidade ou a parte do processo.

³⁵³ “Proferida a sentença arbitral ilíquida, as partes podem iniciar nova arbitragem com base na mesma convenção de arbitragem, cujo objeto será a quantificação da obrigação reconhecida na sentença. Essa segunda arbitragem poderá ser conduzida pelos mesmos árbitros ou não, a depender do que constar da convenção de arbitragem, do termo de arbitragem, do regulamento do tribunal arbitral ou da vontade das partes” (FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 187).

³⁵⁴ O mesmo princípio também é encontrado em âmbito internacional. Nesse sentido, o comentário de MARTIN HUNTER, ALAN REDFERN et al. in *Redfern and Hunter on international arbitration*, cit., p. 520: “A partial award is an effective way of determining matters that are susceptible to determination during the course of the proceedings and which, once determined, may save considerable time and money for all involved.” Tradução livre: Uma sentença parcial é um meio efetivo de decidir questões que são suscetíveis de decisão durante o curso do procedimento e que, uma vez determinadas, podem poupar consideravelmente tempo e dinheiro para todas as partes envolvidas.

cognição em mais de uma fase (o que, teoricamente, poderia tornar mais complexo o procedimento), a sentença arbitral parcial, não raro, tem a vantagem de racionalizar a instrução probatória.

A distinção entre as duas situações apontadas acima, conquanto tênue, não é irrelevante, pois tem a ver justamente com os limites da jurisdição outorgada aos árbitros pelas partes, por meio dos pedidos que formularam.

5.3.2. Em que situações o árbitro estará autorizado a proferir sentença genérica?

A resposta a esse questionamento depende, primeiro, do esclarecimento de um ponto prévio anterior: diante da inexistência de um procedimento de liquidação expressamente previsto, e tampouco de dispositivos que estabeleçam claramente a possibilidade de se formular pedidos genéricos, cabe indagar sobre a possibilidade de que pedidos genéricos sejam formulados também no processo arbitral. Somente após ultrapassada essa questão é que poderemos avançar para o entendimento mais aprofundado sobre a sentença parcial ilíquida.

5.3.3. O cabimento de pedidos genéricos no processo arbitral

Não há, na Lei de Arbitragem, regras que disciplinem a figura do pedido genérico. Na verdade, propositalmente, a Lei de Arbitragem não trata da estruturação do procedimento, deixando para que isso seja feito pelas próprias partes ou deixado à prudência do árbitro (art. 21 da Lei de Arbitragem).

A despeito disso, já demonstramos ser plenamente aplicável ao processo arbitral o princípio da congruência entre demanda e sentença, de sorte que esta tem de refletir os limites daquela, sob pena de invalidade do julgamento por infração aos limites da convenção de arbitragem.

Ante o que dispõem os artigos 286³⁵⁵ e 459, parágrafo único,³⁵⁶ ambos do CPC, tem-se que a regra no processo civil é a formulação de pedidos certos e determinados, para os quais não pode haver sentença genérica. Como exceção admitida pelo sistema, tolera-se em alguns casos a formulação de pedido indeterminado em relação à quantidade (*quantum debeat*), não se permitindo, porém, qualquer indeterminação quanto à substância do pedido (o *an debeat*).³⁵⁷

Nesse espectro de tolerância ao pedido genérico, além das hipóteses previstas nos incisos do artigo 286 do CPC, a jurisprudência tem admitido, em caráter excepcional e extraordinário, algum abrandamento à regra geral, como o pedido de indenização por dano moral,³⁵⁸ ou mesmo os casos em que o autor que, não tendo condições de estimar com precisão o valor de seu pedido, pede que isso seja feito por meio de perícia.³⁵⁹

Mesmo esses pedidos genéricos devem, sempre que possível, ser objeto de sentença líquida, que elimine essa indeterminação inicial quanto à quantidade,³⁶⁰ sem que tal providência importe em qualquer transgressão ao princípio da congruência, como vem entendendo a doutrina.³⁶¹

De todo modo, nem sempre é viável que a sentença seja líquida. Mesmo indefinida quanto à quantidade,³⁶² “a sentença genérica é estruturalmente completa como condenação, contendo os dois momentos lógicos desta (declaração e aplicação da sanção executiva), a

³⁵⁵“Art. 286. O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico: I - nas ações universais, se não puder o autor individuar na petição os bens demandados; II - quando não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato ilícito; III - quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.”

³⁵⁶“Art. 459. O juiz proferirá a sentença, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor. Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o juiz decidirá em forma concisa. Parágrafo único. Quando o autor tiver formulado pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.”

³⁵⁷V. CALMON DE PASSOS, J. J. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. 3, p. 204.

³⁵⁸“É admissível o pedido genérico em ação de indenização por dano moral por não ser possível, quando do ajuizamento da ação, determinar-se o valor devido. Precedentes. (...)” (STJ, 3ª T., REsp 777.219/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 23/10/2006, p. 310). No mesmo sentido, STJ, REsp 1.313.643/ SP, 3ª T., Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe 13/06/2012). Em sentido contrário, v. CARMONA, Carlos Alberto. Em torno da petição inicial. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 101, n. 381, p. 48, set./out. 2005.

³⁵⁹DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. v. II, 6. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2009. p. 124.

³⁶⁰V. nesse sentido, CALMON DE PASSOS, J. J. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., 2004, v. 3, p. 204; LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Sentença e liquidação no CPC (Lei 11.232/2005). In: FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). *Processo e Constituição*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006. p. 917; CARMONA, Carlos Alberto. Em torno da petição inicial, cit., p. 47.

³⁶¹Como bem lembra SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Liquidação de sentença*, cit., p. 215.

³⁶²LIEBMAN, Enrico Tulio. *Manuale di diritto processuale civile*, cit., v. 1, p. 67.

declaração nela contida é que é incompleta, restringindo-se ao *an debeatur* e silenciando-se com relação ao *quantum debeatur*”.³⁶³

A solução típica prevista no sistema processual para a residual hipótese da sentença genérica é a liquidação de sentença,³⁶⁴ que, conforme bem definido por PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON, “tem por escopo determinar o valor de um direito. Diz respeito à quantificação do valor da obrigação ou do direito reconhecido na sentença”.³⁶⁵

Esse sistema, por fim, completa-se com a exigência de que o título executivo seja líquido para que possa ser exequível (art. 580 do CPC), de modo que a liquidação se torna fase prévia indispensável à execução, caso tenha sido proferida sentença genérica.

Não parece ser o caso de se impedir que pedidos genéricos também sejam formulados na arbitragem – eis que não se poderia obrigar a parte, pela simples razão da escolha dessa técnica, que exerça tarefa difícil (muitas vezes impossível) de determinar, no momento da demanda inicial, pedidos cuja dimensão ainda não é clara. Mencione-se exemplo do ato ilícito cujas consequências se protraem no tempo (*e.g.* a necessidade de tratamento médico do autor, cuja responsabilidade se imputa ao réu, durante o curso do processo), ou mesmo quando o pedido destina-se ao cumprimento de obrigação futura, em contratos de trato sucessivo.

Ora, se a parte pode veicular pedidos genéricos na arbitragem, é de se esperar que a decisão desses pedidos possa ocorrer por meio de uma sentença genérica, como ocorre no Poder Judiciário. A diferença, porém, é que o CPC dispõe de regras acerca do procedimento de liquidação que, salvo disposição das partes nesse sentido, não são adotadas pela Lei de Arbitragem, até porque o CPC não é diploma supletivo àquela. Fundamental, assim, entender a análise que deve ser feita, na arbitragem, de modo a conduzir, ou não, o procedimento à sentença parcial.

³⁶³DINAMARCO, Cândido Rangel. *Execução civil*. São Paulo: Malheiros Ed., 1998. v. 1, p. 324.

³⁶⁴V. nesse sentido, ASSIS, Araken de. *Cumprimento de sentença*, cit., p. 98: “a necessidade de liquidação do título judicial deriva da formulação, na demanda condenatória, de pedido genérico (art. 286), provocando a emissão de provimento ilíquido.”

³⁶⁵LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Sentença e liquidação no CPC (Lei 11.232/2005)*, cit., p. 913.

5.3.4. A sentença parcial ilíquida

A possibilidade de que sejam proferidas sentenças ilíquidas corresponde à adoção de uma técnica de racionalização e abreviamento do procedimento.³⁶⁶ Isto é, se a liquidação da obrigação é possível após a prolação da sentença, também o seria antes que a sentença fosse prolatada. Mas essa segunda opção teria o inconveniente de permitir que se avançasse no procedimento com a produção de provas para a quantificação de um pedido cuja procedência ainda não foi declarada (e com o risco, portanto, de que todo o trabalho seja inútil, no caso de improcedência). Mais conveniente, portanto, foi a opção legislativa separação do procedimento em fases – ainda que em casos bastante específicos –, com dois momentos cognitivos distintos dentro do processo de conhecimento.

De fato, vimos defendendo que é possível que o árbitro, dentro de certos pressupostos, parelele o procedimento com a prolação de uma sentença condenatória genérica sujeita a posterior liquidação do *quantum debeatur*.

Já tratamos dos requisitos que, em nosso entendimento, devem ser observados para a prolação de sentenças parciais. Tivemos, portanto, oportunidade de reafirmar nosso entendimento no sentido de que o aparato legal atualmente em vigor dispensa a necessidade de autorização específica das partes. Conquanto saibamos ser essa questão altamente debatida na doutrina, localizamos, neste ponto do estudo, mais um argumento em favor da desnecessidade de autorização da parte, desta vez especificamente em relação ao caso do pedido genérico.

Parece-nos que o simples fato de a parte ter formulado pedido genérico, a ser liquidado em momento posterior do procedimento arbitral,³⁶⁷ caso não seja possível proferir sentença líquida e certa, já é elemento suficiente para afastar qualquer tipo de alegação de surpresa quanto à possibilidade de prolação de sentença parcial. Isto é, ao proferir sentença genérica em que se reconhece a existência do *an debeatur*, deixando a determinação do *quantum* para o momento imediatamente posterior (uma sentença parcial,

³⁶⁶O mesmo princípio também é encontrado em âmbito internacional. Nesse sentido, o comentário de MARTIN HUNTER, ALAN REDFERN et al. in *Redfern and Hunter on international arbitration*, cit., p. 520: “A partial award is an effective way of determining matters that are susceptible to determination during the course of the proceedings and which, once determined, may save considerable time and money for all involved.” (Tradução livre: Uma sentença parcial é um meio efetivo de decidir questões que são suscetíveis de decisão durante o curso do procedimento e que, uma vez determinadas, podem poupar consideravelmente tempo e dinheiro para todas as partes envolvidas).

³⁶⁷Cuja quantificação em caso de competência do Poder Judiciário seria inevitavelmente realizada via liquidação de sentença.

portanto), o árbitro não estará ferindo o devido processo legal, mas, sim, oferecendo a prestação jurisdicional tipicamente prevista para o pedido genérico que é acolhido, qual seja: a sentença genérica.³⁶⁸

Assim, ainda que o árbitro não disponha³⁶⁹ de um conjunto normativo de regras de liquidação de sentença – que autorize, dentro de certas hipóteses de pedidos genéricos, a bipartição da resolução do mérito –, não se pode afirmar que haverá qualquer tipo de ilegalidade na prolação de uma sentença genérica decorrente de um pedido igualmente genérico.

E, de fato, há inegáveis vantagens na adoção da técnica da sentença parcial, especialmente no que concerne à possibilidade de se separar claramente o julgamento do *an* e do *quantum debeatur* em uma arbitragem (tema sob enfoque neste trabalho).³⁷⁰

Interessante notar que a possibilidade de proferir uma sentença parcial genérica confere ao árbitro um campo muito maior de possibilidades do que simplesmente o do julgamento do pedido genérico. Isto é, mesmo em situações nas quais o pedido é certo e determinado, pode ser mais conveniente fracionar a análise do mérito. Dentre diversos exemplos que podem ser citados, vale mencionar a hipótese de litígios entre franqueador e franqueado, nos quais se discuta, em um primeiro plano, a validade da resolução do contrato de franquia, para, em um segundo momento, examinar-se as perdas e danos

³⁶⁸A esse respeito, parece que a prolação de uma sentença parcial também se enquadraria no conceito do chamado devido processo constitucional material, que é definido por FERNANDO FONSECA GAJARDONI como “a necessidade de elaboração e aplicação regular e correta da lei, bem como de sua razoabilidade, senso de justiça e enquadramento nas preceituações constitucionais. Por força disto o julgador, observando que o procedimento construído abstratamente pelo legislador é inadequado à tutela efetiva do direito material ou da parte, deve se valer da razoabilidade e, voltando-se para a justiça do caso em concreto, há de providenciar a variação ritual para adequação do procedimento às especificidades da causa” (in *Flexibilização procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual*, de acordo com as recentes reformas do CPC, cit., p. 101).

³⁶⁹Uma vez que o Código de Processo Civil não é legislação suplementar em caso de omissão da Lei de Arbitragem.

³⁷⁰CARLOS ALBERTO CARMONA afirma que “não há como negar a conveniência de os árbitros decidirem questão que demande liquidação em duas etapas distintas, uma objetivando o *an debeatur*, outra focando o *quantum debeatur*. A divisão evitará que os julgadores, por temor à quebra do princípio da ampla defesa, sintam-se compelidos a deferir a produção de provas constituídas que tratarão de apuração ou cálculo de valores para chegar, ao fim e ao cabo, à conclusão de que nada seria devido.” (CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 17). No mesmo sentido, EDUARDO TALAMINI E FELIPE SCRIPES WLADECK aludem à possibilidade de bipartição do procedimento arbitral, com inegáveis vantagens procedimentais. Entendem os referidos autores que não haveria porque proibir que possa haver pronunciamento jurisdicional bipartido, analisando-se primeiramente o *an debeatur* para depois verificar-se o *quantum*. Isso tornaria o procedimento arbitral mais “eficiente, célere e econômico – atendendo melhor ao princípio do devido processo legal (devidamente compreendido como exigência de um processo razoável)”, cf. WLADECK, Felipe Sripes; e TALAMINI, Eduardo. Liquidação da sentença arbitral. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.). *Grandes temas da atualidade: mediação, arbitragem e conciliação*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 7, p. 149.

decorrentes da resolução. Parece de todo lógico que, primeiro, se examine a questão logicamente antecedente (a extinção do contrato) para só então, caso necessário, julgar-se o pedido de indenização.³⁷¹

A utilização da sentença parcial genérica como preparatória de um procedimento posterior de liquidação é, ainda assim, hipótese excepcional.³⁷² Vale, mais uma vez, lembrar a lição de CARLOS ALBERTO CARMONA, para quem o julgador não apenas pode, mas deve, proferir sentença líquida, se tiver elementos para tanto.³⁷³

Aliás, é bom que se esclareça que não se considera, aqui, a sentença parcial como solução universal e definitiva para elevar a eficiência da arbitragem. Não se pode negar, por exemplo, o risco de eventual julgamento prematuro de determinados aspectos da controvérsia – com claro prejuízo ao devido processo legal. Bem por isso, faz-se necessário que o árbitro se cerque de todos os cuidados para garantir que a decisão de se fracionar o mérito não irá prejudicar o contraditório em vez de prestigiá-lo. Até por conta das medidas para se resguardar contra tal risco, aponta-se que o procedimento preparatório à prolação da sentença parcial pode retardar tanto a marcha do processo que corre o risco de frustrar o ideal de aceleração do procedimento.³⁷⁴

Assim, quando estiver diante de pedido genérico, ou mesmo se estiver diante de pedido certo e determinado – se assim entender como mais conveniente ao objetivo de definir a causa de forma mais eficiente –, pode o árbitro cindir o julgamento do mérito do processo arbitral, proferindo uma sentença genérica, com o reconhecimento do *an debeatur* e prevendo nova fase de conhecimento para que se chegue à quantificação do débito.

³⁷¹CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 394.

³⁷²GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 743.

³⁷³Conforme indicou CARLOS ALBERTO CARMONA as três hipóteses de pedido genérico previstas no artigo 286 do CPC: “Nos três casos – e o Código de Processo só relaciona estes três! – poderá o autor formular pedido genérico, o que possivelmente conduzirá a uma sentença igualmente genérica, que dependerá de oportuna liquidação (art. 603 a 611 do Código de Processo Civil). E digo possivelmente porque nada impede que o juiz, no curso do processo, consiga elementos que dispensem a posterior liquidação. (...) O artigo 460 do Código de Processo Civil de modo algum impede o juiz, diante de pedido genérico, de proferir sentença certa e determinada. Se durante a instrução processual for colhido material probatório que desde logo permita a concentração da obrigação ou a especificação de valores, deve – deve, não pode! – o magistrado evitar inútil atividade liquidatória, proferindo desde logo sentença líquida e certa. Não haverá infração à ordem de não proferir sentença a favor do autor de natureza diversa da pedida, pois se o autor pediu condenação, condenação obterá; também não haverá infração à ordem de não proferir sentença que condene o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, pois se o autor pediu livros, livros obterá.” (CARMONA, Carlos Alberto. *Em torno da petição inicial*, cit., p. 47).

³⁷⁴REDFERN, Alan; HUNTER, Martin et. al. *Redfern and Hunter on international arbitration*, cit., p. 522.

Chega-se, por fim, ao problema da liquidação. Se o árbitro efetivamente pode proferir sentença ilíquida, cumpre examinar se cabe a ele liquidar a sentença – e em que hipóteses isso deve ocorrer.

5.3.5. Jurisdição do árbitro para liquidar a sentença arbitral condenatória genérica

Em princípio, essa seria questão de menor indagação, pois, como visto, a sentença genérica é parcial e, como tal, não esgota o exame do mérito e, evidentemente, a jurisdição. Trata-se, por isso, de mero veículo ao objetivo final da jurisdição, que é atingir o julgamento pleno do mérito, com a produção de sentença arbitral dotada de todas as características de título executivo. É, aliás, o entendimento que se extrai do próprio artigo 29 da Lei de Arbitragem, de acordo com o qual é a sentença (final) que faz esgotar a jurisdição do árbitro.³⁷⁵

No entanto, a redação do artigo 475-N, parágrafo único, do CPC, acabou ensejando a questão sobre a competência do juiz togado para liquidar a sentença arbitral. E, com base nesse dispositivo legal, surgiram respeitáveis entendimentos sustentando a possibilidade de liquidação em juízo da sentença arbitral. Essa é a opinião de NELSON NERY e ROSA NERY³⁷⁶, por exemplo.

Ainda, no mesmo sentido, opinam ARAKEN DE ASSIS,³⁷⁷ ERNANE FIDELIS DOS SANTOS,³⁷⁸ HUMBERTO THEODORO JUNIOR,³⁷⁹ PAULO SALVADOR FRONTINI³⁸⁰ e MARCOS

³⁷⁵No mesmo sentido vai a doutrina no âmbito da arbitragem internacional. Confira-se, a respeito, o entendimento de MARTIN HUNTER, ALAN REDFERN et al. “The term ‘final award’ is customarily reserved for an award that completes the mission of the arbitral tribunal. Subject to certain exceptions, the delivery of a final award renders the arbitral tribunal *functus officio*. It ceases to have any further jurisdiction over the dispute, and the special relationship that exists between the arbitral tribunal and the parties during the currency of the arbitration ends” (REDFERN, Alan; HUNTER, Martin et. al, *Redfern and Hunter on international arbitration*, cit., p. 523). Trad. livre: o termo ‘sentença final’ é costumeiramente reservado à sentença que completa a missão do tribunal arbitral. Com algumas exceções, a produção de uma sentença final conduz o tribunal arbitral ao esgotamento de sua função. Ele deixa de ter qualquer jurisdição sobre a disputa e a termina a relação especial que existe entre o tribunal arbitral e as partes durante o curso da arbitragem.

³⁷⁶“(…) quando forem certas, mas ilíquidas, as sentenças penal, arbitral e estrangeira não podem ser executadas de pronto. Nessa hipótese é necessária a prévia ação de liquidação de sentença, com petição inicial dirigida ao juízo cível competente, bem como a citação do réu da ação de liquidação” (NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*, cit., p. 657).

³⁷⁷ASSIS, Araken de. *Cumprimento de sentença*, cit., p. 107.

³⁷⁸SANTOS, Ernane Fidelis dos. *As reformas de 2005 e 2006 do Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 25.

³⁷⁹THEODORO JÚNIOR, Humberto. *As novas reformas do Código de Processo Civil*, cit., p. 152.

³⁸⁰FRONTINI, Paulo Salvador. Arbitragem e execução da sentença arbitral: apontamentos sobre os reflexos da Lei nº 11.232/2005 no âmbito do cumprimento. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 26, n. 87, p. 85, set. 2006.

VINÍCIUS DOS SANTOS ANDRADE.³⁸¹ Todas essas abalizadas opiniões bastam para que se afaste qualquer traço de banalidade que se possa aduzir quanto à questão.

O primeiro ponto a ser considerado para evidenciar o equívoco da posição defendida pelos autores a que se aludiu acima é a natureza cognitiva da liquidação de sentença. Vale lembrar, que, muito embora a doutrina divirja bastante acerca da natureza jurídica da decisão (em sentido lato) de liquidação – estando basicamente dividida entre aqueles que sustentam sua natureza declaratória,³⁸² e os que entendem que sua natureza é constitutiva³⁸³ – há praticamente um consenso³⁸⁴ no sentido de que a fase de liquidação é processo cognitivo³⁸⁵ e se destina a resolver a parcela da crise de certeza que não foi solucionada na sentença genérica.³⁸⁶

Válida, por oportuno, menção a julgado do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual a “liquidação não se insere no processo executivo, nem é incidente deste”.³⁸⁷

Se a liquidação de sentença é atividade essencialmente cognitiva, cujo propósito é de dotar de liquidez a obrigação imposta em sentença genérica, atribuir-se competência ao Poder Judiciário para julgar parcela do mérito equivale a desconsiderar a convenção de arbitragem que, com o respaldo legal, afasta a jurisdição estatal em favor do juízo privado para o julgamento de determinada questão.

³⁸¹ ANDRADE, Marcus Vinicius dos Santos. Considerações sobre a arbitragem e o cumprimento da sentença arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 4, n. 15, p. 48. out./dez. 2007.

³⁸² Nesse sentido, CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. v. 4, p. 337, que sustenta que “a doutrina brasileira dominante entende que a liquidação tem caráter meramente declaratório”; LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Sentença e liquidação no CPC (Lei 11.232/2005), cit., p. 914.

³⁸³ ASSIS, Araken de. *Cumprimento de sentença*, cit., p. 105.

³⁸⁴ Vale, ainda, destacar o entendimento, defendido por HEITOR VITOR MOREIRA SICA, de que, partindo de distinção conceitual entre sentença líquida (meramente carecedora de determinação do *quantum debeatur*) e sentença genérica (“que recai sobre uma probabilidade de dano, o que a torna desprovida de algo a mais do que uma simples condenação já imposta”), sustenta que a liquidação por arbitramento teria natureza declaratória (pois só se declararia o quantum de uma condenação existente), mas a liquidação por artigos tem natureza condenatória, uma vez que a sentença genérica que embasa a execução não conteria, em si, a condenação, mas apenas deslocaria o momento condenatório para momento posterior, a ser realizado na fase de liquidação (SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Liquidação de sentença*, cit., p. 107).

³⁸⁵ V. nesse sentido, ASSIS, Araken de. *Cumprimento de sentença*, cit., p. 107.

³⁸⁶ Mais uma vez citando-se o entendimento de PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON, *Sentença e liquidação no CPC (Lei 11.232/2005)*, cit., p. 916 para quem “como é sabido e ressabido, na liquidação, o juiz realiza aquela função que não foi feita no processo de conhecimento até a prolação da sentença, integrando a esta o momento declaratório faltante relativo à quantificação da obrigação. Conhece-se, ao fim da liquidação, a vontade concreta do direito de atuar de forma integral.”

³⁸⁷ REsp nº 37.053-1/SP, 4ª Turma, rel. Min. Barros Monteiro, j. 20.08.1996. Daí reconhecer-se, como fizeram EDUARDO TALAMINI e FELIPE SCRIPES WLADECK, que a “liquidação da condenação não é mera formalidade acessória da execução. Não se trata de simples providência procedimental preparatória dos atos executivos” in *Liquidação da sentença arbitral*, cit., p. 147. Ainda, como bem pontuou ANTONIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, “é natural que a liquidação integre o processo de conhecimento em que foi proferida a sentença liquidanda. Nas palavras de Sylvia, a liquidação é *pars et sequela sententiae*” (CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 4, p. 339).

A menos que a convenção de arbitragem ou o pedido concretamente formulado limitem expressamente os poderes do árbitro, não permitindo que ele profira uma condenação líquida, cabe a ele proferir uma condenação completa, caracterizada pela determinação daquilo que é devido e de quanto é devido (ainda que, para tanto, se faça necessário proferir sentença parcial).

Com a devida vênia às respeitáveis opiniões indicadas acima, portanto, parece-nos que desconsideram um ponto fundamental, que jamais pode ser relevado em matéria de arbitragem: a **opção das partes** por afastar definitivamente a jurisdição estatal em favor da arbitral, com atribuição da competência ao árbitro para conhecer e julgar o mérito da controvérsia. E, como já indicado acima, não há dúvida de que a quantificação da obrigação constitui matéria relativa ao mérito da controvérsia.

Nesse sentido posicionam-se CARLOS ALBERTO CARMONA,³⁸⁸ CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO³⁸⁹, LUIZ GUILHERME MARINONI e SÉRGIO CRUZ ARENHART³⁹⁰, JOSÉ ANTONIO FICHTNER e ANDRÉ LUÍS MONTEIRO³⁹¹ e EDUARDO TALAMINI e FELIPE SCRIPES WLADECK³⁹².

Admitir a possibilidade de que o juiz seja ordinariamente competente para liquidar a sentença arbitral seria aceitar uma indevida invasão do juiz togado sobre a jurisdição que foi conferida ao árbitro, em desconsideração à opção das partes pela arbitragem. Tal invasão somente não ocorreria em caso de opção expressa das partes por conceder ao árbitro apenas os poderes para proferir sentença genérica, caso em que remanesceria com a Jurisdição Estatal a jurisdição para quantificar essa obrigação. Trata-se, contudo, de hipótese de difícil verificação prática, pois exigiria manifestação de vontade expressa das partes nesse sentido.

Na hipótese mais comum – de jurisdição integral do árbitro sobre a totalidade do objeto da lide –, é do árbitro a jurisdição para proferir a sentença arbitral, que, ao final, deve ser líquida – procedida ou não de sentença arbitral parcial genérica.

Mais que isso: o árbitro somente esgotará sua função jurisdicional na medida em que proferir julgamento definitivo sobre a questão cuja solução lhe foi confiada pelas

³⁸⁸CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 393.

³⁸⁹VALENÇA FILHO, Clávio de Melo. Sentença arbitral e juízo de execuções. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 26, n. 87, p. 41-45, set. 2006.

³⁹⁰MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Execução*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007. p. 123.

³⁹¹FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 182.

³⁹²TALAMINI, Eduardo; WLADECK, Felipe Sripes. Liquidação da sentença arbitral, cit., p. 145.

partes em litígio, sob pena de proferir sentença eivada do vício previsto no artigo 32, V, da Lei de Arbitragem.

Partindo-se da premissa adotada acima – de que a sentença ilíquida é, em regra, uma sentença parcial –, a admissão da liquidação judicial da sentença arbitral importaria no reconhecimento da regra, no mínimo exótica, de que a sentença arbitral genérica deve ser complementada por uma sentença judicial.

Não bastasse sua estranheza, tal assunção seria contrária à própria ideia e sentido da sentença parcial, que é tornar mais racional o julgamento do mérito, mediante o seu fracionamento em etapas. O árbitro foi constituído não para proferir uma sentença parcial, mas para solucionar o litígio cuja apreciação se lhe propôs. Somente então é que se encerra a sua jurisdição.

Com base nessas considerações, a interpretação correta do artigo 475-N, parágrafo único, do CPC, deve ser no sentido de que a Lei *não estabeleceu*, como regra, a competência do juiz togado para liquidar a sentença arbitral genérica, até porque, como visto, a sentença arbitral genérica, via de regra, não esgota a jurisdição do árbitro quanto à solução da controvérsia que lhe foi incumbida.

Por fim, vale também lembrar que referido dispositivo legal contém importante ressalva, determinando a competência do Poder Judiciário para liquidar ou executar sentenças proferidas fora do processo civil, “conforme o caso”. E, como se vem demonstrando, a aplicabilidade do dispositivo em questão deve restringir-se, como regra no caso da arbitragem, ao cumprimento da sentença.

Portanto, e com o perdão da repetição, a sentença parcial genérica é meramente um veículo, uma técnica destinada à solução final da controvérsia, não cabendo falar em esgotamento da jurisdição do árbitro mediante a prolação desse tipo de sentença.³⁹³ De outro lado, salvo acordo das partes nesse sentido, não se pode cogitar de liquidação judicial da sentença arbitral, pois isso caracterizaria a invasão da competência atribuída aos árbitros pelas partes.

³⁹³Ressalvadas as exceções já expostas aqui.

5.3.6. Sentença arbitral indevidamente ilíquida

Com se vem afirmando, a sentença arbitral final deve ser líquida, a menos que a convenção de arbitragem limite os poderes do tribunal arbitral para proferir sentença líquida. Contra sentença pretensamente final, mas que seja parcial ou totalmente ilíquida, cabe a oposição do pedido de esclarecimentos do artigo 30 da Lei de Arbitragem, por meio do qual o árbitro deverá completar a sentença com a liquidação dos pedidos que eventualmente tenham restado ilíquidos.

Em certos ordenamentos estrangeiros,³⁹⁴ e também regulamentos arbitrais internacionais,³⁹⁵ prevê-se a chamada sentença adicional (“additional award”), por meio da qual a parte, diante de omissão na sentença arbitral com relação a algum aspecto do mérito, requer ao árbitro a complementação da sentença por meio da prolação de uma sentença adicional. No Brasil, essa figura não existe, mas as sentenças omissas podem, e devem, ser complementadas por meio da apresentação de pedido de esclarecimentos, conforme previsto no artigo 30 da Lei de Arbitragem.

Há que se examinar, contudo, a hipótese de nada ser feito pelas partes e a sentença permanecer ilíquida. A primeira consequência é a impossibilidade de execução, por faltar à sentença o elemento de liquidez. A sentença terá de ser integrada por uma decisão que lhe confira a liquidez necessária. E essa decisão deverá ser proferida no âmbito da arbitragem, como já demonstrado até aqui.³⁹⁶

A questão é saber se isso é feito perante o mesmo tribunal arbitral ou se deverá ocorrer perante outro. CLÁVIO VALENÇA FILHO³⁹⁷ entende que a parte deverá iniciar novo procedimento, perante novos árbitros, em razão da natureza efêmera do tribunal arbitral.³⁹⁸

³⁹⁴Conforme apontam GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 778, esse mecanismo é previsto na Lei belga (art. 1708 do Código Judiciário), a Lei Modelo de Arbitragem da UNCITRAL (Art. 33 (3)), o artigo 1061 do Código de Processo Civil holandês, o art. 826 do Código de Processo Civil italiano, a Lei de Arbitragem inglesa de 1996 (sec. 57(3)(b)), o artigo 1058(1)(3) do ZPO alemão, e a Lei de Arbitragem sueca (Sec. 32).

³⁹⁵Art. 30(1) do Regulamento do ICDR (International Centre for Dispute Resolution), e o artigo 27.3 do Regulamento da LCIA (London Court of International Arbitration).

³⁹⁶TALAMINI, Eduardo; WLADECK, Felipe Sripes. *Liquidação da sentença arbitral*, cit., p. 152.

³⁹⁷VALENÇA FILHO, Clávio de Melo. *Sentença arbitral e juízo arbitral*, cit., p. 42.

³⁹⁸De fato, como assevera CARLOS ALBERTO CARMONA, “ao contrário do que ocorre com a sentença proferida pelo juiz estatal, o árbitro, ao sentenciar, esgota sua função jurisdicional. (...) Exceção feita aos embargos de declaração (*pedido de esclarecimentos*, art. 30 da Lei de Arbitragem), cujo resultado incorpora-se à sentença arbitral e passa a fazer parte dela, o laudo é efetivamente o ato que põe fim ao processo arbitral” (CARMONA, Carlos Alberto. *Ensaio sobre a sentença arbitral parcial*, cit., p. 15).

EDUARDO TALAMINI e FELIPE SCRIPES WLADECK, muito embora não descartem essa solução, indicam que nada impede que os mesmos árbitros se reúnam, a pedido de qualquer das partes ou por meio de determinação judicial, para promoverem a liquidação. Tais autores ainda acrescentam que “na medida em que foi genérica quando deveria ter sido líquida, há na sentença arbitral um problema que se enquadra na categoria de inexistência, e não da mera invalidade. É uma sentença *infra* (ou *citra*) *petita* – defeito que mais do que inexistência jurídica, constitui uma própria inexistência *material*: faltou uma parte do comando sentencial (aquela atinente à quantificação do objeto da condenação). Esse é um vício passível de ser conhecido a qualquer tempo e por qualquer meio – inclusive pelos próprios árbitros, mediante simples pedido comum das partes”.³⁹⁹ Por fim, sustentam os mesmos autores, de forma bastante razoável, que a parte pode pedir ao juiz que determine aos árbitros a complementação (liquidação) da sentença arbitral, com base nos arts. 32, V, e 33, § 2º, II, da Lei de Arbitragem.

Nossa posição é a de que, uma vez proferida a sentença e encerrado o ofício do tribunal, válida ou invalidamente, não há fundamento para se possa compelir qualquer das partes a aceitar o mesmo tribunal arbitral muito embora não haja, a priori, impedimento a que as partes venham a nomear os mesmos árbitros.

5.3.7. Hipóteses excepcionais de cabimento da liquidação judicial de sentença arbitral

ALEXANDRE FREITAS CÂMARA sustenta que o problema da liquidação judicial da sentença arbitral somente se coloca nas situações em que as partes não determinaram, de forma expressa, que a sentença arbitral terá de ser líquida.⁴⁰⁰ A experiência mostra, contudo, que essa é a maioria dos casos e que, ao contrário do que afirma o autor em questão, o Judiciário não é a via natural para a liquidação da sentença arbitral.

De modo mais consoante com o pensamento aqui exposto, EDUARDO TALAMINI e FELIPE SCRIPES WLADECK indicam algumas hipóteses, bastante excepcionais e de rara verificação prática, em que é cabível a liquidação em juízo da sentença arbitral.⁴⁰¹ A primeira hipótese de cabimento de uma eventual liquidação judicial da sentença arbitral é

³⁹⁹TALAMINI, Eduardo; WLADECK, Felipe Sripes. Liquidação da sentença arbitral, cit., p. 153.

⁴⁰⁰À minguia dessa disposição, porém, o autor posiciona-se favoravelmente à possibilidade de liquidação em juízo, com base nos artigos 475-A a 475-H, do CPC.

⁴⁰¹TALAMINI, Eduardo; WLADECK, Felipe Sripes. Liquidação da sentença arbitral, cit., p. 154 e ss.

aquela em que as partes excluem expressamente a liquidação na arbitragem. Nesse caso, se necessária a liquidação será feita em juízo.⁴⁰²

Os árbitros, nessa hipótese específica, são obrigados a proferir sentença ilíquida ou poderiam efetuar julgamento líquido?⁴⁰³ A questão, obviamente, pode ficar bastante sujeita aos termos do acordo das partes, mas, respeitado o entendimento em sentido contrário, não parece ser equivocado sustentar que os árbitros apenas estejam proibidos de proceder à liquidação de pedidos genéricos, mas que não estejam proibidos de sentenciar de forma líquida com relação aos pedidos em que isso for possível. O que seria inadmissível, nesse caso, seria desrespeitar a vontade das partes no sentido de instaurar uma indesejada fase de liquidação na arbitragem.

Outra hipótese seria o pedido expresso para que a sentença arbitral seja ilíquida.⁴⁰⁴ Nessa hipótese, EDUARDO TALAMINI e FELIPE SCRIPES WLADECK entendem que o árbitro poderia ter as seguintes condutas: (i) proferir sentença genérica, nos exatos limites do que foi pedido pelas partes, sendo que eventual liquidação teria de ser objeto de novo procedimento arbitral; (ii) proferir sentença líquida, a despeito da determinação para proferir sentença genérica, pois estariam respaldados na economia processual e na própria convenção de arbitragem – uma vez que a sentença haverá de ser, cedo ou tarde, liquidada. O risco, aqui, é justamente o de que se venha alegar possível infração à vontade manifesta das partes e aos limites da convenção de arbitragem (artigo 32, IV, da Lei de Arbitragem) e não vemos razão para que o tribunal arbitral assuma tal risco diante da opção expressa das partes por ter uma sentença ilíquida.

Por fim, há que se considerar a hipótese de que após a prolação de sentença arbitral genérica, a parte interessada proponha a liquidação perante o Poder Judiciário sem que a parte contrária se oponha. Nessa hipótese, ficaria confirmada a competência do juiz tendo em vista a abdicação das partes de sua opção pela arbitragem.

⁴⁰²V. nesse sentido, o ensinamento de CARLOS ALBERTO CARMONA, que afirma que “podem as partes determinar que o laudo arbitral seja genérico, demandando liquidação anterior à execução: embora não seja isto usual, nada impede as partes de submeterem aos árbitros a decisão do *an debeatur*, após o que submeteriam a eventual sentença condenatória (genérica) ao procedimento de liquidação da decisão arbitral, liquidação essa que terá lugar perante o juiz estatal.” (CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 394)

⁴⁰³EDUARDO TALAMINI e FELIPE SCRIPES WLADECK entendem que o árbitro estaria ferindo a convenção de arbitragem se proferir sentença líquida numa hipótese como essas, cf. TALAMINI, Eduardo; WLADECK, Felipe Sripes. *Liquidação da sentença arbitral*, cit., p. 150.

⁴⁰⁴TALAMINI, Eduardo; WLADECK, Felipe Sripes. *Liquidação da sentença arbitral*, cit., p. 154.

5.4. Conclusão

Com apoio nos fundamentos teóricos que pavimentam o caminho para a decisão de parcelar ou não o procedimento (Capítulo 4), procuramos demonstrar que há um importante campo prático para a aplicação das sentenças parciais, de sorte a permitir a identificação de algumas situações mais recorrentes em que são proferidas sentenças parciais (Capítulo 5).

Há diversos problemas que podem ser solucionados eficientemente por meio do emprego de sentenças parciais, como, por exemplo, o parcelamento do procedimento em duas fases, ante a identificação de que a produção de determinada prova pericial muito custosa somente faria sentido na hipótese de o pedido ser julgado procedente. A quantidade de questões práticas que poderão surgir, contudo, certamente não é e não será restrita aos poucos exemplos de sentenças parciais aqui listados. Cremos, contudo, que tais exemplos já são capazes de demonstrar a concretude do tema e nos permitem dar o próximo passo, rumo ao estudo dos casos de execução e invalidação de sentenças parciais.

6. EXECUÇÃO E INVALIDAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL PARCIAL

6.1. Sentença arbitral parcial e coisa julgada

Salvo raras exceções,⁴⁰⁵ a doutrina nacional é amplamente favorável ao entendimento de que a sentença arbitral transita em julgado.⁴⁰⁶ Tendo em vista o caráter jurisdicional da arbitragem e a equiparação da sentença arbitral e judicial (art. 18 da Lei de Arbitragem), entendemos que, por força de coisa julgada, os efeitos da sentença arbitral tornam-se indiscutíveis e imutáveis após expirado o prazo legal decadencial de 90 dias para a impugnação da sentença arbitral.

⁴⁰⁵ ALEXANDRE FREITAS CÂMARA, entende que não pode haver coisa julgada, uma vez que se trata de fenômeno típico da jurisdição e que, como o árbitro não exerceria jurisdição, o problema não existe. A despeito disso, contudo, o autor reconhece na arbitragem certo grau de estabilidade das decisões e que o laudo arbitral (o autor rejeita a denominação sentença arbitral) é imune a discussões posteriores (até porque não faria qualquer sentido sistemático a possibilidade de que houvesse rediscussão de toda a matéria de mérito), mas que tal decisão não está acobertada pela autoridade de coisa julgada material (CÂMARA, Alexandre Freitas. *Arbitragem*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1997. p. 128). V. também FERNANDES, Marcus Vinicius Tenorio da Costa, *Anulação da Sentença Arbitral*, São Paulo, Atlas, 2007, (Coleção Atlas de Processo Civil / coord. Carlos Alberto Carmona), p. 51. RICARDO RANZOLIN é outro autor que opina pela inexistência de coisa julgada na arbitragem. Tal autor, porém afirma que “O magistrado estatal não está, pela simples existência da decisão arbitral, proibido de julgar novamente o que já foi julgado na via arbitral, pois a imutabilidade da sentença arbitral não tem tal propriedade.” E prossegue: “As consequências do fato de o magistrado estatal não poder extinguir a ação de ofício quando já houver decisão arbitral anterior sobre a mesma lide são de tal ordem que, se o réu não invocar tempestivamente a exceção de convenção arbitral, o juiz estatal não só não poderá extinguir a ação como estará obrigado a julgar a lide de novo. Haverá, de forma válida, um processo judicial a tratar da mesma questão decidida na via arbitral, com sentença que vai julgar, de forma também válida, a mesma questão” (RANZOLIN, Ricardo. *Controle judicial da arbitragem*. São Paulo: Ed. GZ, 2011. p. 171-172). Discordamos inteiramente desse raciocínio, que, além de desconsiderar a natureza jurisdicional da arbitragem, contém uma lógica de difícil sustentação, pois enaltece o valor da convenção de arbitragem como capaz de afastar a jurisdição estatal, mas deixa de considerar o fato de que a opção pela arbitragem já se consumou em momento anterior, por meio de um processo que culminou na sentença arbitral, provimento de caráter particular e definitivo acerca de determinada situação em concreto, sobre a qual incidiu um provimento jurisdicional que faz lei entre as partes. Por tais razões, não há como aceder à opinião de referido autor. Por fim, vale mencionar, no plano internacional, o posicionamento de Gerard J. Sanders, no sentido de afastar a caracterização da preclusão, na arbitragem (SANDERS, Gerard J. *Rethinking arbitral preclusion*. *Law and Policy in International Business*, n. 24, 101-121, 1992).

⁴⁰⁶ Nesse sentido, exemplificativamente, destacamos CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 393; CARREIRA ALVIM, José Eduardo. *Direito arbitral*, cit., p. 377; MARTINS, Pedro Antonio Batista; LEMES, Selma Maria Ferreira; CARMONA, Carlos Alberto (Coords.). *Aspectos fundamentais da lei de arbitragem*. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 404; PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, cit., p. 303; ALVES, Rafael Francisco. *Inadmissibilidade das medidas antiarbitragem no direito brasileiro*, cit., p. 164; LEMES, Selma Ferreira. A sentença arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 26-33, jan./mar. 2005.

Mais especificamente em relação à sentença arbitral parcial, a doutrina também tem dado o mesmo tratamento, de sorte que sentenças parciais de natureza *definitiva*⁴⁰⁷ retem protegidas pela imutabilidade.⁴⁰⁸ Posicionamento semelhante é, ainda, verificado na doutrina estrangeira.⁴⁰⁹

Não é a possibilidade ou impossibilidade de a sentença arbitral ser impugnada que lhe confere a característica de transitar em julgado. É, na verdade, o simples fato de se caracterizar como uma sentença. E, produzindo efeitos de caráter definitivo, tem tais efeitos protegidos pelo manto da coisa julgada. O mesmo acontece com a sentença parcial.

Por isso, não comungamos do posicionamento de CARLOS NEHRING, que, a despeito de afirmar ser pessoalmente favorável a que os efeitos da sentença parcial sejam sujeitos à coisa julgada da mesma forma que a sentença final, sustenta que isso não seria possível em razão da atual configuração de nossa Lei de Arbitragem, especialmente no que se refere ao arranjo da ação anulatória e dos embargos do devedor.⁴¹⁰

Assim, uma sentença final que contrarie matéria decidida em sentença parcial, anteriormente proferida, estará infringindo coisa julgada.⁴¹¹ Se estamos tratando aqui de uma decisão que tenha o efeito de *definir a causa*, então verdadeiramente não pode haver dúvida de que a sentença arbitral parcial transita em julgado. Destarte, cumpre examinar os efeitos que podem daí decorrer, essencialmente no que diz respeito ao sistema legal de execução e impugnação judicial da sentença arbitral.

6.2. Execução da sentença arbitral parcial

A execução da sentença arbitral parcial deve se processar da mesma forma e segundo o mesmo rito aplicável às sentenças finais. A despeito da inexistência de dispositivos legais tratando da matéria, cabem aqui as mesmas referências realizadas

⁴⁰⁷Em oposição a decisões *terminativas*.

⁴⁰⁸Nesse sentido, também exemplificativamente, ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 297; FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 162; MARTINS, Pedro Antonio Batista. A arbitragem e o mito da sentença parcial, cit., p. 282.

⁴⁰⁹FILIP DE LY e AUDLEY SHEPPARD fazem um apanhado de diversas legislações européias nesse sentido, tanto na tradição de Civil Law como de Common Law (LY, Filip de; SHEPPARD, Audley. ILA Interim Report on *Res Judicata* and Arbitration, cit., p. 53-62). V. ainda, SUTTON, D.; GILL, J, *Russell on arbitration*. 22. ed. London: Sweet & Maxwell, 2003. p. 285; PINNA, Andrea. L'annulation d'une sentence arbitrale partielle, cit., p. 618.

⁴¹⁰NEHRING NETTO, Carlos. Sentenças parciais, cit., p. 25.

⁴¹¹Nesse sentido, como vem sustentando a doutrina francesa, tal sentença atentaria contra a ordem pública, cf. PINNA, Andrea. L'annulation d'une sentence arbitrale partielle, cit., p. 618.

anteriormente no que diz respeito à aplicação do mesmo regime legal destinado às sentenças finais.

Vale frisar, por oportuno, que não se trata, de forma alguma, de execução provisória, mas definitiva, uma vez que há trânsito em julgado.

Dessa maneira, o devedor também disporá da via da impugnação ao cumprimento da sentença arbitral, nos mesmos prazos e formas que seriam aplicáveis à sentença final. Sabe-se, nesse sentido, que o devedor tanto pode se opor à validade da sentença arbitral, se tiver algum fundamento dentre aqueles indicados no art. 32 da Lei de Arbitragem, como pode também resistir à execução – como no caso de penhora ilegítima ou de excesso de execução.

Em relação àquilo que for pertinente às matérias do art. 32 da Lei de Arbitragem, trataremos no capítulo seguinte deste trabalho.

6.3. Invalidação da sentença arbitral parcial

6.3.1. Nota introdutória: breve remissão ao regime de invalidação das sentenças arbitrais

Antes de tratar do tema sob o enfoque da sentença arbitral parcial, cabem algumas considerações direcionadas à anulação da sentença arbitral em geral. A regra de ouro a respeito dessa questão é a de que não cabe ao Poder Judiciário adentrar o mérito da decisão do árbitro. Não existe, em nosso sistema, salvo disposição em contrário das partes, “apelação” ao Poder Judiciário contra a sentença arbitral.

Nesse sentido, CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO esclarece que “no sistema brasileiro as decisões arbitrais jamais se sujeitam ao controle jurisdicional estatal no que se refere à substância do julgamento, ou seja, ao *meritum causae* e possíveis *errores in iudicando*; não comportam censura no tocante ao modo como apreciam fatos e provas, ou quanto à interpretação do direito material ou aos pormenores de sua motivação. A definitividade dos pronunciamentos dos árbitros é efeito do livre exercício da autonomia da vontade pelos litigantes, manifestada quando optam por esse meio alternativo. Essa singela e óbvia

constatação vale como reflexão destinada a advertir contra os exageros em provocar o controle judicial das sentenças arbitrais”.⁴¹²

Há, porém, duas formas legais de resistência da parte à sentença. A primeira é a ação de anulação da sentença arbitral, cujas hipóteses de cabimento estão previstas no artigo 32 da Lei de Arbitragem, e a segunda é a impugnação ao cumprimento da sentença arbitral, em que, além das matérias do artigo 32, podem ser também alegadas as defesas previstas no artigo 475-L do CPC.⁴¹³

Tanto uma como outra medida têm conteúdo equiparável àquilo que pode ser objeto de juízo rescindente, mas em nenhuma hipótese haverá juízo rescisório, eis que a anulação da sentença arbitral não confere ao juiz togado o poder-dever de proferir nova sentença no lugar daquela anulada.⁴¹⁴ A menos que a anulação atinja também a convenção de arbitragem, prevalecerá a opção em favor da arbitragem em caso de nova demanda.

Nesse sentido, o prazo de 90 dias estabelecido pelo artigo 33, §1º, da Lei de Arbitragem é um fator determinante para a postura do devedor, pois somente dentro desse prazo, que é decadencial,⁴¹⁵ o devedor poderá arguir as matérias previstas no artigo 32 da Lei, seja nos autos da ação de execução da sentença arbitral, seja autonomamente, por meio de ação anulatória. Ultrapassado tal prazo, só cabe ao devedor alegar as matérias de defesa indicadas no artigo 475-L do CPC, por ocasião da intervenção judicial para efetuar o cumprimento forçado da sentença arbitral.

À luz desse breve quadro geral, procuraremos aduzir algumas considerações mais específicas no que diz respeito ao tema da invalidação judicial da *sentença arbitral parcial* especificamente.

A questão essencial é identificar se a sentença parcial pode, ou não, ser objeto de uma ação anulatória, nos termos do art. 33 da Lei de Arbitragem, ou se, ao revés, deveria seguir o regime aplicável às decisões interlocutórias, que não são impugnáveis

⁴¹²DINAMARCO, Cândido Rangel. *Nova era do processo civil*. São Paulo: Malheiros Ed., 2003. p. 33.

⁴¹³CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 430.

⁴¹⁴Cf. YARSHELL, Flávio Luiz. Caráter subsidiário da ação anulatória de sentença arbitral. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, v. 207, maio 2012.

⁴¹⁵No sentido de considerar como decadencial o prazo cite-se, exemplificativamente, MARTINS, Pedro Antonio Batista. *Apontamentos sobre a lei de arbitragem*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 331 e CÂMARA, Alexandre Freitas. *Arbitragem*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009. p. 138. V. ainda, TJSP, no caso CAO A v. Renault. Ap c/ Rev 985.413-0/1, 25ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Antônio Benedito Ribeiro Pinto, j. 20.6.2006. V. ainda, LEMES, Selma Ferreira. Sentença Arbitral Estrangeira e Sentença Parcial. Comentários ao Acórdão do TJESP - 25ª Câmara – Seção de Direito Privado. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, ano 3, n. 11, p. 226-230, out./dez. 2006.

judicialmente senão em sede de anulação da sentença final quando presentes algumas das hipóteses previstas no art. 32 da Lei de Arbitragem.

Se, como visto acima, a inexistência de previsão legal expressa da sentença parcial não prejudica a sua validade, da mesma forma, a ausência de regras sobre a impugnação desse tipo de sentença não é fundamento para que se rejeite sua admissibilidade.⁴¹⁶ Há que se encontrar no ordenamento jurídico vigente uma forma de disciplinar a questão.⁴¹⁷

Sentenças parciais, como vimos defendendo, são verdadeiras e típicas sentenças. Não diferem das sentenças finais senão em razão de sua extensão, eis que, ao contrário destas, não decidem o mérito em sua inteireza. Devem, via de consequência, sujeitar-se ao mesmo sistema de impugnação aplicável às sentenças finais.

Nesse sentido, já se podem identificar, no Poder Judiciário nacional, alguns poucos casos de ações anulatórias propostas contra sentenças parciais,⁴¹⁸ mas ainda com escassa discussão do tema da sentença parcial propriamente dito.⁴¹⁹ A tendência, contudo, é que a discussão cresça cada vez mais, a exemplo do que ocorre em jurisdições nas quais a arbitragem já é mais tradicional, como a França⁴²⁰ e os Estados Unidos.⁴²¹

A grande escassez de julgados sobre a matéria reforça o papel da doutrina e a necessidade de investigação mais aprofundada das particularidades relacionadas à

⁴¹⁶FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. Sentença parcial e cumprimento da sentença. Anotações em torno da Lei 11.232/2005, cit., p. 39.

⁴¹⁷CARLOS ALBERTO CARMONA trata da necessidade de se acomodar algumas situações com os termos de nossa legislação, especialmente no que diz respeito ao sistema de impugnações e aos prazos previstos na lei de arbitragem, especialmente para proferir sentença (CARMONA, Carlos Alberto. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial, cit., p. 19).

⁴¹⁸A título meramente exemplificativo, cite-se os casos *Renault v. Cacao*, TJ/SP, Apelação n. 985413-0/1, Rel. Des. Antônio Benedito Ribeiro Pinto, j. 20.6.2006; *Caso Bradespar v. Litel e Elétron*, Processo n. 0093502-39.2011.8.19.0001, 7a. Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro; *Caso Metrô SP v. Consórcio Via Amarela*, Processo n. 583.00.2010.177130-3, 9a. Vara Cível da Comarca de São Paulo. Sobre esse último, v. os comentários de CARLO DE LIMA VERONA e FLÁVIO SPACCAQUERCHE BARBOSA, in *Sentença parcial. Mandado de segurança. Interferência do Poder Judiciário na instrução do procedimento arbitral* [jurisprudência]. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, n. 27, jul./set. 2011 e de ARNOLDO WALD (Descabimento do mandado de segurança contra decisão do tribunal arbitral: comentários ao AgIn 990.10.284191-0. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 7, n. 26, p. 255-264, jul./set. 2010).

⁴¹⁹Como exemplo de início de discussão a respeito do assunto, cite-se o Caso *Renault v. Cacao*.

⁴²⁰Exemplificativamente, Cass. civ. 2e, 18 de maio de 1989, *Revue de l'arbitrage*, 1990, p. 903, comentários de B. Moreau; Paris, 1re Ch. C, 28 maio de 1993, *Revue de l'arbitrage*, 1993, p. 664, comentários de D. Bureau; Paris, 1re Ch. C, 25 de março de 1994, *Revue de l'arbitrage*, 1994, p.391, comentários de Ch. Jarrosson; Paris, 1re Ch. C, 22 de maio de 2003, *Revue de l'arbitrage*, 2003, p.1252, comentários de F.-X. Train; e Paris, 1re Ch. C, 18 de novembro de 2004, *Revue de l'arbitrage*, 2006, p.755, comentários de P. Duprey.

⁴²¹Por exemplo, *Trade & Transport, Inc. v. Natural Petroleum Charterers, Inc.*, 931 F.2d 191, 195 (2d Cir. 1991); *Legion Ins. Co. v. VCW, Inc.*, 198 F.3d 718 (8th Cir. 1999); *Publicis Communication v. True North Communications Inc.*, 206 F.3d 725, 730 (7th Cir. 2000); *Hart Surgical Inc. v. UltraCision Inc.*, 244 F.3d 231 (1st Cir. 2001).

invalidação das sentenças arbitrais parciais. As questões são diversas, a começar pelo prazo, tendo em vista que a Lei de Arbitragem (artigo 33, §1º) prevê prazo decadencial de 90 dias para que a parte interessada venha a pleitear em juízo a invalidação da sentença arbitral. Há, ainda, questões relacionadas aos efeitos e consequências que podem ser gerados em razão da impugnação da(s) sentença(s) parcial(ais) e da sentença final. Procuraremos abordar esses temas a seguir.

6.3.2. O prazo para propor ação anulatória de sentença arbitral parcial

A falta de uma previsão específica na Lei de Arbitragem a respeito da figura da sentença parcial acaba ensejando certa dúvida sobre o termo inicial do prazo decadencial de 90 dias para a impugnação desse tipo de sentença.

A doutrina nacional já começa a se posicionar a respeito do tema, fortalecendo o entendimento de que o prazo para anulação em juízo tem curso individual para cada sentença parcial, da mesma forma com que ocorre com a sentença final. Nesse sentido, CARLOS ALBERTO CARMONA,⁴²² DONALDO ARMELIN,⁴²³ PEDRO A. BATISTA MARTINS⁴²⁴ e outros,⁴²⁵ sustentam que o prazo corre imediatamente, assim como deve ocorrer no caso da sentença final.

Esse problema, vale lembrar, não existe só no Brasil. Nota-se, também na doutrina estrangeira, o mesmo tipo de preocupação com a questão do prazo para a propositura da ação anulatória contra sentença parcial, mormente em ordenamentos que, como o brasileiro, são omissos sobre esse ponto.⁴²⁶ A impugnação individual e imediata da sentença parcial prevalece em alguns ordenamentos, tais como os ordenamentos holandês,⁴²⁷ italiano,⁴²⁸

⁴²²CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 431. Embora o autor não faça a afirmação expressa dessa teoria, parece indicar que o prazo corre na forma do artigo 33 da Lei de Arbitragem, como ocorreria com uma sentença final que houvesse julgado globalmente todos os pedidos.

⁴²³ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 298.

⁴²⁴MARTINS, Pedro Antonio Batista. A arbitragem e o mito da sentença parcial, cit., p. 274.

⁴²⁵AMBRIZZI, Tiago Ravazi. Reflexões sobre o controle judicial da sentença arbitral, cit., p. 208; BARBOSA, Flávio Spaccaquerche. A sentença arbitral parcial e o seu controle judicial, cit., p. 114; FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem, cit., p. 176; e MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 349.

⁴²⁶Em direito francês, por exemplo, v. RACINE, Jean-Baptiste. La sentence d'incompétence, cit., p. 775-777.

⁴²⁷BEND, Bommel van der; LEIJTEN, Marnix; YNZONIDES, Marc (Eds.). *A Guide to the NAI Arbitration Rule: including a commentary on Dutch Arbitration Law*, cit., p. 278.

⁴²⁸Art. 827 do Código de Processo Civil italiano. Vale destacar, no entanto, posicionamento anterior em contrário apontado por MAURO RUBINO-SAMMARTANO, que cita jurisprudência daquele país, no sentido de vedar a possibilidade de impugnação imediata, em separado, da sentença parcial (RUBINO-SAMMARTANO, Mauro. *International arbitration law*. The Netherlands: Kluwer Law International, 1989, p. 408-409).

e peruano,⁴²⁹ assim como parece ser a posição predominante no âmbito da arbitragem internacional.⁴³⁰ No sentido contrário, vale a menção a respeitável posição nos direitos alemão⁴³¹ e suíço,⁴³² no sentido de que se deva aguardar a conclusão do procedimento arbitral para a impugnação de determinadas modalidades de sentenças parciais.

Todavia, nesse caso, a doutrina majoritária parece acertada, pois a sentença arbitral parcial deve ser em tudo equiparada à sentença final. Também reforça essa conclusão o argumento de que a cumulação de demandas é feita meramente por uma razão de ordem prática, tanto que as mesmas partes poderiam, se quisessem, ter, para cada demanda, um procedimento separado, perante os mesmos árbitros. Nessa hipótese teríamos arbitragens autônomas e sentenças independentes entre si, que estariam sujeitas a prazos que correriam independentemente em cada caso.⁴³³

Os problemas práticos – notadamente a possibilidade de suspensão do procedimento arbitral e da execução da sentença parcial por liminares – devem ser lidados de forma igualmente prática e tópica, com o mesmo cuidado que se tem para, somente em casos realmente excepcionais, conferir-se efeito suspensivo a ações anulatórias. Voltaremos a esse ponto mais à frente.

Ainda assim, contudo, cabe examinar os possíveis argumentos que se poderiam levantar em sentido contrário ao posicionamento que vimos sustentando. Parece-nos que o argumento mais interessante seria fundado na Súmula 401 do STJ, segundo a qual “o prazo

⁴²⁹MOLERO RENTERÍA, Alberto; PÉREZ-ROSAS PONS, Juan José. *¿Lo anulamos o no lo anulamos?* Reflexiones acerca de la anulación de un laudo parcial, cit.

⁴³⁰GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*, cit., p. 759; no mesmo sentido LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖLL, Stefan M. *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 633-636.

⁴³¹BÖCKSTIEGEL, Karl-Heinz; KRÖLL, Stefan Michael; NACIMIENTO, Patricia (Eds.). *Arbitration in Germany: the model law in practice*, cit., p. 450, muito embora o autor reconheça que a questão é controvertida.

⁴³²GABRIELLE KAUFMANN-KOHLER e BLAISE STUCKI entendem que o momento de impugnação da sentença parcial é imediato, caso haja algum tipo de questão envolvendo a constituição do Tribunal (art. 190(3) do PILA (Swiss Private International Law Act). Em qualquer outro caso, deve-se aguardar até que uma sentença final seja proferida (KAUFMANN-KOHLER, Gabrielle; STUCKI, Blaise. *International arbitration in Switzerland: a handbook for practitioners*, cit., p. 87). Essa posição, contudo, é bastante controvertida, valendo menção a acórdão do Tribunal Federal Suíço no sentido de que sentenças finais, sentenças parciais *strictu sensu* e as sentenças relativas ao art. 190(3) do PILA são sujeitas de imediato ao ataque da ação anulatória. V. A. B.V. v. B., Bundesgericht, I. Zivilabteilung, 4P.117/2004 (ATF 130 III 755), 6 October 2004, ASA Bulletin, (Kluwer Law International 2005 Volume 23 Issue 2) p. 297. V. ainda, KOCH, Christopher. The limits of arbitrators' powers to adjudicate fees and expenses. *Arbitration International*, Kluwer Law International, v. 27, n. 2, p. 236, 2011 e POUDRET, Jean-François. La recevabilité du recours au Tribunal Fédéral contre une sentence partielle. *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, v. 8, n. 3, p. 237-243, 1990.

⁴³³A hipótese é levantada em MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*, cit., p. 349.

decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial”.⁴³⁴

Essa súmula decorre de tradicional jurisprudência contrária à multiplicidade de ações rescisórias num mesmo processo. A base de tal raciocínio é a caracterização da coisa julgada material somente com o último julgamento, aquele que provoca a extinção do processo,⁴³⁵ mesmo que o mérito venha a ser decidido em momentos diferentes ao longo da marcha procedimental.⁴³⁶ Ausente o trânsito em julgado, fica excluída a via da rescisória.

Outro argumento a ser analisado, específico para as sentenças relacionadas à jurisdição do tribunal arbitral, é no sentido de que o artigo 20, §2º, da Lei de Arbitragem, somente permitiria que as decisões do tribunal relacionadas à sua própria competência fossem discutidas judicialmente depois de findo o processo arbitral, justamente para evitar todo tipo de turbacão que pudesse ser causada pela interferência do Judiciário no curso do procedimento. A ideia por trás dessa disposição seria evitar a existência de impugnações incidentais capazes de afetar a estabilidade da arbitragem em curso e a própria credibilidade do instituto.

Não concordamos com nenhum desses argumentos esposados nos dois últimos parágrafos. Em primeiro lugar, o posicionamento do STJ na Súmula 401 – que muito mais tem a ver com uma questão de política judiciária – é questionável.

Esse posicionamento parece não estar em consonância com a atual configuração do sistema processual após o advento da Lei nº 11.232/05,⁴³⁷ que, dentre outras coisas, buscou alterar o conceito de sentença. Mesmo que essa alteração não seja imune a críticas – e, de

⁴³⁴ Súmula 401, Corte Especial do STJ, DJe 13/10/2009.

⁴³⁵ “Sendo a ação una e indivisível, não há que se falar em fracionamento da sentença/acórdão, o que afasta a possibilidade do seu trânsito em julgado parcial. Consoante o disposto no art. 495 do CPC, o direito de propor a ação rescisória se extingue após o decurso de dois anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida na causa”. (REsp 404777/DF, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, j. 21/11/2002, DJ 09/06/2003, p. 214). No mesmo sentido, AgRg na AR 3799/RN, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, j. 27/08/2008, DJe 19/09/2008 e EREsp 404.777/DF, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU 11.04.2005.

⁴³⁶ Sustentando argumentos também nessa linha, mencione-se TEIXEIRA, Guilherme Puchalski. Sentenças objetivamente complexas: impossibilidade do trânsito em julgado parcial. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 162, p. 228, ago. 2008.

⁴³⁷ V. nesse sentido, o entendimento de JEAN CARLOS DIAS acerca das alterações trazidas pela Lei 11.232/05. De acordo com o autor “as questões de mérito passaram a poder ser decididas sem que necessariamente haja o julgamento do processo”. A adoção dessa técnica “não somente abre espaço para a possibilidade de solução intercorrente delas [das questões de mérito] como claramente inviabiliza a credibilidade extrema que se pretenderia conferir à teoria da unicidade da sentença”. (DIAS, Jean Carlos. A configuração da coisa julgada parcial e suas repercussões processuais no âmbito do cumprimento das sentenças. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 31, n. 135, p. 267, maio 2006).

fato, o Legislador não foi capaz de definir precisamente o conceito de sentença –, muitos vêm entendendo que as portas do sistema processual para a divisibilidade da sentença.⁴³⁸

Além disso, o precedente do STJ não leva em consideração o respaldo que a teoria dos capítulos de sentença tem no sistema processual brasileiro, mesmo entre aqueles que não aceitam a cisão do julgamento de mérito.⁴³⁹ Isso porque é patente a possibilidade de que os diferentes capítulos da sentença se tornem definitivos em diferentes momentos, tendo em vista, por exemplo, a disposição do artigo 505 do CPC.

Pareceria natural reconhecer, nesses casos, a formação gradual da coisa julgada.⁴⁴⁰ A posição do STJ, no entanto, é a de entender que o que ocorre é a preclusão máxima, ou coisa julgada formal. Também com isso não se pode concordar, pois é evidente a incoerência do posicionamento do STJ ao entender que o trânsito em julgado material somente ocorreria com o trânsito em julgado da última decisão do último recurso, como bem demonstrou JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA.⁴⁴¹

⁴³⁸Cf. entre outros, WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004. p. 29; BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*, cit., v. 1, p. 7.

⁴³⁹DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 508-509.

⁴⁴⁰Para ATHOS GUSMÃO CARNEIRO “a coisa julgada poderá formar-se em determinado momento para um dos capítulos da *res in iudicium*, em momento diferente para outro capítulo. Assim não haverá unidade de dies a quopara o biênio do ajuizamento de eventual demanda rescisória (CARNEIRO, Athos Gusmão. *Ação rescisória, biênio decadencial e recurso parcial*. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 22, n. 88, p. 228, out./dez. 1997. Mencione-se, ainda o entendimento de JEAN CARLOS DIAS, tratando do recurso como prolongamento do exercício do direito de ação. De acordo com o autor, “quando a parte prejudicada se furta de recorrer dos pontos que lhes foram desfavoráveis na decisão judicial, exerce o princípio dispositivo resultando na estabilização daqueles aspectos”. Este é o efeito da aquiescência, que é de tornar “processualmente impossível a revisão daqueles pontos não impugnados, impedindo, assim, o juízo revisor de examinar a parte da decisão não questionada pelos instrumentos recursais”. A aquiescência, ademais, é uma modalidade de preclusão lógica, pois trata-se de efetiva renúncia ao direito de submeter a decisão ao reexame recursal (DIAS, Jean Carlos. *A configuração da coisa julgada parcial e suas repercussões processuais no âmbito do cumprimento das sentenças*, cit., p. 267). Por fim, BEBBER, Julio Cesar, *Recurso parcial e formação gradual da coisa julgada sob o enfoque dos capítulos de sentença*. *Revista de Direito do Trabalho*, ano 35, n. 134, p. 134-150, abr./jun. 2009.

⁴⁴¹“Note-se desde já que o argumento, assim formulado, leva à conclusão inevitável de que tampouco seria possível tentar rescindir qualquer delas após o encerramento do processo. Não se concebe logicamente que este tenha a virtude de converter em coisa julgada material a preclusão ou a coisa julgada formal a que se haja sujeitado alguma sentença anterior. Só da última é que se poderia cogitar aí. Significa isso que, em eventual ação rescisória, apenas seria possível tentar desconstituir a última sentença, assegurada a subsistência de todas as outras pelo fato de não satisfazerem os requisitos do art. 485 do CPC” (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Sentença objetivamente complexa, trânsito em julgado e rescindibilidade*. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 31, n. 141, p. 12, nov. 2006).

De fato, não se pode admitir que um acórdão que nada decidiu sobre determinado pedido, já julgado anteriormente, possa ter o condão de conferir a esse julgamento anterior o *status* de coisa julgada.⁴⁴²

Para esgrimir qualquer dúvida, FLÁVIO LUIZ YARSHELL, em sua clássica obra sobre o assunto, lembra que “partindo-se da premissa de que o julgamento de mérito é passível de decomposição em capítulos, e considerando que esses capítulos guardem autonomia entre si, é perfeitamente possível admitir a propositura de ação rescisória ainda na pendência da relação processual em que originalmente editada a decisão rescindenda. A preclusão desta, portanto, não coincide necessariamente com a extinção do processo em que editada”.⁴⁴³

Some-se aos argumentos acima o fato de que as bases do posicionamento do STJ, indicado na Súmula 401, são claramente inaplicáveis ao processo arbitral. Percebe-se, no posicionamento adotado pelo STJ, a rejeição à possibilidade de cisão do julgamento em momentos distintos.⁴⁴⁴ Já se demonstrou, porém, o perfeito cabimento da sentença parcial no processo arbitral.

A única diferença da sentença arbitral parcial para a sentença dada ao final do processo é a de que ela é menos ampla em extensão – deixando parte dos pedidos para serem decididos em momento posterior. Com relação à matéria decidida, porém, a sentença parcial tem profundidade de cognição exauriente. A sentença arbitral parcial é, em todos os seus elementos, sentença arbitral e assim deve ser tratada, inclusive com relação à fluência do prazo para anulação.

A possibilidade de existência de mais de uma ação anulatória relativa ao mesmo processo arbitral não nos parece argumento capaz de levar à interpretação de que o prazo para a ação anulatória deva ficar sobrestado até que seja proferida sentença com relação ao restante dos pedidos.⁴⁴⁵ A um, pois, logo de início, trata-se de um argumento de

⁴⁴²V. nesse sentido, AZEVEDO, Ana Paula Schöriza Bueno de. *Capítulos da sentença: como o STJ tem se posicionado sobre o termo inicial para a contagem do prazo da ação rescisória?* *Revista de Processo*, São Paulo, v. 34, n. 176, p. 207, out. 2009.

⁴⁴³YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória: juízos rescindente e rescisório*. São Paulo: Malheiros Ed., 2005. p. 132.

⁴⁴⁴“(…) sendo a ação una e indivisível, não há que se falar em fracionamento da sentença/acórdão, o que afasta a possibilidade do seu trânsito em julgado parcial” (REsp 404777/DF, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, j. 21/11/2002, DJ 09/06/2003, p. 214).

⁴⁴⁵Como reforço, vale lembrar que no direito norte-americano o requisito para que se possa pleitear a sua anulação é tão somente o de que a sentença arbitral parcial seja final com relação a matéria decidida. V. nesse sentido, DI CIO, Cecilia M. *Dealing with mistakes contained in arbitral awards*, cit., p. 131 e nota 42 (“While the doctrine generally applies to final awards, it has been extended to encompass partial awards

conveniência, e não de legalidade da fluência do prazo para invalidação da sentença parcial. Mas, para além disso, esse tipo de interpretação, cuja suposta justificativa seria a de evitar entraves à efetividade da arbitragem é, por si só, um retrocesso e causa geradora de insegurança. Basta constatar que, numa situação como essas, a estabilidade da sentença parcial estaria vinculada a um termo que a Lei não estabeleceu. Ademais, não é difícil imaginar o problema que se causaria ao próprio devedor em eventual execução, já que, ao menos aparentemente, ele estaria impedido de suscitar quaisquer matérias relativas ao artigo 32 da Lei de Arbitragem, na medida em que tais questões somente poderiam vir a ser levantadas quando da prolação da última sentença.

Reconhecer que a parte interessada tem o ônus (imperativo do próprio interesse)⁴⁴⁶ de impugnar a sentença parcial no prazo de 90 dias não significa estabelecer um estímulo a que isso ocorra ou, ainda, um desestímulo à sentença parcial. Pelo contrário: seria desestimulante à sentença parcial – principalmente à sua execução – se a parte tivesse que aguardar o decurso de prazo para a impugnação da sentença final para ter a certeza de que a sentença parcial proferida meses (ou anos!) antes estaria finalmente estabilizada.

É preciso interpretar a Lei de Arbitragem com um mínimo de razoabilidade para se entender que, admitida a ideia de que o julgamento pode ser cindido em momentos diferentes do procedimento, há que se aceitar também a possibilidade de existir mais de uma ação anulatória.

Ainda que se pudesse reconhecer a possibilidade de que o ajuizamento da ação anulatória viesse acompanhado da prolação de decisão liminar determinando o sobrestamento da arbitragem – ponto que será abordado mais adiante –, não se pode, por conta disso, desnaturar a figura da sentença parcial para sustentar, a nosso ver equivocadamente, a suspensão do prazo para a propositura de ação anulatória.

Se eventuais efeitos da ação anulatória sobre o procedimento podem vir a ser entendidos como um problema para a efetividade da arbitragem, são tais efeitos que se

that are final as to a particular issue, even if other issues remain to be decided”. Trad. livre: Embora a doutrina geralmente aplicar-se a sentenças finais, ela foi estendida para incluir sentenças parciais que são finais com relação a uma questão particular, mesmo se outras questões permaneçam pendentes de decisão). V. também o caso *Trade & Transport, Inc. v. Natural Petroleum Charterers, Inc.*, 931 F.2d 191, 195 (2d Cir. 1991), em que se estabeleceu que “if the parties have asked the arbitrators to make a final partial award as to a particular issue and the arbitrators have done so, the arbitrators have no further authority, absent agreement by the parties, to redetermine that issue”. (Trad. livre: se as partes requereram aos árbitros a prolação de uma sentença parcial “final” com relação a uma questão específica e os árbitros o fizeram, eles não têm mais autoridade, sem consentimento das partes, para reapreciar tal questão).

⁴⁴⁶Clássica definição de JAMES GOLDSCHMIDT, *apud* DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, cit., v. 2, p. 209.

deve evitar e não a ação anulatória propriamente dita. A admissão da ação anulatória é corolário lógico do reconhecimento da figura da sentença arbitral parcial. Ademais, impedir o imediato ajuizamento da ação anulatória equivaleria a negar ao devedor a possibilidade de se insurgir contra provimento potencialmente ilegal cujos efeitos já estariam atingindo de forma imediata a esfera de direitos do devedor. Nesse caso, o devedor estaria amparado inclusive pela garantia de acesso ao Poder Judiciário, inscrita no art. 5º, XXXV, da Constituição.

Portanto, há que se concluir que a interpretação mais adequada ao texto da Lei de Arbitragem é a de que a disposição do artigo 33, §1º, da Lei de Arbitragem, aplica-se também às sentenças parciais, de modo que cada sentença parcial pode ser impugnada por uma ação anulatória, no prazo de 90 dias após o recebimento da notificação da sentença arbitral ou de seu aditamento. Colocando a questão de outra forma: a parte interessada tem o ônus de fazê-lo dentro desse prazo, sob pena de não mais assim poder proceder no que se refere à matéria lá decidida, sendo certo que seus efeitos já estarão protegidos sob o manto da coisa julgada.

Esse posicionamento conduz a importantes consequências no que se refere aos efeitos produzidos pela impugnação judicial – assim como pela sua inexistência - de sentenças parciais.

6.3.3. Efeitos da propositura de ação anulatória de sentença arbitral parcial

O posicionamento adotado no subitem anterior leva necessariamente à análise dos possíveis efeitos que podem ser produzidos pela propositura de ação anulatória contra sentença parcial. Também esse tema é bastante recente e ainda pouco explorado na doutrina nacional. Nesse sentido podem ser identificados ao menos os seguintes problemas: (i) qual é o efeito do decurso de prazo sem impugnação da sentença arbitral parcial e quais podem ser suas possíveis implicações no que concerne à matéria que será objeto da sentença final? e (ii) quais podem ser os efeitos da anulação de uma sentença parcial sobre o restante das matérias discutidas no procedimento arbitral?

6.3.3.1. Inexistência de efeitos da anulação da sentença final sobre a sentença parcial

A primeira hipótese que se propõe discutir é a da possibilidade, ou não, de uma ação de anulação de sentença arbitral produzir efeitos sobre matéria decidida por meio de sentença arbitral parcial não impugnada no prazo legal de 90 dias.

Parte-se, evidentemente, do princípio de que o prazo para a propositura da ação anulatória contra a sentença parcial corre desde logo, conforme demonstrado acima. Nesse sentido, a formação de coisa julgada com relação à matéria decidida na sentença parcial terá, naturalmente, o efeito de impedir que se possa rediscutir matéria já soberanamente julgada, seja na mesma arbitragem, seja em outro processo judicial entre as mesmas partes.

Decorrência disso é também que eventual ação anulatória proposta por ocasião da última sentença arbitral proferida no procedimento em questão não irá atingir a matéria discutida na primeira sentença, se esta já estiver imune ao ataque da anulatória.

CARLOS ALBERTO CARMONA já tratou da questão, valendo-se em sua análise justamente de comparação com a ideia de capítulos de sentença.⁴⁴⁷ Quando a matéria de impugnação refere-se somente a vícios na sentença arbitral, tais como sentença fora dos limites da convenção de arbitragem ou que deixe de decidir todo o pedido, não se pode falar em impactos da anulação sobre a matéria julgada. Isto é: a anulação de uma sentença final por ser *extra petita* não teria, de qualquer forma, o condão de anular uma sentença parcial anterior sem qualquer vício. Essa conclusão é bastante elementar, aliás.

Quando a matéria de impugnação for referente a questões como nulidade do compromisso, ou eventuais nulidades no processo arbitral, tais como o impedimento do árbitro ou a infração aos princípios do contraditório, por exemplo, o problema já merece ser visto com mais cuidado (muito embora, já se adianta, a conclusão seja a mesma).

Pelo regime estabelecido no artigo 20 da Lei de Arbitragem, a parte que pretender alegar “questões relativas à competência, suspeição ou impedimento do árbitro ou dos

⁴⁴⁷“(…)se não for impugnada a sentença parcial, nada impedirá a impugnação da sentença final; mas se houver sucesso neste último ataque, sobreviverá a sentença parcial (que permaneceu inatacada)? O problema não é típico da arbitragem, pois o mesmo fenômeno ocorrerá com a sentença judicial parcialmente impugnada pelo recurso de apelação: se o recurso vingar, serão afetadas as partes da sentença (ou, com mais precisão, os capítulos da sentença) que transitaram em julgado? Alguns autores acreditam no efeito translativo do apelo; outros (como eu) aceitam a formação gradual da coisa julgada. Por coerência, creio que, não impugnada a sentença parcial, ainda que a parte vencida maneje a demanda de anulação contra a sentença arbitral final, o resultado não afetará o que foi julgado em outro provimento”. (CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 431).

árbitros, bem como nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem, deverá fazê-lo na primeira oportunidade que tiver de se manifestar, após a instituição da arbitragem”. Em caso de rejeição de sua alegação, a parte interessada ainda terá a oportunidade de fazê-lo por meio da via anulatória, conforme estabelece o art. 20, §2º, da Lei de Arbitragem.

A dúvida que se coloca aqui é justamente qual a postura a ser tomada pela parte, em caso de uma sentença parcial. A parte poderá aguardar para alegar essas questões somente quando da sentença final?

A resposta mais direta é: não, a parte tem o ônus de impugnar a sentença parcial se quiser evitar o trânsito em julgado de decisão que, em seu entendimento, seja inválida em razão da ocorrência das matérias que foram objeto de impugnação nos termos do artigo 20 da Lei de Arbitragem.

Uma resposta mais precisa, no entanto, depende de uma avaliação do conteúdo da sentença parcial que tiver sido proferida. Se a sentença parcial tiver por conteúdo a própria impugnação apresentada sob o artigo 20 (isto é, decidir diretamente sobre a competência do tribunal arbitral ou sobre a validade da convenção de arbitragem, por exemplo), parece indiscutível que, uma vez decidida a questão, se ela não for objeto de impugnação não poderá jamais ser rediscutida, mesmo em outras ações anulatórias apresentadas contra outras sentenças parciais ou contra a sentença final. Nessa hipótese, constituindo a matéria o objeto da sentença, seus efeitos estarão protegidos pela coisa julgada.

Se, ao contrário, a questão da jurisdição do tribunal for decidida em caráter meramente incidente no processo, sem ser ela própria objeto de uma sentença parcial, ou, ainda, se ela sequer for objeto de decisão, a despeito de ter havido uma impugnação pelos meios apropriados, nesses casos também entendemos que ela poderá ser levada a juízo na primeira oportunidade que a parte tiver para tanto, isto é, no prazo de 90 dias após ter sido proferida uma sentença parcial. Impedir que a parte o faça em uma sentença parcial seria interpretar o artigo 33 da Lei de Arbitragem de forma demasiadamente restritiva.

No entanto, se a parte deixar de impugnar essa sentença parcial, não parece que esteja impedida de discutir as questões relativas à jurisdição do tribunal arbitral quando de eventual impugnação de sentenças parciais posteriores ou da sentença final. Isto é: supondo-se que o autor cumule duas demandas distintas e que o demandado apresente defesa alegando nulidade do compromisso. Sendo um dos dois pedidos cumulados julgado

procedente em uma sentença parcial, o réu poderá, no prazo legal, discutir a validade dessa sentença parcial, nos termos do artigo 20, §2º, da Lei de Arbitragem (questões relativas à validade da convenção de arbitragem e à jurisdição do tribunal arbitral). Em nosso entendimento, porém, mesmo que não proponha a ação anulatória contra a sentença parcial, ainda conservará o direito de fazê-lo, apenas no que diz respeito à matéria decidida na sentença final, também com base na mesma previsão do artigo 20, §2º da Lei. Se procedente essa ação, contudo, não terá o condão de atingir a matéria decidida na sentença parcial já consolidada após o decurso do prazo legal de 90 dias, mas tão somente aquelas questões julgadas na sentença final.

Não há fundamento em atribuir à sentença parcial o efeito de fazer precluir todas as questões incidentais decididas no processo. Se a lei não prevê especificamente a sentença parcial e muito menos seu suposto caráter preclusivo, não parece que, por decisão dos árbitros de cindir o procedimento, a ação anulatória contra a sentença final não possa questionar a validade da sentença final (e só dela!) com base na matéria do artigo 20, §2º da Lei de Arbitragem.⁴⁴⁸

O fio condutor desse raciocínio é a constatação de que a sentença parcial produz coisa julgada de forma independente, que se torna absolutamente imutável após o decurso do prazo legal de 90 dias. Assim, a porção do objeto da lide que restar decidida na sentença parcial – mas somente ela – ficará a salvo da possibilidade de alteração futura.

Poder-se-ia argumentar que esse entendimento produziria incoerência. Exemplificando: o mesmo tribunal arbitral profere a sentença parcial julgando um pedido e a sentença final julgando outro. Apenas a sentença final é impugnada, com base no artigo 32, I, da Lei de Arbitragem (nulidade do compromisso). Eventual sucesso da ação anulatória produziria a invalidação da sentença final, mas seus efeitos, em princípio, somente valeriam para a sentença objeto da ação anulatória.

Essa é uma situação de aparente incoerência, mas que não é própria apenas da arbitragem, mas do direito processual em geral. Não é inadmissível que situações aparentemente incoerentes se consolidem, com força de coisa julgada. A coisa julgada não se destina a eliminar a incoerência do sistema, mas, sim, a conferir segurança de imutabilidade aos julgados. Se não é desejável que haja decisões incoerentes, é ainda

⁴⁴⁸Em sentido contrário, v. AMBRIZZI, Tiago Ravazi. Reflexões sobre o controle judicial da sentença arbitral, cit., p. 308.

menos interessante que a possibilidade de detecção de uma incoerência permita que questões já decididas e estabilizadas sejam revolidas.

A própria natureza desconstitutiva⁴⁴⁹ da ação anulatória reforça esse argumento, uma vez que a sentença arbitral é válida até decisão judicial que decreta a sua anulação.

Não parece possível, por outro lado, cogitar do chamado efeito translativo dos recursos (que, no processo civil, permite que questões de ordem pública sejam conhecidas de ofício pelo Tribunal).⁴⁵⁰ Tirante o fato de que a disposição específica em questão é aplicável aos processos judiciais e não à arbitragem, tem-se também que não se pode alinhar a figura da ação anulatória à do recurso – eis que se tratam de figuras bastante distintas. Não fosse somente isso, tem-se verdadeira coisa julgada material a revestir os efeitos da sentença parcial, que se torna soberana com o decurso sem impugnação do prazo decadencial de 90 dias. Não há como se falar, por isso, em eventuais efeitos translativos, sobre sentença arbitral parcial não impugnada, provocados pela anulação de sentença arbitral proferida posteriormente.

Portanto, a ausência de impugnação à sentença parcial no prazo legal (seja por meio de ação anulatória da sentença arbitral, seja no âmbito do processo de cumprimento da sentença) caracteriza a imutabilidade da sentença parcial e a sua insujeição aos efeitos de eventual anulação da sentença final.

⁴⁴⁹CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. Aspectos processuais da nova Lei de Arbitragem. In: CASELLA, Paulo Borba (Coord.). *Arbitragem: lei brasileira e praxe internacional*. São Paulo: LTr, 1999. p. 152-155 esclarece que “a ação prevista na nova Lei não se destina tão-somente à obtenção da declaração no sentido de que a parte interessada tem direito à desconstituição da sentença arbitral; antes, ela produz tal efeito, criando como consequência uma nova situação jurídica, diferente da anterior. Daí sua natureza constitutiva, própria da ação anulatória”.

⁴⁵⁰Para GILSON DELGADO MIRANDA, “o preceito contido no §1º do art. 515 encontra aplicabilidade quando: (a) tratar-se de matéria de ordem pública; (b) tratar-se de matéria que, em razão de direito material, pode ser alegada pela primeira vez em segundo grau de jurisdição; (c) tratar-se de questão que poderia ter sido apreciada expressamente pelo juiz em primeiro grau, mas não o foi ou porque existiam duas ou mais causas de pedir e, se o réu, em sua defesa, utiliza vários fundamentos), ou porque, havendo pedidos alternativos, o acolhimento de um importava na desconsideração do outro (o mesmo pode ocorrer se houver um pedido principal e um pedido subsidiário e o primeiro for acolhido)” in MARCATO, Antonio Carlos (Coord.) *Código de Processo Civil interpretado*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 1613).

6.3.3.2. Efeitos da anulação da sentença arbitral parcial sobre o procedimento arbitral

A outra hipótese a ser examinada é a dos efeitos que podem ser gerados pela anulação da sentença parcial sobre a porção remanescente do mérito da causa a ser decidida (ou já decidida) na(s) sentença(s) parcial(is) posterior(es) ou na sentença final.

Diferentemente da situação descrita no capítulo anterior, a anulação da sentença parcial pode, sim, gerar efeitos sobre todo o procedimento arbitral e sobre eventuais sentenças posteriores. Isso ocorre porque, dentre as causas típicas de anulação da sentença arbitral previstas no artigo 32 da Lei de Arbitragem, encontram-se hipóteses cuja concretização pode conduzir não só à anulação da sentença, como também do processo arbitral e até mesmo da convenção de arbitragem.⁴⁵¹

Nesse sentido, PEDRO A. BATISTA MARTINS lista as hipóteses dos incisos I, II, VI, VII, VIII, do artigo 32, como hipóteses de invalidação que “muito embora atinjam a eficácia do ato jurisdicional, transbordam os limites da sentença” e atingem os vícios que são causa da nulidade.⁴⁵² As demais causas, porém, atingem apenas a sentença, e tem como consequência a imposição ao árbitro de substituir o ato anulado.

Com base nessa lógica, CARLOS ALBERTO CARMONA estabelece uma distinção a ser aplicada especificamente com relação ao problema tratado neste capítulo (os efeitos da anulação da sentença parcial): (a) vícios atinentes apenas à sentença parcial, como a falta de requisitos essenciais do ato ou a violação aos limites da convenção de arbitragem, geram nulidade apenas do ato e não do procedimento arbitral, cabendo ao tribunal arbitral refazer o ato que tiver sido anulado; (b) vícios tais como a nulidade do compromisso, nulidade da constituição do tribunal arbitral, decisão proferida por prevaricação, concussão ou corrupção passiva, fora do prazo ou, finalmente, em desrespeito aos princípios processuais da arbitragem, importam que “o procedimento será prejudicado e a derrocada

⁴⁵¹“Se a nulidade afeta apenas o laudo, não pode o juiz togado passar ao exame da causa. Se a nulidade afeta apenas o laudo, e não a convenção arbitral, devolve-se ao árbitro (ou aos árbitros) a causa para a nova decisão; se a nulidade afeta a convenção de arbitragem ou a estrutura do juízo arbitral (substancialmente, a confiabilidade dos árbitros, que se mostraram parciais ou negligentes), destrói-se a própria arbitragem, cabendo ao interessado, livremente, procurar a tutela judicial de seus direitos”. (CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 424)

⁴⁵²MARTINS, Pedro Antonio Batista. *Apontamentos sobre a lei de arbitragem*, cit., p. 332.

afetará a atividade arbitral que ainda estiver em curso, tudo podendo resultar até mesmo no término da arbitragem”.⁴⁵³

Essa, de fato, parece ser a posição que se mostra consentânea com o regime da sentença arbitral parcial e com os efeitos típicos da ação de anulação prevista na Lei de Arbitragem (os quais, como se viu, podem transbordar os limites da sentença para atingir o procedimento arbitral como um todo).

Esse raciocínio parece encontrar fundamento também no princípio *utile per inutile non vitiatur*, refletido no art. 248 do CPC, no sentido de que “a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes”, bem como no art. 184 do Código Civil.⁴⁵⁴ O paralelismo das hipóteses reforça a existência de base legal sólida para estender à arbitragem o mesmo fundamento.

Ante a aparente ausência de julgados nacionais sobre o tema, fazemos nova menção a julgados estrangeiros que auxiliam a ilustrar a questão. A Corte de Apelação de Paris já proferiu dois julgados decretando a anulação da sentença parcial e, como consequência, também a anulação da sentença final. Em um primeiro caso (caso *Tarom*),⁴⁵⁵ a sentença parcial foi anulada pelo reconhecimento de que não havia convenção de arbitragem. Nesse caso, a corte francesa declarou expressamente que a anulação da sentença parcial tinha por via de consequência direta a anulação da sentença final. No outro caso (caso *Consorts Abihssira*), a sentença parcial e a sentença final foram anuladas em razão da irregularidade da composição do tribunal arbitral.⁴⁵⁶

Nos casos acima retratados, restaram evidentes os efeitos causados pela invalidação da sentença parcial, eis que, para além da própria sentença, o pedido anulatório, em ambos os casos, projetou seus efeitos sobre a convenção de arbitragem, tornando sem efeito todo o procedimento que gerou a sentença final. Nessa situação, parece que sequer seria necessário, após a prolação da sentença final, um novo pleito anulatório. Não obstante, em razão da insegurança que ainda deverá permear a matéria enquanto não houver um

⁴⁵³CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 432.

⁴⁵⁴V. nesse sentido, DELGADO, José Augusto. In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Thereza, *Comentários ao Código Civil brasileiro* (Coords.). Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 2, p. 828-836; THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Comentários ao novo código civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. v. 3, t. 1, p. 635-639; e MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 189-197.

⁴⁵⁵Paris, 1re Ch. C., 21 nov. 2002, *Tarom c/ The Levant Shipping Agency*, in *Revue de l'Arbitrage*, 2003, p. 240 apud PINNA, Andrea. L'annulation d'une sentence arbitrale partielle, cit., p. 623.

⁴⁵⁶Paris, 1re Ch. C., 22 mars 2007, *Consorts Abihssira c/ Sté Amidis & Cie*, en somm. in *Revue de l'Arbitrage*, 2007, p. 347, apud PINNA, Andrea. L'annulation d'une sentence arbitrale partielle, cit., p. 623.

ambiente normativo e jurisprudencial mais consolidado, a propositura de duas ações anulatórias – uma contra a sentença parcial e outra contra a sentença final – não é postura que se deva repreender ou desconsiderar.⁴⁵⁷

Cabem, no entanto, alguns esclarecimentos sobre o tema. Isso porque é sempre necessário verificar, caso a caso, qual o grau de dependência existente entre a sentença parcial sob ataque e as demais sentenças no curso do mesmo procedimento. Supondo que sejam, por exemplo, duas sentenças versando sobre dois pedidos independentes que, em uma sentença única, formariam dois capítulos autônomos;⁴⁵⁸ nessa hipótese, certos vícios que atingiram a primeira sentença não necessariamente atingiriam a segunda. Cite-se, para ilustrar, a hipótese de ter sido prejudicado o contraditório durante determinado momento processual, mas que tal prejuízo pudesse ser isolado somente em relação à primeira sentença. Sentido nenhum faria anular a segunda sentença, justamente em razão da independência entre elas e a inexistência de “contaminação”.

Aliás, se mesmo na decretação da invalidade de sentença final tem sido admitida a conservação de capítulo hígido,⁴⁵⁹ com muito maior razão há de se fazer isto com uma sentença parcial.

Há casos, porém, nos quais a subordinação é evidente, tais como o da divisão do procedimento em duas fases interligadas: (i) a primeira, concluída por uma sentença

⁴⁵⁷Essa também parece ser a posição vigente na França, segundo informa ANDREA PINNA, para quem o posicionamento da jurisprudência francesa tem sido no sentido de considerar que a nulidade se opera de pleno direito. O mesmo autor ressalta, contudo, que esse posicionamento não é isento de críticas pela doutrina em razão de gerar certa insegurança jurídica. Em vista disso, é que o autor se posiciona pela conveniência de buscar, de forma independente, a anulação das sentenças parcial e final, a despeito de a anulação da sentença parcial já ser suficiente, em muitos casos, para que se considere a anulação da sentença final (PINNA, Andrea, L'annulation d'une sentence arbitrale partielle, cit., p. 624).

⁴⁵⁸“En d'autres termes, lorsque deux demandes distinctes sont présentées devant le même tribunal arbitral, l'annulation de la sentence à l'égard de la première demande n'a pas d'effet sur la sentence tranchant la seconde. Ce raisonnement s'applique quand bien même la sentence annulée serait la première en date”. (PINNA, Andrea. L'annulation d'une sentence arbitrale partielle, cit., p. 625). Trad. livre: Em outros termos, quando duas demandas distintas são apresentadas perante o mesmo tribunal arbitral, a anulação da sentença relativa à primeira demanda não tem efeitos sobre a sentença tratando da segunda. Este raciocínio aplica-se mesmo se a sentença anulada fosse cronologicamente anterior.

⁴⁵⁹CARLOS ALBERTO CARMONA sustenta a possibilidade de nulidade parcial do laudo, principalmente quando se fala de sentença ultra petita. Em sentenças *extra petita* nem sempre isso é possível. De todo modo, sempre que for possível identificar capítulos diferentes na sentença, “a partição da sentença pode dar ensejo à anulação parcial”. (CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 425). Não faz sentido deixar de aproveitar a parte do laudo que não contenha qualquer nulidade, apenas por apego ao formalismo. “Cumpre-se, com a interpretação dada ao texto legal, a regra *utile per inutile non vitiatur*, rompendo-se com o dogma da incindibilidade do laudo arbitral, para acolher a sugestão da Lei Modelo da UNCITRAL (art. 34, § 2, a, III) e da Convenção de Nova Iorque (de 1958) à qual o país aderiu” (*Arbitragem e processo*, cit., p. 425). SELMA FERREIRA LEMES também se coloca favoravelmente à possibilidade de anulação parcial da sentença arbitral, a fim de que se possa aproveitar a parte que não esteja eivada de vício (LEMES, Selma Ferreira. *A sentença arbitral*, cit., p. 26). Cf. por fim FERNANDES, Marcus Vinicius Tenorio da Costa, *Anulação da Sentença Arbitral*, cit., pp. 87-89.

ilíquida; e (ii) a segunda, na qual seria estabelecido o *quantum debeatur*. A dependência da segunda sentença em relação à primeira condiciona a sorte daquela ao destino desta. Trata-se de uma relação de prejudicialidade, na linha do que sustenta CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO.⁴⁶⁰

6.3.3.3. Manutenção do mesmo tribunal arbitral?

Outra questão interessante, relacionada à anulação de sentenças parciais, são os seus efeitos sobre a manutenção, ou não, do mesmo tribunal arbitral, seja para proferir julgamento com relação à porção remanescente do mérito, seja para julgar novamente o mérito de sentença anulada.

A inexistência de um marco legal aplicável a esse respeito torna a solução mais complexa e bastante dependente das circunstâncias do caso concreto. Há que se levar em conta alguns fatores determinantes, tais como a natureza da decisão anulada, a vontade das partes e o estágio em que se encontra o procedimento.

Nesse sentido, se a decisão anulatória atingir a convenção de arbitragem, parece-nos que as partes não podem ser obrigadas a ter de submeter novamente a questão à arbitragem e, muito menos, aos mesmos árbitros. Se, ainda assim, pactuarem novamente pela arbitragem, fica a seu critério a escolha de novos árbitros, ou a manutenção dos mesmos. Naturalmente, se a figura do árbitro, ou sua postura na arbitragem, foram fatores determinantes para a anulação da sentença, sua manutenção restará comprometida e a parte interessada poderá se opor à eventual tentativa da outra parte de manter um ou mais membros do tribunal arbitral.

Imprescindível, então, apurar se há, ou não, fundamento para caracterizar a quebra da confiança uma vez depositada pelas partes nos árbitros. Em geral, os fundamentos para

⁴⁶⁰“Essa dependência pode ser vista em todos os casos nos quais se apresente uma relação de prejudicialidade entre duas pretensões, de modo que o julgamento de uma delas (prejudicial) determinará o teor do julgamento da outra (prejudicada) – como sucede quanto aos juros, que constituem uma obrigação acessória e cuja existência, por isso, fica a priori excluída quando o principal não for devido. O mesmo vínculo existe entre os capítulos que dispõem sobre a pretensão à restituição da coisa que fora objeto do contrato rescindendo, ficando prejudicada a segunda em caso de rejeição da primeira; o mesmo, ainda, na demanda de proteção possessória, cumulada com pedido de indenização, sendo a primeira prejudicial em relação à segunda”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. Capítulos de sentença, cit., p. 44).

tanto deverão residir em causas capazes de gerar, aos olhos das partes, a dúvida sobre a manutenção da imparcialidade e da independência do tribunal arbitral.⁴⁶¹

Situação diversa, porém, é aquela em que a convenção de arbitragem é preservada.⁴⁶² Nesse caso, em princípio, a constituição do tribunal arbitral também estaria preservada pela ausência de impugnação ao seu ato de formação e o tribunal arbitral não necessariamente teria de praticar quaisquer outros atos novamente. A manutenção do tribunal arbitral, nesse caso, poderia representar evidentes vantagens em termos de conhecimento do caso, com economia de tempo e recursos.⁴⁶³ Naturalmente, porém, se já houve decisão de mérito, é provável que quem verá essa vantagem será somente a parte vencedora.

Salvo alguma situação especial, contudo, caberia à parte interessada demonstrar que os árbitros já não manteriam a imparcialidade em razão da impugnação da sentença, argumento esse que nem sempre costuma ter guarida em outras plagas.⁴⁶⁴

Reiteramos, todavia, ser bastante difícil estabelecer uma regra, pois em cada caso podem existir circunstâncias que recomendem uma ou outra solução. É fundamental, no entanto, que essa questão seja esclarecida, em juízo, no bojo da decisão que determinar a anulação da sentença arbitral.

⁴⁶¹V. a respeito do tema LEMES, Selma Maria Ferreira. Árbitro: o padrão de conduta ideal. In CASELLA, Paulo Borba (Coord.). *Arbitragem: a nova lei brasileira (9.307/96) e a praxe internacional*. São Paulo: LTr, 1996. p. 272; FERNÁNDEZ ROZAS, José Carlos. Clearer ethics guidelines and comparative standards for arbitrators. In FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, M. Á.; ARIAS, David (Eds.). *Liber Amicorum Bernardo Cremades*. Madrid: La Ley, 2010. v. 2. (Collection: Nouvelle Bibliothèque de Thèses).

⁴⁶²V. a respeito o posicionamento de LUIZ OLAVO BAPTISTA, para quem “no caso de sentença infra petita ou da sentença cuja nulidade decorra de vício formal, tal nulidade não afeta a convenção de arbitragem, mas apenas a sentença em si mesma, que poderá ser eficazmente corrigida ou completada pelo árbitro ou tribunal arbitral que a proferiu, como ocorre, por exemplo, no Brasil (art. 33, §2º, II, da Lei de Arbitragem)”. (BAPTISTA, Luiz Olavo. Sentença parcial em arbitragem, cit., p. 194).

⁴⁶³Nesse sentido, STEFAN MICHAEL KRÖLL, que afirma que há alguma vantagens em se remeter o caso ao mesmo tribunal, o que pode ser útil em situações em que as etapas seguintes do procedimento estejam muito ligadas com as matérias já decididas na sentença parcial. Ademais, o autor lembra que se trata do tribunal escolhido pelas partes. De outro lado, se o requerente considerar que o relacionamento com os árbitros deteriorou-se a ponto de comprometer sua imparcialidade, haveria fundamento para a nomeação de um novo tribunal. (KRÖLL, Stefan Michael, Recourse against negative decisions on jurisdiction, cit., p. 71).

⁴⁶⁴No direito suíço existe previsão estabelecendo que a regra geral é a manutenção do mesmo tribunal (artigo 40, alínea 4, do Concordat, cuja tradução livre é a seguinte: em caso de anulação da sentença, os árbitros decidirão novamente, a menos que eles não sejam recusados em razão de terem participado do procedimento anterior ou por outro motivo). ANDREA PINNA esclarece, contudo, que essa disposição é aplicável a sentenças finais, uma vez que no que diz respeito à sentença parcial são sempre os mesmos árbitros quem são competentes e as partes não podem recusá-los pelo simples motivo de que eles proferiram a sentença anulada (PINNA, Andrea. L'annulation d'une sentence arbitrale partielle, cit., p. 639).

6.4. Análise de casos especiais de anulação de sentenças arbitrais parciais

Não pretendemos, aqui, realizar um estudo completo das causas de anulação das sentenças arbitrais, posto que esse seria esforço que ultrapassaria em muito o escopo do presente trabalho e já é objeto de importantes trabalhos sobre a matéria.⁴⁶⁵ Ademais, pela metodologia que aqui adotamos, tudo aquilo que se puder apontar como causa para anulação da sentença final, também poderá ser arguido em relação à sentença parcial.

Portanto, nossa pretensão é tão somente identificar alguns casos especificamente relacionados com as sentenças parciais que possam ser enquadrados dentre as hipóteses de nulidade previstas na Lei de Arbitragem. Isto é, ações anulatórias que se pode entender como possíveis de ajuizamento tendo fundamento especificamente relacionado ao fato de a sentença proferida ter sido parcial ou algum elemento característico a ela esteja relacionada a ação manejada. Nesse sentido, identificamos os seguintes pontos que se pode entender passíveis de alguma ponderação: (i) infração ao procedimento acordado pelas partes; (ii) infração aos princípios caracterizadores do devido processo legal na arbitragem; e (iii) infração ao prazo legal para a prolação de sentença.

6.4.1. Sentença parcial proferida em desacordo com o procedimento estabelecido pelas partes

Esta primeira hipótese partiria da sentença parcial como razão para a anulação do procedimento arbitral. Em princípio, como vem sendo defendido neste trabalho, a sentença parcial é figura que encontra guarida em nosso ordenamento jurídico, sendo plenamente viável a cisão do julgamento, na linha do que já se demonstrou. Embora não conte com referência legal expressa na Lei de Arbitragem, tal modalidade de sentença não contém qualquer tipo de vício inerente à sua parcialidade que permita uma impugnação somente com base nessa característica.

⁴⁶⁵Como por exemplo CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 398-434; FERNANDES, Marcus Vinicius Tenorio da Costa, *Anulação da Sentença Arbitral*, op. cit., p. 55-89; BRAGHETTA, Adriana, et al. Pesquisa “Arbitragem e Poder Judiciário”- Relatório do 1º Tema: Invalidade da sentença arbitral – Parceria Institucional Acadêmico-Científica Direito GV-CBAR. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, n. 22, p. 7-77, abr./jun. 2009; AMBRIZZI, Tiago Ravazi. Reflexões sobre o controle judicial da sentença arbitral, cit., p. 299-324; WALD, Arnoldo. Os meios judiciais do controle da sentença arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 40, jan./abr. 2004; YARSHELL, Flávio Luiz, Ação anulatória de julgamento arbitral, cit.; RICCI, Edoardo F. Reflexões sobre o art. 33 da Lei de arbitragem. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 24, n. 93, p. 45-59, jan./mar. 1999.

Vale lembrar que a sentença parcial decorre, antes de tudo, da iniciativa das partes e/ou do tribunal arbitral no sentido de prestigiar valores como eficiência do procedimento e efetividade da tutela jurisdicional. A decisão de cindir o julgamento do processo em mais de um momento, portanto, funda-se no tirocínio do árbitro como figura eleita pelas partes, e dotada de sua confiança, para decidir o caso da forma mais apropriada. Conferir a um juiz togado a possibilidade de reavaliar esse juízo parece estar muito longe de qualquer das hipóteses legais de anulação previstas em nossa legislação.⁴⁶⁶

O ponto mais delicado, aqui, é o da existência de autorização das partes para proferir sentença parcial, sem a qual, para alguns, a sentença parcial violaria a convenção de arbitragem.

Cabe lembrar que a possibilidade de anulação de sentenças arbitrais com base em violação do procedimento escolhido pelas partes – caracterizando-se tal fato como desvio aos termos da convenção de arbitragem – é hipótese identificada por CARLOS ALBERTO CARMONA.⁴⁶⁷ De acordo com essa perspectiva, não seria um completo absurdo afirmar que a sentença parcial proferida sem a autorização das partes se enquadraria nessa hipótese. Nesse sentido, ao contrariar a vontade expressa das partes manifestada no sentido de não aceitar sentenças parciais, essa sentença parcial estaria sujeita ao ataque em juízo com base em supramencionada hipótese legal.

Caso as partes não tenham proibido os árbitros de cindir o julgamento ao longo do procedimento, contudo, pensamos que o mesmo raciocínio *não se aplica*. Já demonstramos, no item 3.4 *supra*, que a autorização para proferir sentenças arbitrais parciais emana do poder, no mínimo supletivo, que o árbitro tem para gerir o procedimento, assim como da flexibilidade que é inerente ao procedimento arbitral.⁴⁶⁸

⁴⁶⁶Cf. BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2433, é extremamente difícil sustentar uma impugnação de sentença parcial com base no argumento de que o tribunal arbitral teria excedido sua autoridade ao decidir parcelar o procedimento, porquanto a eficiência da bifurcação do procedimento arbitral é matéria exclusivamente afeta à jurisdição do árbitro.

⁴⁶⁷CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 406. O próprio autor ressalta, contudo, que essa possibilidade não significa que qualquer adaptação do procedimento possa ensejar discussão, tendo em vista a flexibilidade que define o processo arbitral. O que os árbitros não têm poder para fazer, lembra o autor, é “abandonar as regras selecionadas pelos contendentes, substituindo-as a seu talante por outras, de modo aleatório”.

⁴⁶⁸Vale aqui lembrar o posicionamento de CARLOS ALBERTO CARMONA, no sentido de que a flexibilidade do procedimento arbitral permite alterações no procedimento acordado entre as partes sempre que isso se fizer necessário e desde que não haja violação às garantias processuais básicas inseridas no art. 21, §2º, da Lei (*Arbitragem e processo*, cit., p. 406). Cumpre, contudo, a ressalva de que o posicionamento do autor é no sentido de que a autorização das partes é requisito para a prolação de sentenças arbitrais.

Nesse sentido, desde que respeitado o devido processo legal, com ampla oportunidade para participação das partes e manifestação prévia – antes que o árbitro decida dividir o procedimento em mais de uma fase –, não vemos razão para que se considere que houve um desrespeito ao procedimento acordado.

Pelo poder detido pelos árbitros para lidar com o procedimento arbitral, portanto, pensamos que não há vedação legal, ainda que omissa a convenção de arbitragem a que seja proferida sentença parcial. Discordamos, assim, daqueles que sustentam que a sentença parcial poderia se caracterizar como um desvio ao procedimento acordado entre as partes e, nessa medida, uma violação da convenção de arbitragem.

Não se descarta, contudo, que no exercício desse poder, possa ocorrer algum tipo de abuso por parte do árbitro capaz de, em associação com outras hipóteses do art. 32 da Lei de Arbitragem, caracterizar a anulação da sentença parcial.

Inevitável o questionamento, neste passo, sobre as eventuais consequências de uma decisão em favor do parcelamento do procedimento que, ao contrário do propósito anunciado, tenha levado o procedimento a ter uma solução menos eficiente, em termos de tempo e custo. Isto é, em vez de beneficiar a arbitragem, a cisão do julgamento do mérito veio em prejuízo do interesse das partes.

Não vemos, aqui, uma razão suficiente para a caracterização de alguma das hipóteses legais que poderiam embasar uma ação anulatória da sentença arbitral. Malgrado o eventual caráter desastroso que possa atingir a bifurcação do procedimento, em termo de prazos e custos, tal situação não caracterizaria, sozinha, motivo para anular a sentença arbitral.

Pode-se cogitar, todavia, de eventual consequência em termos de responsabilidade civil do árbitro. Nesse caso, constatado dolo ou culpa grave, não vemos empecilho a que a parte que tenha se sentido prejudicada pela conduta do árbitro possa pleitear algum tipo de reparação no campo civil.⁴⁶⁹

Nessa hipótese, porém, parece que seria igualmente necessário demonstrar, além da culpa grave, a inexistência de anuência da parte, expressa ou tacitamente, quanto à decisão de promover a bifurcação do procedimento. Se, a despeito de solicitada a se manifestar

⁴⁶⁹Conforme aponta JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, o erro grosseiro, à semelhança do dolo, da fraude, e da omissão, deveria gerar responsabilidade do juiz pelas perdas e danos causadas às partes. (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Reformas processuais e poderes do juiz. In: _____. *Temas de direito processual*: 8ª série. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 65.

sobre a bifurcação, a parte com ela concordou ou ficou inerte, não haveria espaço para, diante do insucesso da medida e dos custos incorridos, pedir reparação por dano com que tenha contribuído.

Ainda nesse sentido, se o procedimento transcorreu sem que a parte tenha se oposto ao prazo para a prolação de sentença, valendo-se dos meios próprios previstos pela Lei de Arbitragem para tanto (art. 12, III), não parece que seja viável à parte que, somente depois de encerrado o procedimento, pretenda ser indenizada pelo árbitro pela demora na prestação jurisdicional.

Feitas essas ressalvas, vemos algum espaço para que a parte venha a pleitear algum tipo de indenização. Mesmo assim, contudo, a parte permaneceria com a difícil missão de comprovar que sem a bifurcação o procedimento teria encontrado desfecho mais célere.

6.4.2. Sentença parcial proferida em inobservância aos princípios do artigo 21, §2º, da Lei de Arbitragem

Se a sentença arbitral, por si só, não caracteriza um ato capaz de se considerar ofensivo ao devido processo legal, posto que a cisão do julgamento, no mais das vezes, tem fundamento justamente na missão de prover um julgamento com caráter mais efetivo, o procedimento adotado pelo árbitro para cindir o julgamento, em situações extremas, pode resultar na violação dessas garantias processuais.

Naturalmente, é com as cores do caso concreto que o tema ganhará vida. Em termos abstratos, porém, é possível apontar algumas diretrizes que devem ser adotadas pelos árbitros com o propósito de evitar o perigo de, ainda que imbuídos de nobres intenções, acabarem por prejudicar o direito de uma das partes.

Deve-se, antes de parcelar o procedimento, conceder ampla oportunidade às partes para que se manifestem sobre o interesse e conveniência da cisão do julgamento. Da mesma forma, o árbitro deverá estar seguro de que, antes de proferir a sentença parcial, as partes tiveram ampla oportunidade para produzir a prova sobre as questões relativas à porção do mérito que será objeto da sentença parcial.

Ainda, como já apontado acima, a sentença parcial não poderá caracterizar o prejulgamento de matérias cuja instrução ainda não estaria completa.⁴⁷⁰ Isto é, casos em que as questões de mérito estejam muito ligadas umas com as outras podem dificultar ou mesmo impossibilitar o isolamento de questões para serem objeto de sentença parcial.

Fundamental, por fim, é não somente apontar o desvio ao devido processo legal, mas também que se consiga identificar a existência de um *prejuízo* decorrente de tal desvio. É a aplicação da velha máxima “pas de nullité sans grief”.

Tendo esses elementos em consideração, vislumbramos como possível, em tese, um pleito anulatório formulado com base no artigo 32, V, da Lei de Arbitragem, em função de eventual prejuízo causado à parte em razão de desrespeito ao devido processo legal.

6.4.3. Sentença proferida fora do prazo

Ainda investigando os casos aparentemente mais nebulosos dentre as hipóteses de anulação da sentença, pode-se cogitar da sentença proferida fora do prazo (art. 32, VII, da Lei de Arbitragem). Pensemos no seguinte exemplo: o árbitro é notificado pela parte de que está em atraso com relação ao prazo para proferir a sentença arbitral (art. 12, III, da Lei de Arbitragem). No prazo de dez dias que a lei lhe confere para regularizar a situação, o árbitro profere uma sentença parcial, julgando apenas parte dos pedidos e deixando outros para julgamento em momento posterior. A questão é saber se a sentença, proferida dentro do prazo, mas parcial, é válida ou não. Apesar de a doutrina ser silente a respeito, a hipótese, ainda que aparentemente de rara configuração, não se mostra cerebrina.

Há julgado na França em que se decidiu pela conservação dos atos decisórios praticados até o momento em que expirou o prazo para a conclusão da arbitragem, anulando-se os atos decisórios posteriores.⁴⁷¹ Apesar de ser um exemplo interessante, parece ser de difícil aplicação ao nosso ordenamento jurídico, já que prevê a extinção do

⁴⁷⁰ Cf. ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 285).

⁴⁷¹ PINNA, Andrea. L'annulation d'une sentence arbitrale partielle, cit., p. 622. O autor refere-se ao seguinte julgado: Cass. civ. 2e, 18 de maio de 1989, *Bull. civ.*, II, n° 111; *Rev. arb.*, 1990.903, note B. Moreau: “la nullité qui n'atteint que les actes de procédure arbitrale postérieurs à la date d'expiration du délai d'arbitrage laisse subsister tous les actes antérieurs et notamment les rapports d'expertise déposés avant cette date”. Trad. livre: a nulidade que não atinge senão os atos do procedimento arbitral posteriores à data de expiração do prazo da arbitragem e subsistindo todos os atos anteriores e notadamente os relatórios de perícia apresentados antes dessa data.

compromisso arbitral, caso o árbitro, após notificado para tanto, deixe de cumprir o prazo estipulado para proferir sentença (art. 12, III, da Lei de Arbitragem).⁴⁷²

A doutrina brasileira tende a se posicionar no sentido de que o simples fato de o árbitro ter decidido parcelar o procedimento não o exime de proferir a sentença final dentro do prazo que estiver estipulado.⁴⁷³ Tem-se entendido, então, que o prazo estabelecido no artigo 23 da Lei de Arbitragem destina-se à conclusão da atividade jurisdicional.⁴⁷⁴

No entanto, é bastante frequente que partes e árbitros estabeleçam, ao longo do procedimento, prazos diferenciados e mais longos do que os 180 dias previstos na legislação. Especialmente nessa hipótese, é preciso analisar com muito cuidado alegações de perda de prazo para proferir sentença final formuladas após a prolação da sentença parcial. É o que aconteceu no conhecido caso *Renault vs. Caa*, em que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo considerou que ambas as partes sempre estiveram de acordo com o prazo da arbitragem – maior que os 180 dias previstos em lei – e que a alegação de perda de prazo somente ocorreu após a parte ter tomado ciência da sentença parcial que lhe foi desfavorável.⁴⁷⁵

Logo, feitas as ressalvas acima, a prolação de uma sentença parcial no prazo em que o procedimento deveria ter sido encerrado pode vir a ser considerada como uma forma ilegítima de contornar a exigência legal com relação ao prazo de prolação da sentença. Nessa hipótese específica, poder-se-ia identificar ao menos dois vícios a serem impugnados por meio de ação anulatória: (i) sentença *citra petita* (inciso V); e (ii) perda do prazo para a prolação de sentença (inciso VII).

Situação aparentemente mais complicada é aquela em que a *sentença parcial* julgue os pedidos, mas o faça apenas de modo a reconhecer o *an debeatur*, deixando a

⁴⁷²Vale ainda a menção ao Código de Processo Civil italiano, cujo artigo 820 prevê que, salvo as partes disponham em contrário, a prolação de uma sentença parcial acarreta uma única extensão de 180 dias no prazo para a prolação da sentença.

⁴⁷³Cf. CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*, cit., p. 354.

⁴⁷⁴PEDRO A. BATISTA MARTINS, no contexto da análise da sentença arbitral em geral, entende que o prazo para a prolação da decisão é uma das condicionantes do poder dos árbitros. E, nesse sentido, esgotado o prazo que as partes conferiram para a prolação da sentença, estaria liquidada a jurisdição do árbitro. De acordo com referido autor, “o prazo fixa o limite temporal da jurisdição do árbitro que, ultrapassado, exaure o exercício das funções para as quais foi nomeado” (MARTINS, Pedro A. Batista. *Apontamentos sobre a lei de arbitragem*, cit., p. 318).

⁴⁷⁵“Ora, as partes interessadas - em litígio - não reclamaram da apontada falha procedimental no decorrer do trâmite extrajudicial, muito pelo contrário, aceitaram tacitamente a dilação temporal, como é até mesmo intuitivo. Ora, somente após a ciência do teor da decisão arbitral - *sentence partielle* - os autores apontaram a suposta mácula, o que é deveras sintomático. Por isso, o processo arbitral não pode ser taxado de inexistente, pois as partes aceitaram a prorrogação do seu trâmite”. (TJ/SP, Apelação n. 985413-0/1, Rel. Des. Antônio Benedito Ribeiro Pinto, j. 20.6.2006).

quantificação dos danos para momento posterior. Isso porque, apesar de o árbitro não julgar todo o litígio (afinal, trata-se de uma sentença parcial), pode muito bem ocorrer de essa ser a única solução possível a partir das circunstâncias do caso, tal como ocorre no caso do pedido condenatório genérico.

A despeito de, nesse caso, haver aparente justificativa para elidir pleito de anulação da sentença intentado com base nos dispositivos acima referidos, a análise acaba sendo bastante casuísta.⁴⁷⁶ Importa ressaltar que nesse tipo de situação é redobrado o dever imposto ao árbitro de conduzir com diligência o procedimento arbitral, pavimentando o caminho para a solução procedimental mais adequada para o caso, seja ela uma sentença parcial ou a sentença final. Qualquer solução que não se encaixar nesse padrão de irrestrito respeito ao devido processo legal poderá ensejar riscos à validade do processo.

Pode-se, ainda, cogitar de situação em que as partes tenham concordado com o parcelamento do procedimento em duas fases. Nesse caso, é essencial examinar a conduta e o comportamento da parte que decidiu requerer a anulação da sentença arbitral, pois pode ser que se identifique uma conduta considerada contraditória – primeiro aceitando ou não se opondo ao parcelamento do julgamento para, depois da prolação de sentença que lhe seria desfavorável, exigir a conclusão do procedimento em dez dias, conforme indicado no art. 12, III, da Lei de Arbitragem. O caso, aí, se apresenta como um aparente *venire contra factum proprium* e, nessa ordem, inaceitável como argumento para a anulação da decisão por contrariar um dever objetivo de boa-fé (art. 422 do Código Civil). Foi o que o TJSP entendeu ter ocorrido no caso *Renault vs. Caoa*.⁴⁷⁷

⁴⁷⁶Há um caso interessante no direito norte-americano (*J.L.M. Marketing, Inc. v. Stolthaven Perth Amboy, Inc.*), em que se considerou que o prazo previsto nas regras de arbitragem da American Arbitration Association para a sentença final também se aplicaria à sentença parcial. No caso em questão, a Suprema Corte do Estado de New Jersey decidiu anular a sentença parcial porque foi proferida fora desse do prazo de 30 dias, a contar do encerramento da instrução, conforme previsto no aludido documento. V. também GAITIS, James M. *The Federal Arbitration Act: risks and incongruities relating to the issuance of interim and partial awards in domestic and international arbitrations*, cit., p. 86-87.

⁴⁷⁷“No caso, as partes adotaram posicionamento unívoco nessa prorrogação e, agora, não pode **uma delas pretender nulidade sob esse argumento**. *Caso contrário, estar-se-ia premiando a má-fé e coroadando o princípio odioso do "venire contra factum proprium" criticado desde os romanos (vide Harm Pewter Westermann, BGB Schuldrecht - AÜgemeiner Teil, tradução brasileira de Armindo Edgar Laux, Fabris, Porto Alegre, 1983, p. 46)* (TJ/SP, Apelação n. 985413-0/1, Rel. Des. Antônio Benedito Ribeiro Pinto, j. 20.6.2006, Declaração de Voto do Des. Vanderci Álvares, com ênfases no original).

6.5. Impugnação judicial da sentença parcial e seus potenciais efeitos sobre a execução da sentença impugnada e sobre o procedimento arbitral em curso

A perplexidade que o tema causa parece ser a reabertura de uma porta que a Lei de Arbitragem, em sua interpretação original, parecia ter fechado. Trata-se da porta que daria acesso ao Poder Judiciário antes de concluída a arbitragem, claramente fechada a partir da redação dos artigos 20, §2º, e 33 da Lei de Arbitragem, disposições essas que formam um sistema de impugnação das decisões arbitrais *a posteriori*. A sentença parcial, contudo, acaba de certa forma rompendo com essa lógica, posto que, a um só tempo atende aos requisitos para ensejar o acesso da parte ao Poder Judiciário, sem, no entanto, caracterizar o ponto final do procedimento arbitral.

Destarte, um dos principais argumentos – senão o principal – para que se possa cogitar do posicionamento contrário à impugnação judicial individualizada da sentença parcial é a possibilidade, quase sempre mal vista pelos arbitralistas, de interferência judicial na arbitragem. Ora, se a parte pode impugnar em juízo, de imediato, a validade da sentença parcial, também poderia, em tese, pleitear que todo o procedimento arbitral fosse suspenso enquanto essa questão estivesse pendente de ser solucionada. É o que procuraremos estudar no presente capítulo.

Há dois aspectos a serem devidamente considerados. O primeiro é a possibilidade de que a *execução* da sentença arbitral parcial seja obstada em função de decisão judicial que assim o determine (1). O segundo é a possibilidade de que o *procedimento arbitral* seja suspenso em função da ação anulatória (2).

6.5.1. Suspensão da execução da sentença parcial

Em relação a esse ponto, deve ser aplicado integralmente tudo quanto se puder dizer em relação à sentença final. Admitir-se a sentença parcial com poder de produzir eficácia plena no mundo jurídico, significa aceitar que ela constitui título executivo apto a embasar, se necessário, a expropriação dos bens do devedor. Este, todavia, poderá resistir, com os meios que a lei lhe confere, correndo os riscos inerentes à procrastinação da

satisfação do crédito (juros legais, multa prevista no art. 475-J, entre outros). Em suma, a sentença arbitral produz desde logo os seus efeitos e pode ser executada desde logo.

Em regra (art. 585, §1º, do CPC), a existência de ação destinada a discutir o débito constante da sentença arbitral não inibe a sua execução. Ainda, a regra estatuída pelo artigo 475-M do CPC é a da não suspensividade da impugnação ao cumprimento de sentença, salvo se o juiz considerar relevantes seus fundamentos e que o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação. Mesmo nesses casos, porém, poderá o exequente prosseguir com a execução mediante o oferecimento de caução idônea (art. 475-M, §1º do CPC).

Portanto, apesar de não ser a regra e mesmo não ser uma solução desejável na maior parte dos casos, tendo em vista que a execução se dá em benefício do credor, não se pode descartar que a impugnação à sentença parcial resulte em decisão judicial que determine a suspensão da execução até que se decida qual será a sorte da sentença parcial.

6.5.2. Suspensão do procedimento arbitral

De início, é de se reconhecer que a suspensão de procedimentos arbitrais ainda em curso é medida que, *per se*, o legislador pátrio buscou evitar, concentrando a impugnação do procedimento arbitral, dentro das limitadas hipóteses do artigo 32 da Lei de Arbitragem, para ser realizada somente ao final do procedimento, após a prolação da sentença final. A ideia, nos idos de 1996, parece ter sido justamente de proteger, blindar, o processo arbitral contra interferências externas que não permitissem a sua conclusão e pusessem em risco a credibilidade do instituto.

Passados mais de 15 anos da promulgação da Lei de Arbitragem e mais de dez anos da ocorrência de dois fatos importantíssimos para a consolidação do instituto – a confirmação da constitucionalidade da Lei de Arbitragem, pelo Supremo Tribunal Federal, na Sentença Estrangeira (SE 5.206), em 12.12.2001, e a ratificação da Convenção de Nova Iorque de 1958 (Decreto nº 4.311, de 23 de julho de 2002) –, há evidências da solidificação

da arbitragem, o que somente vem sendo confirmado de maneira reiterada pela jurisprudência, principalmente do Superior Tribunal de Justiça.⁴⁷⁸

Todas essas evidências apontam, pois, para um fortalecimento da arbitragem aos olhos da sociedade e do Poder Judiciário, fundado, principalmente, no respeito à autonomia da vontade e na jurisdicionalidade da arbitragem. Nem por isso, todavia, alguém ousaria dizer que a arbitragem estaria afastada da possibilidade de intervenção judicial, naquilo que diz respeito às formalidades indispensáveis para a garantia de um processo pautado pelo devido processo legal. A sujeição a esse tipo de atuação do Poder Judiciário é, ademais, abertura salutar à própria sobrevivência da arbitragem. Afinal, parece inolvidável a garantia constitucional de que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” (art. 5, LIV, da Constituição Federal).

Válido dizer, portanto, que intenção do legislador jamais foi permitir a intervenção judicial em arbitragens em curso, mas tão somente após a sua conclusão e, ainda assim, em restritas hipóteses.

Como em outros pontos abordados neste trabalho, podemos notar que esse é um problema que se repete em outros países, em que as sentenças parciais são prática consolidada. Mesmo em jurisdições tradicionais, como a França, discute-se o temor de que as sentenças parciais percam sua utilidade, justamente pela possibilidade de, em vez de tornarem mais eficiente a prestação jurisdicional, elas acabarem tendo o efeito contrário.⁴⁷⁹

Alguns autores são extremamente céticos com a sentença parcial justamente em razão dos problemas que podem ser causados pela interrupção no procedimento arbitral. JAMES GAITIS chega a afirmar que a concordância da parte requerente com o julgamento por meio de sentenças parciais é, na prática, um pedido para que o procedimento seja interrompido.⁴⁸⁰ Para ilustrar sua afirmação, o autor aponta casos na jurisprudência

⁴⁷⁸ O sucesso do instituto ainda é confirmado, entre outras evidências, pela grande quantidade de arbitragens em curso envolvendo partes brasileiras nas mais prestigiadas instituições internacionais de arbitragens, pela grande quantidade de instituições que, com seriedade, atuam como câmaras arbitrais, pela existência de organismos de natureza científico-institucional, como o Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), entre outros.

⁴⁷⁹ PINNA, Andrea. L'annulation d'une sentence arbitrale partielle, cit., p. 617.

⁴⁸⁰ “When claimants agree, or otherwise encourage the tribunal, to bifurcate proceedings and determine an independent claim or issue, a claimant in an arbitration proceeding essentially invites an interruption in the arbitration process because if the claimant prevails, the respondent will have no alternative other than to concede the validity of the tribunal's determination or immediately seek vacatur of the award”. (GAITIS, James M. The Federal Arbitration Act: risks and incongruities relating to the issuance of interim and partial awards in domestic and international arbitrations, cit., p. 98-99). Trad. livre: quando o requerente concorda, ou de alguma forma encoraja o tribunal a bifurcar o procedimento e julgar um pedido ou questão independente, tal requerente no procedimento arbitral está na verdade pedindo para que haja uma interrupção no processo, pois se o requerente vencer, o requerido não terá alternativa entre acatar a validade da decisão arbitral ou buscar imediatamente a anulação da sentença.

norte-americana em que tal expediente deu margem a impugnações que geraram atrasos enormes à solução dos casos.⁴⁸¹

Há, ainda, quem lembre que com a bifurcação do procedimento a parte vencedora será obrigada a lutar em duas frentes – no desdobramento do procedimento arbitral e em uma nova fase judicial – com incremento nos custos e com a provável perda de foco da parte no procedimento arbitral enquanto se busca evitar que a sentença arbitral desmorone.⁴⁸²

Essa visão não parece correta, por ser demasiado pessimista e praticamente invalidar um instrumento que pode ser útil em função do risco de uma decisão judicial que interrompa a arbitragem. Tudo depende, na verdade, da postura adotada pelo Poder Judiciário, não fazendo qualquer sentido que, em razão do abuso, se proíba o uso.⁴⁸³

Nessa linha, vale mencionar disposição específica na Lei de Arbitragem inglesa que estabelece que o Tribunal Arbitral pode continuar o procedimento arbitral na pendência de ação em que se discuta a sua jurisdição.⁴⁸⁴ De modo ainda mais incisivo, a Lei espanhola estabelece expressamente que a pendência da ação anulatória *não suspenderá o processo arbitral*.⁴⁸⁵ A balança, nesses casos, pende para a celeridade e eficiência da arbitragem, em detrimento de eventual prejuízo que pudesse ser causado pela posterior anulação da arbitragem.

⁴⁸¹O autor se refere ao caso *Bull HN Information Systems, Inc. v. Hutson* em que foram consumidos cinco anos no curso do processo judicial que acabou confirmando a validade da sentença parcial. O autor ainda cita os casos como *Legion Insurance Co. v. VCW, Inc.*, *Hart Surgical, Inc. v. Ultracision, Inc.* e *Apex Towing Co. v. Trading Corp of Pakistan*. (GAITIS, James M. *The Federal Arbitration Act: risks and incongruities relating to the issuance of interim and partial awards in domestic and international arbitrations*, cit., p. 98-101).

⁴⁸²A respeito dos possíveis inconvenientes da bifurcação, em termos de riscos para o procedimento, por conta da possibilidade de ser ajuizada ação anulatória, cf GREENWOOD, Lucy. *Does bifurcation really promotes efficiency?*, cit., p. 110.

⁴⁸³“(…) if national courts demonstrate appropriate deference to arbitral decisions (and in particular do not consider the merits of any decision by the arbitrators on the underlying dispute), the possibility of actions to annul interlocutory awards should cause no disruption of the arbitral process”. (BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2358-2359). Trad. livre: se as cortes nacionais demonstrarem a correta deferência às decisões arbitrais (e especialmente não considerarem o mérito de qualquer decisão proferida pelos árbitros na disputa subjacente), a possibilidade de ações para anular sentenças interlocutórias não deveria causar interrupções no processo arbitral.

⁴⁸⁴V. art. 32 (4) da Lei de Arbitragem Inglesa, de 1996. Tradução livre: Art. 32. Determinação de questão preliminar de jurisdição (...) (4) Salvo disposição em contrário das partes, o tribunal arbitral poderá prosseguir com o procedimento arbitral e proferir sentença enquanto estiver pendente de julgamento um requerimento ao judiciário formulado com base neste artigo.

⁴⁸⁵V. art. 22(3) da Lei de Arbitragem espanhola. Nesse sentido, v. CADARSO PALAU, Juan. *Potestad de los arbitros para decidir sobre su competencia*. In: GONZÁLEZ DORIA, Juli (Coord.). *Comentarios a la nueva Ley de Arbitraje* 60/2003, de 23 de diciembre. Actualizado conforme a la Ley 11/2011, de 20 de mayo, de reforma de la Ley ... del Estado. Navarra: Editorial Aranzadi, 2004. (Grandes Tratados)

Muito embora as particularidades de cada caso possam requerer decisões excepcionais, entendemos, na mesma linha do que sustenta GARY BORN, que a pendência de uma ação anulatória “virtualmente nunca” poderá provocar a suspensão do procedimento arbitral.⁴⁸⁶ Nesse mesmo sentido tem se orientado a jurisprudência francesa.⁴⁸⁷

A mesma linha vem prevalecendo em nosso direito, sendo marcante o posicionamento de RAFAEL FRANCISCO ALVES, que sustenta que “a única hipótese em que se admite a análise da regularidade da convenção pelo juiz estando ainda em curso a arbitragem é a de uma ação de anulação de sentença arbitral parcial. Nesse caso, ainda que o juiz anule a sentença parcial por entender que a convenção é inexistente, inválida ou ineficaz, não poderá tomar qualquer medida quanto à arbitragem em curso, sendo vedada a prolação de medida antiarbitragem também aqui”.⁴⁸⁸

A doutrina, nesse caso, tem tratado o tema sob a ótica das chamadas *anti-suit injunctions* ou *anti-arbitration injunctions*, isto é, daquelas medidas judiciais destinadas à paralisação ou extinção do procedimento arbitral.⁴⁸⁹ São diversos os argumentos a sustentar a falta de cabimento desse tipo de medida judicial como forma de suspender arbitragens.

As únicas brechas para uma situação dessa natureza são situações manifestamente ilegais, como quando não há convenção de arbitragem.⁴⁹⁰ Os ainda raros julgados sobre a matéria, a despeito de não rejeitarem vigorosamente a possibilidade de que esse tipo de

⁴⁸⁶“The pendency of an annulment application should virtually never suspend the arbitral proceedings”. (BORN, Gary. *International commercial arbitration*, cit., p. 2359, nota 158). Trad. livre: A pendência de uma ação anulatória virtualmente nunca deveria suspender o procedimento arbitral.

⁴⁸⁷Cass. civ. 2e, 5 de abril 1994, *Bull. civ.*, II, n° 116, *Revue de l'arbitrage*, 1995, p. 72; Paris, 1re Ch. C, 17 dez. 1991, *Rev. arb.*, 1993.281, note H. Synvet; Paris, 1re Ch. C, 9 de julho de 1992, *Rev. arb.*, 1993.303, note Ch. Jarrosson; Cass. civ. 1re, 19 de março de 2002, *Tarom c/ The Levant Shipping Agency*, *Bull. civ.*, I, n° 94, *RTD com.*, 2002.664, obs. E. Loquin; *JDI*, 2003.139, notas de E. Loquin; *JCP*, 2003 I 105, n° 13, obs. J. Ortscheidt (apud, PINNA, Andrea. *L'annulation d'une sentence arbitrale partielle*, cit., p. 620). No mesmo sentido, ainda que menos enfático, DELVOLVÉ, Jean-Louis; ROUCHE, Jean; POINTON, Gerald. *French arbitration law and practice: a dynamic civil law approach to international arbitration*. 2. ed. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009. p. 268.

⁴⁸⁸ALVES, Rafael Francisco. *Inadmissibilidade das medidas antiarbitragem no direito brasileiro*, cit., p. 213. No mesmo sentido, FLÁVIO SPACCAQUERCHE BARBOSA ressalta que “em ação anulatória de sentença parcial, não há de se permitir a concessão de qualquer ordem judicial (liminar ou não) tendente a suspender, obstar ou paralisar o procedimento arbitral em curso, seja qual for o objeto da sentença parcial ou as razões argüidas para anulá-la, sob pena de violação aos princípios da autonomia da convenção de arbitragem e da Kompetenz-Kompetenz.” (BARBOSA, Flávio Spaccaquerche. *A sentença arbitral parcial e o seu controle judicial*, cit., p. 121).

⁴⁸⁹BARBOSA, Flávio Spaccaquerche. *A sentença arbitral parcial e o seu controle judicial*, cit., p. 118.

⁴⁹⁰BARBOSA, Flávio Spaccaquerche. *A sentença arbitral parcial e o seu controle judicial*, cit., p. 118.

tutela venha a ser pleiteada em ações anulatórias de sentenças parciais, via de regra, têm negado todo tipo de interferência no processo arbitral decorrente de ação anulatória.⁴⁹¹

Como lembra THIAGO MARINHO NUNES, não existe hierarquia entre árbitro e juiz, de modo que o árbitro não está sujeito à decisão judicial que determine a suspensão do procedimento arbitral.⁴⁹² Em linha com o posicionamento de FLÁVIO SPACCAQUERCHE BARBOSA, portanto, somente os árbitros teriam a jurisdição de determinar a suspensão do procedimento arbitral, mediante pedido das partes.⁴⁹³

Não se nega o fato de que a manutenção do procedimento arbitral poderá, em certos casos, trazer prejuízo a alguma das partes, que se verá obrigada a arcar com custas e honorários (de árbitros e advogados) para a conclusão de um procedimento que poderá estar fadado ao fracasso. No entanto, ao se sopesar esse risco, que não necessariamente se caracterizará como risco de dano irreparável, com os malefícios que a suspensão do procedimento trará, a balança haverá de pender para o favorecimento à manutenção do curso do procedimento arbitral.

Processos judiciais de anulação de sentença arbitral, em nossas terras ou alhures, levam tempo para serem concluídos e normalmente estão sujeitos ao duplo grau de jurisdição. Parece indiscutível que favorecer a concessão de tutelas provisórias até que se tenha a solução definitiva de ações anulatórias de sentenças parciais significará uma ameaça não só à efetividade da tutela arbitral, mas também à própria utilização da sentença parcial como ferramenta potencializadora dessa efetividade, conforme sustentado anteriormente neste trabalho.

Assim, Com apoio nesses fundamentos, entendemos que não cabe deferir, em sede cautelar ou de antecipação de tutela, a suspensão de arbitragem em curso, a menos que a arbitragem já pudesse ter sido suspensa em momento anterior, nas estreitíssimas hipóteses em que se poderia autorizar o emprego de medidas antiarbitragem. Salvo tais situações, não há que se falar em suspensão ou interrupção do procedimento arbitral.

⁴⁹¹TJ RJ, Agravo de Instrumento n. 0055777-82.2011.8.19.0000, 20ª Câmara Cível, Rel. Des. Letícia Sardas, j. 25.4.2012.

⁴⁹²NUNES, Thiago Marinho. A prática das *anti-suit injunction* no procedimento arbitral e seu recente desenvolvimento no direito brasileiro. *Revista Brasileira de Arbitragem*, n. 5, p. 49-50, jan./mar. 2005.

⁴⁹³Cf. BARBOSA, Flávio Spaccaquerche. A sentença arbitral parcial e o seu controle judicial, cit., p. 119, “se a jurisdição é dos árbitros, não é do Judiciário”.

7. HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL PARCIAL ESTRANGEIRA

Trataremos, por fim, do tema da homologação de sentenças arbitrais parciais estrangeiras.⁴⁹⁴ A despeito de ainda não haver notícia acerca de jurisprudência brasileira em torno da matéria (envolvendo especificamente a sentença parcial), imagina-se que, pelo crescente volume de casos na jurisprudência sobre matéria de arbitragem, não tardarão a surgir casos a serem julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

7.1. Tratamento idêntico a sentenças parciais e finais: Plena possibilidade de homologação das sentenças arbitrais parciais no Brasil

Entendemos que, em princípio, deve ser aplicado às sentenças arbitrais parciais estrangeiras o mesmo tratamento dispensado às sentenças arbitrais finais, pois, como vimos insistindo neste trabalho, as duas figuras não são diferentes quanto às suas características, a não ser pelo fato de que a sentença parcial não esgota toda a extensão do mérito do processo.⁴⁹⁵

A homologação de sentenças arbitrais parciais proferidas no estrangeiro deve, a exemplo do que ocorre com as sentenças finais, atender aos requisitos enumerados no art. 37 da Lei de Arbitragem e nos artigos IV e V da Convenção de Nova Iorque de 1958 e a Resolução nº 9/2005, do Superior Tribunal de Justiça. Da mesma forma, deve ser instruída com a via original da sentença arbitral, ou cópia autenticada, e com a via original, ou cópia autenticada, da convenção de arbitragem.

O objeto do processo de reconhecimento distingue-se claramente do objeto da arbitragem propriamente dita. No processo de reconhecimento, a pretensão do autor é a concessão de eficácia, em território nacional, ao ato sentencial emanado no exterior. Não

⁴⁹⁴Sobre o tema da homologação das sentenças arbitrais estrangeiras, v. entre outros, ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras*. São Paulo: Atlas, 2008. (Coleção Atlas de Processo Civil – Coordenação Carlos Alberto Carmona) e GASPARG, Renata Álvares. *Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009. (Coleção Atlas de Arbitragem – Coordenação Carlos Alberto Carmona).

⁴⁹⁵Nesse sentido GASPARG, Renata Álvares. *Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil*, cit., p. 103.

se trata, portanto, de foro e oportunidade adequadas para se atestar ou contestar a validade da sentença parcial, mas simplesmente para que se verifique se estão presentes os pressupostos para que ela produza os seus efeitos no Brasil.⁴⁹⁶

Até por isso, ainda que o direito interno não reconhecesse a validade da sentença parcial, entendemos que, para fins de juízo de homologação, não haveria impedimento que se emprestasse eficácia a esse tipo de decisão. A validade da sentença estrangeira não deve ser aferida em função da legislação nacional, mas sim de acordo com a lei escolhida pelas partes ou a *lex fori*, conforme o caso.⁴⁹⁷ Mesmo, contudo, se fosse o caso de se socorrer do direito processual interno, já tivemos a oportunidade de demonstrar que não há barreiras legais a que se admita o conceito de sentença arbitral parcial.⁴⁹⁸

Entendemos importante pontuar essa questão, principalmente em razão do posicionamento de jurisdições de países vizinhos, como a Colômbia, que, apegadas ao conceito de sentença como ato final do processo, já têm jurisprudência no sentido de não admitir a homologação de sentenças parciais.⁴⁹⁹

Não há fundamento na Convenção de Nova Iorque de 1958 para que se rejeite a homologação de sentença parcial pelo simples fato de a decisão ser parcial. Afinal, como se vem pontuando ao longo deste trabalho, trata-se de ato definitivo quanto à matéria decidida. Assim, por exemplo, já decidiu o Poder Judiciário Suíço, quando confrontado com uma contestação a pedido de homologação de sentença estrangeira baseado no artigo

⁴⁹⁶ ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras*, cit., p. 122.

⁴⁹⁷ Nesse sentido, BAPTISTA, Luiz Olavo. Sentença parcial em arbitragem, cit., p. 190, “será a lei escolhida pelas partes (ou o regulamento arbitral escolhido) ou a *lex fori*, conforme o caso, que determinará a possibilidade de sentenças parciais”.

⁴⁹⁸ ARMELIN, Donald. Notas sobre sentença parcial e arbitragem, cit., p. 292; GASPAS, Renata Álvares. *Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil*, cit., p. 98 ss.

⁴⁹⁹ MARIA JOSÉ SANCHEZ REY aponta caso da Corte Suprema da Colômbia que negou a homologação a uma sentença parcial proferida em um procedimento arbitral regido sob as regras da CCI, sob o argumento de que, em que, aplicando-se o conceito de sentença vigente no direito interno, somente laudos que ponham fim ao procedimento arbitral podem ser objeto de exequatur (Corte Suprema de Justicia, Auto 260 de 1998, Rel. Nicolas Bechara Simancas. No mesmo sentido, Auto 012 de 1999, Relator Pedro Laffont Pianetta e Auto 042 de 1999, Relator Jorge Antonio Castillo Rugeles, apud SANCHEZ REY, Maria José. El exequátur de los laudos parciales: un procedimiento inaplicable in Colombia? In: ENSAIOS arbitrales. Bogotá: Centro de Arbitraje e Conciliación, Camara de Comercio de Bogota, 2010., p. 150). Referida autora critica tal postura, dita demasiadamente restritiva, por não se coadunar com a convenção de Nova Iorque, de 1958 e nem mesmo com uma interpretação literal do artigo 693 do CPC Colombiano (El exequátur de los laudos parciales: un procedimiento inaplicable in Colombia?, cit., p. 151). A mesma autora aponta, ainda, um caso em que a Corte de Apelação de Sofia entendeu que não daria exequatur a uma sentença parcial, eis que essa não seria obrigatória e, por isso, a denegação da homologação encontraria fundamento no artigo V, 1, “e” da Convenção de NY. (CASO ecoenerg LTD. Vs. National Electricity Company AD (SANCHEZ REY, Maria José. El exequátur de los laudos parciales: un procedimiento inaplicable in Colombia?, cit., p. 148).

V(1)(e) da Convenção.^{500 / 501} A doutrina internacional também vem sustentando que, atendido requisito de definitividade da decisão, é de ser autorizada sua homologação.⁵⁰²

Outro argumento a favorecer o reconhecimento de sentenças parciais estrangeiras é a própria possibilidade de homologação parcial de sentenças estrangeiras, como no caso de se verificar que apenas uma parte dos capítulos da sentença não atenderia aos requisitos legais para a homologação.⁵⁰³

Por fim, interessante indagar se, para a homologação do laudo final é necessária a homologação do laudo parcial. Não há notícia de julgados tratando da matéria, mas pensamos que a questão deve ser analisada em função da relação entre sentença final e sentença parcial. Isto é, se há relação de subordinação em relação à matéria decidida na sentença parcial – como no caso da sentença que estabelece a responsabilidade, mas deixa a quantificação da obrigação para um segundo momento – parece claro que a homologação da sentença parcial é condição indispensável para que a obrigação possa ser executada.⁵⁰⁴ Se puderem ser separadas, todavia, não se verifica essa condição.⁵⁰⁵

7.2. Homologação de outros tipos de decisão

Não é propriamente o escopo deste trabalho abordar as especificidades relacionadas a decisões interlocutórias ou de caráter provisório. A despeito disso, julgamos conveniente tratar brevemente do assunto, neste ponto, tendo em vista a clara existência de um ponto de conexão com as sentenças parciais.

⁵⁰⁰“1. O reconhecimento e a execução de uma sentença poderão ser indeferidos, a pedido da parte contra a qual ela é invocada, unicamente se esta parte fornecer, à autoridade competente onde se tenciona o reconhecimento e a execução, prova de que: (...) e) a sentença ainda não se tornou obrigatória para as partes ou foi anulada ou suspensa por autoridade competente do país em que, ou conforme a lei do qual, a sentença tenha sido proferida”.

⁵⁰¹Tribunal Federal Suíço, caso n. 4P.173/2003/ech, j. 12/08/2003, TRIBUNAL FÉDÉRAL. Disponível em: <www.bger.ch/fr>. Um resumo em língua inglesa pode ser acessado em www.newyorkconvention1958.org.

⁵⁰²DI PIETRO, Domenico. What Constitutes an Arbitral Award under the New York Convention? In GAILLARD, Emmanuel; DI PIETRO, Domenico (Eds.). *Enforcement of arbitration agreements and international arbitral awards: the New York Convention in practice*. Cameron May, London, 2008. p. 151-156.

⁵⁰³GASPAR, Renata Álvares. Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil, cit., p. 101-102.

⁵⁰⁴Nesse sentido, já se decidiu no âmbito do Poder Judiciário da Itália, conforme relata DI PIETRO, Domenico. What Constitutes an Arbitral Award under the New York Convention?, cit., p. 154-155.

⁵⁰⁵SANCHEZ REY, Maria José. El exequátur de los laudos parciales: un procedimiento inaplicable in Colombia?, cit., p. 147.

Reiteramos a distinção feita mais acima entre sentença parcial, de um lado, e decisões interlocutórias e provisórias, de outro. Por faltar a estas últimas o caráter de definitividade que marca as sentenças finais e parciais, em princípio, não caberia falar em homologação desse tipo de decisão.⁵⁰⁶

Já se falou na possibilidade de que determinados tipos de decisão sejam revestidos da forma de sentença, justamente visando a possibilitar sua homologação. Esse costuma ser, na verdade, o principal argumento para defender certa postura de flexibilidade no que diz respeito à utilização da forma de sentença para decisões que não se enquadram nesse conceito.

Diante do atual quadro normativo regendo a matéria internamente, no entanto, não nos parece ser necessário o recurso a esse tipo de expediente. Decisões interlocutórias ou de natureza provisória proferidas por um tribunal arbitral em uma arbitragem sediada no estrangeiro podem, sim, ter eficácia no país. O caminho é o procedimento aplicável às cartas rogatórias, conforme art. 7º da Resolução nº 9/2005, do Superior Tribunal de Justiça.

A doutrina, no entanto, discute se essa disposição não poderia abrir espaço para que a carta rogatória pudesse ser expedida diretamente pelo Tribunal Arbitral, em vez de ter de passar antes pelo Poder Judiciário do país sede da arbitragem.⁵⁰⁷

Pensamos que se deva conferir interpretação mais ampla ao conceito de carta rogatória para abranger não somente o rogo expedido por autoridade *judiciária* estrangeira, mas, também, por *tribunal arbitral* estrangeiro.⁵⁰⁸ Tal interpretação é baseada no art. III da Convenção de Nova Iorque de 1958, de acordo com o qual “para fins de reconhecimento ou de execução das sentenças arbitrais às quais a presente Convenção se aplica, não serão impostas condições substancialmente mais onerosas ou taxas ou cobranças mais altas do que as impostas para o reconhecimento ou a execução de sentenças arbitrais domésticas”.

Muito embora a disposição se refira à sentença arbitral, parece ser perfeitamente legítima a analogia com a decisão arbitral. Tal analogia, ademais, parece ser preferível à

⁵⁰⁶Esse é o entendimento predominante também internacionalmente, cf. KRONKE, Herbert; NACIMIENTO, Patricia; OTTO, Dirk (Eds.). *Recognition and enforcement of foreign arbitral awards: a global commentary on the New York Convention*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2010, p. 156.

⁵⁰⁷A respeito, v. ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti, Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras, cit., p. 235-236 e GASPAR, Renata Álvares. *Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil*, cit., p. 94.

⁵⁰⁸A propósito, vale mencionar a existência de um precedente, no STJ, de carta rogatória expedida por tribunal arbitral, com o propósito de intimar o representante legal de empresa brasileira a prestar esclarecimentos, à qual o STJ concedeu *exequatur* (Carta Rogatória nº 6.562-AR).

criação de uma ficção, por meio da denominação, como sentença, de provimentos de natureza diversa.

No mais, tal carta rogatória seria tratada da mesma forma como uma verdadeira carta rogatória judicial, sujeitando-se ao mesmo tratamento estabelecido pela Resolução nº 9/2005, inclusive no que diz respeito à sua execução em caráter liminar, nos termos do art. 8º, parágrafo único, da mesma Resolução.

7.3. Homologação de sentença estrangeira e ação anulatória

Por fim, outra questão interessante a ser analisada é a relação existente entre a homologação de sentença arbitral estrangeira e a ação anulatória intentada no Brasil. É verdade que essa questão não é particular do estudo das sentenças parciais, mas a menção se justifica principalmente em função do julgamento do caso *Renault x Caoa*, em que essa questão acabou sendo longamente debatida.⁵⁰⁹

Ao contrário do quanto sugerido no acórdão em comento, não se mostra possível que sentenças estrangeiras sejam atacadas pela via da ação anulatória prevista no artigo 33 da Lei de Arbitragem.⁵¹⁰

Não custa frisar que o procedimento de homologação de sentença estrangeira destina-se a que o ato possa produzir efeitos no país onde está sendo homologada. Não é o espaço próprio para se tratar de questões relacionadas à validade da sentença.⁵¹¹

Em conclusão a este capítulo, cumpre apenas reiterar seu aspecto mais relevante, que é a equiparação com que a sentença arbitral parcial deve ser tratada em relação à sentença final, para fins de homologação perante o Superior Tribunal de Justiça. É por meio dessa diretriz fundamental que se haverá de solucionar os problemas práticos que, eventualmente, vierem a surgir.

⁵⁰⁹TJSP, Agravo de Instrumento n. 285.411-5/0, 5ª Câmara de Direito Privado, j. 12.6.2003.

⁵¹⁰Cf. FONSECA, Rodrigo Garcia da. Reflexões sobre a sentença arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 69, jul./set. 2005. V. ainda LEE, João Bosco, O caso CAO A v. Renault. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 134-143, 2004.

⁵¹¹V. nesse sentido, o entendimento de LUIZ OLAVO BAPTISTA, para quem “A sentença arbitral estrangeira não homologada no Brasil, portanto, existe e é perfeitamente válida no território brasileiro, caso não tenha sido anulada no país de origem, podendo, inclusive, ser utilizada judicialmente como documento com efeitos probatórios. Sua homologação pelo Superior Tribunal de Justiça é, portanto, requisito apenas para sua eficácia no território brasileiro como título executivo judicial”. A homologação da sentença estrangeira, portanto, nada tem a ver com a validade do ato, mas simplesmente com a produção de efeitos no território do país onde se pede a homologação. O ato não perde sua validade caso a homologação não seja concedida (BAPTISTA, Luiz Olavo. Sentença parcial em arbitragem, cit., p. 194-195).

8. CONCLUSÃO

Delineamos, adiante, as principais conclusões alcançadas ao longo deste trabalho:

1. A despeito de a sentença arbitral parcial não contar com previsão legal expressa, trata-se de figura perfeitamente admissível no direito brasileiro. Há muitos elementos, já na legislação em vigor e no próprio instituto da arbitragem (de vocação internacional), que autorizam o emprego dessa técnica e, conseqüentemente, tornam desnecessária qualquer alteração na Lei nº 9.307/96.

2. Essa conclusão toma por base a existência de um verdadeiro *processo arbitral* (**Capítulo 2**), pautado por dois elementos determinantes: (i) a autonomia da vontade, por meio da qual as partes concordam com o afastamento da jurisdição estatal para a solução das controvérsias que estejam inseridas dentro dos específicos limites das vontades das partes; e (ii) o devido processo legal, cuja observância é essencial para garantir a confiabilidade desse método de solução de controvérsias e para que a decisão proferida pelos árbitros possa ser revestida de caráter jurisdicional.

3. A face externa e aparente do processo arbitral é o procedimento, cuja marca distintiva é sua característica de flexibilidade. A possibilidade de parcelar o julgamento em momentos distintos é um desdobramento da característica flexível do procedimento arbitral, constituindo-se em técnica destinada a conferir maior efetividade ao processo arbitral.

4. O ordenamento jurídico pátrio oferece fundamento seguro para que sejam proferidas sentenças parciais em processos arbitrais (**Capítulo 3**). Em primeiro lugar, porque a sentença parcial não é figura cuja natureza seja distinta da sentença final. A diferença entre elas fica apenas por conta de sua extensão, naquilo que diz respeito ao objeto do processo. A sentença é *parcial* justamente porque não caracteriza a definição total da causa. Empréstando o conceito utilizado por CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO para definir a sentença no processo civil – o provimento que “define a causa” –, propusemos conceituar sentença parcial como o *ato que define parcialmente a causa, com ou sem julgamento de mérito*.

5. A adoção desse conceito permite distinguir a sentença parcial de outros tipos de decisão, de natureza interlocutória, que não se caracterizam como sentença justamente por

não definirem a causa, mas simplesmente resolverem questões. Tal critério de distinção, da mesma forma, possibilita delimitar com precisão os atos que podem eventualmente ser objeto de execução judicial, bem como da ação anulatória prevista no artigo 33 da Lei nº 9.307/96, eis que não se admite a propositura de tal ação contra decisões interlocutórias, mas apenas contra sentenças.

6. O conceito de sentença parcial também auxilia na melhor compreensão das decisões acerca da jurisdição do tribunal arbitral, cuja natureza, ao menos nos casos de decisões “positivas” (aquelas em que o tribunal arbitral confirma sua jurisdição) é bastante discutida. Entendemos que a parte pode ter legítimo interesse em declarar algum aspecto da convenção de arbitragem – sua existência, validade, eficácia, bem como o seu alcance – com efeito direto sobre a definição da jurisdição do tribunal arbitral. Nesse sentido, se a declaração de quaisquer desses aspectos for objeto de pedido, compondo assim o objeto do processo, será decidida por meio de *sentença*.

7. Reafirma-se, com base nisso, o conceito que se alcançou após os estudos aqui apresentados: sentença arbitral parcial é a modalidade de sentença arbitral em que o árbitro define uma parte da causa, com ou sem o julgamento do mérito, deixando o restante para ser definido em momento posterior.

8. Além de sustentar que a sentença parcial tem seu devido lugar no processo arbitral, pelo simples e suficiente fato de que é uma *sentença*, também nos posicionamos no sentido de que não há qualquer razão para que ela seja rejeitada pelo fato de ser *parcial*.

9. Nesse sentido, não nos parece que o artigo 29 da Lei de Arbitragem pudesse constituir vedação legal à admissibilidade da cisão do julgamento em momentos diferentes. A autonomia das partes e a flexibilidade do procedimento arbitral servem como claro substrato à possibilidade de parcelamento do julgamento. Ademais, com as alterações sobrevindas sobre o conceito de sentença, no processo civil, a partir da vigência da Lei nº 11.232/05, vem caindo ainda mais a resistência doutrinária à regra de unicidade da sentença. Por fim, não se aplica à sentença parcial a limitação referente à sentença *infra petita*, eis que a sentença parcial é completa em relação à matéria por ela decidida.

10. A respeito da considerável divergência doutrinária acerca da necessidade, ou não, de existência de autorização das partes para que se proceda ao fracionamento do julgamento, nosso entendimento é que tal autorização seria despicienda. A decisão de cindir o julgamento do mérito é relacionada ao procedimento, de modo que o que o árbitro

está plenamente autorizado, nos termos do artigo 21, §1º, da Lei de Arbitragem, a suprir eventual omissão nas regras procedimentais previamente acordadas pelas partes. Ademais, a cisão do julgamento pode estar vinculada a preocupações de garantia da efetividade e da eficácia da arbitragem, todas elas vinculadas a uma noção mais ampla de devido processo legal constitucional.

11. Quanto às condições que devem se verificar, no caso concreto, para que se possa cogitar da prolação de sentenças parciais (**Capítulo 4**), entendemos que existem, de um lado, requisitos de cabimento da sentença parcial, destinados a determinar se a parcela da causa a ser julgada já está pronta para julgamento, em termos probatórios, assim como deve ser plenamente apta a ser separada das demais, sem que isso importe em prejuízo ao contraditório ou à ampla defesa.

12. De outro lado, há também requisitos de adequação das sentenças parciais, em termos de *eficiência e efetividade*. Não se trata, porém, de requisitos que condicionem a validade da sentença parcial, mas, na verdade, sua utilidade. Cumpre, portanto, examinar se a sentença parcial poderá garantir uma prestação jurisdicional mais adequada e com economia de tempo e recursos para as partes. Conforme procuramos apontar, pode em alguns casos ocorrer justamente o contrário, com prejuízos provavelmente irreversíveis.

13. Portanto, as sentenças arbitrais parciais podem ser, mas nem sempre, instrumentos de enorme utilidade para garantir a prestação jurisdicional mais adequada e célere às partes.

14. Diante desses critérios, procuramos destacar alguns casos típicos de sentenças parciais, tais como: (i) a sentença parcial sobre a jurisdição; (ii) a sentença parcial decidindo a parcela madura do mérito; e (iii) a sentença parcial estabelecendo distinção entre o *an* e o *quantum debeat* (**Capítulo 5**).

15. O exame específico desses casos típicos reafirma a constatação de que não é necessário aguardar o julgamento de todas as demandas se ao menos uma delas estiver pronta para julgamento e for destacável das demais. Demonstrou-se também que a instrução do processo pode ser beneficiada por um movimento coerente e consistente no sentido de determinar a existência, ou não, do *an debeat* antes do *quantum*. Em suma, as partes têm direito ao julgamento mais efetivo e eficiente que o julgador puder prover.

16. Em relação ao tema da *execução e invalidação* das sentenças arbitrais parciais (**Capítulo 6**), em linha com o raciocínio que procuramos desenvolver, sustentamos,

preliminarmente, que os efeitos das sentenças parciais de mérito proferidas no processo arbitral sujeitam-se à coisa julgada da mesma forma com o que ocorre com as sentenças finais, ensejando tanto a possibilidade de execução e impugnação em relação a cada sentença parcial, individualmente considerada.

17. A execução e, mais particularmente, o cumprimento judicial das sentenças parciais condenatórias, desta forma, sujeitam-se ao mesmo regime aplicável às sentenças arbitrais finais.

18. Da mesma forma, como verdadeiras e típicas sentenças que são, as sentenças parciais comportam anulação, dentro das restritas hipóteses legais previstas no artigo 32 da Lei de Arbitragem.

19. Mais especificamente, sustentamos que sentenças parciais não impugnadas dentro do prazo decadencial de 90 dias tornam-se soberanas e não mais estarão sujeitas a qualquer tipo de impugnação ou efeito anulatório, não importando qual seja o destino da sentença final ou o fundamento para a sua anulação. De outro lado, porém, a anulação da sentença parcial, dependendo de qual for o seu fundamento, poderá, em determinadas circunstâncias, comportar a anulação também da sentença final, do procedimento arbitral e, eventualmente, da própria convenção de arbitragem.

20. Com relação aos possíveis efeitos da pendência de uma ação anulatória sobre o procedimento arbitral – tendo em vista a possibilidade de ser pleiteada a concessão de uma antecipação de tutela destinada à suspensão imediata do procedimento, antes que seja proferida a sentença final – defendemos não ser boa medida admitir que o procedimento possa ser suspenso por meio de decisões judiciais proferidas em caráter liminar, no âmbito de ações anulatórias. Esse tipo de abertura significaria provavelmente a inutilização da técnica da sentença parcial. Assim, salvo em caso de situações teratológicas – que já autorizariam a propositura das chamadas ações antiarbitragem –, não se pode cogitar da concessão de medida liminar que suspenda o procedimento arbitral.

21. Por fim, a respeito da homologação de sentenças arbitrais parciais (**Capítulo 7**), não nos parece deva ser tratado com qualquer diferenciação no que diz respeito à homologação das sentenças finais. Tal como estas, as sentenças arbitrais parciais são passíveis de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça pelo mesmo regramento.

Em síntese, portanto, este trabalho procurou **(i)** demonstrar a perfeita admissibilidade das sentenças parciais em função daquilo que elas são – verdadeiras e

típicas sentenças; **(ii)** oferecer critérios destinados a orientar a decisão de cindir ou não o julgamento do processo em mais de uma sentença, seja para evitar desvios ao devido processo legal, seja para garantir os valores de efetividade e eficiência processual que a sentença parcial visa a promover; e **(iii)** interpretar às disposições legais vigentes de modo a confirmar sua aplicabilidade à execução e à impugnação das sentenças parciais domésticas, assim como à homologação no Brasil das sentenças parciais estrangeiras.

REFERÊNCIAS

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras*. São Paulo: Atlas, 2008. (Coleção Atlas de Processo Civil – Coordenação Carlos Alberto Carmona).

AEBERLI, Peter. Jurisdictional disputes under the Arbitration Act 1996: a procedural route map. *Arbitration International*, Kluwer Law International, v. 21, n. 3, p. 253-299, 2005.

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. O pedido no sistema da *common law* e o princípio da adstrição. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 29, n. 118, p. 89-108, nov./dez. 2004.

ALVES, Rafael Francisco. *Inadmissibilidade das medidas antiarbitragem no direito brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2009.

ALVIM, Arruda; ALVIM, Thereza (Coords.). *Comentários ao Código Civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 2.

AMBRIZZI, Tiago Ravazi. Reflexões sobre o controle judicial da sentença arbitral. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, n. 214, p. 299-324, dez. 2012.

ANDRADE, Marcus Vinicius dos Santos. Considerações sobre a arbitragem e o cumprimento da sentença arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 4, n. 15, p. 19-64. out./dez. 2007.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *A apelação e seus efeitos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARMELIN, Donaldo. Notas sobre sentença parcial e arbitragem. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 5, n. 18, jul./set. 2007.

ASSIS, Araken de. *Cumprimento de sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

AYOUB, Luiz Roberto; PELLEGRINO, Antônio Pedro. A sentença parcial. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 6, n. 22, p. 33-53, jul./set. 2009.

AZEVEDO, Ana Paula Schoriza Bueno de. *Capítulos da sentença: como o STJ tem se posicionado sobre o termo inicial para a contagem do prazo da ação rescisória?* *Revista de Processo*, São Paulo, v. 34, n. 176, out. 2009.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Arbitragem: aspectos práticos. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, n. esp. de lançamento, jul./set. 2003.

_____. Sentença parcial em arbitragem. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 173-195, abr./jun. 2008.

BARBOSA, Bruno Valentim. Julgamentos parciais de mérito no processo civil individual brasileiro. 2013. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARBOSA, Flávio Spaccaquerche. A sentença arbitral parcial e o seu controle judicial. In: PINTO, Ana Luíza; SKITNEVSKY, Karin (Coords.). *Arbitragem nacional e internacional*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Correlação entre o pedido e a sentença. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 21, n. 83, p. 207-215, jul./set. 1996.

_____. A nova definição de sentença. In: _____. *Temas de direito processual: nona série*. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Uma novidade: o Código de Processo Civil inglês. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 25, n. 99, p. 74-83, jul./set. 2000.

_____. Sentença objetivamente complexa, trânsito em julgado e rescindibilidade. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 31, n. 141, p. 7-19, nov. 2006.

BEBBER, Julio Cesar. Recurso parcial e formação gradual da coisa julgada sob o enfoque dos capítulos de sentença. *Revista de Direito do Trabalho*, ano 35, n. 134, p. 134-150, abr./jun. 2009.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros Ed., 2006.

_____. Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério; BEDAQUE, José Roberto dos Santos (Coords.). *Causa de pedir e pedido no processo civil: (questões polêmicas)*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

BEND, Bommel van der; LEIJTEN, Marnix; YNZONIDES, Marc (Eds.). *A Guide to the NAI Arbitration Rule: including a commentary on Dutch Arbitration Law*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009.

BERG, Albert Jan van den (Ed.). *Yearbook Commercial Arbitration 1999*. The Netherlands: Kluwer Law International, 1999. v. 24, p. 296-302.

BERMUDES, Sergio. *Direito processual civil: estudos e pareceres: 2ª série*. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. Juízo arbitral. Ação arbitral meramente declaratória. Adstrição da jurisdição arbitral ao pedido da parte, conforme art. 26, III, da lei específica. Nulidade da sentença violadora desse princípio. Inadmissibilidade de provimento arbitral de ofício, ou condicional. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 356, p. 245-251, jul./ago. 2001.

BLANKLEY, Kristen M. Current developments in alternative dispute resolution: did the arbitrator "Sneeze"?--Do Federal Courts have jurisdiction over "Interlocutory" awards in class action arbitrations? *Vermont Law Review*, n. 34, p. 493-527, 2010.

BÖCKSTIEGEL, Karl-Heinz; KRÖLL, Stefan Michael; NACIMIENTO, Patricia (Eds.). *Arbitration in Germany: the model law in practice*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2007.

BONÍCIO, José Marcelo Magalhães. *Capítulos de sentença e efeitos dos recursos*. São Paulo: RCS Ed., 2006.

BOO, Lawrence G. S. Ruling on arbitral jurisdiction — is that an award? *Asian International Arbitration Journal*, Kluwer Law International, v. 3, n. 2, p. 125-141, 2007.

BORN, Gary. *International commercial arbitration*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009.

BRAGHETTA, Adriana. *A importância da sede na arbitragem: visão a partir do Brasil*. Rio de Janeiro, Renovar, 2010.

_____. et al. Pesquisa "Arbitragem e Poder Judiciário"- Relatório do 1º Tema: Invalidez da sentença arbitral – Parceria Institucional Acadêmico-Científica Direito GV-CBAR. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, n. 22, p. 7-77, abr./jun. 2009.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 2, t. 1.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 5.

_____. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva 2006. v. 1.

BÜHLER, Michael. Note – Sentence Partielle du 1er juin 2004 dans l'affaire CCI No 12491/KGA/EC. *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, v. 24, n. 2, p. 290-301, 2006.

CADARSO PALAU, Juan. Potestad de los arbitros para decidir sobre su competencia. In: GONZÁLEZ DORIA, Juli (Coord.). *Comentarios a la nueva Ley de Arbitraje 60/2003*, de 23 de diciembre. Actualizado conforme a la Ley 11/2011, de 20 de mayo, de reforma de la Ley ... del Estado. Navarra: Editorial Aranzadi, 2004. (Grandes Tratados).

CALMON DE PASSOS, J. J. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983. v. 3.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. 3.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Arbitragem*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1997.

_____. *Arbitragem*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

_____. Princípio da correlação entre demanda e sentença no direito processual civil. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 44, 2006.

CAMBI, Eduardo. Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo. In: DIDIER JR., Fredie (Org.). *Leituras complementares de processo civil*. 7. ed. Salvador: Juspodium, 2009.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e jurisdição. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 15, n. 58, p. 33-40, abr./jun. 1990.

_____. *Arbitragem e processo*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Ensaio sobre a sentença arbitral parcial. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 33, n. 165, p. 9-28, nov. 2008.

_____. Flexibilização do procedimento arbitral. *Revista Brasileira de Arbitragem*, Curitiba, n. 24, p. 7-21, out./dez. 2009.

_____. O processo arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2004.

CARMONA, Carlos Alberto. Em torno da petição inicial. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 101, n. 381, p. 39-56, set./out. 2005.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Ação rescisória, biênio decadencial e recurso parcial*. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 22, n. 88, p. 228-235, out./dez. 1997.

_____. *Cumprimento da sentença civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. Aspectos processuais da nova Lei de Arbitragem. In: CASELLA, Paulo Borba (Coord.). *Arbitragem: lei brasileira e praxe internacional*. São Paulo: LTr, 1999.

CARREIRA ALVIM, José Eduardo. *Direito arbitral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CARRETEIRO, Mateus Aimoré. *Tutelas de urgência e processo arbitral*. 2013. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CARVALHO, Milton Paulo de. *Do pedido no processo civil*. Porto Alegre: Ed. Fabris, 1992.

CATALAN, Marcos Jorge. O princípio da congruência e o acesso à ordem jurídica justa: reflexos sobre o tema na legalidade constitucional. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 147, p. 73-95, maio. 2007.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. v. 4.

CONCEITO de eficiência. Disponível em: <<http://conceito.de/eficiencia>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

CREMADES, Bernardo M. El arbitraje en la doctrina constitucional española. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 3, n. 8, p. 143-172, jan/mar. 2006.

_____. The arbitral award. In: NEWMAN, Lawrence W.; HILL, Richard D. (Eds.). *The Leading Arbitrators' Guide to International Arbitration*. Huntington, NY: Juris Publishing, 2004.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Sentença – I. In: LIMONGI FRANÇA, Rubens (Coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, São Paulo: Saraiva, 1977. v. 68.

_____. Sentença – II. In: LIMONGI FRANÇA, Rubens (Coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, São Paulo: Saraiva, 1977. v. 68.

DALL'AGNOL, Antonio. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000. v. 2.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007. v. 2.

DALL'ALBA, Camilo. Sentenças parciais de mérito: sua aplicação na praxe forense brasileira. *Revista Ajuris*, Porto Alegre, ano 32, n. 99, p. 361-370, set. 2005.

DELGADO, José Augusto. In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Thereza, *Comentários ao Código Civil brasileiro* (Coords.). Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 2, p. 828-836.

DELVOLVÉ, Jean-Louis; ROUCHE, Jean; POINTON, Gerald. *French arbitration law and practice: a dynamic civil law approach to international arbitration*. 2. ed. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009.

DERAINS, Yves; SCHWARTZ, Eric A. *Guide to the ICC Rules of Arbitration*. 2. ed. The Netherlands: Kluwer Law International, 2005.

DI CIO, Cecilia M. Dealing with mistakes contained in arbitral awards. *The American Review of International Arbitration*, n. 12, p. 121-149, 2001.

DI PIETRO, Domenico. What Constitutes an Arbitral Award under the New York Convention? In: GAILLARD, Emmanuel; DI PIETRO, Domenico (Eds.). *Enforcement of arbitration agreements and international arbitral awards: the New York Convention in practice*. Cameron May, London, 2008.

DIAS, Jean Carlos. A configuração da coisa julgada parcial e suas repercussões processuais no âmbito do cumprimento das sentenças. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 31, n. 135, p. 267-276, maio 2006.

_____. A reforma do CPC e o fim da teoria da unidade da sentence: Lei n. 11.232/05. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 40, jul. 2006.

DIDIER JR., Fredie. Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito. *Revista de Processo*, v. 28, n. 110, p. 225-251, abr./jun. 2003.

_____. Novas regras sobre a sentença. In: ABELHA RODRIGUES, Marcelo; JORGE, Flávio Cheim; DIDIER JR., Fredie. *A terceira etapa da reforma processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 68-71.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos de sentença*. 4. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2009.

_____. O conceito de mérito em processo civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 34, p. 20-46, abr./jun. 1984.

_____. *Execução civil*. São Paulo: Malheiros Ed., 1998. v. 1.

_____. *Fundamentos do processo civil moderno*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2000. v. 1.

_____. *Instituições de direito processual civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2009. v. 1, v. 2 e v. 3.

_____. *A instrumentalidade do processo*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 1993.

_____. Limites da sentença arbitral e de seu controle jurisdicional. In: _____. *Nova era do processo civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2007.

_____. Limites da sentença arbitral e de seu controle jurisdicional. In: MARTINS, Pedro A. Batista; GARCEZ, José Maria Rossani (Coords.). *Reflexões sobre arbitragem: in memoriam do Desembargador Cláudio Vianna de Lima*. São Paulo: LTr, 2002.

_____. *Nova era do processo civil*. São Paulo: Malheiros Ed., 2003.

_____. *Nova era do processo civil*. 3. ed., rev., atual. e aum. São Paulo: Malheiros Ed., 2009.

FABRICIO, Adroaldo Furtado. Justificação teórica dos procedimentos especiais. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 91, p. 3-14, abr./jun. 1995.

FARIA, Marcela Kohlbach de. A produção de prova no procedimento arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 9, n. 32, p. 207-225, jan./mar. 2012.

FERNÁNDEZ ROZAS, José Carlos. Clearer ethics guidelines and comparative standards for arbitrators. In FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, M. Á.; ARIAS, David (Eds.). *Liber Amicorum Bernardo Cremades*. Madrid: La Ley, 2010. v. 2. (Collection: Nouvelle Bibliothèque de Thèses).

FICHTNER, José Antônio; MONTEIRO, André Luis. Sentença parcial de mérito na arbitragem. In: _____. *Temas de arbitragem: primeira série*. Rio de Janeiro, Renovar, 2010.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Arbitragem, jurisdição e execução*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1999.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001. v. 4, t. 1.

FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem e a reforma processual da execução. Sentença parcial e cumprimento da sentença. Anotações em torno da Lei 11.232/2005. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 30-47, jul./set. 2007.

_____. Reflexões sobre a sentença arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 40-74, jul./set. 2005.

FRANCO, Oscar. Partial awards remain in limbo. *Global Arbitration Review*, v. 3, n. 4, 1 Set. 2008.

FRONTINI, Paulo Salvador. Arbitragem e execução da sentença arbitral: apontamentos sobre os reflexos da Lei nº 11.232/2005 no âmbito do cumprimento. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 26, n. 87, p. 76-86, set. 2006.

GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John (Eds.). *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*. The Netherlands: Kluwer Law International, 1999.

GAITIS, James M. The Federal Arbitration Act: risks and incongruities relating to the issuance of interim and partial awards in domestic and international arbitrations. *The American Review of International Arbitration*, n. 16, p. 1-130, 2005.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Flexibilização procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual, de acordo com as recentes reformas do CPC*. São Paulo: Atlas, 2008. (Coleção Atlas de Processo Civil. Coordenação Carlos Alberto Carmona). GASPAR, Renata Álvares. *Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009. (Coleção Atlas de Arbitragem – Coordenação Carlos Alberto Carmona).

GIUSTI, Gilberto; DALMASO, MARQUES, Ricardo. Sentenças arbitrais parciais: uma análise prática. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 7, n. 26, jul./set. 2010.

GOZAÍNI, Osvaldo Alfredo. El principio de congruencia frente al principio dispositivo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 152, p. 109-144, out. 2007.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GREENWOOD, Lucy. Does bifurcation really promotes efficiency? *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, v. 28, n. 2, p. 105-111, 2011.

GRION, Renato Stephan; ROOS, Cristián Conejero. Arbitration in Brazil: the ICC experience, *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 3, n. 10, jul./set. 2006.

GUERRERO, Luís Fernando. *Convenção de arbitragem e processo arbitral*. São Paulo: Atlas, 2009.

HIERRO HERNÁNDEZ-MORA, Antonio; HINOJOSA SEGOVIA, Rafael. Comentario al artículo 37 Ley de Arbitraje. In: GONZÁLEZ DORIA, Juli (Coord.). *Comentarios a la nueva Ley de Arbitraje 60/2003*, de 23 de diciembre. Actualizado conforme a la Ley 11/2011, de 20 de mayo, de reforma de la Ley ... del Estado. Navarra: Editorial Aranzadi, 2004. (Grandes Tratados). IHERING, Ludwig von. *A luta pelo direito*, 5. ed. revista da tradução de J. Cretella JR. e Agnes Cretella. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). 2010 Statistical Report. *ICC International Court of Arbitration Bulletin*, v. 22, n. 1, 2011.

_____. Final Report on Interim and Partial Awards. *ICC International Court of Arbitration Bulletin*, v. 1, n. 2, Dec. 1990. Disponível em: <<http://www.iccdri.com>>.

JARROSSON, Charles. Note - Cour d'appel de Paris (1re Ch. C) 25 mars 1994 - Société Sardisud et autre v. société Technip et autre. *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, n. 2, p. 394-396, 1994.

JELINEK, Wolfgang. The Award and the Courts - the Austrian Supreme Court and the precedent - Setting Interim Award or: OGH 7 Ob 545/92 and the consequences. In: KLAUSEGGER, Christian et al. (Eds.). *Austrian Arbitration Yearbook 2010*. München: C.H. Beck; Bern: Stämpfli Verlag, 2010. p. 209-217.

JENKINS, Jane; STEBBINGS, James. *International construction arbitration law*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2006. p. 279-308. (Arbitration in Context Series, v. 1).

KARAKAS, Edin. Croatian arbitration law: concept of arbitral award under Croatian and comparative law. *Croatian Arbitration Yearbook*, n. 13, p. 29-62, 2006.

_____. Origin of arbitral awards and its impact on applicable enforcement regime. *Croatian Arbitration Yearbook*, n. 11, p. 15-50, 2004.

KAUFMANN-KOHLER, Gabrielle; STUCKI, Blaise. *International arbitration in Switzerland: a handbook for practitioners*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2004.

KOCH, Christopher. The limits of arbitrators' powers to adjudicate fees and expenses. *Arbitration International*, Kluwer Law International, v. 27, n. 2, p. 233-248, 2011.

KOMATSU, Roque. Notas em torno dos deveres processuais dos juízes. In: SALLES, Carlos Alberto de (Coord.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

KONRAD, Christian W.; SCHWARZ, Franz T. *The Vienna Rules: a commentary on international arbitration in Austria*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009.

KRÖLL, Stefan Michael Recourse against negative decisions on jurisdiction. *Arbitration International*, Kluwer Law International, v. 20, n. 1, p. 55-72, 2004.

KRONKE, Herbert; NACIMIENTO, Patricia; OTTO, Dirk (Eds.). *Recognition and enforcement of foreign arbitral awards: a global commentary on the New York Convention*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2010.

LANDES, William M. *Sequential versus unitary trials: an economic analysis*. Chicago, John M. Olin Law & Economics Working Paper No. 8 (2d Series). Disponível em: <http://www.law.uchicago.edu/files/files/08.WML_.Sequential.pdf>.

LEE, João Bosco, O caso CAO A v. Renault. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 134-143, 2004.

LEMES, Selma Maria Ferreira. Árbitro: o padrão de conduta ideal. In CASELLA, Paulo Borba (Coord.). *Arbitragem: a nova lei brasileira (9.307/96) e a praxe internacional*. São Paulo: LTr, 1996.

_____. A sentença arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 26-33, jan./mar. 2005.

_____. Sentença arbitral estrangeira e sentença parcial: comentários ao Acórdão do TJESP - 25º Câmara. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, n. 11, p. 222-230, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.selmalemes.com.br/artigos/artigo_juri12.pdf>.

LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖLL, Stefan M. *Comparative International Commercial Arbitration*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2003.

LIEBMAN, Enrico Tulio. *Manual de direito processual civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 1984. v. 1.

_____. *Manuale di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1984. v. 1.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Devido processo legal substancial. In: DIDIER JR., Fredie (Org.). *Leituras complementares de processo civil*. 7. ed. Salvador: Juspodium, 2009.

_____. O novo regime do agravo: Lei nº 11.187/2005. *Revista do Advogado*, São Paulo, ano 26, n. 85, p. 159-175, maio 2006.

_____. Sentença e liquidação no CPC (Lei 11.232/2005). In: FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). *Processo e Constituição*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

LY, Filip de; SHEPPARD, Audley. ILA Interim Report on *Res Judicata* and Arbitration. *Arbitration International*, Kluwer Law International, v. 25, n. 1, p. 35-66, 2009.

MAGALHÃES, José Carlos de. Sentença arbitral estrangeira. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, n. 1, jan. /abr. 2004.

MANTILLA-SERRANO, Fernando. The new Spanish Arbitration Act. *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, v. 21, n. 4, p. 367-381, 2004.

MARCATO, Antônio Carlos. *Procedimentos especiais*. 12. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

_____. (Coord.) *Código de Processo Civil interpretado*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. *Contratos coligados no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela antecipatória e julgamento antecipado: parte incontroversa da demanda*. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

_____; ARENHART, Sérgio Cruz. *Execução*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

_____; _____. *Procedimentos especiais*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.

MARTINS, Pedro Antonio Batista. Anotações sobre a sentença proferida em sede arbitral. In: _____. LEMES, Selma Maria Ferreira; CARMONA, Carlos Alberto (Coords.). *Aspectos fundamentais da lei de arbitragem*. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 383-419.

MARTINS, Pedro Antonio Batista *Apontamentos sobre a lei de arbitragem*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. A arbitragem e o mito da sentença parcial. In: LEMES, Selma Ferreira; CARMONA, Carlos Alberto; MARTINS, Pedro Batista (Coords.). *Arbitragem: estudos em homenagem ao Prof. Guido Fernando da Silva*. São Paulo: Atlas, 2007.

_____; LEMES, Selma Maria Ferreira; CARMONA, Carlos Alberto (Coords.). *Aspectos fundamentais da lei de arbitragem*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MILMAN, Fabio. O novo conceito legal de sentença e suas repercussões recursais: primeiras experiências com a apelação por instrumento. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 150, p. 160-174, ago. 2007.

MIRANDA, Gilson Delgado. In: MARCATO, Antonio Carlos (Coord.) *Código de Processo Civil interpretado*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MIRIMANOFF, Jean F. Objection to arbitrators following the annulment of a partial award: a potential jeopardy of arbitration in Switzerland? *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, v. 3, n. 2, p. 101-106, 1986.

MISTELIS, Loukas A.; BREKOULAKIS, Stavros L. (Eds.). *Arbitrability: international and comparative perspectives*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009.

MITIDIERO, Daniel. A nova execução. In: OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de (Coord.). *A nova execução: comentários à Lei n. 11.232, de 22 de dezembro de 2005*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. Sentenças parciais de mérito e resolução definitiva: fracionada da causa (lendo um ensaio de Fredie Didier Júnior). *Revista de Juris*, Porto Alegre, ano 31, n. 94, p. 39-50, jun. 2004.

MOLERO RENTERÍA, Alberto; PÉREZ-ROSAS PONS, Juan José. *¿Lo anulamos o no lo anulamos?* Reflexiones acerca de la anulación de un laudo parcial. Disponível em: 231<www.aryme.com/docs/adr/2-4-43/>. Acesso em: 24 set. 2012.

MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. Procedimento: formalismo e burocracia. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 358, p. 49-58, nov./dez. 2001.

MONTEIRO, André Luís. Primeiras linhas sobre a sentença parcial no processo judicial. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 84, p. 9-22, mar. 2010.

MONTORO, Marcos André Franco. *Flexibilidade do procedimento arbitral*. 2010. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MUNIZ, Joaquim Paiva; BASÍLIO, Ana Teresa. *Arbitration law of Brazil: practice and procedure*. Huntington, NY: Juris Publishing, 2006.

NEHRING NETTO, Carlos. National Report for Brazil (2002). In: PAULSSON, Jan (Ed.). *International Handbook on Commercial Arbitration*. Kluwer Law International, Supl. n. 35, p. 1-30, Aug. 2002.

_____. Sentenças parciais. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 23-43, abr./jun. 2007.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*. 9. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

NEVES, Celso. *Estrutura fundamental do processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

NUNES, Thiago Marinho. A prática das *anti-suit injunction* no procedimento arbitral e seu recente desenvolvimento no direito brasileiro. *Revista Brasileira de Arbitragem*, n. 5, p. 49-50, jan./mar. 2005.

OLIVEIRA, Bruno Silveira de. Um novo conceito de sentença? *Revista de Processo*. São Paulo, v. 32, n. 149, p. 120-137, jul. 2007.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: DIDIER JR., Fredie (Org.). *Leituras complementares de processo civil*. 7. ed. Salvador: Juspodium, 2009.

PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*. São Paulo: Atlas, 2012.

PAULSSON, Jan (Ed.). *International Handbook on Commercial Arbitration*. Kluwer Law International, Supl., n. 43, p. 1-14, Mar. 2005.

_____. (Ed.). *International Handbook on Commercial Arbitration*, Kluwer Law International, Supl., n. 55, p. 1-14, Jun. 2009.

PETERS, Philipp; KOLLER, Christian. The award and the courts: the notion of arbitral award: an attempt to overcome a babylonian confusion. In: KLAUSEGGER, Christian et al. (Eds.). *Austrian Arbitration Yearbook 2010*. München: C.H. Beck; Bern: Stämpfli Verlag, 2010. p. 137-169.

PINNA, Andrea. L'annulation d'une sentence arbitrale partielle. *Revue de l'Arbitrage*, Comité François de l'Arbitrage, n. 4, p. 615-640, 2008.

PINTO, José Emílio Nunes. Anotações práticas sobre a produção de prova na arbitragem. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, v. 6, n. 25, jan./mar. 2010.

PINTO, Rodrigo Strobel. A 3^a etapa da reforma processual civil e a nova sistemática recursal. *Revista de Processo*. São Paulo, v. 31, n. 137, p. 96-113, jul. 2006.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. t. 2.

PORTANOVA, Rui. *Princípios do processo civil*. 3. ed. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 1999.

POUDRET, Jean-François. La recevabilité du recours au Tribunal Fédéral contre une sentence partielle. *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, v. 8, n. 3, p. 237-243, 1990.

PRICE, Charles; STANS, Yves. Using costs as a case management tool in international arbitration. *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, v. 25, n. 4, p. 704-716, 2007

PUHARIC, Kreso. Interim and partial arbitral award. *Croatian Arbitration Yearbook*, n. 13, p. 167-177, 2006.

RACINE, Jean-Baptiste. La sentence d'incompétence. *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, n. 4, p. 729-781, 2010.

RANZOLIN, Ricardo. *Controle judicial da arbitragem*. São Paulo: Ed. GZ, 2011.

RAU, Alan Scott. Provisional relief in arbitration: how things stand in the United States. *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, v. 22, n. 253, n. 1, p. 1-64, 2005.

REDFERN, Alan; HUNTER, Martin; BLACKABY, Nigel; PARTASIDES, Constantine. *Redfern and Hunter on international arbitration*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

REDONDO, Bruno Garcia. Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 33 n. 160, p. 142-156, jun. 2008.

RHODES, Jennifer M. Judicial review of partial arbitral Awards under Section 10(a)(4) of the Federal Arbitration Act. *University of Chicago Law Review*, v. 70, n. 2, p. 663-688, Mar. 2003.

RICCI, Edoardo F. Reflexões sobre o art. 33 da Lei de arbitragem. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 24, n. 93, p. 45-59, jan./mar. 1999.

ROSSI, Júlio César; ROSSI, Maria Paula Cassone. Teoria da causa madura: a evolução da técnica estabelecida no Artigo 515, Parágrafo 3º, do Código de Processo Civil. *Revista Dialética de Direito Processual*, v. 104, p. 44-51, 2011.

RUBINO-SAMMARTANO, Mauro. *International arbitration law*. The Netherlands: Kluwer Law International, 1989.

SANCHEZ REY, Maria José. El exequátur de los laudos parciales: un procedimiento inaplicable in Colombia? In: ENSAIOS arbitrales. Bogotá: Centro de Arbitraje e Conciliación, Camara de Comercio de Bogota, 2010. p. 139-155.

SANDERS, Gerard J. Rethinking arbitral preclusion. *Law and Policy in International Business*, n. 24, 101-121, 1992.

SANDERS, Pieter (Ed.). *Yearbook Commercial Arbitration 1984*. The Netherlands: Kluwer Law International, 1984. v. 9, p. 71-96.

SANT'ANNA, Paulo Afonso de Souza. *Sentença parcial*. Revista de Processo, São Paulo, v. 32, n. 151, p. 150-184, set. 2007.

SANTOS, Ernane Fidelis dos *Novíssimos perfis do processo civil brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

_____. *As reformas de 2005 e 2006 do Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCARPARO, Eduardo Kochenborger. Sentenças parciais? Considerações a partir da reforma do art. 162, § 1.º, do CPC. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 148, p. 153-168, jun. 2007.

SCHIFFERL, Markus. The Courts: a selection of recent decisions of the Austrian Supreme Court on Arbitral matters. In: KLAUSEGGER, Christian et al. (Eds.). *Austrian Arbitration Yearbook 2008*. München: C.H. Beck; Bern: Stämpfli Verlag, 2008. p. 453-465.

SHERWIN, Peter J. W.; RENNIE, Douglas C. Interim relief under international arbitration rules and guidelines: a comparative analysis. *The American Review of International Arbitration*, n. 20, p. 317-369, 2009.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a Lei no 11.232/2005. In: CARMONA, Carlos Alberto (Coord.). *Reflexões sobre a reforma do Código de Processo Civil: estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover, Cândido R. Dinamarco e Kazuo Watanabe*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 186-209.

_____. Liquidação de sentença. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Aspectos polêmicos da nova execução*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008. v. 4.

SILVA, Ovídio Baptista da. *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA, Paulo Eduardo Alves. Gerenciamento de processos e cultura de litigância – a experiência do “case management” inglês. In: SALLES, Carlos Alberto de (Coord.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SOUZA JUNIOR, Sidney Pereira. *Sentenças parciais no processo civil: consequências no âmbito recursal*. São Paulo: Método, 2009. (Col. Prof. Arruda, n. 11).

STIPPL, Christoph; PICKL, Gunna. Chapter II: The arbitrator and the arbitration procedure - limiting costs in arbitration. In: KLAUSEGGER, Christian et al. (Eds.). *Austrian Arbitration Yearbook 2009*. München: C.H. Beck; Bern: Stämpfli Verlag, 2009.

STRENGER, Irineu. Formação da prova no litígio arbitral. In: CASELLA, Paulo Borba (Coord.). *Arbitragem: lei brasileira e praxe internacional*. 2. ed. São Paulo: LTr, 1999.

SUTTON, D.; GILL, J, *Russell on arbitration*. 22. ed. London: Sweet & Maxwell, 2003.

TALAMINI, Eduardo; WLADECK, Felipe Sripes. Liquidação da sentença arbitral. In: LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.). *Grandes temas da atualidade: mediação, arbitragem e conciliação*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 7.

TARTUCE, F. Arbitragem: algumas interações entre o direito material e o direito processual. Função social do contrato, ética na arbitragem e abuso processual. *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, ano 18, n. 70, abr./jun. 2010.

TEIXEIRA, Guilherme Puchalski. Sentenças objetivamente complexas: impossibilidade do trânsito em julgado parcial. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 32, n. 162, p. 228-250, ago. 2008.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Comentários ao novo código civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. v. 3, t. 1.

_____. *Curso de direito processual civil*. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 1.

_____. *Curso de direito processual civil*. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. *Curso de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 2.

_____. *As novas reformas do Código de Processo Civil*. São Paulo: Forense, 2006.

TRIBUNAL FÉDÉRAL. Disponível em: <www.bger.ch/fr>.

TRITTMANN, Rolf. When should arbitrators issue interim or partial awards and or procedural orders? *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, v. 20, n. 3, p. 255-265, 2003.

VALENÇA FILHO, Clávio de Melo. Sentença arbitral e juízo de execuções. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 26, n. 87, p. 36-45, set. 2006.

VERONA, Carlo de Lima; BARBOSA, Flávio Spaccaquerche. Sentença parcial. Mandado de segurança. Interferência do Poder Judiciário na instrução do procedimento arbitral [jurisprudência]. *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo, n. 27, jul./set. 2011.

WALD, Arnoldo. Descabimento do mandado de segurança contra decisão do tribunal arbitral: comentários ao AgIn 990.10.284191-0. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 7, n. 26, p. 255-264, jul./set. 2010.

_____. Os meios judiciais do controle da sentença arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 40-65, jan./abr. 2004.

_____. A recente evolução da arbitragem no direito brasileiro (1996-2001). In: MARTINS, Pedro A. Batista; GARCEZ, José Maria Rossani (Coords.). *Reflexões sobre arbitragem: in memoriam do Desembargador Cláudio Vianna de Lima*. São Paulo: LTr, 2002.

_____. A validade da sentença arbitral parcial nas arbitragens submetidas ao regime da CCI. *Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem*, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 329-341, jul./set. 2002.

WAMBIER, Luiz Rodrigues, *Liquidação da sentença civil: individual e coletiva*, 4. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do processo e da sentença*. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004.

WATANABE, Kazuo. *Da cognição no processo civil*. 3. ed. São Paulo: Ed. Perfil, 2005.

WEBSTER, Thomas H. Efficiency in investment arbitration: recent decisions on preliminary and costs issues. *Arbitration International*, Kluwer Law International, v. 25, n. 4, p. 469-514, 2009.

WLADECK, Felipe Sripes. Sobre o pleito de anulação da sentença arbitral nacional em sede de execução. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 5, n. 16, p. 98-108, jan./mar. 2008.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória: juízos rescindente e rescisório*. São Paulo: Malheiros Ed., 2005.

_____. Brevíssimas notas a respeito da produção antecipada da prova na arbitragem. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 52-56, jul./set. 2007.

_____. Caráter subsidiário da ação anulatória de sentença arbitral. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, v. 207, maio 2012.

_____. *Tutela jurisdicional*. São Paulo: Atlas, 1999.

_____; BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Execução civil: novos perfis*. São Paulo: RCS Ed., 2006.

YESILIRMAK, Ali. *Provisional measures in international commercial arbitration*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2005.

ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montigelli. Tendência de sumarização do processo civil e o procedimento ordinário como paradigma: um modelo em vias de ser superado? *Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 9, n. 4, p. 55-68, jul./ago. 2008.

ZUBERBÜHLER, Tobias; MÜLLER, Klaus; Habegger, Philipp (Eds.). *Swiss rules of international arbitration: commentary*. The Netherlands: Kluwer Law International, 2005.